



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 391

Sexta-feira - 18 de dezembro de 2009

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos.....	1
Atalanta.....	3
Biguaçu.....	4
Braço do Trombudo.....	5
Caçador.....	8
Campo Alegre.....	11
Canoinhas.....	11
Catanduvas.....	12
Chapadão do Lageado.....	13
Coronel Martins.....	16
Corupá.....	16
Forquilha.....	145
Garopaba.....	145
Gaspar.....	146
Herval D' Oeste.....	149
Imbituba.....	151
Irineópolis.....	152
José Boiteux.....	154
Luzerna.....	154
Massaranduba.....	156
Meleiro.....	157
Paulo Lopes.....	158
Pinheiro Preto.....	159
Porto Belo.....	163
Porto União.....	166
Rio do Sul.....	174
Salto Veloso.....	180
São Lourenço do Oeste.....	180
Schroeder.....	188
Videira.....	191

Associações de Municípios

EGEM.....	198
-----------	-----

Consórcios Públicos

CIMVI.....	198
CITMAR.....	199
CIS - AMARP.....	199

Antônio Carlos

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 142/2009

DECRETO Nº 142/2009 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1.197 de 22 de Dezembro de 2008.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.167,50 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0022.2.063-3.1.91.00.00.00.00 – Despesa Intra-Orçamentária
R\$ 3.167,50

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0022.2.063-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
R\$ 3.167,50

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 09 de Dezembro de 2009.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 09 de Dezembro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 367/2009

PORTARIA Nº 367/2009.
DISPENSA ACTS..

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Lucas Rossi - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, ACTs, do Cargo de MOTORISTA, a partir de 15 de Dezembro de 2010, pelo termino de sua contratação temporaria conforme abaixo relacionado:

FABRICIO RODRIGUES – matricula 993

RUDINEI ROMALINO DE SOUZA – matricula 994

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de Dezembro de 2009.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 15 de Dezembro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 368/2009

PORTARIA N° 368/2009.
DISPENSA ACTS..

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, ACTs, do Cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 20H, a partir de 15 de Dezembro de 2010, pelo termino de sua contratação temporaria conforme abaixo relacionado:

ESTERIA KOCH DECKER – Matricula 1016

HELENA GELSLEICHTERMOERICH – Matricula 988

JANICE AMERICO VOLTOLINI – Matricula 984

LUZIA LIDIA GUESSER SCHERER – Matricula 985

MARIA IOLANDA VEBER SCHMITT – Matricula 992

SIMONE SCHMITT PETRY – Matricula 986

LURDETE BACK SCHMITT – Matricula 983

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de Dezembro de 2009.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 15 de Dezembro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 369/2009

PORTARIA N° 369/2009.
DISPENSA ACTS.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, ACTs, do Cargo de PROFESSOR III – 20H, a partir de 15 de Dezembro de 2010, pelo termino de sua contrata-

ção temporaria conforme abaixo relacionado:

ALESSANDRA BASEI SILVEIRA – Matricula 1004

APARECIDA LUZIA DA SILVEIRA – Matricula 979

AUREA HELENA KLREMER MANNES – Matricula 1020

BERENICE TEREZINHA MULLER RICHARTZ – Matricula 1008

HELENA SCHERER – Matricula 981

MARISTANE DE OLIVEIRA – Matricula 1019

SILVIA ZIMMERMANN PEREIRA GUESSER – Matricula 1012

SILVIA ZIMMERMANN PEREIRA GUESSER – Matricula 980

TEREZINHA ANA SCHMITT KREMER – Matricula 1024

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de Dezembro de 2009.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 15 de Dezembro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 370/2009

PORTARIA N° 370/2009.
DISPENSA ACTS.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, ACTs, do Cargo de PROFESSOR I – 20H, a partir de 15 de Dezembro de 2010, pelo termino de sua contratação temporaria conforme abaixo relacionado:

LIDIANE VENTURA – Matricula 978

LEILA SIMONES GUESSER – Matricula 975

MONIQUE DE OLIVEIRA – Matricula 1009

MATILDE GOMES INACIO JUNKES – Matricula 1001

CLAUDIA WEBER DE MELO – Matricula 976

DANUBIA DA SILVEIRA – Matricula 974

ANA PAULA RICHARTZ – Matricula 977

NAIR ZIMMERMANN GELSLEICHTER – Matricula 1011

ANA PAULA FRAGA – Matricula 1013

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de Dezembro de 2009.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 15 de Dezembro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 371/2009

PORTARIA N° 371/2009.
DISPENSA ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, ACTs, MAICON SOETHE VACCARIN, do Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA - 20H, matrícula 996 e matrícula 1000, a partir de 15 de Dezembro de 2010, pelo termino de sua contratação temporaria.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de Dezembro de 2009.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 15 de Dezembro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 372/2009

PORTARIA N° 372/2009.
CONCEDE LICENÇA PREMIO.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor VILSON ANTONIO GELSLEICHTER, ocupante do Cargo de MOTORISTA, a partir de 15 de Dezembro de 2009, referente ao periodo aquisitivo de Julho/99 a Julho/04.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de Dezembro de 2009.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 15 de Dezembro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 373/2009

PORTARIA N° 373/2009.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, ao servidor OTAVIO FRANCISCO DE SOUZA, ocupante do Cargo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 16 de Dezembro de 2009, referente ao periodo aquisitivo de 13/06/2007 a 12/06/2008.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de Dezembro de 2009.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 15 de Dezembro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Atalanta

Prefeitura Municipal

Lei N° 1136/2009

LEI N° 1136/2009

"ALTERA O CAPUT DO ART. 5º DA LEI N° 0731/2001, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2001, QUE INSTITUI INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE COM MEIO PRÓPRIO DE LOCOMOÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 5º da Lei nº 0731/2001, de 02 de fevereiro de 2001, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 5º - A referida indenização será paga na razão de 25% (vinte e cinco por cento) do preço por litro de gasolina, aferido no dia da autorização, por quilômetro rodado e será pago mediante a apresentação da respectiva autorização pela Chefia Imediata, no Setor Contábil da Prefeitura do Município de Atalanta-SC.

Art. 2º As demais disposições constantes da lei referenciada no Art. 1º permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1.095/2009 de 15.04.2009.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta (SC), 16 de dezembro de 2009.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Lei N° 1137/2009

LEI N° 1137/2009.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL, SERVENTES PARA OCUPAR VAGAS QUE ENCONTRAM-SE ABERTAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Art. 1º. – Fica autorizada a contratação até duas (02) serventes em Caráter Temporário, para atendimento dos seguintes casos, considerados de excepcional interesse público:

I – substituição de servidor em férias, licenciado ou designado para exercer outra função, tanto do quadro do Município, como também, de outros órgãos públicos, colocado à disposição da prefeitura;

II – preenchimento de cargo inicial de carreira, em caso de



falecimento de profissional ocupante do mesmo cargo, desde que as vagas não tenham sido preenchidas através de Concurso público;

Parágrafo único - O prazo de contratação não será superior:
a) ao das férias, licença, ou designação, no caso do inciso I;
b) a um ano, no caso dos incisos II;

Art. 2º - O recrutamento será feito mediante processo seletivo de acordo com edital específico, realizado pela Secretaria Municipal de Administração, Comissão específica para este fim, ou ainda, por empresa habilitada para a prestação deste serviço.

Art. 3º - Nas admissões por prazo determinado, o contratado (a) receberá o valor de acordo com a referência básica no cargo de servente, conforme "anexo I" descrito na lei No. 944/2007 e, respectiva tabela.

Art. 4º - É vedada a contratação de Profissional em Caráter Temporário, quando o contrato implicar na mudança de prazo determinado para indeterminado.

Art. 5º - As admissões por período determinado seguirão o Regime Jurídico da Prefeitura Municipal.

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Prefeitura do Município de Atalanta, 16 de dezembro de 2009.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Lei Nº 1138/2009

LEI N.º 1138/2009.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 16.000,00 (Dezesseis Mil Reais) destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o corrente exercício:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores
3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas.....R\$ 16.000,00

Art. 2º O crédito aberto por esta Lei correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores
3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas.....R\$ 16.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta (SC), 16 de Dezembro de 2009
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Biguaçu

Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação 45 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PP 045/2009-FMAS

OBJETO: Aquisição de recargas de bombonas e garrafas de água mineral para consumo na Secretaria de Assistência Social e Habitação para o ano de 2010. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 07/01/2010 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 16 de Dezembro de 2009.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 27 FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PP 027/2009-FIA

OBJETO: Aquisição de recargas de bombonas de água mineral para consumo na Casa Lar e Repam para o ano de 2010. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 07/01/2010 às 15:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 16 de Dezembro de 2009.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Revogação 19 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PP019-2009-FMAS

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados a Revogação do Processo Licitatório PP019-2009-FMAS, que tem por objeto "contratação de empresa especializada em serviços de coffee break para os eventos durante o ano de 2009 da Secretaria de Assistência Social e Habitação", tendo em vista que apenas uma empresa apresentou interesse em participar, sendo que os preços apresentados ficaram acima do valor referência estipulado pelo Setor de Compras, de acordo com art. 49 da Lei 8.666/93.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2009.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal



Aviso de Revogação 37 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PP037-2009-FMAS

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados a Revogação do Processo Licitatório PP037-2009-FMAS, que tem por objeto "aquisição de alimentos, material escolar e poltronas para o evento natal no CRAS, a ser realizado nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 2009, no Centro de Referência da Assistência Social, através do convênio piso básico de transição", tendo em vista que apenas uma empresa apresentou interesse em participar, sendo que os preços apresentados ficaram acima do valor referência estipulado pelo Setor de Compras, de acordo com art. 49 da Lei 8.666/93.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2009.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Revogação 195 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PP195-2009-PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados a Revogação do Processo Licitatório PP195-2009-PMB, que tem por objeto "a aquisição de câmeras fotográficas digitais para a Secretaria de Planejamento e Gestão", tendo em vista que apenas uma empresa apresentou interesse em participar, sendo que os preços apresentados ficaram acima do valor referência estipulado pelo Setor de Compras, de acordo com art. 49 da Lei 8.666/93.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2009.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo**Prefeitura Municipal****Lei 0638/2009**

LEI Nº 0638/2009 DE 16.12.2009.

REGULAMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS MICROEMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade com o disposto nos arts. 146, III, "d", 170, IX, e 179 da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta lei, aplicam-se as definições de microempresa, de empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO II**DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA****Seção I****Das Diretrizes**

Art. 2º Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art. 3º Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

Art. 4º Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado – REGIN.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.

Art. 5º O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Seção II**Da Consulta de Viabilidade e Da Inscrição**

Art. 6º É obrigatória a realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempresário individual, a qual será efetivada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado - REGIN, disponível no sítio oficial do Município, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local

escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º Os órgãos competentes disporão do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da realização da consulta no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I - Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária, meio ambiente e fiscalização tributária;

II - Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária, meio ambiente e fiscalização tributária.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária, meio ambiente e fiscalização tributária, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual.

§ 4º O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do artigo 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º Ao microempreendedor individual será facultada a realização de consulta de viabilidade tão-somente para o exercício de atividades econômicas constantes na regulamentação específica aprovada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

§ 6º A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 7º O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no site www.portaldoempreendedor.gov.br, após a realização e deferimento da consulta de viabilidade previsto no artigo 6º desta lei.

§ 2º A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade resultará no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.

§ 3º O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à primeira inscrição.

§ 4º A partir do segundo ano da inscrição municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas às taxas aplicáveis às demais empresas.

Art. 8º A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte deverá ser realizada no site oficial do Município, após o deferimento da consulta de viabilidade.

CAPÍTULO II

DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 9º As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pe-

las microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 10. O valor devido mensalmente a título de ISS pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que auferirem receita bruta, no ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido no § 18, do art. 18, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será por estimativa, no valor mensal de R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º O valor estimado mensal, nos termos do caput, será aplicado a partir do exercício seguinte ao da publicação desta lei.

§ 2º As microempresas que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano-calendário de início de atividades ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 3º O valor estimado apurado na forma deste artigo será devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 4º O valor estimado apurado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor devido pela microempresa relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Art. 11. A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123/2006;

III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISS prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art. 12. Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISS de acordo com a Lei Complementar nº 043/2005 de 28 de setembro de 2005, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

Art. 13. Nas obrigações acessórias, observa-se a Resolução CGSN



nº 10/07 e suas alterações.

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO

Art. 14. Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte;

Parágrafo único. Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade.

Art. 15. Fica autorizado o Município de Braço do Trombudo a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar esta lei no prazo de 120 dias e promover ampla divulgação do tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta lei.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 16 de dezembro de 2009.

NILDO MELMESTET
Prefeito em Exercício

Decreto 047/2009

DECRETO Nº 047/2009
PONTO FACULTATIVO

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal em Exercício de Braço do Trombudo, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais etc...

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas municipais, nos dias 24 e 31 de dezembro do corrente, ressalvadas as necessidades de serviços de cada órgão.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 16 de dezembro de 2009.

NILDO MELMESTET
Prefeito em Exercício

Portaria 176/2009

PORTARIA Nº 176/2009

APROVA O REGIMENTO DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILDO MELMESTET, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto nº 036/2009, de 29 de outubro de 2009, aprova o regimento da 4ª

Conferência Municipal da Cidade e da outras providências.

Art. 1º Aprovar o Regimento da 4ª Conferência Municipal da Cidade, cujo inteiro teor constitui o Anexo I desta portaria.

Art. 2º Constituir a Comissão Preparatória Municipal da 4ª Conferência Municipal da Cidade, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias à realização da referida Conferência.

Art. 3º A Comissão Preparatória Municipal será composta por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil, indicados 10 (dez) representantes titulares e 10 (dez) representantes suplentes para o exercício dessa representação, como segue:

I – gestores, administradores públicos e legislativos - estaduais, municipais:

Titular: Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz – Secretaria Cultura e Turismo

Suplente: Mônica Dalila Sell Dalmarco – Secretaria da Administração

Titular: Adeny Doerner – Setor planejamento

Suplente: Ademar Hoisdaleck – Secretaria de Obras

Titular: Eron Adam Franz – Câmara de Vereadores

Suplente: Carmelita Gastão – Câmara de Vereadores

Titular: Nildo Melmestet – Secretaria da Agricultura

Suplente: Rogério Knappmann – Secretaria da Administração

II – movimentos populares:

Titular: Luciane Bertelli Kniss – Assoc. Moradores Localidade de Serril

Suplente: Norma Ristow – OASE - Sede

Titular: Tercilia Regusa – Grupo de Idosos

Suplente: Albertina Vanderlinde Pisetta – Clube de Mães

Titular: Irene Maria Seifert – Projeto Piava

Suplente: Dalme Augusto Prado – Grupo Dança Folclórico Son-nenthal

III – trabalhadores, por suas entidades sindicais:

Titular: Evaldo Böll – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Suplente: André Roberto Roloff – Conselho Mun. Desenvolvimento Rural

IV – empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano:

Titular: Alcênio Cândido de Souza – CDL de Braço do Trombudo

Suplente: Jonas Mügge – Setor Empresarial

V – entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa ou ONG's com atuação na área de desenvolvimento urbano; planejamento territorial; habitação; regularização fundiária; saneamento ambiental; transporte; mobilidade e acessibilidade.

Titular: Fábio Dalmarco – Setor planejamento

Suplente: Carlos Koerich – Setor planejamento

Art. 4º Fica designado para o exercício das atividades de Coordenador Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal, o servidor Fábio Dalmarco.

Art. 5º As atividades da Comissão, instituída por esta Portaria, terão duração de até o mês de dezembro de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 7º Fica revogada a portaria 161/2009 de 10.11.2009 e as disposições em contrário.



Braço do Trombudo, em 16 de dezembro de 2009

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Caçador

Prefeitura Municipal

Lei 2.667/09

LEI Nº 2.667, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária, do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por anulação de dotações, na importância de R\$ 1.424.698,71 (um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos):

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

3.1.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 1.409.698,71

3.1.91.00.00.00.00.00.0002 – Transferência Intra-Orçamentária R\$ 15.000,00

Soma..... R\$ 1.409.698,71

(um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos)

ANULA:

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.023 – Construção, Ampliação e Reformas dos Postos de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 9.027,82

4.4.90.00.00.00.00.00.0014 – Aplicações Diretas..... R\$ 282.183,89

4.4.90.00.00.00.00.00.0023 – Aplicações Diretas..... R\$ 147.770,00

10.301.0008.1.025 – Aquisição de Veículos e Ambulâncias

4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0014 – Aplicações Diretas..... R\$ 80.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0023 – Aplicações Diretas..... R\$ 150.000,00

10.301.0008.2.155 – Vacinação e Controle da População Animal

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 40.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 10.000,00

10.301.0009.1.028 – Estruturação de Unidades de Atenção

4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 489,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0014 – Aplicações Diretas..... R\$ 3.228,00

10.301.0009.2.044 – Fomento e Projeto de Melhoria da Gestão

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 30.000,00

10.301.0008.2.151 – Manutenção do Setor de Farmácia.

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas R\$ 157.000,00

Soma..... R\$ 939.698,71

05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0005.1.013 – Construção do Centro Múltiplo Uso

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas..... R\$ 155.000,00

08.244.0005.1.189 – Construção da Cozinha Comunitária

4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 40.000,00

08.244.0005.2.025 – Manutenção do Programa de Erradicação Trabalho Infantil

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 – Transferência Intra-Orçamentária R\$ 30.000,00

08.244.0005.2.029 – Manutenção Implantação do Programa Cras

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas..... R\$ 30.000,00

08.244.0005.2.030 – Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 – Transferência Intra-Orçamentária R\$ 100.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0000 – Transferência a Instituições Privadas

..... R\$ 35.000,00

08.244.0005.2.147 – Contribuição Financeira para Conselhos Comunitários

3.3.50.00.00.00.00.00.0002 – Transferência a Instituições Privadas

..... R\$ 95.000,00

Soma..... R\$ 485.000,00

Total R\$ 1.409.698,71

(um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.668/09

LEI Nº 2.668, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal, por anulação de dotações, na importância de R\$ 1.256.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil reais):

02.01 – SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO

04.122.002.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Soma..... R\$ 100.000,00

02.02 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.123.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria da Administração e Fazenda

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 158.000,00

Soma..... R\$ 158.000,00

02.03 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.2.071 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 495.000,00

Soma..... R\$ 495.000,00

02.05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0011.2.045 – Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 84.000,00

12.361.0011.2.046 – Aplicação dos Recursos do FUNDEF 60%

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

12.361.0011.2.047 – Aplicação Recursos do FUNDEF 40%

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 139.000,00

Soma..... R\$ 423.000,00

02.07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO INTERIOR

20.606.0026.2.091 – Manutenção da Secretaria da Agricultura, Pecuária e do Interior

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Soma R\$ 20.000,00

02.09 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

22.661.0027.2.099 – Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Soma R\$ 60.000,00

Total R\$ 1.256.000,00

(um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil reais)



ANULA:**02.01 - GABINETE DO PREFEITO****04.122.0002.2.003 - MANUTENÇÃO ASSESSORIA DE IMPRENSA**

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Total R\$ 10.000,00

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**04.122.0002.2.004 - Manutenção do Procon**

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria da Administração e Fazenda

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

04.122.0002.2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

3.1.91.00.00 - Transferência Intra-Orçamentária R\$ 60.000,00

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Soma R\$ 210.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**15.452.0020.1.051- Construção e Reformas de Pontes, Pontilhões e Bueiros**

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

15.452.0020.1.053 - Aquisição de Imóveis

4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 66.000,00

Soma R\$ 116.000,00

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas**

4.4.90.00.00.019 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 410.000,00

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

12.361.0011.2.046 - Aplicação Recursos do FUNDEF 60%

3.1.91.00.00 - Transferência Intra-Orçamentárias R\$ 200.000,00

2.361.0011.2.047 - Aplicação de Recursos do FUNDEF 40%

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Soma R\$ 860.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO INTERIOR**20.606.0026.1.080 - Reforma das Casas do Horto Florestal**

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Soma R\$ 20.000,00

02.09 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**22.661.0027.2.099 - Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo**

3.1.91.00.00 - Transferência Intra-Orçamentárias R\$ 40.000,00

Soma R\$ 40.000,00

Total R\$ 1.256.000,00

(um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil reais):

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.669/09

LEI Nº 2.669, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária, do Orçamento vigente do FAMPEC – Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos

Efetivos do Município de Caçador, por anulação de dotação, na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

08.01 - FAMPEC – CAÇADOR**04.122.006.2.033 - Manutenção do FAMPEC**

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Soma R\$ 50.000,00

(cinquenta mil reais)

ANULA:**05.01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****08.244.0005.2.030 - Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social**

3.1.91.00.00 - Transferência Intra-Orçamentárias R\$ 50.000,00

Soma R\$ 50.000,00

(cinquenta mil reais)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Decreto 4.379/09

DECRETO Nº 4.379, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO REMANEJAMENTO ENTRE DESPESAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.600, de 23/12/2008,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 287.479,44 (duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), pelo remanejamento entre despesas, conforme segue:

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**10.301.0008.2.037 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde**

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0014 – Aplicações Diretas R\$ 137.479,44

SOMA R\$ 287.479,44

(duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos)

Art. 2º - Em atendimento à suplementação realizada na forma disposta no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do remanejamento entre despesas no valor de R\$ 287.479,44 (duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), conforme segue:

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**10.301.0008.2.037 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde**

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0023 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0023 – Aplicações Diretas R\$ 38.453,90

3.3.90.00.00.00.00.00.0014 – Aplicações Diretas R\$ 49.025,90

SOMA R\$ 287.479,44

(duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.



NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.380/09

DECRETO Nº 4.380, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.
CAUCIONA LOTES DO "LOTEAMENTO GILBERTO GONÇALVES".

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei 2.119/04,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam caucionados junto à Prefeitura Municipal de Caçador, os lotes abaixo relacionados, do "Loteamento Gilberto Gonçalves", situado na Rodovia Presidente Costa e Silva, Bairro dos Municípios, nesta cidade de Caçador, de propriedade de Antonio Gilberto Gonçalves, aprovado pelo Decreto nº 4.290, de 21/08/2009, até que as obras de infra-estrutura sejam totalmente concluídas, no referido Loteamento, em cumprimento às exigências da Lei Complementar nº 128/2008, conforme segue:

I- Lote "18" com 373,10m2 (trezentos e setenta e três metros e dez decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, 26,00m (vinte e seis metros) com o Lote "16", Quadra "B"; ao Sudoeste, 26,00m com o Lote "20", Quadra "B"; a Noroeste, 14,35m com a Rua "B"; e a Sudeste, 14,35m com o Lote "19", Quadra "B";

II- Lote "20" com 346,90m2 (trezentos e quarenta e seis metros e noventa decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, 26,00m com o Lote "18", Quadra "B"; ao Sudoeste, 20,40m com o Lote "22", Quadra "B"; a Noroeste, 07,00m mais 09,50m com a Rua "B"; e a Sudeste, 14,35m com o Lote "21", Quadra "B";

III- Lote "21" com 349,62m2 (trezentos e quarenta e nove metros e sessenta e dois decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, 26,00 com o Lote "19", Quadra "B"; ao Sudoeste, 20,55 com o Lote "23", Quadra "B"; a Noroeste, 14,35m com o Lote "20", Quadra "B"; e a Sudeste, 07,50m mais 08,95m com a Rua "C";

IV- Lote "22" com 291,65m2 (duzentos e noventa e um metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, com 20,40m com o Lote "20", Quadra "B"; ao Sudoeste, com 26,00m com área da Prefeitura Municipal de Caçador; a Noroeste, 15,60m com a Rua "B"; e a Sudeste, 13,70m com o Lote "23", Quadra "B";

V- Lote "23" com 294,13m2 (duzentos e noventa e quatro metros e treze decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, com 20,55m com o Lote "21", Quadra "B"; ao Sudoeste 26,00m com área da Prefeitura Municipal de Caçador; a Noroeste, 13,70m com o Lote "22", Quadra "B"; e a Sudeste, 16,20m com a Rua "C".

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 4.199, de 10 de março de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal, em exercício.

NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.393/09

DECRETO Nº 4.393, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009.
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES – CME.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nas Leis nºs 1.801, de 09/09/2002, 2.287, de 22/02/2006 e 2.478, de 21/09/2007,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Esporte - CME, pelo prazo de dois anos, a contar da data de posse de cada conselheiro, de acordo com a Lei Municipal nº 2.277, de 22/12/2005, na forma que segue:

I – Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Caçador – FMEC.

Roberto Hugo Ferraz

II – Representantes nomeados pelo Prefeito Municipal.

a) Quatro representantes de notória e reconhecida capacidade e experiência em assuntos desportivos;

NELSON FRANCISCO DE MATOS

MARVILLE MORONA

JADE RUBI BERARDI

ARAÍ STÉLIO FAVERO

b) Um representante das Ligas Desportivas no Município de Caçador;

MAURO DE LIMA

c) Um representante do Ensino Superior de Caçador;

JORGE LUIZ VELASQUES

d) Um representante do Conselho Regional de Educação Física;

PAULO TADEU CASTILHO

e) Um representante da Associação de Cronistas Desportivos de Santa Catarina em Caçador;

MURILO ROSSO

f) Um representante das entidades de prática esportiva, filiadas as ligas de Caçador;

ROBERTO CAVALETTE

g) Um representante dos atletas registrados na Fundação Municipal de Esportes ou Ligas de Caçador;

AFONSO MENEGAZZO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de dezembro de 2009.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

Decreto 4.395/09

DECRETO Nº 4.395, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.
APROVA DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DE TERRENOS URBANOS E REVOGA DECRETO Nº 4.385, DE 30/11/2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei Municipal nº 2.119/04,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano de 537,50m² (quinhentos e trinta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 17947, do R.I. desta comarca, de propriedade de Cerâmica Constrular Ltda., resultando após o desmembramento em duas áreas, conforme segue :

I - uma área com 180,30m² (cento e oitenta metros e trinta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 17947, de propriedade de Cerâmica Constrular Ltda., com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, com Cerâmica Constrular Ltda. (Mat. 17.947), medindo 15,05 metros; ao Sul, com Onori Antonio Nunes, Amarildo Nunes de Oliveira e Vilson Musskopf (Matr. 10.925), medindo 15,00 metros; a Leste, com herdeiros de Plínio João Marini (Matr. 15.825), medindo 12,00 metros; e, a Oeste, com Cerâmica Constrular Ltda. (Matr. 17.947), medindo 12,00 metros;

II – uma área com 357,20m² (trezentos e cinquenta e sete metros e vinte decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 17947, de propriedade de Cerâmica Constrular Ltda., com as seguintes medidas e confrontações; ao Norte, em dois planos, sendo o primeiro com a Cerâmica Constrular Ltda. (mat. 1.898) medindo 21,50 metros, e o segundo com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (registro nº 16.990, fls. 219, livro 3-K) medindo 3,40 metros; ao Sul, em três planos, sendo o primeiro com Alsides Domingos Heck (mat. 13.468) medindo 8,40 metros, no segundo com a Rua José Boiteux medindo 1,50 metros, e o terceiro plano com Onori Antonio Nunes, Amarildo Nunes de Oliveira e Vilson Musskopf (mat. 10.925) medindo 15,05 metros; ao Leste, em três planos, sendo o primeiro com a Cerâmica Constrular Ltda. (mat. 1.898) medindo 1,90 metros, no segundo com Onori Antonio Nunes, Amarildo Nunes de Oliveira e Vilson Musskopf (mat. 10.925) medindo 52,00 metros, e no terceiro plano com herdeiros de Plínio João Marini (registro 15.825, fls. 284, livro 3-J), e Cerâmica Constrular Ltda. (mat. 1.897) medindo 9,80 metros; e ao Oeste, em dois planos, sendo o primeiro com Alsides Domingo Heck (mat. 13.468) medindo 48,30 metros, e o segundo com João Waldyr Luz (mat. 6.307) medindo 15,40 metros.

Art. 2º - Fica aprovado o remembramento da área de 180,30m² (cento e oitenta metros e trinta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 17947, de propriedade de Cerâmica Constrular Ltda, com o terreno com área de 600,00m² (seiscentos metros quadrados), objeto da matrícula nº 10925, do R.I. desta Comarca, de propriedade de Onori Antonio Nunes, Amarildo Nunes de Oliveira e Vilson Musskopf, localizado na Rua José Boiteux, Centro, resultando em um terreno com área total de 780,30m² (setecentos e oitenta metros e trinta decímetros quadrados), confrontando: ao norte, com a Cerâmica Constrular Ltda (mat. 3/17.947) medindo 15,05 metros; ao sul, com a Rua José Boiteux medindo 15,00 metros; ao Leste, com Manssur E. Bittar (mat. 10.196) e herdeiros de Plínio João Marini (registro 15.825, fls. 284, livro 3-J) medindo 52,00 metros; ao Oeste, com a Cerâmica Constrular Ltda (mat. 3/17.947) medindo 52,00 metros.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos e remembramentos.

Art. 3º - O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 4.385, de 30/11/2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal, em exercício.

NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.

Campo Alegre

Prefeitura Municipal

Resultado de Julgamento Convite 79/2009 - PREF

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

(Processo Licitatório nº 79/2009 – Convite)

OBJETO DA LICITAÇÃO: Fornecimento de material e mão de obra para execução da 1ª etapa da ampliação do Posto de Saúde "Pedro Maciel de Souza" localizado na localidade de Bateias de Cima, neste Município.

DOS RECURSOS: Os recursos são provenientes do Convênio nº 252963/09-4 firmado entre o Município de Campo Alegre e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra com contrapartida do Município. Critério de julgamento: Menor preço global.

Data julgamento sessão: 15/12/2009 (14 horas).

Empresas proponentes: PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, EMPREITEIRA DE OBRAS LEÃO LTDA e CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA.

Julgamento da Habilitação: EMPRESAS HABILITADAS: todas as licitantes.

Direito de Preferência concedido pela Lei Complementar 123/2006: CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA classificada como microempresa. Todas as empresas proponentes desistiram do prazo de recurso quanto o julgamento da habilitação.

Julgamento das Propostas: A Comissão Permanente de Licitações julgou conforme segue:

- 1ª classificada: CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA que apresentou proposta inicial de R\$ 43.663,94, usando o direito de preferência fechou a proposta em R\$ 43.222,46.

- 2ª classificada: PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA com o valor de R\$ 43.222,56; e

- 3ª classificada: EMPREITEIRA DE OBRAS LEÃO LTDA como valor de R\$ 44.361,92

Sendo assim, a Comissão julgou a empresa CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA vencedora do processo licitatório em epígrafe, com o valor total de R\$ 43.222,46. Todas as empresas licitantes desistem do prazo recursal quanto o julgamento das propostas.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Presidente

Canoinhas

Prefeitura Municipal

Edital de Carta Convite n.º 42/2009

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO N.º 114/2009

CARTA CONVITE N.º 42/2009



O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, realizará no dia 29/12/2009, às 14:15 horas, abertura das propostas para contratação de empresa especializada para execução dos serviços de recuperação completa de motor modelo 3306 da motoniveladora Caterpillar 120 B, ano 1991, n.º 54. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail informado abaixo, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. licitacao@pmc.sc.gov.br.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Catanduvás

Prefeitura Municipal

Decreto 1.630

DECRETO 1.630, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás (SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II, VII e XII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que neste dia 28 de outubro, comemora-se o Dia do Servidor Público;

Considerando, que, conforme ofício 058, de 16 de outubro de 2009, emitido pela AMMOC, o Governo do Estado transferiu o feriado para o dia 30 de outubro, portanto, para a próxima sexta-feira;

Considerando, que tal providência visa melhor adequar os serviços públicos do Município, evitando a interrupção das atividades no meio da semana;

Considerando, também, que a próxima segunda-feira, é Feriado Nacional de Finados, constituindo-se, assim, prolongamento do final de semana;

Considerando, que o servidor, ao ingressar no serviço público, assume o dever de fidelidade a regras cidadãs de devoção ao Município, ao bem comum, ao interesse coletivo, principalmente aos que pensa em primeiro lugar no bem de todos, resta oportuno por isso retribuir, como forma também de estimular,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal, o dia 30 de outubro de 2009, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e do calendário escolar, retornando as atividades normais, na próxima terça-feira dia 3 de novembro de 2009, no horário normal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás (SC), 27 de outubro de 2009.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Decreto 1.632

DECRETO 1.632, DE 28 DE OUTUBRO DE 2009.

"INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás (SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II, VII e XII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal, e art. 151 da Lei Complementar nº 19 de 04 de janeiro de 2002;

Considerando, a cópia do Livro de Atas do Hospital Municipal, juntada na ficha funcional do servidor público Gustavo Hohmann Camiña, dando conta da ocorrência de agressões físicas e verbais entre este e o servidor Gabriel Spader;

Considerando, que segundo o art. 151 da Lei Complementar nº 19 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, determina que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover sua apuração imediata, tomando as demais providências cabíveis;

Considerando, que o inciso VII do art. 139 do Estatuto prevê que tal conduta do servidor pode ser punida com a pena capital de demissão, apropriadamente para preservar os primordiais princípios que norteiam a Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instaurada SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apurar responsabilidade pelos fatos ocorridos nas dependências do Hospital Municipal Nº Sª do Perpétuo Socorro de Catanduvás, conforme registros acima citados.

Art. 2º. Fica nomeada Comissão Sindicante, formada pelos seguintes servidores públicos municipais, a seguir relacionados:

- a) CAMILE RENATA JOHANN FERRAZ
- b) ALESSANDRA WANESSA COLLA
- c) ROSA APARECIDA FABRI

Art. 3º. Para realização dos trabalhos, deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se de todos os documentos existentes no Hospital, bem como ouvir ambos os servidores envolvidos, para que prestem os esclarecimentos que a Comissão entender conveniente, proporcionando-lhe, inclusive, oportunidade de fazer defesa. Também deverá ouvir os servidores municipais que possam prestar informações úteis ao desenvolvimento dos trabalhos.

Parágrafo 1º. Com vistas a proporcionar o contraditório e ao direito a ampla defesa a Comissão assegurará vista aos documentos constantes da Sindicância na repartição a todos os interessados.

Parágrafo 2º. Cada membro deve assumir as suas funções que lhe são próprias, devendo laborar com zelo e denoto.

Art. 4º. A Comissão terá um prazo de trinta (30) dias para a conclusão dos trabalhos. Emitirá um documento conclusivo, demonstrando o apurado, bem como as providências que julgar convenientes.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvás (SC), 28 de outubro de 2009.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Chapadão do Lageado

Prefeitura Municipal

Lei N° 0455/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI N.º 0455 DE 16.12.2009

"AUTORIZA OUTORGAR PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar à TIM CELULAR S.A, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 04.206.050/0001-80, com sede na Avenida Giovanni Gronchi, nº 7.143, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a título gratuito, por prazo determinado, permissão de uso de imóvel de propriedade do Município de Chapadão do Lageado, Santa Catarina, para instalação de equipamentos de telecomunicações como postes, torre, gabinetes, esteiramento, luminárias, entre outros.

§ 1º A área total do imóvel, objeto parcial desta permissão de uso é de 225,00 m² (duzentos e vinte e cinco metros quadrados), localizado na Rua Projetada S/D nº 34, Centro deste Município, registrado no Patrimônio do Município sob o nº 2484, recebido em doação através da Lei Municipal nº 0275 de 15.09.2005, conforme

mapa descritivo de localização em anexo, com as seguintes confrontações:

Norte..... 15,00 com área remanescente;
Sul.....25,00 com área remanescente;
Leste.....15,00 com área remanescente;
Oeste.....15,00 com área remanescente.

§ 2º A área total desta permissão de uso, referenciada no §1º deste artigo como objeto parcial é de 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados).

Art. 2º O prazo desta permissão é 120 (cento e vinte meses), revogada a qualquer momento mediante notificação prévia, de qualquer das partes.

Parágrafo único. A permissão de uso será formalizada por termo que estabelecerá as condições a serem observadas pela permissionária.

Art. 3º Extinta a permissão, deverá a permissionária entregar o imóvel ao Município de Chapadão do Lageado, nas mesmas condições em que recebeu, sem direito de retenção ou indenização e independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Anexo da Lei N° 0455



Lei N° 0456/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI N.º 0456 DE 16.12.2009

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aqüicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio para promover ações de apoio e incentivo à atividade da piscicultura na fase de implantação ou recuperação de tanques, visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais.

Art. 2º Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Art. 3º Os beneficiários do programa deverão ser produtores rurais residentes no Município de Chapadão do Lageado.

Parágrafo único. Deverá ser comprovado pelo produtor rural, através de documento hábil, a autorização para realização das ações propostas por este programa no estabelecimento rural.

Art. 4º Cada produtor beneficiado pelo programa terá direito a serviços de máquinas e equipamentos para implantação ou recuperação de tanques em área de até 2.000 m² (dois mil metros quadrados).

Parágrafo único. As máquinas e equipamentos a serem utilizados por este programa serão de propriedade do Município ou por ele contratados.

Art. 5º Os beneficiários do Programa deverão recolher aos cofres do Município a título de contrapartida 60% (sessenta por cento) do valor da hora máquina, para máquinas e equipamentos de propriedade do município e 40% (quarenta por cento) do valor da hora máquina, para máquinas e equipamentos contratados pelo Município, utilizada nos serviços efetuados na implantação ou recuperação dos tanques, em área de até 2.000 m² (dois mil metros quadrados), devendo recolher na sua integralidade os valores correspondentes ao que exceder o limite máximo estipulado.

§1º Para fins de determinação do recolhimento pelos serviços de máquinas e equipamentos de propriedade do município, serão utilizados os valores estabelecidos na Lei N° 0436/2009 08.04.2009.

§2º Na prestação de serviços com máquinas e equipamentos contratados pelo Município, o preço praticado por hora trabalhada, será determinado em processo licitatório.

§3º Os recursos arrecadados de contrapartida serão contabilizados em uma conta específica e passarão a constituir recursos para continuidade e/ou ampliação do Programa.

Art. 6º Os produtores inscritos no Programa serão selecionados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, seguindo os preceitos da isonomia na definição das famílias a serem beneficiadas.

Art. 7º Cabe à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo e ao Conselho Municipal de Meio Ambiente avaliar o impacto da implantação do programa em cada propriedade selecionada, de forma a adotar mecanismos de proteção contra danos ao meio ambiente.

Art. 8º Os recursos para investimento ou custeio destinados ao programa de desenvolvimento da cadeia produtiva da piscicultura do Município serão os contemplados em Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo único. O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 9º Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá um curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto, na devolução do recurso utilizado.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Decreto N° 073/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 073/2009

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei N° 406 de 17 de dezembro de 2008,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

06 – Secretaria de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
17 – Saúde para todos
301 – Atenção Básica
107 – Recursos Convênio Estado
33.90.00.00.00.00 – Aplicações diretas
1023 – Aquisição de Moveis e Equipamentos.....R\$ 3.000,00

06 – Secretaria de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
17 – Saúde para todos
301 – Atenção Básica
92 – Recursos Próprios Saúde 15%
33.90.00.00.00.00 – Aplicações diretas
1023 – Aquisição de Moveis e Equipamentos.....R\$ 3.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do orçamento Vigente:

06 – Secretaria de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
17 – Saúde para todos
301 – Atenções Básica
92 – Recursos Próprios Saúde 15%
44.90.00.00.00.00 – Aplicações diretas
1023 – Aquisição de Moveis e Equipamentos.....R\$ 6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de dezembro de 2009.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Decreto N° 074/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 074/2009

"ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 5º, alínea c, da Lei nº 0406 de 17.12.2009,

D E C R E T A:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação da Fonte de Recurso 107 – Recursos Convênio Estado no valor de R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais), fica aberto um crédito adicional suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

01 – Divisão de Serviços Urbanos

15 – Urbanismo

33 – Pavimentação Asfáltica

451 – Infra-Estrutura Urbana

107 – Recursos de Convênio Estado

44.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas

1045 – Pavimentação de acesso ao Município.....R\$ 680.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de dezembro de 2009.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Decreto N° 077/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 077/2009

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei nº 0406 de 17 de dezembro de 2008,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – Secretaria do Desenvolvimento Social

01 – Secretaria do Desenvolvimento Social

08 – Assistência Social

19 – desenvolvimento Social

244 – Assistência Comunitária

80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

31.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas

2028 – Man./Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Social .R\$ 4.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do Artigo 1º, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

09 – Secretaria do Desenvolvimento Social

01 – Secretaria do Desenvolvimento Social

08 – Assistência Social

19 – desenvolvimento Social

244 – Assistência Comunitária

80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas

2028 – Man./Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Social..R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato 1º Termo Aditivo do Contrato n° 050/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 050/2009

Número do contrato: 050/2009

Vigência: até 31/12/2010

Processo Licitatório n° 032/2009

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: KARINY BONATTO DOS SANTOS

Prazo: 12 (doze) meses.

Objeto: As partes de comum acordo e na forma do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolvem prorrogar o prazo referente ao Contrato n. 050/2009, por se tratar de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

Data da assinatura: 18 de dezembro de 2009

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato 1º Termo Aditivo do Contrato n° 051/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 051/2009

Número do contrato: 051/2009

Vigência: até 30/03/2010

Processo Licitatório n° 033/2009

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: JANAINA CORREIA

Prazo: 90 (noventa) dias.

Objeto: As partes de comum acordo e na forma do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolvem prorrogar o prazo referente ao Contrato n. 051/2009, por se tratar de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

Data da assinatura: 18 de dezembro de 2009

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato 1º Termo Aditivo do Contrato n° 052/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 052/2009

Número do contrato: 052/2009

Vigência: até 31/12/2010



Processo Licitatório nº 034/2009

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: TECNO INFORMÁTICA LTDA

Prazo: 12 (doze) meses.

Objeto: As partes de comum acordo e na forma do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolvem prorrogar o prazo referente ao Contrato n. 052/2009, por se tratar de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

Data da assinatura: 18 de dezembro de 2009

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 036/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 036/2008

Número do contrato: 036/2008

Vigência: até 31/12/2010

Processo Licitatório nº 023/2008

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: BFGM CONSULTORIA E AUDITORIA GOVERNAMENTAL SS

Prazo: 12 (doze) meses.

Objeto: As partes de comum acordo e na forma do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolvem prorrogar o prazo referente ao Contrato n. 036/2008, por se tratar de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

Data da assinatura: 18 de dezembro de 2009

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato 1º Termo Aditivo do Contrato nº 018/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 018/2009

Número do contrato: 018/2009

Vigência: até 01/03/2010

Processo Licitatório nº 003A/2009

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: CARLOS ARTHUR COELHO SCUR

Prazo: 60 (sessenta) dias.

Objeto: As partes de comum acordo e na forma do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolvem prorrogar o prazo referente ao Contrato n. 018/2009, por se tratar de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

Data da assinatura: 18 de dezembro de 2009

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Coronel Martins

Prefeitura Municipal

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Termo de Cooperação Técnica N. 002/2009.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 002/2009.

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2009.

DATA DE ASSINATURA: 16/12/2009.

DESCRIÇÃO: constitui objeto deste Termo de Cooperação Técnica e institucional, a seqüência de ações referente à adesão do Município ao edital de chamamento 001/2008, e a execução dos Serviços Técnicos de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, a ser executado pelo Consorcio MPB – ESSE – SANETAL, formado pelas empresas MPB Saneamento Ltda, ESSE – Emp. Sul Brasileira de Serviços de Engenharia Ltda e SANETAL – Engenharia e Consultoria em Saneamento e Meio Ambiente Ltda, vencedor no Lote nº. 06 do Edital nº. 0012/2009.

CONVENIADOS: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTAVEL, CNPJ N. 07.255.568/0001-00 A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ N.05593175/0001-73 E O MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS, CNPJ N. 95.993.093/0001-09.

VIGÊNCIA: O presente termo terá validade de execução durante o período da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Corupá

Prefeitura Municipal

Lei Complementar 001/09

LEI COMPLEMENTAR N.º 001/09.

ESTABELECE O VALOR MÍNIMO PARA RECEBIMENTO NA REDE BANCÁRIA OS TRIBUTOS MUNICIPAIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica estipulado o valor mínimo de R\$ 10,00 (Dez Reais) para emissão da guia de recolhimento

Art. 2º – Apurado valor inferior, o contribuinte ou responsável deverá somar o valor devido ao apurado no mês subsequente, de forma cumulativa, até atingir o limite estabelecido no caput.

Art. 3º – Em processo regular de fiscalização, constatado, dentro do mesmo exercício financeiro, a existência de crédito tributário de valor inferior a R\$ 10,00 (dez reais), o agente fiscal poderá dispensar o pagamento, desde que autorizado por despacho do Secretário Municipal da Administração e Finanças.

Art. 4º – Havendo necessidade, o Poder Executivo baixará normas regulamentadoras da presente Lei, traçando diretrizes para sua adequada execução.

Art. 5º – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua



publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá/SC, 18 de Março de 2009.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos dezoito dias do mês de Março de 2009.

Lei Complementar N.º 002/09 -

LEI COMPLEMENTAR N.º 002/09

ALTERA A REDAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE ENUMERA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 002/01 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE INSTITUIU O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente pelo art.46, I, faz saber, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os artigos da Lei Complementar nº 002/01 de 21 de dezembro de 2001, que instituiu o Código Tributário do Município, a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

I – Dá nova redação ao inciso I do artigo 306.

“Art. 306 -”

I - quando fixa a alíquota ou lançado pelo regime de estimativa ou arbitramento, pago em parcelas mensais, com vencimento a ser fixado por Decreto do Prefeito Municipal, não podendo o vencimento da primeira parcela ocorrer antes do dia 15 de março;

II – Dá nova redação ao artigo 330.

Art. 330 - O prazo para pagamento da Taxa de Localização e Funcionamento será antes do início da atividade ou regulamentado por Decreto do Prefeito Municipal não podendo ocorrer antes de 15 de março.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Corupá/SC, 24 de Março de 2009.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte quatro dias do mês de Março de 2009.

Lei Complementar Nº 007/09

LEI COMPLEMENTAR Nº 007/09

INSTITUI O PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA DE ESTRADAS, RUAS E AVENIDAS, REGULAMENTA O LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E REVOGA EXPRESSAMENTE A LEI COMPLEMENTAR 004/09.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º – As obras de pavimentação de estradas, ruas e avenidas, executadas em sistema de mutirão, serão custeadas pelo Município de Corupá e pelos proprietários de imóveis lindeiros das vias públicas onde serão executados os empreendimentos.

Art. 2º – Os proprietários de imóveis urbanos que aderirem ao

programa de pavimentação em sistema de mutirão pagarão, diretamente à empresa responsável pela execução da obra, o valor de R\$ 27,00 (vinte e sete reais) o m² de asfalto, cabendo ao Município o pagamento do valor remanescente.

Art. 3º – Os proprietários de imóveis urbanos que não aderirem ao programa de pavimentação comunitária pagarão o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) o m², o qual será cobrado pelo Município mediante o lançamento de contribuição de melhoria.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, a parcela relativa aos proprietários lindeiros não aderentes será paga diretamente pelo Município à empresa responsável pela execução da obra.

Art. 4º - Os proprietários de imóveis rurais, bem como os proprietários de imóveis urbanos com utilização predominantemente rural, que aderirem ao programa de pavimentação em sistema de mutirão, pagarão 25% do valor previsto no artigo 2º desta Lei.

Parágrafo único. O desconto previsto para os proprietários de imóveis urbanos com utilização predominantemente rural incidirá apenas sobre a área que exceder a testada mínima de 12 m.

Art. 5º - Os proprietários de imóveis rurais, bem como os proprietários de imóveis urbanos com utilização predominantemente rural, que não aderirem ao programa de pavimentação em sistema de mutirão, pagarão 25% do valor previsto no artigo 3º desta Lei.

Art. 6º - Em todas as hipóteses, o cálculo da contribuição de melhoria será feito de acordo com o número de residências existentes na mesma área e que fazem frente para a rua ou estrada a ser pavimentada, averbadas ou não.

Art. 7º – Ficarão isentos do pagamento dos custos da pavimentação, e da respectiva contribuição de melhoria:

I os proprietários lindeiros que possuírem um único imóvel e o utilize para sua moradia, e cuja renda familiar seja igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos mensais;

II os proprietários de imóveis que não podem ser explorados economicamente, por se localizarem em Área de Preservação Permanente(APP) ou em Área de Proteção Ambiental (APA), nos termos da legislação ambiental.

§1º Para fins do previsto no inciso I deste artigo, a comprovação da situação sócio-econômica será feita mediante estudo social a ser realizado pelo Departamento Municipal de Assistência Social.

§2º A isenção prevista no inciso II deste artigo incidirá apenas sobre a parcela do imóvel em relação a qual há restrição de utilização por força da legislação ambiental, cabendo à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente definir, em cada caso, quais são essas áreas.

Art. 8º – O Chefe do Poder Executivo poderá, através de Decreto, expedir os atos regulamentares necessários à fiel execução da presente Lei, inclusive no que diz respeito à alteração dos valores previstos nos artigos 2º e 3º.

Art. 9º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga expressamente a Lei Complementar 004/09 e as demais disposições em contrário.

Corupá, 17 de Setembro de 2009.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos dezessete dias do mês de Setembro de 2009.

Lei Complementar Nº 008/2009

LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2009

CRIA 1 VAGA DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO NA CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber, a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte lei complementar:

Art. 1º - Fica criado 1 vaga de Assistente Administrativo, na forma do Anexo Único da presente lei complementar, que passa a vigorar como alteração do Anexo I da Lei Complementar nº 0007/2005.

Parágrafo Único: Nos valores constantes do Anexo Único da presente lei complementar, que passa a vigorar como alteração do Anexo I da Lei Complementar nº 0007/2005, já estão expressas as revisões gerais anuais até a data de promulgação da presente lei complementar.

Art. 2º. Esta lei complementar entra em vigor a partir do dia 02 de julho, revogadas as disposições em contrário.

Corupá/SC, 17 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos dezessete dias do mês de Setembro de 2009.

Anexo Único

"ANEXO I

(Lei Complementar nº 007/2005)

Anexo Único

ANEXO II

Quadro de Empregos e Remunerações da

Estrutura Administrativa da Câmara Municipal

Quantidade	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial
EMPREGOS EM COMISSÃO			
01	Diretor Administrativo	35	R\$ 2.960,00
01	Assessor Jurídico	20	R\$2.860,00
01	Assessor Legislativo	35	R\$ 1.820,00
01	Chefe de Orçamento e Controle	20	R\$ 1.015,00
EMPREGOS EFETIVOS			
01	Contador	20	R\$ 1.015,00
02	Assistente Administrativo	35	R\$ 1.100,00
01	Auxiliar Administrativo	35	R\$ 670,00
01	Auxiliar de Serviços Gerais	35	R\$ 580,00

Lei Complementar Nº 013/09

LEI COMPLEMENTAR Nº 013/09

ALTERA A REDAÇÃO DO ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR 006/09.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º – O anexo I da Lei Complementar nº 006/2009 de 30 de junho de 2009, fica alterado, passando a vigorar com a seguinte redação:

Cargos	Nível	Vagas	Adicionais de Funções	Vencimentos
Presidente		1	-	Subsídio fixado em Lei para Secretário Municipal
Coordenador Administrativo, Financeiro e de Planejamento	140	1	-	R\$ 2.200,00
Chefe de Divisão de Cultura	118	1	-	R\$ 1.620,00
Chefe de Divisão de Esporte e Lazer	118	1	-	R\$ 1.620,00
Chefe de Divisão de Turismo	118	1	-	R\$ 1.620,00
Assistente Administrativo	53	1	-	R\$ 900,00

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 15 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos quinze dias do mês de Dezembro de 2009.

Lei Complementar 014/09

LEI COMPLEMENTAR No 014/09

DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO, PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, E REESTRUTURA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

LIVRO I

REGIME JURÍDICO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

TÍTULO I

DO REGIME JURÍDICO

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES E DA ABRANGÊNCIA

Art. 1º - Esta Lei Complementar institui as normas que regem as relações entre a Administração Municipal e os seus servidores. Parágrafo único: A Administração Municipal é, para os efeitos desta Lei, o conjunto de órgãos criados no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O regime jurídico aplicado aos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Corupá é o da Consolidação das Leis do Trabalho criado pela Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943, e o definido na Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

Art. 3º - A Administração Municipal se orientará por políticas e diretrizes que visem a promoção do bem estar social por meio



da eficácia do serviço público e da efetividade da ação governamental.

Art. 4º - As relações entre a Administração Municipal e seus servidores obedecerão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único - Na conformidade do disposto no "caput" deste artigo, essas relações serão reguladas pelo permitido e autorizado na legislação municipal, na extensão de sua letra e de seu espírito, buscando o interesse público como fim legal e processadas através de atos oficialmente divulgados.

Art. 5º - O servidor público municipal, independentemente de sua posição hierárquica, é partícipe da gestão do Município.

Art. 6º - A autoridade municipal é o servidor público municipal, no cumprimento de seus deveres, respondem civil, penal e administrativamente pelos atos e omissões que praticarem.

CAPÍTULO II DO EXERCÍCIO DO PODER EXECUTIVO

Art. 7º - O Prefeito Municipal e os Secretários Municipais, auxiliares diretos e co-responsáveis pela Administração, exercerão competências e atribuições constitucionais legais e regulamentares, por meio dos órgãos que compõem a Administração Municipal.

Art. 8º - O Poder executivo é exercido sob a direção superior do Prefeito Municipal, auxiliado diretamente pelos Secretários Municipais:

Parágrafo único: Substitui o Prefeito, no caso de impedimento, e lhe sucede, na vaga, o Vice-Prefeito.

Art. 9º - Para os fins desta Lei Complementar, são autoridades do Município:

I – O Prefeito;

II – O Vice Prefeito;

III – Os Secretários Municipais e autoridade equivalente;

IV – Os Dirigentes de fundações e autarquias do Município.

CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA A GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 – É dever da Administração Municipal promover os meios e as condições para a capacitação e desenvolvimento de seus servidores.

Art. 11 – É dever da Administração Municipal promover a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Art. 12 - É vedado à Administração Municipal estabelecer diferença remuneratória pelo exercício de cargos e critérios para admissão, por motivo de cor, idade, condição física, estado civil, religião e concepção filosófica e política.

Art. 13 - Ao servidor municipal cabe representar contra ordem manifestamente ilegal.

Art. 14 - Ao servidor municipal é garantido o direito à livre associação sindical.

Art. 15 - O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos na legislação específica.

CAPÍTULO IV DOS CONCEITOS

Art. 16 – Para os efeitos desta Lei Complementar:

I – Servidor Público Municipal é a pessoa legalmente investida em cargo público ou função pública dos Poderes Executivo, Autarquias e Fundações;

II – Cargo público municipal é a unidade básica de estrutura organizacional, com qualificações, atribuições e responsabilidades definidas, criado por Lei, com denominação própria e quantidade certa, podendo ser de provimento efetivo ou de livre nomeação e exoneração

III – Função pública é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor de provimento efetivo, desempenhadas de forma cumulativa ao seu cargo;

IV – Quadro é o conjunto de cargos e funções que integram os poderes do Município;

V – Sede é o órgão do Município ao qual o cargo está integrado;

VI – Lotação é a identificação da repartição ou unidade à qual o cargo se vincula;

VII – Setor de Recursos Humanos é o órgão responsável pela organização, normatização e estabelecimento da política de administração de recursos humanos, responsável pela gestão e política de desenvolvimento de recursos humanos do Serviço Público Municipal.

Art. 17 - A Administração Municipal, na gerência dos seus recursos humanos observará:

I – A criação de cargo no Poder Executivo depende de aprovação do Poder Legislativo;

II – A transformação de cargos, de mesma natureza, desde que não implique em aumento de despesas, será de competência do poder público municipal, mediante ato próprio;

III – A reserva, nos concursos públicos, de cargos para as pessoas portadoras de deficiências e a definição dos critérios para sua admissão.

TÍTULO II DO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 18 - Ficam criados e instituídos, nos termos da presente Lei Complementar, o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Poder Executivo do Município de Corupá, destinado a estruturar cargos e funções, fixar vencimentos e estabelecer diretrizes sobre a movimentação funcional, com o objetivo de assegurar a eficiência da ação administrativa e a qualidade do serviço público, fundamentado nos princípios de:

I – organização técnica e administrativa do trabalho;

II – desenvolvimento da Política de Recursos Humanos;

III – qualificação profissional;

IV – valorização profissional.

Art. 19 - Integram o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Poder Executivo, Fundações e Autarquias:

I – Quadro de Pessoal;

II – Tabela de Vencimentos;

III – Progressão Funcional.

Art. 20 - Para efeito da aplicação do presente plano é adotada a seguinte terminologia:

I - Estrutura administrativa do município, os centros de competências funcionais expressos no conjunto de unidades e sub-unidades administrativas hierarquizadas na forma do artigo seguinte;

II – Servidor Municipal é o investido em cargo de provimento efetivo, ou em comissão, função temporária de caráter excepcional e de caráter geral;

III – Cargo de Provimento Efetivo é uma unidade de ocupação funcional, com denominação própria, atribuições e vencimentos estabelecidos nos termos da lei, para ser ocupado na forma estabelecida nesta Lei Complementar;

IV – Cargo de provimento em Comissão é uma unidade de ocupação funcional, com denominação própria, atribuições e vencimentos estabelecidos nos termos da lei, de livre nomeação e exoneração, e destinado as funções consideradas de confiança;

V – Função Gratificada é aquela concedida aos servidores de provimento efetivo para atenderem cargos de maior responsabilidade ou maior grau de dificuldade, ou extraordinária dedicação, em razão das funções cometidas ou atribuições afetas, e que, pela natureza de confiança inerente a função, tem caráter provisório quanto ao exercício e precária quanto ao desempenho;

VI – Função Temporária de caráter excepcional é aquela que visa atender a necessidade temporária de essencial interesse público;

VII – Função em Caráter Geral é aquela que será exercida pelos demais servidores municipais, não enquadradas nas categorias acima especificadas;

VIII – Plano de Cargos e Vencimentos é o instrumento que define cargos e funções, vencimentos e adicionais, bem como estabelece diretrizes sobre o provimento;

IX – Quadro de Pessoal é o conjunto de cargos de provimento efetivo, em comissão, funções temporárias e funções de caráter geral, previsto em anexo específico;

X – Grupo Ocupacional é o conjunto de cargos agrupados segundo a natureza de trabalho, a escolaridade, a forma de provimento, as atribuições e o grau de complexidade e responsabilidade;

XI – Quadro Lotacional é o agrupamento de cargos integrantes dos Quadros de Pessoal, necessário ao funcionamento do setor;

XII – Tabela de Vencimento é o piso salarial definido nesta Lei Complementar, determina o vencimento do servidor;

XIII – Transposição é o deslocamento do servidor de um cargo para outro de atribuições correlatas;

XIII – Setor é o local onde o servidor está lotado e realiza as suas atribuições.

Art. 21 - As transferências, substituições e cessões de servidores municipais para outras entidades ou órgãos públicos de qualquer dos poderes da união ou dos estados, dar-se-á mediante expediente requisatório, justificando o pedido, que somente será deferido mediante expressa autorização do prefeito municipal, respeitando o superior interesse público.

Parágrafo único – A autorização será concedida com ou sem ônus para o poder executivo, mediante lei específica.

Art. 22 - O Chefe do Poder Executivo, a quem incumbe as nomeações para cargos em comissão e designações para funções gratificadas, decidirá, em cada caso, entre uma ou outra, obedecendo entretanto o seguinte:

I – para os cargos em comissão serão nomeados preferencialmente os servidores de carreira, para os cargos constantes dos Anexos III a X.

II – para a função de confiança de Diretor Escolar, constante na Tabela II do Anexo VIII, serão designados exclusivamente servidores detentores de cargo efetivo, dentre aqueles cargos constantes dos Quadros de Pessoal do Magistério de que dispõe a Lei Municipal nº 1.193, de 05 de março de 1999.

§ 1º - Aos designados para função gratificada, atribuem-se os mesmos deveres e responsabilidades atribuídos aos ocupantes de cargos em comissão, percebendo, para tanto o adicional da Função Gratificada respeitados os parâmetros do Anexo XVI;

§ 2º – É facultado ao servidor investido em cargo de provimento em comissão optar pela remuneração a que faz jus pelo exercício de seu cargo ou emprego.

CAPÍTULO II DOS CARGOS EM COMISSÃO

Art. 23 - Para efeitos desta lei, os cargos em comissão destinam-se a atender a encargos de direção, gerência, chefia e coordenação, e são providos mediante livre escolha do Prefeito Municipal, podendo esta recair em funcionário, em servidor regido pela legislação trabalhista ou em pessoa estranha ao serviço público, desde que reúna os requisitos necessários e a habilitação profissional para a respectiva investidura.

Parágrafo único: Recaindo a nomeação em funcionário efetivo do Município, o mesmo perceberá a maior remuneração entre os vencimentos do cargo de provimento efetivo ou do cargo em comissão, conforme definido nos Anexos III a X desta Lei.

Art. 24 - O Chefe do Poder Executivo poderá nomear o mesmo titular, com a sua concordância, para responder cumulativamente por mais de um cargo, não havendo neste caso qualquer vantagem pecuniária extra, percebendo o titular somente o vencimento relativo ao cargo de maior importância.

Art. 25 - No caso de gozo de férias, viagens de interesse do serviço, cursos ou licença de interesse do serviço, poderá ser nomeado substituto temporário, mediante ato do Poder Executivo, que passará perceber o mesmo.

§ 1º - E o afastamento do comissionado substituído se der por interesse do serviço, terá direito a perceber o respectivo vencimento.

§ 2º - O comissionado deixará de perceber vencimento a partir do ato de exoneração, ato este exclusivo do Chefe do Poder Executivo.

Art. 26 - O regime jurídico do comissionado será o de Direito Público não gerando direitos Trabalhistas, ou, no caso dos funcionários pertencentes ao quadro efetivo da administração, aquele que lhes aplicar.

Parágrafo único – Aplica-se aos profissionais definidos nesta Lei, além do regime trabalhista de natureza celetista, o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, definido no artigo 201, da Constituição Federal.

Art. 27 - Por ocasião da exoneração da função gratificada, o funcionário detentor de provimento efetivo voltará a perceber a remuneração de seu cargo, sem que a função gratificada incorpore-se a essa.

Art. 28 - É vedada a acumulação remunerada de função de confiança.

Parágrafo único – Os servidores de carreira nomeados em cargos de comissão poderão optar pela remuneração do cargo de carreira.

CAPÍTULO III DOS CARGOS EFETIVOS

Art. 29 – O número de vagas dos cargos efetivos integrantes do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Corupá será o estabelecido no ANEXO I desta Lei, bem como a remuneração inicial, atribuições, a carga horária.

Art. 30 – Ao Servidor Público Municipal será garantido no mês subsequente um adicional de 5% (cinco por cento) sobre o nível de vencimento para cada 3 anos de efetivo exercício da função.

§ 1º - A contagem passa a ter eficácia a partir da posse no cargo ao qual o servidor foi aprovado mediante concurso.

§ 2º - Não será computados para exercício da função os afastamentos sem remuneração, as licenças para ocupação de cargo

comissionado de atividades alheias as funções de origem e os afastamentos oriundos de auxílio previdenciário superiores a 6 meses.

§ 3º - O adicional que trata o caput deste artigo esta limitado a 50% (cinquenta por cento) sobre o nível de vencimento.

SEÇÃO ÚNICA

Do Quadro de Pessoal

Art. 31 - O quadro de pessoal compõe-se de cargos em comissão, cargos de provimento efetivo, e empregos públicos.

Art. 32 - Ficam criados e ou transformados e ou mantidos os cargos em comissão constantes do Anexo IV a X, que faz parte integrante da presente lei.

Art. 33 - Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, respeitadas as condições para o seu provimento.

Art. 34 - Todo servidor público que vier a ocupar cargo de provimento em comissão terá resguardado o direito de retornar ao seu cargo ou emprego de origem.

Art. 35 - Ficam mantidos ou criados os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo I, que faz parte integrante da presente lei, salvo o disposto no artigo 322.

Art. 36 - Ficam extintos os cargos de provimento efetivo, que não se encontram elencados no Anexo I.

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES DE INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

SEÇÃO I

Dos Requisitos

Art. 37 - A investidura em cargo público municipal depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo, na forma prevista em Lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em Lei de livre nomeação e exoneração.

§ 1º - São requisitos básicos para investidura em cargo público municipal:

I - A nacionalidade brasileira e a estrangeira na forma da Lei;

II - Estar em gozo dos direitos políticos;

III - Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

IV - Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - Comprovação de aptidão física e mental.

§ 2º - A investidura em cargo público ocorrerá com a posse e se completará com o exercício.

SEÇÃO II

Do Concurso

Art. 38 - O concurso público é o processo de recrutamento e seleção de recursos humanos, de natureza competitiva, eliminatória e classificatória, aberto ao público em geral, composto de provas ou de provas e títulos, compreendendo uma ou mais etapas, conforme se dispuser em edital.

§ 1º - O concurso público poderá ter validade de até 2 (dois) anos, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

§ 2º - O prazo de validade do concurso, as condições de sua realização, os critérios de classificação e os procedimentos de recursos cabíveis serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial do Município.

§ 3º - Não se colocará em concurso, vaga de cargo cujo provimento esteja em demanda judicial.

§ 4º - As pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, reservando-se a elas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso, conforme dispuser o edital respectivo.

Art. 39 - O chefe do executivo baixara ato, através de edital específico, indicando:

I - Número de vagas a serem preenchidas;

II - Atribuições gerais e/ou específicas do cargo;

III - Requisitos mínimos necessários para inscrição do candidato;

IV - Regime jurídico, grupo ocupacional, cargo, carga horária semanal, e o valor salarial inicial;

V - Prazo de validade do concurso;

VI - Outras informações julgadas necessárias.

Art. 40 - Concluído o concurso público e homologado seu resultado, terão expectativa de direito à nomeação os candidatos classificados dentro do limite de vagas estabelecido em Edital, obedecida a rigorosa ordem de classificação e de acordo com as necessidades e conveniência da Administração Municipal.

Parágrafo único: Na hipótese de serem criadas outras vagas no prazo de validade do concurso, além daquelas previstas no Edital, estas serão preenchidas de acordo com a classificação dos candidatos aprovados.

Art. 41 - Compete ao Prefeito prover os cargos através de portaria, a qual deverá conter, sob pena de nulidade, os seguintes dados:

a) nome completo do candidato nomeado;

b) cargo provido;

c) fundamento legal (aprovação em concurso público, evidenciando o número do Edital);

d) ordem de classificação.

§ 1º - O silêncio do candidato nomeado ou a recusa do cargo acarretará a nomeação de outro candidato aprovado, sempre obedecendo a ordem de classificação.

§ 2º - A investidura no cargo será formalizada mediante a assinatura de termo de posse, devendo o servidor entrar em exercício do cargo até 15(quinze) dias após a posse, sob pena de exoneração.

CAPÍTULO V

DO PROVIMENTO

Art. 42 - O provimento de cargo público municipal dar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo.

Art. 43 - São formas de provimento de cargo público municipal:

I - nomeação;

II - recondução;

III - reintegração;

IV - reversão;

V - aproveitamento.

SEÇÃO I

Da Nomeação

Art. 44 - A nomeação far-se-á:

I - para cargo de provimento efetivo, em estágio probatório;

II - para cargos declarados em Lei de livre nomeação e exoneração, em comissão.

Art. 45 - A nomeação para cargo de provimento efetivo, depende de prévia habilitação em concurso público, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo único: O exercício de cargo em comissão não gera para seu ocupante, em nenhuma hipótese, direitos sobre o cargo ou

sobre sua natureza

Art. 46 - Constarão do ato de nomeação, obrigatoriamente :

I - por extenso, o nome completo do nomeado;

II - a natureza e o cargo;

III - a origem do cargo.

SEÇÃO II

Da Recondução

Art. 47 - Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, em decorrência de reintegração do titular anterior, por sentença judicial que invalide sua demissão.

Parágrafo único - A recondução, se não puder ocorrer no mesmo cargo anteriormente ocupado, será efetivada em outro, de atribuições e vencimento compatíveis.

SEÇÃO III

Da Reintegração

Art. 48 - Reintegração é a reinvestidura do servidor estável, quando invalidada a demissão por sentença judicial.

§ 1º O servidor será reinvestido no cargo anteriormente ocupado ou no resultante de sua transformação.

§ 2º Estando provido o cargo, o seu eventual ocupante será, pela ordem:

I - reconduzido ao cargo de origem, se houver vaga, sem direito a indenização;

II - aproveitado em outro cargo, compatível em atribuições e remuneração com seu cargo de origem;

III - colocado em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

SEÇÃO IV

Da Reversão

Art. 49 - Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado, quando insubsistentes os motivos determinantes de sua aposentadoria por invalidez, verificados pelo serviço médico pericial do Município.

§ 1º - A reversão será a pedido ou de ofício, em cargo idêntico ao anteriormente ocupado ou no resultante de sua transformação.

§ 2º - O Aposentado não poderá reverter à atividade, se contar tempo de serviço para a aposentadoria voluntária com proventos proporcionais, integrais ou se tiver idade igual ou superior a 70 (setenta) anos.

SEÇÃO V

Do Aproveitamento

Art. 50 - Aproveitamento é o retorno à atividade de servidor colocado em disponibilidade, em cargo de atribuição e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado.

§ 1º - Se a disponibilidade for superior a 12 (doze) meses, a recondução dependerá de prévia comprovação da capacidade física e mental do servidor.

§ 2º - Havendo mais de um concorrente à mesma vaga terá preferência o de maior tempo em disponibilidade e, em caso de empate, o de maior tempo de serviço público municipal.

§ 3º - Na ocorrência de vaga em cargo de igual designação o aproveitamento do servidor será obrigatório.

CAPÍTULO VI

DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 51 - Posse é o ato de assunção de cargo pelo servidor, com a aceitação formal das suas atribuições, seus deveres e suas

responsabilidades, com o compromisso de desempenhá-lo com probidade e observância das normas regulamentares, mediante assinatura no termo de posse, juntamente com a autoridade competente.

Parágrafo único - No ato da posse o servidor deverá comprovar que todos os requisitos e condições legais para o provimento do cargo foram plenamente atendidos, inclusive a aptidão física e mental, juntamente com a declaração de patrimônio e declaração de que incorre ou não em acumulação remunerada de cargos, conforme previsto em Lei.

Art. 52 - A posse, uma vez atendidas todas as exigências legais, ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogável por igual período a critério da autoridade competente.

Parágrafo único - A posse poderá ocorrer por procuração passada em cartório para esse fim específico.

Art. 53 - Se a posse não ocorrer no prazo legal, o ato de nomeação será anulado e declarada cessadas as obrigações da Administração Municipal para com o concursado.

Art. 54 - Exercício é o efetivo desempenho, pelo servidor empossado, das atribuições do cargo.

§ 1º - O prazo para o servidor entrar em exercício é de até 15 (quinze) dias, contados da data de posse.

§ 2º - Compete ao responsável pelo órgão ou entidade para onde for designado o servidor, dar-lhe exercício.

§ 3º - Será exonerado o servidor que não entrar em exercício no prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 4º - Os efeitos financeiros da nomeação, vigorarão a partir da data de início do efetivo exercício.

§ 5º - É vedado o exercício sem a prévia nomeação e a correspondente posse, sob pena de responsabilidade da autoridade competente.

Art. 55 - O início, a suspensão, a interrupção e reinício do exercício serão registrados no cadastro funcional do servidor.

Art. 56 - Nenhum servidor poderá ter exercício em unidade diferente daquela em que for lotado, salvo nos casos previstos nesta Lei Complementar.

CAPÍTULO VII

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 57 - O servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Corupá, fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do artigo 41, § 4º da Constituição Federal.

§ 1º - O servidor em estágio probatório somente será nomeado para exercer função gratificada se as funções assumidas forem compatíveis com as atividades do cargo efetivo para o qual foi nomeado, aplicando-se os critérios de avaliação de desempenho definidos nesta Lei, mesmo durante o exercício da mesma.

§ 2º - O servidor em estágio probatório não poderá afastar-se de suas atividades para exercer cargos em comissão, dentro ou fora do Poder Executivo Municipal, excetuando-se os casos enquadrados em permissivos constitucionais.

Art. 58 - A avaliação será feita por comissão especialmente designada para este fim, composta de 5 (cinco) servidores, observados os procedimentos e parâmetros fixados nos Anexos XII a XV, integrantes desta Lei.

§ 1 - O presidente da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório será necessariamente o Secretário Municipal de Administração e

Fazenda.

§ 2º - Da Comissão deverá fazer parte, obrigatoriamente, um Bacharel em Direito;

§ 3º - Os demais integrantes da Comissão serão designados pelo Prefeito Municipal que escolherá, dentre os 5 (cinco) nomes de representantes eleitos entre os servidores efetivos da Municipalidade, 3 (três) para fazer parte.

Art. 59 - A alternância dos membros constituintes da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, eleito pelos servidores em Assembleia Geral, verificar-se-á a cada 2 (dois) anos de participação, observados os critérios fixados em regulamentação específica para a sua substituição e o disposto neste Capítulo.

Parágrafo único - Nas hipóteses de morte ou impedimento proceder-se-á a substituição do membro, de acordo com o que estabelece este Capítulo.

Art. 60 - O processo de avaliação dos servidores nomeados deverá representar, além de uma rotina administrativa, um instrumento capaz de possibilitar o crescimento e o desenvolvimento do servidor.

Art. 61 - Compete à Comissão designada para promover a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório: I - proceder o levantamento dos servidores em estágio probatório, por categoria funcional, matrícula, data de nomeação, exercício e lotação;

II - acompanhar e fazer cumprir os prazos estabelecidos, conjuntamente com os servidores;

III - identificar os casos em que o servidor em estágio probatório esteja ocupando cargo comissionado, definindo se o mesmo deve ser avaliado;

IV - avaliar semestralmente o desempenho do servidor com base nos registros feitos pela chefia imediata, no Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório - Anexo XIII, propondo as ações previstas no item 3.2.1 do Anexo XII, necessárias a melhoria do desempenho do servidor, na hipótese de ter alcançado conceito "AP" e "NA";

V - orientar para que todos os documentos sejam preenchidos corretamente e sem rasuras;

VI - emitir parecer final sobre o servidor de forma a homologar ou não a sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado;

VII - comunicar e publicar o resultado final da avaliação.

Parágrafo único - Como forma de dinamizar o atendimento aos pressupostos desta Lei, poderá o Poder Executivo designar Comissões específicas para uma ou mais Secretarias Municipais.

Art. 62 - Compete à Chefia Imediata:

a) fornecer todas as orientações e informações aos servidores em estágio probatório, sobre os procedimentos da avaliação;

b) acompanhar o trabalho do servidor mediante o registro de seu desempenho em relação a cada fator considerado no Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório - Anexo XIII, sem levar em conta fatores de ordem pessoal como simpatias, antipatias e opiniões alheias sobre o servidor, para garantir um resultado imparcial e impessoal na avaliação de seu desempenho;

c) identificar as dificuldades do servidor com a finalidade de orientá-lo na busca dos resultados esperados;

d) oportunizar aumento de produtividade por parte do servidor, dando conhecimento de como está atuando e o que espera dele.

Art. 63 - Compete ao Setor de Recursos Humanos vinculado a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do Município de Corupá:

a) subsidiar tecnicamente as ações da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório,

informando à mesma, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias os nomes dos servidores que deverão ser avaliados dentro do mês subsequente;

b) manter informadas as Chefias imediatas sobre os servidores que deverão ter sua avaliação realizada dentro do mês imediatamente subsequente ao da informação, remetendo às mesmas os relatórios devidos, na forma dos Anexos desta Lei;

c) auxiliar no trabalho da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório, realizando os procedimentos burocráticos necessários à consecução de seus objetivos.

Art. 64 - A avaliação será realizada semestralmente, iniciando-se a partir do primeiro semestre após a investidura no cargo.

Parágrafo único - a avaliação do último semestre do estágio probatório do servidor (Avaliação Final) deverá ser realizada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término do prazo de 03 (três) anos de estágio probatório, de forma que a avaliação final seja realizada dentro desse prazo, e que, sendo o caso, eventuais exonerações sejam realizadas antes do final do terceiro ano de estágio probatório.

Art. 65 - O servidor durante o estágio probatório não poderá exercer atividades não compatíveis com as do cargo para o qual foi nomeado.

Art. 66 - O servidor será considerado inápto ao desempenho das funções se:

I - Obter 2 (dois) conceitos NA (Não Atinge o Desempenho Esperado) nas avaliações parciais;

II - Obter mais que 50% (cinquenta por cento) de conceitos abaixo de AD (Atinge o Desempenho Esperado) nas avaliações parciais;

III - Não atingir, na Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, a pontuação que lhe assegure o conceito SD (Supera o Desempenho Esperado) ou AD (Atinge o Desempenho Esperado).

Art. 67 - O servidor avaliado, em todas as etapas, tomará ciência do resultado de sua avaliação, datando e assinado o respectivo documento que será registrado em seus assentamentos funcionais.

Parágrafo único - No caso do servidor não estar satisfeito com o resultado final de sua avaliação deverá, formalmente, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da ciência, manifestar-se junto à Comissão, a qual reavaliará todas as anotações e registros de forma a verificar a procedência ou não da sua manifestação.

Art. 68 - A comissão Especial de Avaliação deverá, após apreciação e conclusão do resultado final, emitir para fins de homologação do Chefe do Poder Executivo, relatório circunstanciado com parecer conclusivo, identificando os servidores que não atingiram o desempenho mínimo esperado.

Art. 69 - Aos servidores atualmente concursados, que estejam em estágio probatório, aplicam-se as regras previstas na Lei 1379/01 de 26 de junho de 2001.

Art. 70 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar por Decreto as questões não regulamentadas nesta Lei Complementar

CAPÍTULO VIII DA ESTABILIDADE

Art. 71 - O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, adquirirá estabilidade no serviço público municipal, após três anos de efetivo exercício e resultado



satisfatório da avaliação especial de desempenho, nesse período.
Parágrafo único - A declaração de estabilidade do servidor, será efetivada por ato próprio da Administração Municipal.

Art. 72 - O servidor estável só perderá o cargo do qual seja titular:
I - Em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
II - Mediante processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Parágrafo único - Na hipótese de insuficiência de desempenho, a perda do cargo somente ocorrerá mediante processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO IX DA DISPONIBILIDADE

Art. 73 - O servidor estável será colocado em disponibilidade remunerada, por ato dos responsáveis pelos respectivos poderes, quando o cargo do qual é titular for extinto ou declarado desnecessário, ou ainda, se o titular anterior for reintegrado ao mesmo por sentença judicial.

§ 1º - A Administração Municipal promoverá, obrigatoriamente, o retorno à atividade do servidor em disponibilidade na ocorrência de vacância de cargo de igual designação ou atribuição.

§ 2º - A Administração Municipal não abrirá concurso para cargo que tenha servidor colocado em disponibilidade.

§ 3º - Enquanto em disponibilidade o servidor perceberá remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 4º - O servidor em disponibilidade poderá ser aposentado na conformidade do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 74 - As transferências, substituições e cessões de servidores municipais para outras entidades ou órgãos públicos de qualquer dos poderes da união ou dos estados, dar-se-á mediante expediente requisitório, justificando o pedido, que somente será deferido mediante expressa autorização do prefeito municipal, respeitando o superior interesse público

Parágrafo único - A autorização será concedida com ou sem ônus para o poder executivo, mediante lei específica.

CAPÍTULO X DA VACÂNCIA

Art. 75 - A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - Exoneração;
- II - Demissão;
- III - Recondição;
- IV - Aposentadoria;
- V - Falecimento;
- VI - Promoção.

Art. 76 - A exoneração de cargo de provimento efetivo dar-se-á a pedido ou de ofício.

Parágrafo único - A exoneração de ofício será aplicada:
I - Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
II - Quando o servidor não entrar no exercício do cargo no prazo estabelecido;
III - Por justificada necessidade da administração, de servidor não estável;
IV - Quando apresentar insuficiência de desempenho no serviço público, observado o disposto no artigo 72, desta Lei Complementar.

Art. 77 - A exoneração do cargo de provimento em comissão dar-se-á a pedido do próprio servidor ou a juízo da autoridade competente.

Art. 78 - São competentes para exonerar, as mesmas autoridades competentes para nomear, de acordo com o disposto no artigo 42 desta Lei Complementar.

Art. 79 - A demissão é ato punitivo que extingue o vínculo funcional e a titularidade de cargo.

Parágrafo único - A demissão será aplicada em decorrência de:
I - Abandono do cargo;
II - Inassiduidade habitual;
III - Falta grave, apurada em processo administrativo, assegurada a ampla defesa do servidor;
IV - Sentença judicial transitada em julgado;
V - Mediante procedimento de avaliação de desempenho.

CAPÍTULO XI DA JORNADA DE TRABALHO E DA FREQUÊNCIA AO SERVIÇO

Art. 80 - A jornada de trabalho semanal do servidor público municipal será a estabelecida no ANEXO I desta Lei, em turnos que perfaçam no máximo 8 (oito) horas diárias.

Parágrafo único - A jornada de trabalho do membro do magistério será definida no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração próprio.

Art. 81 - Salvo nos serviços essenciais, os sábados e domingos são considerados como dias de descanso semanal.

Art. 82 - Nos órgãos ou unidades da Administração Municipal que prestam serviços essenciais, será adotado regime de jornada e turno de trabalho especiais, adequados ao atendimento à comunidade.

§ 1º - Na jornada especial, o descanso semanal será estabelecido de forma que o servidor tenha assegurado pelo menos um dos dias do descanso semanal, previsto no artigo 81 desta Lei Complementar.

§ 2º - O Executivo Municipal, por decreto, regulamentará a jornada e o turno especiais, definindo inclusive os órgãos ou unidades da Administração Municipal sujeitos ao regime de que trata o "caput" deste artigo.

Art. 83 - Extraordinariamente, por imperiosa necessidade do serviço ou motivo de força maior que justifique, a jornada de trabalho do servidor municipal poderá ser prolongada.

Art. 84 - A frequência do servidor municipal ao serviço será registrada de forma individualizada e, preferencialmente, através de sistema eletrônico.

Art. 85 - A ausência do servidor por período igual ou superior a 60 (sessenta) minutos, será considerada como falta, para todos os efeitos legais e, com perda da remuneração do dia.

Art. 86 - A ausência do servidor por período inferior a 60 (sessenta) minutos será compensada no mesmo dia.

Parágrafo único - A não compensação do período ausente implicará na perda de 1/3 (um terço) da remuneração do dia.

CAPÍTULO XII DO AFASTAMENTO

Art. 87 - O servidor municipal titular de cargo efetivo, poderá ser afastado de sua unidade de lotação, com opção de remuneração permanente, quando concorrer a mandato eletivo federal, estadual ou municipal;

Art. 88 - O servidor municipal estável, titular de cargo efetivo, poderá ser afastado de sua unidade de lotação, com prejuízo de vencimento e remuneração, para exercício de cargo em comissão

em órgão ou entidade da administração direta, autarquias e fundações de outros municípios, do Estado ou da União, computando-se o período de afastamento única e exclusivamente para fins de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 89 - O servidor municipal estável, titular de cargo de provimento efetivo, poderá ser afastado de sua unidade de lotação, com ou sem ônus para o Município, computando-se o período de afastamento única e exclusivamente para fins de aposentadoria nos seguintes casos:

I - Em exercício de trabalho em parceria;

II - Em atendimento a solicitações do Poder Judiciário;

III - Em atendimento a convênios com o Estado e a União.

Parágrafo único - Nos afastamentos com ônus para a origem, o servidor somente perceberá a remuneração permanente.

Art. 90 - No afastamento de servidor municipal serão observados:
I - Ato autorizativo da autoridade competente, publicado no Diário Oficial do Município, com validade apenas para o exercício em que ocorrer o afastamento, renovado se for o caso, em cada exercício;
II - A frequência será atestada e de inteira responsabilidade da entidade para a qual o servidor estiver afastado.

§ 1º - O afastamento de servidor municipal para concorrer ou para exercer o mandato eletivo dar-se-á na conformidade com o artigo 38 da Constituição Federal e da Legislação Eleitoral.

§ 2º - Nos afastamentos previstos no artigo 87, desta Lei Complementar, o servidor terá sua lotação colocada à disposição do órgão central origem.

§ 3º - Nos afastamentos previstos nos artigos 88 e 89, o servidor terá a sua lotação colocada à disposição do Setor de Recursos Humanos.

§ 4º - O Setor de Recursos Humanos interromperá o pagamento da remuneração do servidor afastado com ônus para o Município, quando não for cientificado, oficialmente, do cumprimento do inciso II deste artigo.

Art. 91 - O servidor titular de cargo de provimento efetivo, eleito para direção de representação do servidor público municipal, poderá ser liberado, a requerimento da entidade sindical para exercício junto ao respectivo sindicato, sem prejuízo de sua remuneração permanente, enquanto perdurar seu mandato.

Parágrafo único - O disposto no "caput" deste artigo fica limitado a 1 (um) servidor.

Art. 92 - O servidor estável, titular de provimento efetivo, poderá ser afastado para trabalhar em regime de parceria, na execução de atividades que concorrem para a prestação de bens e serviços públicos, mesmo que sob a direção de órgão ou entidade pública de outro nível de governo ou ainda, da iniciativa privada.

Parágrafo único - O afastamento para o disposto no "caput" deste artigo fica condicionado ao quadro quantitativo e qualitativo, integrante do instrumento de parceria, publicado no Diário Oficial.

Art. 93 - Cessado o afastamento, o servidor deverá apresentar-se ao setor de recursos humanos no prazo de, até 1 (um) dia útil, se cedido para órgão no Município, ou de até 2 (dois) dias úteis, se cedido para órgão em outra localidade.

Parágrafo único - O setor de recursos humanos providenciará o retorno do servidor ao órgão de origem, para sua respectiva lotação.

Art. 94 - É nulo de pleno direito, sob pena de responsabilidade da autoridade competente, o afastamento do servidor no exercício de cargo comissionado ou em estágio probatório.

Art. 95 - É vedado, sob pena de demissão do servidor, a prestação de serviços ou trabalho em outra entidade ou localidade do que aquela para a qual foi afastado.

Parágrafo único - É vedado o afastamento de servidor à entidade que tenha possibilitado ou permitido o disposto no "caput" deste artigo, sob pena de responsabilidade da autoridade competente.

CAPÍTULO XIII DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 96 - Substituição é o exercício temporário de cargo em comissão correspondente a chefia ou direção, por servidor, durante o impedimento legal ou afastamento do titular.

§ 1º - A substituição depende de ato da autoridade competente, na forma prevista em regulamento.

§ 2º - O substituto fará jus a remuneração do cargo em comissão, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, desde que esta seja igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 97 - No magistério municipal, caberá substituição remunerada na função docente para suprir vaga decorrente de afastamento temporário de professor, por período de 4 (quatro) a 14 (quatorze) dias, realizada por membro do próprio magistério municipal, preferencialmente, detentor de cargo efetivo.

§ 1º - O professor substituto perceberá remuneração por aula ministrada e de planejamento, com base no vencimento do seu cargo efetivo.

§ 2º - A remuneração do convocado será calculada, tomando-se como base o vencimento inicial do cargo, segundo a sua formação, observada a proporcionalidade da carga horária.

§ 3º - A convocação fica limitada ao período letivo, salvo necessidade imperiosa de reposição de aulas, e de execução de projetos especiais, no período de férias, permitida a reconvocação.

TÍTULO III DOS DIREITOS, VANTAGENS E BENEFÍCIOS

CAPÍTULO I DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 98 - Vencimento é a retribuição pecuniária mensal devida ao servidor municipal pelo exercício de cargo, com valor fixado em Lei.

Art. 99 - Provento é a retribuição pecuniária paga ao servidor municipal em disponibilidade.

Art. 100 - Remuneração é o vencimento acrescido das vantagens pecuniárias de caráter pessoal, funcional, indenizatória e acessória, prevista em Lei.

Art. 101 - É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração do servidor municipal.

Art. 102 - A remuneração do servidor público não sofrerá desconto além do previsto em Lei, ou por força de mandado judicial, salvo em virtude de indenização, ou restituição à fazenda pública municipal, inclusive autarquias e fundações públicas do Município.

§ 1º - Mediante autorização do servidor poderá ser efetuado desconto em sua remuneração em favor de entidade sindical, ou de terceiros, na forma estabelecida em regulamento, mediante autorização, coletiva ou individual, do servidor e a critério da administração e com reposição de custos.

§ 2º - A indenização ao erário municipal será descontada em parcelas mensais que não poderão ultrapassar a 10% (dez por cento) do valor da remuneração bruta do servidor.

Art. 103 - A remuneração do servidor será creditada até o 5º

(quinto) dia útil, após o mês trabalhado.

Art. 104 - O servidor que tiver creditado a seu favor, valor superior ao legalmente devido, deverá comunicar o fato ao responsável pela unidade de recursos humanos do órgão onde presta serviços, para fins de recolhimento ou restituição da diferença creditada indevidamente.

§ 1º - A restituição dar-se-á de uma única vez, quando o recolhimento não se fizer por manifestação do próprio servidor.

§ 2º - Será responsabilizado administrativamente o servidor que não comunicar crédito indevido.

SEÇÃO ÚNICA

Do Ressarcimento das Multas de Trânsito

Art. 105 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar as multas de trânsito aplicadas aos veículos de propriedade da municipalidade em razão do descumprimento da legislação de trânsito por parte dos servidores municipais.

Art. 106 - Após o pagamento da multa, o Poder Executivo Municipal deverá providenciar o ressarcimento do valor pago perante o servidor, podendo fazê-lo com dedução em folha de pagamento e de forma parcelada.

Parágrafo único: A quantidade de parcelas não poderá ser superior a 10 (dez).

Art. 107 - O ressarcimento das multas somente poderá ser objeto de dedução salarial, se a mesma for mantida após análise de admissibilidade, defesa prévia à JARI competente e recurso.

Parágrafo único - Cabe ao servidor, que por ação ou omissão deu causa a infração que resultou na penalidade de multa, proceder a defesa prévia e recurso a JARÍ.

CAPÍTULO II

DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

Art. 108 - Vantagens pecuniárias são acréscimos ao vencimento do servidor municipal em virtude de preenchimento de requisitos determinados em Lei ou regulamentos e classificam-se em:

I - Vantagem pecuniária de caráter pessoal, entendido como direito pecuniário atribuído ao servidor em razão de atendimento a condições pessoais e preenchimento de requisitos dispostos em Lei;

II - Vantagem pecuniária indenizatória, entendida como retribuição pecuniária destinada à manutenção do servidor quando deslocado da sede do Município por interesse da administração e, auxílio para seu deslocamento ao serviço;

III - Vantagem pecuniária acessória, entendida como remuneração adicional por encargos acessórios de caráter social cometida à pessoa do servidor.

Art. 109 - São vantagens pecuniárias de caráter pessoal:

I - O adicional por tempo de serviço;

II - As férias remuneradas, acrescida do abono de férias;

III - A gratificação natalina;

IV - A vantagem pessoal incorporada.

Art. 110 - São vantagens pecuniárias indenizatórias:

I - ajuda de custo;

II - diária;

III - auxílio-transporte.

Art. 111 - São vantagens pecuniárias acessórias:

I - salário-família;

II - auxílios diversos.

Art. 112 - As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem

acumuladas, para fins de concessão de vantagens posteriores.

Art. 113 - A remuneração do servidor, segundo sua natureza, classifica-se em:

I - permanente, representada pelo percebimento do vencimento e acrescido das vantagens de que tratam os incisos I e IV, do artigo 109, desta Lei Complementar;

II - habitual, representada pelo percebimento do vencimento e de vantagens inerentes ao exercício do cargo ou função, e de vantagem acessória de que tratam os incisos I, do artigo 111, desta Lei Complementar;

III - eventual, as que ocorrem provisoriamente, seja em razão de direito de concessão ou de condição de trabalho, na forma dos incisos II e III, do artigo 109, e incisos I, II e III, do artigo 110 desta Lei Complementar.

Parágrafo único - A remuneração de natureza habitual e eventual abrangem, nos termos da Lei, a remuneração permanente.

Art. 114 - A remuneração total do mês do servidor poderá conter parcelas remuneratórias de diferentes naturezas.

SEÇÃO I

Das Vantagens Pecuniárias de Caráter Individual

Subseção I

Do Adicional por Tempo de Serviço

Art. 115 - Ao servidor municipal será devido adicional por tempo de serviço, a cada 3 (três) anos de efetivo exercício prestados na administração direta, autárquica ou fundacional do Município, à razão de cinco por cento incidente sobre o vencimento do seu cargo efetivo.

Parágrafo único - O adicional de que trata este artigo, incorpora-se aos proventos de disponibilidade.

Subseção II

Das Férias Remuneradas e do Adicional de Férias

Art. 116 - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 117 - Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.

§ 1º - É vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.

§ 2º - O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

Art. 118 - A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.

Parágrafo único - Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

Art. 119 - O empregado perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão.

Art. 120 - É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do

período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

Art. 121 - O abono de férias de que trata o artigo anterior, bem como o concedido em virtude de cláusula do contrato de trabalho, do regulamento da empresa, de convenção ou acordo coletivo, desde que não excedente de vinte dias do salário, não integrarão a remuneração do empregado para os efeitos da legislação do trabalho.

Subseção III Da Gratificação Natalina

Art. 122 - A Gratificação Natalina deve ser pago em duas parcelas: a primeira, um adiantamento realizado entre os meses de fevereiro e novembro correspondente à metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior, e a segunda, que deve ser paga até o dia 20 de dezembro, relativa ao restante do salário.

Art. 123 - Aplica-se concomitantemente a presente Lei Complementar o disposto na Lei Federal 4090/62 e Lei Federal 4749/65 ou as que vierem a substituir.

SEÇÃO II Das Vantagens Pecuniárias Indenizatórias

Subseção I Da Ajuda de Custo

Art. 124 - Ao servidor municipal estável, que no interesse da Administração Municipal, for afastado por período superior a 30 (trinta) dias para outra cidade do território nacional, na forma do disposto no inciso IV, do artigo 87, desta Lei Complementar, será concedido ajuda de custo, com a finalidade de atender às despesas de sua locomoção e manutenção na cidade de destino, em valor estabelecido em regulamento.

§ 1º - A ajuda de custo será devida enquanto perdurar o motivo do afastamento do servidor.

§ 2º - A ajuda de custo não gera direitos ao servidor, não se integrando à gratificação natalina ou férias remuneradas.

Subseção II Das Diárias

Art. 125 - Ao servidor que no interesse da Administração Municipal se deslocar para outra cidade do território nacional, por período inferior a 30 (trinta) dias, será concedida diária, em valor destinado a atender despesas com alimentação, hospedagem e locomoção na cidade de destino.

§ 1º - O valor da diária será estabelecido em regulamento específico, que observará:

I - Distinção no valor atribuído para deslocamento para a capital da República, capitais de Estados e outros municípios do território nacional;

II - Distinção no valor atribuído em relação a hierarquia dos cargos ou posição dos servidores.

§ 2º - É vedado, atribuir diárias para fins diversos do estabelecido no "caput" deste artigo.

§ 3º - O regulamento estabelecerá as condições e valor no caso de deslocamento do servidor para o exterior.

Subseção III Do Auxílio Transporte

Art. 126 - Ao servidor municipal, que necessita e utiliza de transporte público, será devido auxílio transporte, destinado a atender à sua locomoção entre sua residência e o local de seu trabalho, na forma e condições estabelecidas em regulamento.

SEÇÃO III Das Vantagens Pecuniárias Acessórias

Subseção I Do Salário Família

Art. 127 - Será concedido ao servidor municipal, a título de salário família, valor definido por legislação previdência própria.

Subseção II Dos Auxílios

Art. 128 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Auxílio Alimentação, não incorporável aos vencimentos, aos Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo, bem como aos Agentes Políticos, proporcionalmente à carga horária.

§ 1º - Os valores relativos ao Auxílio Alimentação de que trata este artigo estão previstos no ANEXO II, que poderá ser alterado em Lei específica.

§ 2º - Os servidores que estiverem no gozo de benefícios pagos pela previdência social, exceto aposentadoria, terão direito ao recebimento de Auxílio Alimentação, pelo prazo máximo de 120 dias.

Art. 129 - Poderão ser concedidos outros auxílios aos servidores desde que estejam garantidos na CLT.

SEÇÃO IV Dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade

Art. 130 - O exercício de atividades que, segundo laudo técnico, apresentem condições de insalubridade acima dos limites estabelecidos pelo Ministério do Trabalho assegura ao servidor a percepção de um adicional de quarenta, vinte e dez por cento, segundo a classificação nos graus máximo, médio e mínimo, respectivamente, sobre o vencimento padrão ou salário-base.

Art. 131 - O adicional de periculosidade será de dez por cento sobre o vencimento-padrão ou salário-base, sem os acréscimos resultantes de gratificações ou prêmios.

Art. 132 - O direito aos adicionais de insalubridade e periculosidade ou penosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.

Art. 133 - A Administração Municipal deverá manter controle permanente da atividade de servidores em operações ou locais insalubres, penosos ou perigosos, buscando, constantemente, reduzir os riscos e inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

CAPÍTULO III DOS BENEFÍCIOS

SEÇÃO I Dos Benefícios Remunerados e de Pleno Exercício

Subseção I Das Licenças à Servidora Gestante, Adotante e Paternidade

Art. 134 - À servidora gestante, por ocasião do nascimento do filho, será concedida licença de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 1º - A indicação médica prescreverá o início da licença à servidora gestante.

§ 2º - No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício do cargo.

Art. 135 - À servidora lactante será concedido, durante a jornada de trabalho 02 (dois) descansos de 1 (uma) hora cada, para amamentar o próprio filho, até que este complete a idade de 6 (seis) meses.

Art. 136 - A servidora que adotar criança com até 30 (trinta) dias de nascimento, terá direito a licença de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único - A licença de que trata o "caput" deste artigo, será de 45 (quarenta e cinco) dias na hipótese da criança adotada ter mais de 30 dias de nascimento, até a idade de 5 (cinco) anos.

Art. 137 - Ao servidor municipal será concedido licença paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos, por ocasião do nascimento do filho.

Subseção II

Do Abono de Ausências

Art. 138 - O servidor municipal terá abonada a ausência ao serviço, sem perda de sua remuneração habitual e do efetivo exercício, desde que devidamente comprovada:

I - nos dias em que estiver à disposição do Poder Judiciário como testemunha e como júri;

II - nos dias em que estiver à disposição do Poder Judiciário, intimado para prestar esclarecimentos ou depoimentos;

III - nos dias em que estiver à disposição do Tribunal Regional Eleitoral para trabalhos nas eleições;

IV - nos dias de apresentação obrigatória em órgão do serviço militar;

V - nos dias em que doar sangue, desde que decorridos pelo menos 180 (cento e oitenta) dias da doação anterior;

VI - de 5 (cinco) dias consecutivos por ocasião de:

a) seu casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes e irmãos.

SEÇÃO II

Dos Benefícios não Remunerados

Subseção I

Da Licença para Tratar de Interesse Particular

Art. 139 - A critério da Administração poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em Estágio Probatório, licença para tratar de interesse particular, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração, não prorrogável.

§ 1º - Não será computado para qualquer efeito legal, o tempo referente ao período da mencionada licença.

§ 2º - O servidor aguardará em serviço a concessão da licença.

§ 3º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou por convocação da administração, quando comprovado o interesse público.

Art. 140 - É vedada a prestação de serviço profissional ao Município por servidor em licença para tratar de interesse particular, sob qualquer forma ou título, sob pena de demissão do servidor e de responsabilidade da autoridade competente.

CAPÍTULO IV

DAS LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, POR ACIDENTE EM SERVIÇO

SEÇÃO I

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 141 - Ao servidor municipal, será concedido licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base na indicação

de exame médico oficial do município.

Art. 142 - Até o 15º (décimo quinto) dia de licença para tratamento de saúde o servidor terá remuneração habitual pelo seu órgão de origem.

Parágrafo único - Após o prazo referido no "caput" deste artigo, a remuneração do servidor ocorrerá pelo Instituto Nacional de Previdência Social.

SEÇÃO II

Da Licença por Acidente em Serviço

Art. 143 - Ao servidor municipal será concedida licença por acidente em serviço quando comprovadamente sofrer dano físico ou mental direta ou indiretamente relacionados com o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

Parágrafo único - Considera-se como acidente em serviço o dano: I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício de suas atribuições;

II - sofrido no percurso de sua residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 144 - O responsável pela unidade setorial de recursos humanos de que trata o inciso VII do artigo 16, desta Lei Complementar, encaminhará a documentação necessária a Previdência Social.

§ 1º - A comprovação do acidente será feita em processo regular, devidamente instruído, com declaração de testemunhas, cabendo ao serviço médico oficial atestar o estado geral do acidentado, mencionando as lesões sofridas, bem assim as possíveis consequências que poderão advir do acidente.

§ 2º - O processo de comprovação de acidente em serviço deverá ser iniciado no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência do acidente.

CAPÍTULO V

DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 145 - É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou de interesses.

Art. 146 - O requerimento deverá ser dirigido à autoridade competente para decidí-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 147 - Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão.

Parágrafo único - O pedido de reconsideração não pode ser renovado.

Art. 148 - O requerimento e o pedido de reconsideração, de que tratam os artigos anteriores, deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 60 (sessenta) dias.

Art. 149 - Caberá recurso do indeferimento do pedido de reconsideração.

§ 1º - O recurso será sempre dirigido ao Chefe do Poder Executivo.

§ 2º - O recurso deverá ser encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 150 - O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 15 (quinze) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 151 - O pedido de reconsideração e o recurso não têm efeito suspensivo.

§ 1º - Excepcionalmente, o recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo.

§ 2º - Em caso de provimento de pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 152 - O direito de requerer, na esfera administrativa, prescreve:

I - Em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - Em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único - O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 153 - O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem o curso da prescrição.

Art. 154 - A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração.

Art. 155 - Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 156 - A Administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 157 - São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo, salvo motivo de força maior.

TÍTULO IV DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DOS DEVERES

Art. 158 - São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Municipal e de autoridades administrativas e judiciárias;

VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas;

XII - providenciar para que esteja sempre em ordem no assentamento individual a sua declaração de família;

XIII - apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado, quando for o caso;

XIV - cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho;

XV - estar em dia com as leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções;

XVI - proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública;

XVII - não deixar de punir o subordinado faltoso, quando compe-

tente para aplicação da penalidade;

XVIII - falar a verdade, não omitir a verdade, não distorcer a verdade, ou não fazer afirmação falsa, como testemunha, em sindicância ou processo administrativo;

XIX - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único - A representação de que trata o inciso XIX será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada.

CAPÍTULO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 159 - Ao servidor e detentor de cargo comissionado é proibido:

I - apresentar-se embriagado ao serviço ou ali embriagar-se;

II - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

III - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

IV - recusar fé a documentos públicos;

V - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

VI - referir-se, depreciativamente, em informação, parecer ou despacho, ou pela imprensa, ou qualquer meio de divulgação, às autoridades constituídas e aos atos da Administração, podendo, porém, em trabalho devidamente assinado, apreciá-lo sob o aspecto doutrinário e da organização e eficiência do serviço;

VII - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VIII - entreter-se, durante as horas de trabalho, em conversas, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço;

IX - deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

X - tratar de interesses particulares na repartição;

XI - exercer ato de comércio entre os companheiros de serviço, promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição, salvo caso de moléstia ou outro estado de necessidade;

XII - cometer a pessoa estranha a repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

XIII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional, ou sindical, ou a partido político;

XIV - manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

XV - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XVI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a qualquer repartição pública, salvo quando se tratar de interesse de parentes até o segundo grau, ou de cônjuge ou companheiro;

XVII - fazer contratos de natureza comercial e industrial com o Município, por si ou como representante de outrem;

XVIII - participar da gerência ou de administração de empresas bancárias ou industriais ou de sociedades comerciais que mantenham relações de natureza econômica, financeira ou administrativa com o Município, sejam por este subvencionados ou estejam diretamente relacionadas com a finalidade da repartição em que esteja lotado;

XIX - requerer ou promover a concessão de privilégios, garantias de juro ou outros favores semelhantes, federais, estaduais ou municipais, exceto privilégio de invenção própria;

XX - praticar atos de sabotagem contra o serviço público;

XXI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XXII - aceitar comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro;

XXIII - proceder de forma desidiosa;

XXIV - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XXV - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;



XXVI - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

CAPÍTULO III DA ACUMULAÇÃO

Art. 160 - Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos;

§ 1º - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.

§ 2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

Art. 161 - O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 162 - O servidor que acumular lícitamente 2 (dois) cargos efetivos ou comissão, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos;

Parágrafo único - Ao exercer o cargo em comissão e afastar-se dos dois efetivos, passará a receber tão somente pelo desempenho do cargo em comissão, salvo se optar pela remuneração dos cargos efetivos.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 163 - O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 164 - A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, do servidor que resulte em prejuízo à Fazenda Municipal ou a terceiros.

§ 1º - Nos casos de indenização à Fazenda Municipal, o servidor será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais.

§ 2º - Fora dos casos do parágrafo anterior, a importância da indenização poderá ser liquidada em parcelas mensais não excedentes à décima parte da remuneração líquida, em valores atualizados.

§ 3º - Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Municipal, em ação regressiva.

§ 4º - A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 165 - A responsabilidade penal resulta das infrações penais praticadas pelo servidor, nessa qualidade.

Art. 166 - A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Parágrafo único - Caracteriza-se especialmente a responsabilidade: I - pela sonegação de valores e objetos confiados à sua guarda ou responsabilidade, ou por não prestar contas, ou por não as tomar na forma e nos prazos estabelecidos em lei, regulamento, instrução ou ordem de serviço;

II - pelas faltas, danos, avarias ou quaisquer outros prejuízos que sofrerem os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a seu exame ou fiscalização;

III - pela falta ou inexistência das necessárias averbações nas notas de despacho, ou guias e outros documentos de receita, ou que tenham com eles relação;

IV - por qualquer erro de cálculo ou redução contra a Fazenda Municipal.

Art. 167 - O funcionário que adquirir materiais em desacordo com disposições legais e regulamentares, será responsabilizado pelo respectivo custo, podendo se proceder ao desconto em seu vencimento ou remuneração, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar.

Art. 168 - As sanções penais, civis e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 169 - A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 170 - São penalidades disciplinares:

I - Advertência;

II - Suspensão;

III - Multa;

IV - Demissão;

V - Destituição de cargo em comissão;

VI - Destituição de função gratificada.

Art. 171 - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art. 172 - A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do artigo 159, incisos I a XIV, no caso do inciso IV do parágrafo único do artigo 166, e no de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 173 - A suspensão, que não poderá exceder de 90 (noventa) dias, será aplicada:

a) em caso de reincidência das faltas punidas com advertência;

b) em caso de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão.

§ 1º - Também será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 174 - A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a Administração Pública ou a Fé Pública;

II - abandono do cargo;

III - ineficiência no serviço;

IV - inassiduidade habitual;

V - improbidade administrativa;

VI - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição, e prática constante de jogos de azar;

VII - insubordinação grave em serviço;

VIII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

IX - aplicação irregular de dinheiros públicos;

X - revelação de segredo do qual teve conhecimento em razão do cargo;

XI - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

XII - corrupção;

XIII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIV - transgressão dos incisos XV a XXV do artigo 159.

Art. 175 - A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão e exoneração.

Art. 176 - A demissão, ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do artigo 159, incisos XV e XVI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 2 (dois) anos.

Parágrafo único – Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do artigo 174, incisos I, V, IX, XI e XII.

Art. 177 - O abandono de cargo é caracterizado por:
I - ausência injustificada ao serviço por 30 (trinta) dias consecutivos.

Art. 178 - A Inassiduidade habitual, configura-se nas reiteradas e interpoladas faltas injustificadas.

Art. 179 - Deverá a autoridade competente, verificada a possível ocorrência da inassiduidade habitual, solicitar a abertura de procedimento administrativo disciplinar.

Art. 180 - O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 181 - Para aplicação das penalidades disciplinares previstas no artigo 170 são competentes:

I - o Prefeito Municipal;

II - as autoridades administrativas diretamente subordinadas ao Prefeito Municipal e os Secretários Municipais, até a de suspensão;

III - os Diretores, até a de suspensão, limitada a 30 (trinta) dias;

IV - os Gerentes, até a de suspensão, limitada a 15 (quinze) dias;

V - os Chefes de Divisão, até a de suspensão, limitada a 8 (oito) dias.

Art. 182 - A prescrição da pretensão de punibilidade ocorrerá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto às infrações puníveis com suspensão;

III - em 6 (seis) meses, quanto às infrações puníveis com advertência.

§ 1º - A infração disciplinar, também definida como crime prescreverá juntamente com a pretensão punitiva deste.

§ 2º - A prescrição começa a correr:

a) do dia em que a infração disciplinar foi cometida;

b) do dia em que tenha cessado a continuação ou permanência, nas infrações disciplinares continuadas ou permanentes.

§ 3º - Interrompe-se o prazo da prescrição pela expedição da portaria instauradora do processo disciplinar.

Art. 183 - As decisões referentes à imposição de pena disciplinar constarão do prontuário do infrator, com menção dos fatos que lhe deram causa.

Parágrafo único - Decorridos 5 (cinco) anos da imposição da sanção disciplinar, sem cometimento de nova infração, não mais poderá ela ser considerada em prejuízo do infrator, inclusive para efeito de reincidência.

Art. 184 - As súmulas das decisões referentes à imposição de penalidade disciplinar serão publicadas no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único - Também as súmulas das decisões absolutórias serão publicadas no Diário Oficial do Município.

TÍTULO V**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 185 - A autoridade que tiver ciência da irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante o processo disciplinar adequado.

Art. 186 - A apuração das infrações disciplinares será feita mediante:

a) processo administrativo ordinário, quando cabível a pena de demissão;

b) processo administrativo sumário, nos demais casos.

Parágrafo único - O processo administrativo ordinário ou sumário poderá ser precedido de sindicância, de caráter simplesmente investigatório, quando não houver elementos suficientes para se concluir pela ocorrência de infração disciplinar ou de sua autoria.

Art. 187 - No processo administrativo fica assegurada ao acusado ampla defesa, na forma desta lei, exercida pessoalmente ou por procurador ou por defensor.

Art. 188 - A Comissão processante exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Parágrafo único – As reuniões e as audiências das Comissões terão caráter reservado.

Art. 189 - Dos atos, termos e documentos da sindicância e do processo administrativo ficarão cópias, que formarão os autos suplementares.

Art. 190 - Aplicam-se subsidiariamente ao Processo disciplinar as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e do Código de Processo Penal.

CAPÍTULO II**DA SINDICÂNCIA**

Art. 191 - A sindicância constitui procedimento de caráter simplesmente investigatório, quando não houver elementos suficientes para se concluir pela ocorrência de infração disciplinar ou de sua autoria.

Parágrafo único - A instauração de sindicância é obrigatória em casos de acidentes de trânsito envolvendo veículos ou máquinas pertencentes ao Município de Corupá.

Art. 192 - Ao Prefeito Municipal compete determinar a instauração de sindicância.

Parágrafo único - Poderá ser delegada à Assessoria Jurídica e aos Secretários Municipais a atribuição para expedição de portaria relativa a instauração de sindicância e designação da respectiva comissão.

Art. 193 - Da instauração dos trabalhos da Comissão sindicante lavrar-se-á ata resumida.

Art. 194 - Sempre que necessário, os servidores incumbidos da sindicância poderão dedicar todo o seu tempo naquele encargo, ficando, em consequência, automaticamente dispensados do serviço da repartição, durante a realização de todos os trabalhos pertinentes ao caso.

Art. 195 - A sindicância deverá ser ultimada dentro de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual prazo.

Art. 196 - Colhidos os elementos necessários à comprovação da infração disciplinar e da autoria, será imediatamente ouvido o sindicado.

Art. 197 - Em seguida, a Comissão sindicante, em 10 (dez) dias, elaborará relatório, em que examinará os elementos da sindicância e concluirá pela instauração de processo administrativo ou pelo arquivamento.

CAPÍTULO III DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SUMÁRIO

Art. 198 - O processo administrativo sumário é aplicável quando não couber pena de demissão.

Art. 199 - Ao Prefeito Municipal compete determinar a instauração de processo administrativo sumário.

§ 1º - Poderá ser delegada ao Assessor Jurídico e aos secretários Municipais a atribuição para expedição de portaria relativa a instauração de processo administrativo sumário e designação da respectiva Comissão.

§ 2º - A Comissão processante será composta de 3 (três) servidores municipais, de categoria nunca inferior a do indiciado.

§ 3º - Não poderá ser designado para a Comissão Processante servidor que seja parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, do denunciante ou do indiciado.

§ 4º - Incumbirá ao próprio servidor impedido denunciar o fato.

§ 5º - A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

Art. 200 - A portaria de instauração deve conter a qualificação do indiciado, a exposição dos fatos imputados e a previsão legal sancionadora, e será instruída com a sindicância, se houver, ou com os elementos de prova existentes.

Art. 201 - Instalados os trabalhos da Comissão processante, de que se lavrará ata resumida, o seu presidente deliberará sobre a realização de provas e diligências necessárias à comprovação dos fatos e de sua autoria, bem como designará data para a audiência de instrução, em que serão ouvidos o indiciado e as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, até o máximo de 3 (três) para cada uma.

Art. 202 - O indiciado será desde logo citado da acusação, recebendo cópia da portaria e do despacho referido no artigo anterior.

Parágrafo único - Se o indiciado não for encontrado ou furtar-se à citação, será citado por aviso publicado no Diário Oficial do Município, com prazo de 3 (três) dias.

Art. 203 - No prazo de 5 (cinco) dias, contado da citação, o indiciado, pessoalmente ou por procurador, poderá apresentar defesa prévia, com o rol de testemunhas, oferecendo e especificando as provas que pretenda produzir.

§ 1º - No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da Comissão que fez a citação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

§ 2º - A Comissão processante poderá indeferir provas impertinentes ou que tenham intuito meramente protelatório.

Art. 204 - Se o indiciado não atender à citação e não se fizer representar por procurador, será declarado revel, designando-se defensor dentre os servidores do Município que estejam regularmente inscritos na OAB, o qual não poderá escusar-se da incumbência, sem justo motivo, sob pena de advertência.

§ 1º - A todo tempo o indiciado revel poderá constituir procurador que substituirá o defensor designado.

§ 2º - Na falta de servidor inscrito na OAB, o Município deves providenciar a contratação de respectivo profissional sem ônus ao servidor.

Art. 205 - O indiciado, depois de citado, não poderá, sob pena de prosseguir o processo à sua revelia, deixar de comparecer, sem justo motivo, aos atos do processo para os quais tenha sido regularmente notificado.

Parágrafo único - Na hipótese de revelia, proceder-se-á na forma do artigo anterior.

Art. 206 - Concluída a instrução, o indiciado terá 5 (cinco) dias para apresentar alegações por escrito.

Art. 207 - Oferecidas as alegações, a Comissão processante elaborará relatório conclusivo, encaminhando os autos ao Prefeito Municipal para julgamento.

Art. 208 - O processo deverá ser concluído em 30 (trinta) dias, contados da citação, prorrogáveis por igual prazo.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ORDINÁRIO

Art. 209 - O processo administrativo ordinário é aplicável para apuração de infração disciplinar que possa determinar a pena de demissão (CF, art. 41, § 1º).

Art. 210 - Ao Prefeito Municipal compete determinar a instauração de processo administrativo ordinário.

§ 1º - Poderá ser delegada à Assessoria Jurídica a atribuição para expedição de portaria relativa a instauração de processo administrativo ordinário e designação da respectiva Comissão.

§ 2º - A Comissão processante será composta de 3 (três) servidores municipais, de categoria nunca inferior à do indiciado.

§ 3º - Não poderá ser designado para a Comissão processante servidor que seja parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, do denunciante ou do indiciado.

§ 4º - Incumbirá ao próprio servidor impedido denunciar o fato.

Art. 211 - A Comissão processante terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair sobre um de seus membros.

Art. 212 - Sempre que necessário, os servidores incumbidos do processo administrativo ordinário poderão dedicar todo o seu tempo naquele encargo, ficando, em consequência, automaticamente dispensados do serviço da repartição, durante a realização de todos os trabalhos pertinentes ao caso.

Art. 213 - A portaria de instauração do processo administrativo ordinário conterá a qualificação do indiciado, exposição circunstanciada dos fatos imputados, a previsão legal sancionadora, indicará as provas e diligências necessárias à comprovação dos fatos e da sua autoria.

Parágrafo único - Na portaria poderão ser arroladas até 8 (oito) testemunhas.

Art. 214 - Da instalação da Comissão lavrar-se-á ata resumida.

Art. 215 - Designada a data para a realização do interrogatório, far-se-á a citação do indiciado, que será pessoal, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data do interrogatório, sendo-lhe entregue cópia da portaria de instauração do processo.

Parágrafo único - Se o indiciado não for encontrado ou furtar-se à citação, será citado por aviso publicado no Diário Oficial do Município, com prazo de 10 (dez) dias.

Art. 216 - O indiciado, depois de citado, não poderá, sob pena de prosseguir o processo à sua revelia, deixar de comparecer, sem motivo justificado, aos atos do processo para os quais tenha sido regularmente notificado.

Art. 217 - O indiciado será interrogado sobre os fatos constantes da portaria, lavrando-se o respectivo termo.

Art. 218 - O indiciado terá prazo de 5 (cinco) dias, contados do interrogatório, para apresentar defesa prévia, oferecer e especificar provas, podendo arrolar até 8 (oito) testemunhas.

§ 1º - No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em termo próprio, pelo membro da Comissão que fez a citação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

§ 2º - No prazo da defesa prévia, os autos poderão ser retirados mediante carga.

§ 3º - No caso de processo administrativo por abandono do cargo, a prova de defesa só pode versar sobre força maior ou coação ilegal.

Art. 219 - Se o indiciado não atender à citação e não se fizer representar por procurador, será declarado revel, designando-se defensor dentre os servidores do Município que estejam regularmente inscritos na OAB, o qual não poderá escusar-se da incumbência, sem justo motivo, sob pena de advertência.

§ 1º - A todo tempo o indiciado revel poderá constituir procurador que substituirá o defensor designado.

§ 2º - Na falta de servidor inscrito na OAB, o Município devesse providenciar a contratação de respectivo profissional sem ônus ao servidor.

Art. 220 - Findo o prazo para defesa prévia, o presidente da Comissão designará data para a audiência de instrução, podendo indeferir fundamentadamente as provas desnecessárias, impertinentes ou que tiverem intuito protelatório.

Art. 221 - O indiciado e seu procurador ou defensor deverão ser notificados pessoalmente de todos os atos e termos do processo, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, quando o forem em audiência.

Art. 222 - Serão notificados para comparecer à audiência de testemunhas de acusação e de defesa, bem assim o indiciado e seu procurador ou defensor.

§ 1º - Na impossibilidade de inquirição de todas as testemunhas na mesma audiência, o presidente da comissão processante poderá, desde logo, designar tantas datas quantas forem necessárias para tal fim.

§ 2º - Quando for desconhecido o paradeiro de alguma testemunha, o presidente da Comissão solicitará a Polícia informações necessárias para a notificação.

§ 3º - Se o notificado for funcionário público, ao seu Chefe imediato será dado conhecimento dos termos da notificação.

§ 4º - Tratando-se de militar, o seu comparecimento será requisitado ao respectivo comando, com as indicações necessárias.

Art. 223 - A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, salvo caso de proibição legal, nos termos do artigo 207 do Código de Processo Penal, ou em se tratando das pessoas mencionadas no artigo 206 do mesmo Código.

Parágrafo único - Se a testemunha se recusar a depor, sem justa

causa, for servidor municipal, o fato será comunicado ao Prefeito Municipal, que suspenderá o pagamento do seu vencimento ou remuneração até que satisfaça a obrigação.

Art. 224 - Encerrada a produção de provas, será concedido o prazo de 2 (dois) dias para requerimento de diligências.

Parágrafo único - Transcorrido esse prazo, a Comissão Processante decidirá sobre as diligências requeridas e poderá determinar outras que julgarem necessárias.

Art. 225 - Concluídas as diligências, o indiciado terá vista dos autos pelo prazo de 10 (dez) dias para oferecer alegações por escrito.

Art. 226 - Oferecida a defesa, a Comissão processante elaborará relatório, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a Comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 227 - Elaborado o relatório, os autos serão encaminhados ao Chefe do Poder Executivo, para julgamento.

Art. 228 - O processo deverá ser concluído em 60 (sessenta) dias, contados da citação, prorrogáveis por igual prazo.

CAPÍTULO V DO JULGAMENTO

Art. 229 - Recebendo o relatório da Comissão, acompanhado do processo, o Prefeito Municipal proferirá o julgamento no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º - Se o Prefeito Municipal não se considerar habilitado a decidir, poderá converter o julgamento em diligência, devolvendo os autos a Comissão processante para os fins que indicar.

§ 2º - Retornando os autos, o Prefeito Municipal decidirá em 30 (trinta) dias.

Art. 230 - O julgamento acatará o relatório da Comissão processante, salvo quando contrário à prova dos autos.

Parágrafo único - Quando o relatório da Comissão contrariar as provas dos autos, o Prefeito Municipal poderá, motivadamente, agravar a penalidade imposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 231 - Verificada a existência de vício insanável o Prefeito Municipal declarará a nulidade total ou parcial do processo, determinando a sua renovação, ordenando, se for o caso, a constituição de outra Comissão.

Parágrafo único - Não será declarada a nulidade de nenhum ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial, ou, diretamente na decisão do processo.

Art. 232 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando traslado na repartição.

Art. 233 - O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único - Se ocorrida, inadvertidamente, a exoneração, o ato, se for o caso será convertido em demissão.

Art. 234 - O indiciado será intimado pessoalmente da decisão,

salvo se for revel ou furtar-se à intimação, casos em que será feita por publicação em Diário Oficial do Município.

CAPÍTULO VI DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

Art. 235 - Desde que o afastamento do servidor seja necessário para a investigação das faltas cometidas, a pedido da Comissão processante, poderá ser ordenada pelo Prefeito Municipal a sua suspensão preventiva até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - A suspensão poderá ser prorrogada até 90 (noventa) dias, findos os quais cessarão os efeitos da suspensão, ainda que o processo administrativo não seja concluído.

Art. 236 - Durante o período da suspensão preventiva, o funcionário perderá 1/3 (um terço) do vencimento ou remuneração.

Art. 237 - Se do processo administrativo não resultar punição ou se esta se limitar a advertência ou multa, o servidor terá direito à diferença de vencimento ou remuneração e à contagem de tempo de serviço relativo ao período da suspensão preventiva.

Parágrafo único - Se a pena de suspensão aplicada for menor que a preventiva, o servidor terá direito à diferença de vencimento ou remuneração e à contagem de tempo de serviço correspondente ao período de afastamento excedente do prazo da suspensão efetivamente aplicada.

Art. 238 - O servidor, que, sem justa causa, deixar de atender a qualquer exigência para cujo cumprimento seja marcado prazo certo, terá suspenso o pagamento de seu vencimento ou remuneração, até que satisfaça essa exigência.

CAPÍTULO VII DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 239 - Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão do processo disciplinar findo:

I - quando a decisão for contrária a texto expresso de lei ou à evidência dos autos;

II - quando a decisão se fundar em depoimentos comprovadamente falsos ou viciados;

III - quando, após a decisão, se descobrirem novas provas da inocência do punido ou de circunstância que autorize penalidade mais branda;

IV - quando forem alegados vícios insanáveis do procedimento, que possam justificar a anulação.

§ 1º - A simples alegação de injustiça da decisão não será considerada como fundamento para a revisão.

§ 2º - O pedido que não estiver fundamentado em uma das hipóteses enumeradas neste artigo será indeferido in limine.

§ 3º - Não será admitida a reiteração de pedido pelo mesmo fundamento.

Art. 240 - A revisão poderá ser requerida pelo próprio punido, ou procurador legalmente habilitado, ou, se interdito ou falecido, por seu curador, cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

Art. 241 - O pedido revisional, sempre dirigido ao Prefeito Municipal, deverá ser instruído com as provas que o requerente possuir ou com indicação daquelas que pretenda produzir.

Parágrafo único - Ao processo de revisão será apensado o processo administrativo ou sua cópia.

Art. 242 - Deferida a petição, o Prefeito Municipal providenciará a constituição de Comissão de 3 (três) servidores municipais, nas mesmas condições dos artigos 194 e 195, cabendo a presidência, porém, a um bacharel em direito.

Parágrafo único - Estará impedido de funcionar na Comissão Revisora quem tiver integrado a Comissão Processante.

Art. 243 - Concluída a instrução do processo revisional, será aberta vista ao requerente, perante o Secretário, no local do processo, pelo prazo de 10 (dez) dias, para apresentação de alegações.

Parágrafo único - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 244 - Decorrido o prazo referido no artigo anterior, ainda que sem alegações, será o processo encaminhado, com relatório fundamentado da Comissão, e dentro de 15 (quinze) dias, ao Prefeito Municipal, para o julgamento.

Art. 245 - O julgamento deverá ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do processo, no curso do qual poderá o Prefeito Municipal determinar diligências que entender necessárias para o melhor esclarecimento do processo.

Art. 246 - Deferida a revisão, o Prefeito poderá alterar a classificação da infração, absolver o punido, modificar a pena ou anular o processo, vedado, em qualquer caso, o agravamento da penalidade.

Art. 247 - Absolvido o requerente, restabelecer-se-ão em sua plenitude os direitos atingidos pela punição, exceto em relação à destituição de cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

TÍTULO VI DA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

Art. 248 - A Administração Municipal poderá proceder a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, com o objetivo de preservar e garantir o fornecimento de bens e serviços públicos essenciais à comunidade.

Art. 249 - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - Assistência a situações de calamidade pública ou de debelação de situações declaradas emergenciais;

II - Admissão de professor substituto e professor visitante, professor e pesquisador visitante estrangeiro;

III - Realização de levantamentos cadastrais e sócio-econômicos, recenseamentos declarados urgentes e inadiáveis;

IV - Situações de caráter emergencial e de real interesse público, combate a surtos endêmicos;

V - Necessidade de substituição de servidor municipal concursado, por afastamento para tratamento de saúde ou licença;

VI - Para suprir convênios, contratos, programas especiais, trabalhos determinados ou ajustes de qualquer espécie;

Art. 250 - A contratação de pessoal de que trata esta Lei dar-se-á mediante processo seletivo simplificado, compreendendo, obrigatoriamente, prova escrita e ou títulos e ou entrevista, sem prejuízo de outras modalidades que, a critério do Município, ou entidade contratante, venham a ser exigidas.

Art. 251 - Os profissionais do magistério e demais setores da municipalidade que vierem a ser contratados na forma de ACT's não terão nenhum vínculo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, não ocuparão vagas do Plano de Cargos e Salários, sujeitando-se tão somente as regras previstas na CLT:

a) Férias proporcionais acrescidas de 1/3;

b) 13º proporcional.

Parágrafo único - Aplica-se aos servidores contratados na forma de ACT's o Regime Geral da previdência Social.

Art. 252 - O edital de que trata o artigo 250 da presente lei, especificará todos os dispositivos necessários.

Art. 253 - O prazo de vigência de contrato por tempo determinado não poderá exceder a 12 (doze) meses, renovável uma única vez, se necessário, pelo mesmo período.

Parágrafo único - É vedada nova contratação de pessoa que já tenha sido contratada por tempo determinado, antes de decorrido o prazo de 06 (seis) meses de vencimento do contrato anterior.

Art. 254 - As contratações somente poderão ser procedidas com suficiência de dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Prefeito Municipal para os órgãos da administração direta e do dirigente de autarquia ou fundação pública municipal.

Art. 255 - A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei, será fixado nos contratos, em importância idêntica ao salário inicial fixo para o serviço municipal em início de carreira da mesma categoria, ou inexistindo, da categoria equivalente.

Art. 256 - O contrato por tempo determinado é orientado pelo regime celetista.

Art. 257 - Aplica-se aos contratos por tempo determinado o disposto no § 2º do artigo 39, da Constituição Federal.

Art. 258 - O contratado por tempo determinado se submete às disposições do Título IV e, suas faltas apuradas nos termos do Capítulo II do Título V desta Lei Complementar.

Art. 259 - O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

- I - Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

- II - Ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança;

Parágrafo único - A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão de contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 260 - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apurados mediante sindicância e/ou processo administrativo, concluída no prazo de 30 (trinta) dias assegurada ampla defesa.

Art. 261 - O contrato firmado de acordo com esta Lei, extinguir-se-á sem direito a indenização ao contrato:

- I - enquanto perdurar a necessidade temporária de excepcional interesse público;

- II - por iniciativa do contratado; ou

- III - pelo término do prazo contratual.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 262 - Sempre que houver emenda à Constituição Federal em dispositivo que diz respeito às relações entre a administração pública e seus servidores, o Executivo Municipal promoverá junto ao Legislativo Municipal, as alterações cabíveis à presente Lei Complementar.

Art. 263 - O servidor municipal exonerado ou demitido receberá o abono de férias e o décimo terceiro salário proporcionais aos devidos no mês do desligamento.

Parágrafo único - Não fará jus, ao disposto no "caput" deste artigo o servidor demitido.

Art. 264 - Na revisão geral e anual da remuneração dos servidores,

na data que dispõe o artigo 324, desta Lei Complementar, será fixado, obrigatoriamente e sem distinção, o índice de reajuste dos servidores municipais.

Art. 265 - É vedada à Administração Municipal creditar a servidor, a qualquer título, vantagem pecuniária não prevista nesta Lei Complementar, sob pena de responsabilidade do órgão gestor de recursos humanos e da autoridade competente.

Art. 266 - O dia do servidor público será comemorado a 28 de outubro.

Art. 267 - Poderão ser instituídos no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional, além dos previstos nos respectivos planos de carreiras e de vencimentos, os seguintes incentivos funcionais:

- I - prêmio pela apresentação de idéias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento da produtividade e a redução de custos operacionais; e

- II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecorações e elogios a servidores que tenham se destacado por relevantes serviços prestados à Administração Pública Municipal.

Art. 268 - Os prazos previstos nesta Lei Complementar são contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido no dia em que não haja expediente.

Art. 269 - Por motivo de crença religiosa ou convicção política ou filosófica, nenhum servidor poderá ser privado de quaisquer de seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

LIVRO II DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

TÍTULO I DA FORMA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 270 - A Administração Municipal de Corupá é constituída por órgãos, sem personalidade jurídica, sujeitos à subordinação hierárquica, integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo e submetidos à direção superior do Prefeito Municipal.

Art. 271 - A Secretaria Municipal, como órgão central de direção superior das atividades de sua área de competência, cabe exercer a condução geral das unidades administrativas que lhe são subordinadas.

Art. 272 - As atividades da Secretaria Municipal estão classificadas e definidas em:

- I - De direção;

- II - De gerência;

- III - De execução.

Parágrafo único: O Poder Executivo poderá criar Comissões com atribuições específicas, desde que seus integrantes não sejam remunerados

Art. 273 - Os órgãos da Administração Municipal obedecerão ao seguinte escalonamento hierárquico:

- I - primeiro nível – Secretaria

- II - segundo nível – Diretoria Geral

- III - terceiro nível – Gerência

- IV - quarto nível – Chefia ou Direção Escolar

- V - quinto nível – Coordenação Setorial

VI - sexto nível – Coordenações Geral

Art. 274 - O Plano de Cargos dos Servidores Municipais do Poder Executivo do Município de Corupá, compreendendo a denominação dos cargos, suas atribuições, vencimentos, vantagens, formas de provimento, é o estabelecido na presente Lei e em seus anexos.

§ 1º - Para os servidores do Magistério, inclusive de apoio, aplica-se o que dispõe a Lei 1193/99 de 05 de Março de 1999 e alterações posteriores.

§ 2º - Para os servidores do Conselho Tutelar, aplica-se o que dispõe a Lei 1612/05 de 20 de Setembro de 2005 e 1712/06 de 21 de Novembro de 2006.

**CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGÂNICA**

Art. 275 - A estrutura orgânica da Prefeitura Municipal de Corupá é a seguinte:

- I - Assessoria Jurídica;
- II - Assessoria Executiva de Governo;
- III - Assessoria de Comunicação Social;
- IV - Assessor de Controle Interno;
- V - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
- VI - Secretaria Municipal de Educação;
- VII - Secretaria Municipal de Saúde;
- VIII - Secretaria Municipal Assistência Social, Trabalho e Habitação;
- IX - Secretaria Municipal de Infra estrutura;
- X - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;

§ 1º - A remuneração dos Secretários Municipais, das respectivas pastas, será a definida em lei específica.

§ 2º - Os Secretários Municipais respondem diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, devendo zelar pelo bom desempenho de suas atribuições a todo o momento.

Art. 276 - Os Cargos de Assessor Jurídico, Assessor Executivo de Governo, Assessor de Comunicação Social, e do Assessor de Controle Interno, vinculam-se diretamente ao Gabinete do Prefeito, com hierarquia de Primeiro Escalão.

Parágrafo único - As assessorias de que trata este artigo serão auxiliadas burocraticamente por servidores municipais estáveis designados pelo Prefeito.

**CAPÍTULO III
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

Art. 277 - Compõe a Administração Pública Indireta do Município de Corupá:

- a) A Fundação Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Lazer, criado pela Lei Complementar 006/09, de 30 de Junho de 2009;
- b) O Fundo Municipal de Saúde, criado pela Lei n.º 807, de 12 de Março de 1992;
- c) O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, criado pela Lei n.º 804/91, de 20 de Dezembro de 1991;

§ 1º - As pessoas administrativas citadas no caput deste artigo, cujas atribuições estão estabelecidas em lei específica, não terão unidades administrativas próprias, sendo que seus agentes serão aqueles cedidos pela Secretaria Municipal a que estiverem vinculadas administrativamente.

§ 2º - Não se aplica as determinações estabelecidas no parágrafo anterior a Fundação Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Lazer que possui unidade administrativa própria.

**TÍTULO II
DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS****CAPÍTULO I
ASSESSORIA JURÍDICA**

Art. 278 - À Assessoria Jurídica do Município compete:

- I - Prestar assessoramento jurídico ao Prefeito e aos diversos órgãos componentes da Administração Municipal;
- II - Planejar, coordenar, controlar e executar atos relacionados à representação jurídica do Município, qualquer juízo ou tribunal ou em esfera administrativa;
- III - Planejar, coordenar, a formalização dos contratos e atos preparatórios;
- IV - Elaborar ante projetos de leis, decretos, portarias, instruções, quando solicitado e acompanhar em tramitação na Câmara, analisar as respectivas emendas, para se necessário fundamentar razões de vetos;
- V - Apreciar, orientar e dar parecer quanto aos atos administrativos elaborados pela administração municipal, e processos administrativos;
- VI - Propor ao Prefeito, para os órgãos da administração direta ou indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, medidas de caráter jurídico que visem a proteger-lhes o patrimônio ou a aperfeiçoar as práticas administrativas;
- VII - Coordenar e supervisionar tecnicamente os órgãos do Sistema Jurídico Municipal, estabelecendo normas complementares sobre seu funcionamento integrado e examinando seus expedientes e manifestações jurídicas que lhe sejam submetidos pelo Prefeito ou por Secretário Municipal;
- VIII - Cumprir e fazer cumprir normas vigentes na Administração Municipal;
- IX - Realizar a cobrança administrativa e judicial da dívida ativa do Município;
- X - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

§ 1º - As consultas à Assessoria Jurídica do Município só poderão ser formuladas por intermédio do Prefeito, dos Secretários Municipais.

§ 2º - Terão prioridade absoluta, em sua tramitação, os processos referentes a pedidos de informação e diligência formulados pela Assessoria Jurídica do Município.

§ 3º - Sem prejuízo das atribuições conferidas à Assessoria, poderá o Poder Executivo, para realização das atividades descritas nos incisos e desde que a demanda venha a ultrapassar as limitações do órgão, tanto credenciar advogados e ou sociedade de advogados, mediante procedimento administrativo próprio, como contratá-los mediante contrato administrativo precedido de licitação, podendo a mesma ser dispensada nas hipóteses legais.

**CAPÍTULO II
ASSESSORIA EXECUTIVA DE GOVERNO**

Art. 279 - À Assessoria Executiva de Governo compete:

- I - Assessorar o Prefeito em sua representação política, social e relacionamento institucional com a Câmara Municipal;
- II - Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de interação com a sociedade civil;
- III - Planejar e executar o sistema de processamento das reclamações e sugestões encaminhadas pela população;
- IV - Planejar e coordenar a formulação e o estabelecimento de políticas públicas, diretrizes, objetivos, metas e normas gerais que orientam e conduzem a ação governamental às suas finalidades constitucionais, promovendo o desenvolvimento social e econômico do Município;
- V - Coordenar a formulação dos planos de ação das diversas Secretarias em conformidade com as políticas públicas definidas para a Administração Municipal;
- VI - Zelar pelas atribuições constitucionais conferidas ao Chefe do Poder Executivo, bem como às determinações da Lei Orgânica do Município de Corupá, bem como dirigir em instância superior os

trabalhos dos Secretários Municipais;
VII - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

CAPÍTULO III ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 280 - À Assessoria de Comunicação Social compete:
I - Planejar, coordenar, controlar e executar a política de comunicação social interna e externa da Administração Municipal;
II - Dar publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos da Administração Municipal, obedecido o § 1º art 37. da Constituição Federal;
III - Estabelecer relações com os meios de comunicação de massa alimentando os com informações de interesse público do Município;
IV - Desenvolver os trabalhos de cerimonial e relações públicas da Administração;
V - Manter arquivo documental, fotográficos, jornalístico dos atos de governo e promover a sua divulgação;
VI - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

CAPÍTULO IV ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

SEÇÃO I Das Disposições Iniciais

Art. 281 - Esta Lei Complementar nos termos do artigo 64 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15 de dezembro de 2000, dispõe sobre a instituição do Sistema de Controle Interno, dispõe sobre sua estruturação e cria cargo, como especifica no Anexo IV desta Lei Complementar.

SEÇÃO II Do Sistema de Controle Interno

Art. 282 - Fica instituído o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Execução dos Programas de Governo e dos Orçamentos do Município;
II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

§ 1º - O responsável pelo Sistema de Controle Interno, por seu coordenador, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela dará ciência ao Prefeito Municipal através de relatório, caso persistir a ocorrência, dará ciência ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e à Câmara Municipal de Vereadores, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Sistema de Controle Interno.

Art. 283 - O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal abrange:

I - o acompanhamento da execução do Orçamento Municipal, Plano Plurianual e Lei das Diretrizes Orçamentárias e dos Contratos e Atos Jurídicos análogos;
II - a verificação da regularidade e contabilização dos atos que resultem da arrecadação de receitas e realização de despesas;

III - a verificação da regularidade da contabilização dos atos que resultem no nascimento ou extinção de direitos e obrigações;
IV - a verificação e registro da fidelidade funcional dos agentes da administração e responsáveis por bens e valores públicos;

Art. 284 - O Sistema de Controle Interno será exercido por todos os níveis, órgãos e unidades administrativas do poder Executivo Municipal, através do Assessor de Controle Interno, compreendendo, particularmente:

I - o controle da execução dos programas e da observância das normas que regem a atividade específica de cada nível, órgão ou unidade administrativa, com a supervisão do Assessor de Controle Interno;

II - o controle pelo Assessor de Controle Interno, da aplicação de dinheiros públicos e da guarda de bens do Município;

Parágrafo único - A estruturação do Controle Interno do Poder Executivo Municipal abrangerá, no mínimo, o exame dos seguintes setores ou serviços:

a) Auditoria Contábil, com a finalidade de examinar a correção técnica da escrituração, a legitimidade dos atos e fatos que deram origem aos lançamentos, a formalização dos documentos comprobatórios, medir e avaliar a segurança e eficiência das funções de controle interno, próprias do sistema contábil;

b) Auditoria da Situação Financeira, com a finalidade de verificar a regularidade e correção dos recebimentos e pagamentos efetuados, conferir os saldos de caixa e de bancos declarados com os existentes, observar o cumprimento das normas internas;

c) Auditoria da Receita, com a finalidade de verificar a situação de controles existentes sobre o lançamento, cobrança e arrecadação das receitas municipais, a compatibilização dos valores da arrecadação com os registrados na Contabilidade e a observância da legislação pertinente;

d) Auditoria dos Créditos Orçamentários e Adicionais, com a finalidade de verificar a existência de créditos para a realização da despesa, a regularidade e correção da abertura e utilização dos créditos adicionais e a observância das normas, procedimentos e preceitos legais que regem a execução do orçamento do Município, incluindo os seus fundos especiais;

e) Auditoria da Despesa, com a finalidade de verificar a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, publicidade e moralidade na realização da despesa pública, bem como se está sendo cumprida a legislação federal e municipal pertinente;

f) Auditoria de Administração de Pessoal, com a finalidade de verificar a compatibilização da estrutura do quadro de pessoal à situação existente, as formas de admissão, a regularidade na concessão de direitos e vantagens e da remuneração dos servidores públicos, recrutamentos e seleção, estágio probatório, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, avaliações, promoções, transferências, licenças e a aplicação da legislação própria;

g) Auditoria de Administração de Material, cuja finalidade relaciona-se com os controles existentes, almoxarifados e depósitos, objetivando a verificação de condições adequadas de recebimento, armazenamento, distribuição, controle e segurança dos estoques;

h) Auditoria de Bens Permanentes, com a finalidade de relacionar-se com os controles existentes, almoxarifados e depósitos, objetivando a verificação da guarda, responsabilidade, movimentação, conservação, segurança e uso dos bens públicos municipais permanentes;

i) Auditoria sobre Veículos e Máquinas, com a finalidade de verificar a situação das condições gerais de uso dos veículos e máquinas que compõem a frota municipal, a contabilização das despesas com combustível, lubrificantes, peças e serviços dos mesmos, bem como a regularidade da documentação;

j) Auditoria de Obras e Serviços, com a finalidade de verificar a compatibilização entre a existência física, o cronograma físico-financeiro e os pagamentos das etapas executadas, o cumprimento das cláusulas contratuais e a observância das plantas e do memorial descritivo;

k) Planejar com a Administração Municipal, da Lei do Plano

Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Orçamentos, Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, Metas Bimestrais de Arrecadação, bem como outras peças de planejamento a serem exigidas pela legislação inerente e órgãos de controle externo;

I) Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Art. 285 - O relatório de Auditoria será composto, basicamente, pelos seguintes tópicos:

I - preâmbulo, informando o órgão, unidade administrativa ou fundo especial auditado, objetivo, período auditado, número sequencial do Relatório;

II - Sumário, com a descrição sucinta do trabalho de auditoria interna realizada;

III - Resultado de Auditoria, expondo os fatos de forma precisa, eficiente e autêntica, inclusive por meio de gráficos, tabelas, mapas, relações, fluxogramas, organogramas, memoriais, originais ou cópias de documentos;

IV - Recomendação formulada com clareza, precisão, práticas e apropriadas, devidamente fundamentadas;

V - Conclusão, que tem a finalidade de captar e reter todas as informações, levantamentos e recomendações da Auditoria, para que os seus objetivos e resultados sejam alcançados;

CAPÍTULO V

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Art. 286 - À Secretaria Municipal de Administração e Fazenda compete:

I - Coordenar a elaboração do Orçamento anual e Plano e plurianual de investimentos da Administração Municipal;

II - Coordenar e executar a contabilização financeira, patrimonial e orçamentária do Município, nos termos da legislação em vigor;

III - Consolidar o Plano de Ação Global da Administração Municipal coordenando a implementação dos programas gerais e setoriais, avaliando sua execução e resultados;

IV - Coordenar as ações da Administração Municipal destinadas à captação e negociação de recursos e a assistência técnica e financeira necessárias ao desenvolvimento de programas e projetos junto a órgão e instituições públicas e privadas;

V - Informar permanentemente ao Gabinete do Prefeito sobre matérias financeiras e econômicas de interesse do Executivo;

VI - Propor convênios, contratos, acordos, ajustes e outras medidas que se recomendem para a consecução dos objetivos da Secretaria;

VII - Firmar contratos que não sejam de competência exclusiva do Prefeito e administrar a sede do edifício da Prefeitura;

VIII - Planejar, coordenar e executar as atividades de seleção, contratação e acompanhamento da política de estágios;

IX - Definir e executar a Política de Profissionalização e Capacitação continuada dos servidores municipais;

X - Promover e coordenar estudos e projetos para modernização das estruturas e procedimentos da Administração Municipal objetivando seu contínuo aperfeiçoamento e maior eficácia;

XI - Planejar, coordenar, controlar e executar o sistema de utilização da tecnologia de informação da Administração Municipal;

XII - Elaborar a política de incentivos ao desenvolvimento industrial do Município;

XIII - Planejar programas e atividades relacionadas com o fomento à Indústria, Comércio e Agropecuária, articulando-as com as políticas regionais, estaduais e federais correlatas;

XIV - Coordenar as atividades de planejamento urbano e de implementação do Plano Diretor do Município, em colaboração com as demais secretarias e órgãos da Administração Municipal;

XV - Planejar, coordenar, controlar e executar as políticas, programas e atividades de controle e monitoramento ambiental, protegendo, melhorando e preservando as condições ambientais e urbanísticas do Município, em perfeita compatibilidade e

interdependência com o desenvolvimento econômico;

XVI - Coordenar a elaboração das políticas de transporte e trânsito, habitação, controle urbano, meio ambiente, estruturação urbana, saneamento básico, drenagem e limpeza urbana no Município;

XVII - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

SEÇÃO I

Da Assessoria de Desenvolvimento Econômico

Art. 287 - À Assessoria de Desenvolvimento Econômico compete:

I - Planejar, coordenar, controlar e executar programas e atividades relacionadas com o fomento à Indústria, Comércio e Agropecuária, articulando-as com as políticas regionais, estaduais e federais correlatas;

II - Manter atualizado banco de dados do Município de interesse para atração de novos empreendimentos, apresentação a instituições de fomento e outros entes e entidades públicas e privadas;

III - Adotar medidas para acompanhar o desenvolvimento social e econômico, bem como o progresso tecnológico;

IV - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

SEÇÃO II

Da Direção de Administração

Art. 288 - À Direção de Administração compete:

I - Assessorar os demais órgãos quanto a assuntos de administração geral, editar e publicar leis, decretos, portarias, elaborar e minutar os projetos de leis, decretos, portarias e contratos, registros, protocolos, compras, inclusive promover licitações, do Município;

II - Planejar e coordenar as atividades de serviços gerais da administração Municipal, incluindo manutenção e conservação das instalações, vigilância patrimonial, protocolo e arquivo geral;

III - Planejar e coordenar programas e atividades pertinentes à relação de trabalho dos servidores públicos, incluindo seleção, recrutamento, movimentação e registros funcionais, remuneração, benefícios, treinamento e desenvolvimento, segurança do trabalho e outras;

IV - Planejar, coordenar as atividades de avaliação de desempenho [especial e periódica], observada a legislação pertinente a cada carreira;

V - Planejar e coordenar o sistema de suprimentos da Administração Municipal, incluindo compras, licitações, armazenamento, distribuição e controle físico-financeiro dos estoques;

VI - Planejar, coordenar, controlar, e executar o sistema de patrimônio da Administração Municipal, bem como suas operações e relações jurídicas e administrativas;

VII - Planejar, normatizar, executar e avaliar o sistema de gerenciamento do patrimônio da Administração Direta do Poder Executivo respeitada a competência das demais Secretarias quanto à gestão do patrimônio específico;

VIII - Elaborar a planilha tarifária dos serviços de transportes públicos de passageiros e dar parecer sobre a fixação de alteração de tarifas;

IX - Coligir e organizar o conhecimento das atividades administrativas, através de informações essenciais de dados do Município;

X - Executar medidas destinadas à racionalização administrativa;

XI - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Subseção I

Da Gerência de Administração

Art. 289 - À Gerência de Administração compete:

I - Definir regras e padrões de desempenho para a realização de compras e contratação de serviços terceirizados pelos órgãos municipais que assegurem a melhoria da qualidade dos bens e

serviços adquiridos, a redução de preços e de gastos com logística e distribuição;

II - Controlar e executar o sistema de suprimentos da Administração Municipal, incluindo compras, licitações, armazenamento, distribuição e controle físico-financeiro dos estoques;

III - Executar os programas e atividades de incorporação, manutenção e desenvolvimento de recursos humanos da Administração Direta do Poder Executivo;

IV - Controlar e executar programas e atividades pertinentes à relação de trabalho dos servidores públicos, incluindo seleção, recrutamento, movimentação e registros funcionais, remuneração, benefícios, treinamento e desenvolvimento, segurança do trabalho e outras;

V - Coordenar e registrar as atividades de avaliação de desempenho [especial e periódica], observada a legislação pertinente a cada carreira;

VI - Formalizar processos relativos à disciplina de servidores empregados públicos da Administração Direta do Poder Executivo e apoiar os órgãos municipais na formalização de procedimentos;

VII - Coordenar as atividades de segurança e medicina do trabalho;

VIII - Adotar medidas para acompanhar o desenvolvimento social e econômico, bem como o progresso tecnológico;

IX - Identificar níveis de desempenho inadequados e indicar ações de melhoria nos procedimentos administrativos da Administração Direta do Poder Executivo;

X - Controlar e executar as atividades de serviços gerais da administração Municipal, incluindo manutenção e conservação das instalações, vigilância patrimonial, protocolo e arquivo geral;

XI - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Subseção II

Da Gerência de Centro de Processamento de Dados

Art. 290 - À Gerência de Centro de Processamento de Dados compete:

- I - Desenvolver o sistema de informações gerenciais do Município;
- II - Coordenar as atividades relacionadas com o sistema de informação, inclusive quanto à modernização administrativa;
- III - Desburocratizar e simplificar os procedimentos administrativos relativos a processamento de dados;
- IV - Executar, prioritariamente e em caráter privativo, serviços de processamento de dados e tratamento de informações para administração municipal, organizando e mantendo atualizados seus arquivos;
- V - Orientar tecnicamente a atividade de informática nos diversos órgãos;
- VI - Prestar informações de interesse dos diversos órgãos da Administração Municipal, com base nos arquivos e cadastros;
- VII - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

SEÇÃO III

Da Direção de Fazenda

Art. 291 - À Direção de Fazenda compete:

- I - Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de manutenção de cadastro fiscal do Município e, interagir com as demais Secretarias e Departamentos, na fiscalização das posturas municipais, pertinentes à legislação municipal de propriedades, edificações, desenvolvimento de atividades econômicas e outras;
- II - Coordenar as atividades relativa ao lançamento, arrecadação e fiscalização dos Tributos Imobiliários e Mobiliário, mantendo atualizado o cadastro respectivo;
- III - Coordenar e fiscalizar a cobrança de todos os créditos tributários e fiscais devidos ao Município, bem como manter atualizada a legislação tributária municipal, orientando os contribuintes sobre sua correta aplicação;

- IV - Coordenar o recebimento das rendas municipais, os pagamentos dos compromissos da municipalidade e as operações relativas a financiamentos e repasses;
- V - Implementar medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e de ações para melhorar a fiscalização e recuperação de créditos tributários;
- VI - Administrar e emitir pareceres quanto a isenção, anistia, remissão e procedimentos semelhantes, para que o Município não deixe de receber as transferências voluntárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- VII - Elaborar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base à estimativa da receita na proposta orçamentária, nos termos da lei;
- VIII - Encaminhar informação e documentação com repercussão contábil ao setor de contabilidade;
- IX - Manter controle de norma própria determinando prazo limite para inscrição dos débitos em atraso em "Dívida Ativa" e penalidades para o responsável no caso de não inscrição do débito;
- X - Proceder a Inscrição em "Dívida Ativa" dos tributos vencidos e não pagos de acordo com as formalidades legais;
- XI - Realizar cobrança administrativa da "Dívida Ativa";
- XII - Registrar e gerenciar o sistema de cobrança judicial da "Dívida Ativa";
- XIII - Encaminhar ao setor contábil, em tempo hábil, das movimentações ocorridas na dívida ativa e de documentos, sempre através de formulários próprios;
- XIV - Editar relatórios gerenciais detalhados do fluxo de arrecadação das receitas próprias, com respectiva descrição, desde a arrecadação até o recolhimento em conta bancária;
- XV - Planejar e coordenar as atividades relacionadas a convênios, incluindo a formalização, cumprimento e prestação de contas;
- XVI - Planejar e coordenar a gestão financeira, fiscal, patrimonial e orçamentária do Município, com a responsabilidade direta pela emissão e assinatura de documentos relacionados com movimentações bancárias, empenhos, notas de autorização de pagamento e outros;
- XVII - Planejar coordenar regularmente, as atividades relacionadas a escrituração e registro financeiro, patrimonial e orçamentário em conformidade com a legislação vigente e normas de procedimento internas, incluindo as prestações de contas;
- XVIII - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Subseção Única

Da Gerência de Contabilidade Pública

Art. 292 - À Gerência de Contabilidade Pública compete:

- I - Controlar e executar a gestão financeira, fiscal, patrimonial e orçamentária do Município, com a responsabilidade direta pela emissão e assinatura de documentos relacionados com movimentações bancárias, empenhos, notas de autorização de pagamento e outros;
- II - Controlar e executar, regularmente, as atividades relacionadas a escrituração e registro financeiro, patrimonial e orçamentário em conformidade com a legislação vigente e normas de procedimento internas, incluindo as prestações de contas;
- III - Proceder o controle do Imposto de Renda retido na Fonte, diligenciando para que seja descontado e arrecadado de acordo com o disposto na tabela oficial da receita Federal;
- IV - Controlar e executar as atividades relacionadas a convênios, incluindo a formalização, cumprimento e prestação de contas;
- V - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

SEÇÃO IV

Da Direção de Planejamento e Engenharia

Art. 293 - À Direção de Planejamento e Engenharia compete:

- I - Coordenar as atividades de desenvolvimento de projetos;

II - Coordenar as atividades de planejamento urbano e de implementação do Plano Diretor do Município;
III - Elaborar planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e ambiental;
IV - Planejar, coordenar, controlar e executar programas e atividades de controle e monitoramento ambiental, protegendo, melhorando e preservando as condições ambientais e urbanísticas do Município, em perfeita compatibilidade e interdependência com o desenvolvimento econômico;
V - Coordenar a estratégia, monitorar e avaliar a implementação dos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
VI - Coordenar a análise e acompanhar a execução de projeto de parcelamento do solo e de infra estrutura;
VII - Planejar, coordenar, controlar e executar a fiscalização das atividades de regulação urbana, incluindo parcelamento, ocupação e uso do solo, edificações e posturas, visando o cumprimento da função social da propriedade e a qualidade de vida da população;
VIII - Emitir diretrizes e despachos em processos de loteamentos, parcelamentos e remembramentos do solo urbano, na forma da legislação própria;
IX - Coordenar a elaboração e execução de projetos, serviços e obras no Município;
X - Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades relacionadas com o Plano de Obras Públicas Municipais;
XI - Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de manutenção de cadastro fiscal do Município e, interagir com as demais Secretarias e Departamentos, na fiscalização das posturas municipais, pertinentes à legislação municipal de propriedades, edificações, desenvolvimento de atividades econômicas e outras;
XII - Planejar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços de transporte público de passageiros individual e coletivo;
XIII - Planejar, coordenar e implementar a realização de estudos e projetos de desenvolvimento do transporte coletivo e individual de passageiros;
XIV - Promover e coordenar a implantação e manutenção da sinalização estatigráfica e semafórica, bem como os dispositivos e equipamentos de controle viário;
XV - Deliberar sobre a política de estacionamento e coordenar a operação do sistema de estacionamento rotativo;
XVI - Promover o planejamento, a implantação e o gerenciamento do dos sistemas viário, de transporte e trânsito do Município;
XVII - Coordenar a elaboração de proposta de legislação urbanística e ambiental municipal;
XVIII - Planejar a colocação de mobiliário urbano de forma a facilitar a acessibilidade urbana;
XIX - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Subseção I

Da Gerência de Planejamento

Art. 294 - À Gerência de Planejamento compete:

I - Controlar e executar as políticas, programas e atividades de controle e monitoramento ambiental, protegendo, melhorando e preservando as condições ambientais e urbanísticas do Município, em perfeita compatibilidade e interdependência com o desenvolvimento econômico;
II - Monitorar e avaliar a implementação dos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
III - Coordenar as atividades de projetos de edificações e emissão de certificados de baixa e habite-se;
IV - Coordenar, controlar e executar a fiscalização das atividades de regulação urbana, incluindo parcelamento, ocupação e uso do solo, edificações e posturas, visando o cumprimento da função social da propriedade e a qualidade de vida da população;
V - Coordenar a fiscalização de edificações, de comércio, indústria, prestação de serviços e demais atividades urbanas no que se refere às posturas municipais;

VI - Coordenar a implantação e manutenção da sinalização estatigráfica e semafórica, bem como os dispositivos e equipamentos de controle viário;
VII - Coordenar e implementar a realização de estudos e projetos de desenvolvimento do transporte coletivo e individual de passageiros;
VIII - Fiscalizar a execução dos serviços de transporte público de passageiros individual e coletivo;
IX - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Subseção II

Da Divisão de Topografia e Projetos de Engenharia

Art. 295 - À Divisão de Topografia e Projetos de Engenharia compete:

I - Coordenar acompanhar e executar as atividades relacionadas aos serviços de topografia e movimentos de terra;
II - Coordenar as atividades relacionadas com o sistema de informação Geo Referenciado;
III - Alimentar e disponibilizar o sistema de Geo Referenciado Urbano;
IV - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

CAPITULO VI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

Art. 296 - À Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, compete:

I - Promover e apoiar programas sociais de enfrentamento a pobreza;
II - Desenvolver programas municipais de capacitação ou readaptação de desempregados para recolocação no mercado de trabalho;
III - Promover o cadastramento de todas as famílias residentes no município identificando os graus de vulnerabilidade, necessidades habitacionais;
IV - Implantar a pratica municipal de habitação com ênfase nos processos de autoconstrução, mutirão, e outros, como forma de viabilizar e baratear a habitação popular;
V - Executar individualmente ou em parceria com o Governo Federal, Estadual e Programas Municipais, os loteamentos populares e a reurbanização de áreas degradadas;
VI - Propor convênios, contratos, acordos, ajustes e outras medidas para que se recomendem para consecução dos das atribuições de Secretaria;
VII - Viabilizar qualificação de mão de obra;
VIII - Viabilizar a participação dos munícipes qualificados em arte, artesanato, culinária, e outras atividades afins, em feiras e exposições regionais, estaduais e nacionais, oportunizando a expressão da atividade e incrementando a economia;
IX - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

SEÇÃO ÚNICA

Da Divisão de Assistência Social

Art. 297 - À Divisão de Assistência Social compete:

I - Executar os programas municipais básicas da assistência social como proteção a família, a maternidade, infância e adolescência, as pessoas portadoras de deficiência, a mulher, o idoso, na perspectiva da inclusão social;
II - Efetivar um pacto para o estabelecimento de uma rede de inclusão e proteção social, com a participação de organizações governamentais e não governamentais, sindicatos, empresas, movimentos sociais e comunidades;
III - Coordenar programas para população de baixa renda em

operações de emergência, em casos de calamidade pública e situação de risco;

IV - Supervisionar o cadastro das entidades não governamentais no Conselho Municipal de Assistência Social, prestando apoio técnico para acesso a recursos;

V - Prestar apoio técnico as atividades do Conselho Municipal da Assistência Social e correlatos;

VI - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

CAPÍTULO VII

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Art. 298 – À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente compete:

I - Coordenar a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, articulado com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, (CMDR);

II - Estimular a diversificação agrícola e o uso de tecnologias ambientalmente sustentáveis, compatíveis com as aptidões edafoclimáticas e de mercado;

III - Estabelecer administrativamente o preço de pauta e as unidades de medida dos produtos agrícolas para fins de emissão da nota de produtor rural;

IV - Planejar, em parceria com as concessionárias públicas, os investimentos em infra-estrutura necessários na área rural para aumentar a cobertura da telefonia móvel e fixa, bem como serviços de internet, qualidade e oferta de energia elétrica;

V - Planejar, em parceria com as concessionárias públicas, os investimentos em infra-estrutura necessários na área rural para implementar o abastecimento de água potável e o saneamento residencial e das instalações agropecuárias;

VI - Planejar e coordenar o programa de habitação no meio rural em parceria com as demais secretarias municipais;

VII - Assegurar o acesso do produtor rural, em especial dos agricultores familiares, à pesquisa e à extensão rural, bem como à sanidade agropecuária no município, através de convênios;

VIII - Fomentar o intercambio de experiências entre os diversos setores das cadeias produtivas representativas da economia rural, através da realização de eventos técnicos e comerciais, bem como de excursões e visitas de em áreas de interesse dos produtores rurais;

IX - Organizar as informações, elaborar e manter atualizado um Cadastro Multifinalitário do setor agropecuário, em especial para as atividades econômicas mais representativas;

X - Apoiar a capacitação das famílias rurais, em especial dos jovens, através da promoção de cursos e eventos dentro e fora do município visando à agregação de renda, a melhoria dos produtos e serviços sustentáveis, com ênfase no aumento das habilidades técnicas e gerenciais;

XI - Desenvolver e executar atividades de inclusão da mulher rural, buscando o fortalecimento da cidadania, dignidade humana, saúde e previdência social;

XII - Coordenar a elaboração do Plano Municipal do Meio Ambiente, articulado com o Conselho Municipal do Meio Ambiente (Condema) e com os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental no Estado de Santa Catarina;

XIII - Desenvolver uma política ambiental que inclua a pesquisa, projetos, programas e atividades de caráter comum e essencial à qualidade e a sustentabilidade de vida no meio rural;

XIV - Manter convênios, contratos e acordos para elaboração da política ambiental, em especial naqueles referentes ao controle de problemas que afetem a qualidade de vida, como as infestações de maruins e do caramujo africano;

XV - Planejar o controle, a fiscalização ambiental, o gerenciamento do licenciamento ambiental, a avaliação dos impactos ambientais através de convenio com os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental no Estado de Santa Catarina;

XVI - Assegurar a soberania dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos responsabilizando-se pelo seu reconhecimento no espaço territorial do município;

XVII - Apoiar as atividades não agrícolas das famílias rurais, como o artesanato, o turismo rural e a agregação de valor dos produtos oriundos da agricultura familiar;

XVIII - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

XIX - Incentivar a recuperação de Área de Proteção Permanente, em especial aquelas as margens de nascentes e cursos de água, construindo e mantendo uma estrutura de produção e distribuição de mudas de espécies consideradas tecnicamente como restauradoras, além daquelas nativas;

XX - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

SEÇÃO ÚNICA

Da Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente

Art. 299 – À Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente compete:

I - Promover a melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor, com ênfase na agricultura familiar, implementando uma Política de Desenvolvimento Rural que considere as aptidões econômicas, sociais e dos recursos naturais do município;

II – Executar , em parceria com as concessionárias públicas, os investimentos em infra-estrutura necessários na área rural para aumentar a cobertura da telefonia móvel e fixa, bem como serviços de internet, qualidade e oferta de energia elétrica;

III – Promover, em parceria com as concessionárias públicas, os investimentos em infra-estrutura necessários na área rural para implementar o abastecimento de água potável e o saneamento residencial e das instalações agropecuárias;

IV – Impementar e executar o programa de habitação no meio rural em parceria com as demais secretarias municipais;

V – Executar atividades de inclusão da mulher rural, buscando o fortalecimento da cidadania, dignidade humana, saúde e previdência social;

VI – Executar atividades de inclusão da mulher rural, buscando o fortalecimento da cidadania, dignidade humana, saúde e previdência social;

VII – Auxiliar na elaboração do Plano Municipal do Meio Ambiente, articulado com o Conselho Municipal do Meio Ambiente (Condema) e com os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental no Estado de Santa Catarina;

VIII – Auxiliar no desenvolvimento de uma política ambiental que inclua a pesquisa, projetos, programas e atividades de caráter comum e essencial à qualidade e a sustentabilidade de vida no meio rural;

IX - Identificar as áreas degradadas e incentivar a sua recuperação em parceria com outras entidades públicas e privadas, além de cobrar a mitigação dos danos ao meio ambiente promovidos por empresas exploradoras de recursos minerais ou aquelas que empreguem técnicas ou métodos que comportem risco para a vida e a qualidade do meio ambiente;

X – Executar o controle, a fiscalização ambiental, o gerenciamento do licenciamento ambiental, a avaliação dos impactos ambientais através de convenio com os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental no Estado de Santa Catarina;

IX - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

CAPÍTULO VIII

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 300 - À Secretaria Municipal de Educação compete:

I - Planejar, coordenar, controlar e executar a política educacional do Município, mediante oferecimento prioritário do ensino fundamental;

II - Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de desenvolvimento da proposta pedagógica, organização curricular e gestão do sistema municipal de ensino;
III - Planejar, coordenar, controlar e executar programas e atividades relacionadas à alimentação escolar, transporte escolar, suprimento de material didático e de consumo, e assistência ao educando;
IV - Planejar, coordenar, controlar e executar programas de treinamento, capacitação e reciclagem do pessoal do magistério;
V - Gerir o Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e Valorização do Magistério;
VI - Prestar suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento do FUNDEB e Conselho de Alimentação Escolar, e outros que venham a ser criados e subordinados a esta Secretaria;
VII - Planejar, coordenar e controlar, as direções escolares, e orientar pela execução e zelo do Plano Político e Pedagógico da Unidade Educacional do Município;
VIII - Planejar, coordenar, controlar e executar as políticas públicas de cultura do Município, incentivando e apoiando a criação, produção e divulgação de bens culturais e manifestações artísticas e culturais populares;
IX - Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades relacionadas à proteção, preservação e ampliação do patrimônio artístico, histórico e cultural do Município;
X - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

SEÇÃO I

Da Divisão de Cultura

Art. 301 - À Divisão de Cultura compete:

I - Compete a Gerência de Cultura dirimir sobre a coordenação geral da Escola de Música e outros programas culturais da Administração Municipal;
II - Dirige a execução dos projetos, programas e atividades de ação cultural do Município e de valorização de seu patrimônio histórico e artístico;
III - Promove, conjuntamente com as organizações populares, manifestações culturais;
IV - Dirige a execução dos projetos, programas e atividades de ação cultural do Município e de valorização de seu patrimônio histórico e artístico;
V - Articular-se com entidades públicas ou privadas visando aprimorar os recursos técnicos e operacionais;
VI - Planejar, normatizar, executar e avaliar o patrimônio histórico cultural do município;
VII - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

SEÇÃO II

Da Divisão de Educação

Art. 302 - À Divisão de Educação compete:

I - Desenvolver e coordenar as atividades de implementação da política pedagógica no Município;
II - Desenvolver e coordenar o acompanhamento e supervisão das atividades do Sistema Municipal de Ensino;
III - Implementar políticas de garantia de acesso e permanência na educação básica;
IV - Desenvolver e coordenar a implementação de políticas de formação continuada, destinadas ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação;
V - Coordenar a execução de suas atividades administrativas e financeiras;
VI - Dirimir sobre as três Coordenações Setoriais a respeito do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e da Educação Especial;
VII - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

SEÇÃO III

Da Divisão de Transporte Escolar e Suprimentos

Art. 303 - À Divisão de Transporte Escolar e Suprimentos compete:

I - Executar as atividades de organização escolar nos aspectos legal, administrativo, financeiro e da estrutura física e material;
II - Dirimir sobre as ações provenientes do transporte escolar, da merenda escolar e de materiais e suprimentos escolares;
III - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

SEÇÃO IV

Da Administração Escolar

Art. 304 - À Administração Escolar compete:

I - Coordenar, controlar, executar e zelar pelo Plano Político e Pedagógico da Unidade Educacional a qual esta vinculado;
II - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Art. 305 - A Administração Escolar será exercida por unidade de ensino, através dos Diretores Escolares.

Art. 306 - Fica assegurado ao Administrador Escolar que for detentor de cargo de provimento efetivo, além do salário base e da remuneração prevista no Artigo 30 desta Lei Complementar, um Adicional de Responsabilidade Escolar - ARE, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do salário Base do profissional

Parágrafo único - Para efeitos do presente artigo entende-se por salário base tão somente os valores relativos ao cargo de provimento efetivo e acréscimos por formação profissional, excluindo-se regência de classe, hora atividade, auxílio transporte e outras gratificações.

Art. 307 - Os cargos de Diretor Escolar serão ocupados preferencialmente por servidores de provimento efetivo, que poderão optar pela remuneração de cargo efetivo, somado ao adicional de responsabilidade escolar quando esta soma for maior que o estabelecido na tabela de Cargos e Salários.

CAPÍTULO IX

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

Art. 308 - À Secretaria Municipal de Infra Estrutura compete:

I - Coordenar e fiscalizar os serviços de transporte público e os serviços de manutenção dos veículos e oficina dos veículos da Administração Municipal;
II - Planejar, coordenar, controlar e executar programas e atividades de infra estrutura e prestação de serviços públicos de natureza urbana e rural;
III - Fiscalizar os serviços de utilidade pública;
IV - Recuperar e manter a conservação das estradas municipais;
V - Recuperar e manter as demais vias e logradouros públicos;
VI - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

SEÇÃO ÚNICA

Direção de Obras e Infra Estrutura

Art. 309 - À Direção de Obras e Infra Estrutura compete:

I - Manter os prédios municipais e os utilizados pela Administração;
II - Gerenciar a execução e a manutenção das obras de arte, da infra-estrutura de vias e logradouros públicos, das estradas municipais e servidões administrativas;
III - Executar serviços de manutenção do mobiliário e outros materiais permanentes;
IV - Gerenciar a manutenção dos logradouros públicos;
V - Gerenciar a execução de serviços de saneamento básico;

- VI - Gerenciar os serviços terceirizados na área de sua competência;
- VII - Gerenciar e manter a frota municipal de veículos e máquinas;
- VIII - Exercer outras competências que lhe forem atribuídas;

Subseção I

Da Divisão de Serviços Públicos

Art. 310 - À Divisão de Serviços Públicos compete:

- I - Definir, gestão, a política de limpeza urbana no Município;
- II - Desenvolver a implementação do sistema de gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos e do Programa de Manejo e Tratamento dos Resíduos;
- III - Gerenciar as atividades de destinação final dos resíduos sólidos;
- IV - Normatizar, monitorar e avaliar a implementação da política de limpeza urbana no Município;
- V - Normatizar, monitorar e avaliar a realização de ações de intervenção urbana.
- VI - Exercer outras competências que lhe forem atribuídas.

Subseção II

Da Divisão de Frota Municipal

Art. 311 - À Divisão de Frota Municipal compete:

- I - Gerenciar e organizar atividades de reparo, substituição e ajuste peças mecânicas defeituosas ou desgastadas de veículos, máquinas, motores, sistemas elétricos, hidráulicos, de ar comprimido e outros;
- II - Efetuar as inspeções de rotina para diagnosticar o estado de conservação e funcionamento dos equipamentos mecânicos;
- III - Anotar os reparos feitos, peças trocadas, para efeito de controle;
- IV - Gerenciar e organizar atividades de socorro mecânico a veículos acidentados ou com defeito mecânico;
- V - Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;
- VI - Exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CAPÍTULO X

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 312 - À Secretaria Municipal de Saúde compete:

- I - Planejar, coordenar, controlar e executar as políticas públicas, programas e atividades destinadas a promover o atendimento integral à saúde da população do Município;
- II - Planejar, coordenar, controlar e executar nas diversas unidades da rede de saúde pública municipal, as atividades médicas e odontológicas, de controle de zoonoses, de vigilância epidemiológica, de vigilância sanitária, incluindo agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde;
- III - Gerir, executar e auditar os serviços de saúde próprios e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados;
- IV - Planejar e coordenar o desenvolvimento da ação sanitária no Município;
- V - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

SEÇÃO I

Da Gerência de Promoção à Saúde

Art. 313 - À Gerência de Promoção à Saúde compete:

- I - Formular e coordenar a implementação de programas de saúde nas unidades de atenção do município, em especial os Programas de Saúde da Família;
- II - Planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução dos serviços de atendimento odontológico à população do município;
- III - Formular e promover a implementação de programas de

prevenção e de educação para higiene bucal, dirigidos a população do município;

IV - Definir e fornecer informações sobre os padrões de risco e tendências na ocorrência de doenças de interesse da saúde pública, para os demais órgãos públicos, entidades particulares, profissionais e à comunidade envolvida no controle da disseminação das doenças;

V - Planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução da Política Nacional de Promoção à Saúde nas unidades próprias e contratadas ou conveniadas do SUS, conforme segue: Alimentação Saudável; Prática Corporal/Atividade Física; Prevenção e Controle do Tabagismo; Redução da morbi-mortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas; Redução da morbi-mortalidade por acidentes de trânsito;

VI - Prevenção da violência e estímulo à cultura de paz;

VII - Promoção do desenvolvimento sustentável;

VIII - Planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução dos Programas Nacionais obrigatórios da Atenção Primária, conforme segue: Ações da Saúde da Mulher; Ações da Saúde da Criança; Ações da Saúde do Idoso; Ações da Saúde do Homem; Ações da Saúde Bucal; Ações da Saúde Mental; Controle da Tuberculose; Eliminação da Hanseníase, Controle da Hipertensão, Controle da Diabetes Mellitus;

IX - Formular e coordenar a implantação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, compreendendo: Fisioterapia, Assistência Farmacêutica, Assistência Social; Psicóloga e Educador Físico;

X - Planejar, coordenar e organizar as ações educativas nas comunidades do município, relativas a promoção a saúde nas diversas áreas de interesse da saúde;

XI - Planejar e organizar a educação permanente em saúde, com capacitações e cursos específicos para os profissionais da saúde, mantendo-os em permanente formação;

XII - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

SEÇÃO II

Da Gerência de Vigilância e Assistência à Saúde

Art. 314 - À Gerência de Vigilância e Assistência à Saúde compete:

I - Fiscalizar estabelecimentos comerciais, industriais e agropecuários, obedecendo aos roteiros de inspeção sanitária adotados pela Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual;

II - Monitorar a qualidade da água para consumo humano, incluindo ações de coleta e provimento dos exames físico, químico e bacteriológico de amostras, em conformidade com a normatização federal;

III - Alimentar o sistema de Vigilância da Água em dois relatórios anuais;

IV - Receber denúncias dos cidadãos e fazer as devidas investigações;

V - Coletar amostras de análise fiscal de alimentos e água em casos de surto de doenças transmitidas por alimento e/ou quando solicitado pelo nível central do estado;

VI - Autuar os estabelecimentos que não estejam obedecendo as normas sanitárias vigentes;

VII - Cooperar com a Vigilância Epidemiológica quando solicitado;

VIII - Alimentação do sistema de Informatização da Vigilância Sanitária Estadual;

IX - Emitir alvarás sanitários dos estabelecimentos comerciais, industriais e agropecuários que estejam em conformidade com a legislação sanitária vigente;

X - Fazer termos de ajustes de consulta dos estabelecimentos que não estejam obedecendo as normas sanitárias vigentes;

XI - Planejar capacitações para os funcionários dos estabelecimentos que manipulem alimentos;

XII - Emitir carteira de saúde aos profissionais que trabalham em estabelecimentos que manipulem alimentos;

XIII - Dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde;

XIV - A vigilância das doenças transmissíveis, a vigilância das doenças e agravos não transmissíveis e dos seus fatores de risco, a vigilância ambiental em saúde e a vigilância da situação de saúde;

XV - Coordenar as ações de vigilância em saúde, com ênfase naquelas que exigem simultaneidade nacional ou regional para alcançar êxito;

XVI - Normatização técnica;

XVII - Divulgar informações e análises epidemiológicas;

XVIII - Coordenar e executar as atividades de informação, educação e comunicação relacionadas a saúde e de abrangência municipal;

XIX - Promover, coordenar e executar, em situações específicas, pesquisas epidemiológicas e operacionais na área de prevenção e controle de doenças e agravos;

XX - Fomentar e executar os programas de capacitação de recursos humanos na área de saúde;

XXI - Definir, em conjunto com os gestores municipais, na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), a Programação das Ações de Vigilância em Saúde (PAVS), em conformidade com os parâmetros definidos pela Secretaria de Saúde;

XXII - Gerir os sistemas de informação epidemiológica, no âmbito municipal, incluindo: consolidação dos dados provenientes das unidades notificantes, por meio de processamento eletrônico, do Sinan, do SIM, do Sinasc, do SI-PNI e de outros sistemas que venham a ser introduzidos; e retroalimentação de dados;

XXIII - Supervisionar a rede de laboratórios públicos e privados que realizam análise de interesse em saúde pública;

XXIV - Coordenar o componente municipal do Programa Nacional de Imunizações;

XXV - Notificar doenças de notificação compulsória, surtos e agravos inusitados conforme normatização;

XXVI - Investigar casos notificados, surtos e óbitos por doenças específicas;

XXVII - Realizar busca ativa de casos de notificação compulsória nas unidades de saúde, inclusive laboratórios, domicílios, creches e instituições de ensino, entre outros, existentes em seu território;

XXVIII - Realizar busca ativa de declarações de óbito e de nascidos vivos nas unidades de saúde, cartórios e cemitérios existentes em seu território;

XXIX - Abastecimento para realização de exames laboratoriais voltados ao diagnóstico das doenças de notificação compulsória, em articulação com a secretaria estadual de saúde;

XXX - Abastecimento para realização de exames laboratoriais para controle de doenças, como malária, esquistossomose, triatomíneos, entre outros a serem definidos pela PAVS;

XXXI - Acompanhar e avaliar os procedimentos laboratoriais realizados pelas unidades públicas e privadas, componentes da rede municipal de laboratórios que realizam exames relacionados à saúde pública;

XXXII - Capturar vetores e reservatórios, identificar e levantar o índice de infestação;

XXXIII - Registrar, capturar, apreender e eliminar animais que representem risco à saúde do homem ou incomodo na área urbana;

XXXIV - Ações de controle químico e biológico de vetores e de eliminação de criadouros;

XXXV - Coordenar e executar as ações de vacinação integrantes do Programa Nacional de Imunizações, incluindo a vacinação de rotina com as vacinas obrigatórias, as estratégias especiais como campanhas e vacinações de bloqueio e a notificação e investigação de eventos adversos e óbitos temporalmente associados à vacinação;

XXXVI - Vigilância epidemiológica e monitoramento da mortalidade infantil e materna;

XXXVII - Executar as ações básicas de vigilância sanitária;

XXXVIII - Gerir os estoques municipais de insumos estratégicos, inclusive com abastecimento dos executores das ações;

XXXIX - Adquirir equipamentos de proteção individual (EPI) referentes aos uniformes, demais vestimentas e equipamentos necessários para a aplicação de inseticidas e biolarvicidas, além

daqueles indicados para outras atividades da rotina de controle de vetores, definidas no manual de Procedimentos de Segurança, publicado pelo Ministério da Saúde;

XL - Planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades da atenção primária (Pediatria, Ginecologia/Obstetrícia e Clínica Geral);

XLI - Administrar as unidades de atenção primária e de atenção a especialidades mantidas pelo município;

XLII - Planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades da assistência farmacêutica do município;

XLIII - Planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de Média e Alta Complexidade – MAC;

XLIV - Planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de Transporte Sanitário dos usuários SUS até as unidades de referência, via Tratamento Fora de Domicílio;

XLV - Administrar o sistema de regulação, controle, avaliação e auditoria do município, em relação as unidades próprias e prestadores de serviços contratados, no cumprimento das metas pactuadas com os município de referência, bem como o atendimento no próprio Município;

XLVI - Organizar e manter atualizado o cadastro de unidades de prestadores de serviço de saúde, incluindo as unidades próprias e as unidades contratadas ou conveniadas com o SUS, e informar regularmente o banco de dados nacional;

XLVII - Executar as ações de auditoria analítica e operacional sobre as unidades prestadoras de serviço de saúde e propor medidas corretivas;

XLVIII - Monitorar permanentemente a regularidade e fidedignidade dos registros de produção e de faturamento dos serviços;

XLIX - Avaliar o cumprimento das ações programadas e elaborar o relatório de gestão anual, conforme orientação do Ministério da Saúde;

L - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

CAPITULO XI DAS COORDENAÇÕES

Art. 315 – Ficam criados os seguintes cargos de coordenação:

- I - 1 Coordenador de Desenvolvimento Econômico;
- II - 1 Coordenador de Infra Estrutura;
- III - 2 Coordenadores Pedagógicos;
- IV - 1 Coordenador de Esporte Amador;
- V - 5 Coordenadores de Serviços.

Parágrafo único – As competências das coordenações serão atribuídas pelos superiores hierárquicos imediatos.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 316 - As competências descritas no Título II desta Lei são exemplificativas, incluindo-se nelas outras atividades correlatas aos fins da Unidade.

Art. 317 - Ficam extintos os cargos e empregos anteriormente criados e que expressamente não constam na presente lei, reservados possíveis direitos de seus ocupantes.

Parágrafo único - O Executivo Municipal é autorizado a suplementar as dotações a que se refere o caput deste artigo, observadas as disposições dos artigos 43 e 46 da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 318 - As eventuais nomeações para os cargos previstos nesta Lei utilizarão os recursos orçamentários do exercício corrente, nas rubricas destinadas a pessoal em cada uma das Unidades Orçamentárias consignadas.

Art. 319 - Para atender a presente Lei Complementar, fica o Chefe

do Poder Executivo autorizado a redistribuir as dotações orçamentárias consignadas no exercício de 2010 de todas as Secretarias necessárias, também ficando assim autorizado a alterar os programas e subprogramas e a modificar a nomenclatura e a numeração dos projetos e atividades da despesa, visando adequá-los à nova estrutura administrativa, mediante decreto.

Art. 320 - As despesas decorrentes da execução da presente lei serão atendidas por dotações próprias consignadas no orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.

Art. 321 - Fica o Poder Executivo autorizado a expedir atos administrativos complementares necessários a plena execução desta lei.

Art. 322 - Ficam mantidos e extintos na vacância os cargos de provimento efetivo de:

- I - Agente Administrativo;
- II - Atendente de Berçário;
- III - Encarregado de Obras e Serviços Públicos;
- IV - Técnico em Atividade de Engenharia.

Art. 323 – Ficam transformados os cargos de:

DE	PARA
Auxiliar de Enfermagem Programa Saúde da Família	Auxiliar de Enfermagem - Estratégia Saúde da Família
Enfermeiro Programa Saúde da Família	Enfermeiro - Estratégia Saúde da Família
Médico Programa Saúde da Família	Médico - Estratégia Saúde da Família
Odontólogo Programa Saúde da Família	Odontólogo - Estratégia Saúde da Família
Técnico em Enfermagem - 40 horas	Técnico em Enfermagem - Estratégia Saúde da Família - 40 horas

Art. 324 – O mês de Maio será considerado como a data base das revisões dos salários, dos servidores ativos da Administração Direta e Indireta do Município de Corupá.

Parágrafo único: Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a, em Maio de 2010, proceder aumento de 5% (cinco por cento) sobre o salário dos Servidores Municipais

Art 325 - São os seguintes os anexos que compõem esta Lei:

- I - Tabela de Vagas, Cargos, Funções, Jornada e Escolaridade Mínima;

- II - Tabela de Auxílio Alimentação;
- III - Quadro de Secretarias Municipais;
- IV - Quadro de Cargos de Assessores e Controlador Interno vinculados ao Gabinete do Executivo Municipal;
- V - Quadro de Cargos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
- VI - Quadro de Cargos da Secretaria Municipal de Bem Estar, Trabalho e Habitação;
- VII - Quadro de Cargos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;
- VIII - Quadro de Cargos da Secretaria Municipal de Educação;
- IX - Quadro de Cargos da Secretaria Municipal de Infra Estrutura;
- X - Quadro de Cargos da Secretaria Municipal de Saúde;
- XI - Tabela de Valores Remuneratórios por Padrão Salarial;
- XII - Procedimentos Administrativos para Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório;
- XIII - Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório;
- XIV - Ficha de Resultado da Avaliação;
- XV - Considerações Avaliado/Superior;
- XVI - Tabela de Funções Gratificadas.

Art. 326 - Esta Lei entrara em vigor em 01 de janeiro de 2010, momento em que estarão revogadas as Leis Complementares nº 001/90 de 27 de Dezembro de 1990, 008/2005 de 25 de Outubro de 2005, 011/2006 de 27 de Abril de 2006, 012/2006 de 27 de Abril de 2006, 013/2006 de 01 de Setembro de 2006, 014/2006 de 05 de Setembro de 2006, 015/2006 de 17 de Outubro de 2006, 016/2006 de 21 de Novembro de 2006, 017/2006 de 22 de Dezembro de 2006, 024/2007 de 13 de Junho de 2007, 026/2007 de 11 de Dezembro de 2007, 027/2008 de 26 de Março de 2008, 028/2008 de 26 de Março de 2008, Lei Ordinárias nº 645/89 de 14 de junho de 1989, 870/93 de 25 de Maio de 1993, 1221/99 de 15 de julho de 1999, 1379/01 de 26 de junho de 2001, 1569/05 de 31 de Março de 2003, 1847/08 de 19 de junho de 2008, 1914/09, de 20 de Maio de 2009.

Corupá, 15 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos quinze dias do mês de Dezembro de 2009.

ANEXO I

TABELA DE VAGAS, CARGOS, FUNÇÕES, JORNADA E ESCOLARIDADE MÍNIMA

Fator	Nº de Vagas	Nomenclatura da Função	Atribuições da Função	Carga Hora	Grau De Escolaridade
41	1	ADVOGADO	Representar judicialmente e/ou extrajudicialmente o Município de Corupá, por procuração, acompanhando o andamento de processos, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo às audiências e outros atos, cabendo-lhe ainda nos termos de lei especial, as atividades de consultoria e assessoria do poder Executivo, e, privativamente, a execução de dívida ativa de natureza tributária e não tributária, observando a Constituição Federal, leis, códigos, jurisprudência, atos normativos, política pública fixada, e/ou outros documentos, bem como observando os princípios éticos e morais inerentes aos agentes públicos, e seguindo as orientações de seus superiores; Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária; comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos; Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação; Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo; Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido; Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas	35	SUPERIOR, REGISTRO DE ÓRGÃO DE CLASSE DE SANTA CATARINA, CNH "B"



5	1	AGENTE ADMINISTRATIVO	<p>Selecionar, organizar, e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais, emissão da folha de pagamentos e outros;</p> <p>Prestar auxílio a toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação;</p> <p>Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral;</p> <p>Controlar e arquivar publicações oficiais;</p> <p>Orientar e elaborar a classificação codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob a sua responsabilidade;</p> <p>Proceder controle de provimento e a vacância de cargos;</p> <p>Elaborar certidões e demais atos administrativos;</p> <p>Participar mediante supervisão e orientação de trabalhos relacionados a concorrência ou tomada de preços para aquisição de materiais, serviços e outros redigindo atos, termos de ajustes e contratos correspondentes;</p> <p>Realizar inventário do estoque de material permanente e de consumo;</p> <p>Conhecimento básico na área de informática (software);</p> <p>Estudar e propor à base de vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações.</p>	35	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
1	32	AGENTE COMUNITÁRIO	<p>Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;</p> <p>Realizar ações e atividades, no nível de suas competências nas áreas prioritárias da Atenção Básicas;</p> <p>Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;</p> <p>Traduzir para a ESF (Estratégia de Saúde da Família) a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;</p> <p>Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe e atividades constantes da Lei 11.350/06, Art. 3º, Parágrafo Único e seus incisos;</p> <p>Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade; Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida: a microárea;</p> <p>Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando a promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;</p> <p>Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;</p> <p>Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;</p> <p>Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;</p> <p>Acompanhar mensalmente, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe;</p> <p>Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº 44/GM, de 3 de janeiro de 2002.</p> <p>Nota: É permitido ao ACS desenvolver atividades nas unidades básicas de saúde, desde que vinculadas às atribuições acima.</p> <p>Executar outras atividades compatíveis com o cargo.</p>	40	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
15	1	AGENTE DE SERVIÇOS FAZENDÁRIOS	<p>Ter sob sua responsabilidade todo cadastro municipal de, indústrias, lançamentos, fornecimento de alvarás de localização, licença, fiscalização e cobrança de taxas, zoneamento, mapeamento da área urbana;</p> <p>Calcular e emitir guias de tributos a serem pagos pelos munícipes, de conformidade com as Leis vigentes;</p> <p>Avaliar ou reavaliar imóveis a proceder a outras diligências para fins fiscais;</p> <p>Verificar a regularidade do licenciamento e demais obrigações fiscais;</p> <p>Fazer verificação junto a contribuintes, visando a perfeita execução da política fiscal;</p> <p>Verificar se as construções de prédios foram devidamente licenciadas;</p> <p>Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária; comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</p> <p>Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</p> <p>Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</p> <p>Conhecimento básico na área de informática (software);</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	35	MÉDIO

2	1	AGENTE EPIDEMIOLÓGICO	<p>Desenvolver ações de vigilância em saúde;</p> <p>Orientar a comunidade quanto aos meios de controle e prevenção de doenças;</p> <p>Encaminhar às Unidades de Referência os casos de suspeita de doenças e situações, objeto de vigilância;</p> <p>Realizar ações de saneamento e melhoria do meio ambiente, através de visitas domiciliares periódicas;</p> <p>Realizar controle químico de vetores, roedores e outros agentes de doenças e agravos em imóveis no Município;</p> <p>Auxiliar na realização de inquérito epidemiológico e demais pesquisas de vigilância;</p> <p>Realizar atividades de mutirão de limpeza;</p> <p>Realizar pesquisa de triatomíneos em domicílios localizados nas áreas endêmicas;</p> <p>Realizar identificação e eliminação de focos e/ou criadouros do <i>Aedes aegypti</i> e <i>Aedes albopictus</i>;</p> <p>Realizar borrifação em domicílios para controle de triatomíneos;</p> <p>Realizar tratamento de imóveis com focos do <i>Aedes aegypti</i>;</p> <p>Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</p> <p>Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</p> <p>Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</p> <p>Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
14	2	ALMOXARIFE	<p>Recepcionar os materiais entregues pelos fornecedores, conferindo as notas fiscais com os pedidos, verificando quantidades, qualidade e especificações;</p> <p>Organizar a estocagem dos materiais, de forma a preservar a sua integridade física e condições de uso, de acordo com as características de cada material, bem como para facilitar a sua localização e manuseio;</p> <p>Manter controles dos estoques, através de registros apropriados, anotando todas as entradas e saídas, visando a facilitar a reposição e elaboração dos inventários;</p> <p>Solicitar reposição dos materiais, conforme necessário, de acordo com as normas de manutenção de níveis mínimos de estoque;</p> <p>Elaborar inventário mensal, visando a comparação com os dados dos registros.;</p> <p>Separar materiais para devolução, encaminhando a documentação para os procedimentos necessários;</p> <p>Atender as solicitações dos usuários, fornecendo em tempo hábil os materiais e peças solicitadas;</p> <p>Conhecimento básico na área de informática (software);</p> <p>Controlar os níveis de estoques, solicitando a compra dos materiais necessários para reposição, conforme política ou procedimentos estabelecidos para cada item;</p> <p>Supervisionar a elaboração do inventário mensal, visando o ajuste de divergências com os registros contábeis;</p> <p>Efetuar os serviços de abastecimento de veículos e registro do abastecimento;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	40	MÉDIO

15	15	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	<p>Prestar atendimento e esclarecimentos ao público interno e externo, pessoalmente, por meio de escritórios e processos ou por meio das ferramentas de comunicação que lhe forem disponibilizadas;</p> <p>Efetuar e auxiliar no preenchimento de processos, guias, requisições e outros impressos;</p> <p>Otimizar as comunicações internas e externas, mediante a utilização dos meios postos à sua disposição, tais como telefone, fax, correio eletrônico, entre outros;</p> <p>Monitorar e desenvolver as áreas de protocolo, serviço de malote e postagem;</p> <p>Instruir requerimentos e processos, realizando estudos e levantamentos de dados, observando prazos, normas e procedimentos legais;</p> <p>Organizar, classificar, registrar, selecionar, catalogar, arquivar e desarquivar processos, documentos, relatórios, periódicos e outras publicações;</p> <p>Operar computadores, utilizando adequadamente os programas e sistemas informacionais postos à sua disposição, contribuindo para os processos de automação, alimentação de dados e agilização das rotinas de trabalho relativos à sua área de atuação;</p> <p>Operar máquinas de reprografia, fax, calculadoras, encadernadoras e outras máquinas de acordo com as necessidades do trabalho;</p> <p>Redigir textos, ofícios, relatórios e correspondências, com observância das regras gramaticais e das normas de comunicação oficial;</p> <p>Realizar procedimentos de controle de estoque, inclusive verificando o manuseio de materiais, os prazos de validade, as condições de armazenagem e efetuando o registro e o controle patrimonial dos bens públicos;</p> <p>Auxiliar nos processos de leilão, pregão e demais modalidades licitatórias de bens e serviços;</p> <p>Colaborar em levantamentos, estudos e pesquisas para a formulação de planos, programas, projetos e ações públicas;</p> <p>Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva;</p> <p>Ter iniciativa e contribuir para o bom funcionamento da unidade em que estiver desempenhando as suas tarefas;</p> <p>Propor ao superior imediato providências para a consecução plena de suas atividades, inclusive indicando a necessidade de aquisição, substituição, reposição, manutenção e reparo de materiais e equipamentos;</p> <p>Manter-se atualizado sobre as normas municipais e sobre a estrutura organizacional do Município;</p> <p>Participar de cursos de qualificação e requalificação profissional e repassar aos seus pares informações e conhecimentos técnicos proporcionados pelo Município;</p> <p>Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata;</p> <p>Conhecimento básico na área de informática (software);</p> <p>Participar de escala de revezamento e plantões sempre que houver necessidade.</p>	35	MÉDIO
4	2	ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	<p>Atender os leitores, orientando-os no manuseio dos fichários e localização de livros e publicações, para auxiliá-los em suas consultas;</p> <p>Efetuar o registro dos livros por empréstimos, anotando seus títulos, autores, códigos de referência, identidade do usuário, data prevista para entrega e outros dados de importância, para garantir a futura devolução dos mesmos e obter dados para levantamentos estatísticos;</p> <p>Controlar a entrega livros cuja data de devolução esteja vencida, preenchendo formulários apropriados, remetendo-os pelo correio a seus usuários ou de outro modo, para possibilitar a recuperação dos volumes não devolvidos;</p> <p>Repor nas estantes, os livros utilizados pelos usuários posicionando-os nas prateleiras de acordo com o sistema de possibilitar novas consultas na biblioteca, para mantê-los ordenados e possibilitar novas consultas e registros;</p> <p>Manter atualizados os fichários, catálogos da biblioteca complementando-os e ordenando suas fichas de consulta, para assegurar a pronta localização dos livros e publicações;</p> <p>Limpar os livros ou supervisionar a limpeza dos mesmos;</p> <p>Zelar pela conservação e fazer a manutenção do acervo bibliográfico;</p> <p>Conhecimento básico na área de informática (software);</p> <p>Carimbar e conferir documentos; Executar outras tarefas correlatas.</p>	35	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

30	3	ASSISTENTE SOCIAL	<p>Encaminhar a clientela atendida pelo Setor do Serviço Social do Município, quando necessário aos recursos da comunidade;</p> <p>Colaborar na execução da programação do Setor de Serviço Social do Município;</p> <p>Participar em programas e atividades realizadas no Município, relacionadas com o seu bem estar e desenvolvimento social;</p> <p>Participar de treinamentos;</p> <p>Participar da definição da política de assistência social;</p> <p>Do planejamento das atividades;</p> <p>Da administração e supervisão de projetos sociais, desenvolvidos pela Secretaria;</p> <p>Desenvolver atendimento social de casos, estudo, acompanhamento e registro de casos, visita domiciliar e institucional, reuniões de grupo, planejamento, organização e execução de projetos e programas sociais na área de assistência social, criança e adolescente, família, idoso, geração de trabalho e renda;</p> <p>Promover a cidadania;</p> <p>Promover a equidade;</p> <p>Promover a intersectorialidade;</p> <p>Promover a proteção social;</p> <p>Promover a parceria com ESF/NASF;</p> <p>Realizar visitas domiciliares;</p> <p>Oportunizar a geração de renda;</p> <p>Acompanhar as famílias;</p> <p>Promover a educação permanente;</p> <p>Diminuir o uso abusivo do álcool;</p> <p>Organizar e relatórios e registro de atividades;</p> <p>Acompanhar as avaliações, efetividades e outras atividades específicas, realizar atividades de planejamento, gestão e operacionalização das políticas públicas;</p> <p>Planejar e operacionalizar planos, programas e projetos na área do serviço social realizando as ações adequadas à solução de problemas, dificuldades surgidas em seu campo de atuação;</p> <p>Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</p> <p>Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos; Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação; Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</p> <p>Conhecimento básico na área de informática (software);</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	40	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE, CNH "B"
2	1	ATENDENTE DE BERÇÁRIO	<p>Atendimento de crianças na faixa etária de zero a seis anos;</p> <p>Realização de atividades auxiliares de caráter sócioeducativas;</p> <p>Utilização de conhecimentos básicos de higiene;</p> <p>Organização do berçário;</p> <p>Realização de atividades de higiene e de estímulo no atendimento a crianças;</p> <p>Realização de atividades relativas à alimentação das crianças;</p> <p>Auxílio no desenvolvimento das atividades pedagógicas;</p> <p>Realização de atividades que propiciem a concretização das metas estabelecidas para o desenvolvimento integral de crianças;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	40	SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
2	10	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	<p>Redigir, seguindo orientação, e digitar ofícios, circulares, memorandos, quadros demonstrativos, boletins e outros documentos;</p> <p>Efetuar registros, preenchendo fichas, formulários, requisições de materiais e outros, efetuando lançamentos em livros, consultando dados em tabelas, gráficos e demais demonstrativos, a fim de atender a necessidade do setor;</p> <p>Operar equipamentos diversos, como máquinas calculadoras, microcomputadores, processadoras de texto, terminais de vídeo e outros;</p> <p>Efetuar cálculos simples e conferências numéricas;</p> <p>Coletar dados diversos, revisando documentos, transcrições, publicações oficiais e fornecendo informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa;</p> <p>Desenvolver atividades administrativas de apoio a outros departamentos;</p> <p>Emitir, receber, selecionar, classificar, controlar e arquivar correspondências, relatórios e documentos em geral;</p> <p>Atendimento telefônico e ao público, anotando ou enviando recados para obter ou fornecer informações;</p> <p>Preparar planilhas, gráficos, ordens de serviços e outros documentos do gênero;</p> <p>Executar serviços gerais de escritório;</p> <p>Controle dos materiais de expediente, ferramentas e serviços utilizados na área;</p> <p>Zelar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais e equipamentos a si confiados;</p> <p>Levar ao conhecimento da chefia, informações de interesse da administração;</p> <p>Conhecimento básico na área de informática (software);</p> <p>Executar outras tarefas relacionadas com a sua formação, função e área de atuação.</p>	35	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
15	2	AUXILIAR DE AGRIMENSOR	<p>Efetuar sob supervisão levantamentos de superfície, localização, dimensões exatas e configuração de terrenos, campos e estradas, para fornecer dados para os trabalhos de construção, de exploração e de elaboração de mapas;</p> <p>Zelar pelo material que lhe foi confiado;</p> <p>Executar outras tarefas relacionadas com a sua formação, função e área de atuação.</p>	35	MÉDIO

8	1	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	Aplicar flúor e orientar a escovação dental em alunos de escolas e comunidade, acompanhar grupos de crianças aos banheiros das escolas para estimular e ensinar as crianças a prática da escovação, controlar número de atendimentos através de formulários a serem preenchidos, participar de feiras e campanhas de prevenção de doenças bucais; Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde; Proceder a desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados; Preparar e organizar instrumental e materiais necessários; Instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista e/ou o THD nos procedimentos clínicos; Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; Organizar a agenda clínica; Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF; Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.	40	MÉDIO
15	1	AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO	Realizar todas as atividades inerentes ao Órgão de Controle Interno, com o fim de atender o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Conhecimento básico na área de informática (software); Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.	35	MÉDIO
8	1	AUXILIAR DE ENFERMAGEM ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc); Coletar material referente a notificação de doenças compulsórias; Realizar atividades de assistência e ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe; e Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.	40	MÉDIO
2	8	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	Carregar e descarregar veículos em geral; Transportar, arrumar e levar mercadorias, materiais de construção em geral e outros; Fazer mudanças, proceder abertura de valas; Serviços de capina em geral; Varrer, lavar e remover o lixo e detritos das ruas e prédios municipais; Proceder a limpeza de oficinas, baias, coqueiras e depósitos de lixo e detritos orgânicos, inclusive gabinetes sanitários públicos ou em prédios municipais, cuidar dos sanitários; Recolher lixo a domicílio, operando caminhões de asseio público; Auxiliar na tarefa de construção, calçamento e pavimentação em geral; Preparar argamassa; Auxiliar no recebimento, entrega, pesagem e contagem de materiais; Aplicar inseticidas e fungicidas; Auxiliar em serviços simples de jardinagem, cuidar de árvores frutíferas; Proceder a apreensão de animais soltos nas vias públicas; Quebrar e britar pedras; Cavar e limpar valas, valetas, bueiros, fossas e outros; Fazer a limpeza de córregos e ribeirões; Drenar e aterrar depressões ou escavações das estradas; Auxiliar na construção e reparo de pontes, bueiros e mata-burros; Cavar o solo para implantação de tubulação; Preparar qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e concreto; Carregar tijolos, telhas, tacos e outros, bem como auxiliar no assentamento dos mesmos; Zelar pela guarda e conservação das ferramentas e/ou equipamentos de trabalho; Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
9	20	AUXILIAR DE SALA	Atuar em atividade, programas e projetos educacionais, cooperando com o corpo docente, técnico e administrativo, em atividade relacionada ao planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem, objetivando aprimorar a qualidade do ensino, colaborando para o acesso e permanência do aluno na escola; Auxiliar a instituição no atendimento das crianças em suas necessidades de higiene, alimentação e saúde, desenvolvendo brincadeiras educativas, estimulando a psicomotricidade e sua formação integral; Participar das atividades desenvolvidas pelo Professor, em sala de aula, ou fora dela; Manter-se integrado com o professor e as crianças; Participa das reuniões pedagógicas e de grupos de estudos, na unidade escolar; Seguir orientação da supervisão na unidade escolar; Orientar para que a criança adquira hábitos de higiene; Auxiliar na elaboração de didática e matérias pedagógicos; Promover ambiente e de respeito mútuo e cooperação, entre as crianças e demais profissionais da unidade escolar, proporcionando o cuidado e educação; Assumir a docência, no impedimento legal do professor responsável pela turma e ou disciplinas, independente de nível ou modalidade de ensino; Auxiliar a docência na inclusão e prática pedagógica de crianças que apresente necessidades especiais; Conhecimento básico na área de informática (software); Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.	40	MÉDIO

2	46	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	<p>Executar serviços operacionais de construção, pavimentação, manutenção, conservação, medição e limpeza de vias, edificações e demais próprios públicos, carregando, descarregando, transladando, ordenando e zelando pelos materiais diversos, atividades da fábrica de tubos, manuseio de materiais até 50 quilos;</p> <p>Executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral em edificações municipais para manter as condições de higiene e conservação das mesmas;</p> <p>Executar atividades e serviços gerais de nível primário, envolvendo orientação e execução de serviços operacionais semi-qualificados de infra-estrutura e outros serviços afins de portaria, limpeza de prédio e confecção de merenda escolar;</p> <p>Conhecimentos específicos em alimentação, construção civil e zeladoria;</p> <p>Executar tarefas nas áreas de alvenaria, hidráulica, construção civil em geral, concretagem de pré-moldados, tubos, meio-fios, blocos, poste, tampas e lajes;</p> <p>Auxiliar nos serviços de carpintaria e de serraria em geral;</p> <p>Auxiliar na extração de pedras e produção de britas;</p> <p>Auxiliar nos serviços gerais do matadouro;</p> <p>Nos serviços de jardinagem e plantio, zelo e poda de árvores;</p> <p>Limpeza de meio-fios e sarjetas;</p> <p>Preparo de pavimentação, distribuição de agregados e asfalto;</p> <p>Auxiliar nos serviços de esgotos e canalizações;</p> <p>Executar serviços de capina e roçagem, consertos de cercas de arame;</p> <p>Abrir valetas, tapar buracos, marcar e sinalizar logradouros; retirar ou colocar placas de sinalização;</p> <p>Realizar serviços de copa e atender às solicitações inerentes;</p> <p>Operar os equipamentos eletrodomésticos disponíveis e zelar pela sua conservação;</p> <p>Observar a conservação dos bens patrimoniais e materiais e solicitar reparo ao superior hierárquico;</p> <p>Colocar ou retirar faixas, cartazes ou bandeiras;</p> <p>Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.</p>	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
11	3	CALCETEIRO	<p>Fazer e preparar calçamentos com paralelepípedos e outros materiais;</p> <p>Fazer trabalhos necessários para o assentamento de paralelepípedos ou alvenaria poliédrica, assentar paralelepípedos, assentar pedras irregulares, lajes, mosaicos e pedras portuguesas, fazer rejuntamento de paralelepípedos com asfalto, abrir, repor e consertar calçamentos de meio-fio, orientar e supervisionar serviços de auxiliares, controlar o uso de areia;</p> <p>Pavimentar solos de estradas, ruas e obras similares, determinando o alinhamento e a preparação adequada para assentamento do material (paralelos, sarjeta, artefatos de concreto, pedras, asfalto ou outro revestimento);</p> <p>Assentar e nivelar guias;</p> <p>Executar reparos de calçadas;</p> <p>Preparar o solo, nivelando-o para o assentamento de peças;</p> <p>Recobrir junções com argamassa, pedrisco ou areia para igualar o calçamento e dar acabamento aos serviços;</p> <p>Empregar os materiais adequados para o revestimento asfáltico;</p> <p>Fazer pintura manual de pontes e viadutos;</p> <p>Responsabilizar-se pela manutenção, distribuição e guarda de ferramentas em seu poder;</p> <p>Orientar a manobra dos caminhões que irão descarregar; operar moto-bombas;</p> <p>Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.</p>	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
7	1	CARPINTEIRO	<p>Executar quaisquer trabalhos de carpintaria e marcenaria, especialmente os que requeiram habilidade técnica especial;</p> <p>Confeccionar estruturas complexas em madeira, à vista de desenhos ou especificações;</p> <p>Riscar sobre madeira as peças a serem confeccionadas, escolher a madeira adequada para as várias peças;</p> <p>Operar e ajustar máquinas de carpintaria;</p> <p>Orientar e treinar servidores da categoria inferior, quanto à técnica e aos processos de trabalho que requeiram maior aperfeiçoamento;</p> <p>Confeccionar moldes e peças especiais para utilização em carpintaria;</p> <p>Fixar, envernizar e lustrear móveis em geral, estruturas, portas, caixilhos e outras obras e objetos de madeira, operar e ajustar máquina de marcenaria;</p> <p>Executar quaisquer trabalhos, especialmente os complexos, de furacão e encavilhamento de peças e ferragens;</p> <p>Fazer tratamento em madeira para diversos fins;</p> <p>Manejar, limpar e lubrificar as máquinas de carpintaria;</p> <p>Zelar pela higiene e limpeza dos locais de trabalho;</p> <p>Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares;</p> <p>Organizar pedidos de material necessários ao desenvolvimento dos serviços sob sua responsabilidade;</p> <p>Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.</p>	44	FUNDAMENTAL

33	1	CONTADOR	Efetuar o acompanhamento e controle da movimentação contábil da administração direta e indireta, elaborando ou conferindo e aprovando balancetes, balanços, conciliação bancária e outros, além do esclarecimento dos fatos contábeis ao Tribunal de Contas, visando o cumprimento da legislação, a atualização dos dados e a correta informação da aplicação dos recursos públicos; Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária; Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos; Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação; Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo; Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido; Conhecimento básico na área de informática (software); Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.	35	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE, CNH "B"
2	3	COVEIRO	Prepara sepulturas, abrindo, fechando covas e auxilia para permitir o sepultamento de cadáveres, faz exumações e zela pela limpeza do cemitério e capela mortuária; Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
6	1	DESENHISTA	Desenhar plantas cadastrais de todas as obras e serviços que necessitem ser arquivadas pelos meios digitais ou em papel; Redesenhar o material que esteja em mau estado de conservação; Manter sempre atualizada a mapoteca com todos os projetos, quer seja por meio de papel ou digital; Conhecer cálculos de áreas, escalas métricas, uso irrestrito de material de desenho, bem como do aplicativo Autocad, para desenhos em duas dimensões; Desenhar os projetos elaborados pelos Arquitetos e/ou Engenheiros, quando determinados por sua chefia; Desenhar perfis longitudinais e transversais das ruas para cadastro, projeto de galerias pluviais e outros fins; Desenhar levantamentos planialtimétricos de áreas, quando solicitado; Executar demais atividades correlatas, determinadas pelo superior imediato.	35	MÉDIO
4	1	ENCARREGADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Planejar, orientar e executar aos serviços de águas pluviais; Auxiliar nos serviços de esgotos e canalizações; Cavar o solo para implantação de tubulação; Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
16	1	ENFERMEIRO DE UNIDADE BÁSICA	Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; Conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações; Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos profissionais da Unidade Básica de Saúde; Supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente da equipe de enfermagem; Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Técnico em Enfermagem; Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade Básica de Saúde; Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.	20	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE

29	4	ENFERMEIRO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	<p>Prestar os primeiros socorros a acidentados, fazendo curativos e em casos mais graves efetuar o encaminhamento hospitalar;</p> <p>Responder pela reposição e validade dos medicamentos;</p> <p>Planejar, organizar, supervisionar, coordenar e executar os serviços que lhe forem afins nas Unidades Municipais de Saúde, bem como, participar da elaboração e execução de Programa Saúde da Família;</p> <p>Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;</p> <p>Conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações;</p> <p>Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;</p> <p>Supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem;</p> <p>Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Técnico em Enfermagem, ACD e THD; e</p> <p>Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;</p> <p>Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.</p>	40	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
37	1	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	<p>Ensino agrícola em seus diferentes graus;</p> <p>Experimentações racionais e científicas referentes à agricultura, e, em geral, quaisquer demonstrações práticas de agricultura em estabelecimentos federais, estaduais e municipais;</p> <p>Propagar a difusão de mecânica agrícola, de processos de adubação, de métodos aperfeiçoados de colheita e de beneficiamento dos produtos agrícolas, bem como de métodos de aproveitamento industrial da produção vegetal;</p> <p>Estudos econômicos relativos à agricultura e indústrias correlatas;</p> <p>Genética agrícola, produção de sementes, melhoramento das plantas cultivadas e fiscalização do comércio de sementes, plantas vivas e partes vivas de plantas;</p> <p>Fitopatologia, entomologia e microbiologia agrícolas;</p> <p>Aplicação de medidas de defesa e de vigilância sanitária vegetal;</p> <p>Química e tecnologia agrícolas;</p> <p>Reflorestamento, conservação, defesa, exploração e industrialização de matas;</p> <p>Administração de colônias agrícolas;</p> <p>Ecologia e meteorologia agrícolas;</p> <p>Fiscalização de estabelecimentos de ensino agrônomo reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação;</p> <p>Fiscalização de empresas agrícolas ou de indústrias correlatas, que gozarem de favores oficiais;</p> <p>Barragens em terra que não excedam de cinco metros de altura;</p> <p>Irrigação e drenagem para fins agrícolas;</p> <p>Estradas de rodagem de interesse local e destinadas a fins agrícolas, desde que nelas não existam bueiros e pontilhões de mais de cinco metros de vão;</p> <p>Construções rurais, destinadas a moradias ou fins agrícolas;</p> <p>Avaliações e perícias relativas às aléneas anteriores;</p> <p>Agrologia;</p> <p>Peritagem e identificação, para desembaraço em repartições fiscais ou para fins judiciais, de instrumentos, utensílios e máquinas agrícolas, sementes, plantas ou partes vivas de plantas, adubos, inseticidas, fungicidas, maquinismos e acessórios e, bem assim, outros artigos utilizados na agricultura ou na instalação de indústrias rurais e derivadas;</p> <p>Determinação do valor locativo e venal das propriedades rurais, para fins administrativos ou judiciais, na parte que se relacione com a sua profissão;</p> <p>Avaliação e peritagem das propriedades rurais, suas instalações, rebanhos e colheitas pendentes, para fins administrativos, judiciais ou de crédito;</p> <p>Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.</p>	35	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE, CNH "B"

37	2	<p>ENGENHEIRO CIVIL</p> <p>Analisar solicitações para a instalação de atividades comerciais, verificando a adequação do uso e da edificação, à legislação municipal vigente;</p> <p>Analisar projetos de construções de edificações, implantação de loteamentos e parcelamento do solo, verificando quanto a adequação dos mesmos a lei municipal vigente;</p> <p>Efetuar o atendimento do público em geral e de profissionais atuantes na área de construção civil, prestando informações com base na legislação municipal vigente, nos dados cadastrais e nos procedimentos da Secretaria;</p> <p>Realizar vistorias técnicas em obras de edificações, loteamentos e faixas de drenagem, verificando quanto à adequação dos mesmos aos projetos aprovados e à legislação municipal vigente;</p> <p>Realizar vistorias técnicas em terrenos, áreas e imóveis, visando a conferir quanto às características físicas, topográficas e a adequação para execução de obras de construção civil;</p> <p>Realizar vistorias técnicas e acompanhamento em edificações, lotes e obras, verificando quanto às condições de segurança normas e procedimentos de legislação vigente;</p> <p>Instruir tecnicamente processos administrativos e/ou expedientes externos relacionados à obras em geral, elaborando pareceres técnicos quando necessário;</p> <p>Avaliar a documentação dos imóveis, verificando a validade e a adequação às exigências estabelecidas na legislação;</p> <p>Executar trabalhos de perícia e avaliação de projetos de engenharia e de loteamentos;</p> <p>Elaborar relatórios de acompanhamento da execução de projetos e obras em geral;</p> <p>Desempenhar atividades de planejamento, supervisão e elaboração de projetos relacionados à gestão ambiental urbana;</p> <p>Desenvolver ações de supervisão, planejamento, estudos, análises, vistorias e emissão de pareceres relativos a projetos e obras de construção civil;</p> <p>Orientar e acompanhar a instalação de equipamentos diversos nos parques, praças e jardins do Município;</p> <p>Compor e acompanhar processos licitatórios, com especificações técnicas, quantitativas e de custos, bem como fiscalizar o cumprimento do cronograma estabelecido e orientar na execução das obras;</p> <p>Organizar e promover as atividades relacionadas a projetos, construção, reconstrução, adaptação, reparos, ampliação, conservação, melhoria, manutenção e implantação do sistema viário;</p> <p>Avaliar áreas para desapropriação;</p> <p>Pesquisar e propor métodos de construção e material a ser utilizado, visando a obtenção de soluções funcionais para o Município;</p> <p>Elaborar normas e especificações de caráter técnico, na área de construção civil, pavimentação e saneamento;</p> <p>Organizar e supervisionar as atividades inerentes a pesquisas de mercado e composição de custos de obras e/ou serviços;</p> <p>Analisar o cadastramento das empresas que executam obras para a Prefeitura Municipal;</p> <p>Executar e supervisionar serviços prestados por administração direta e indireta, na execução de obras de construção, ampliação, reparação e manutenção dos edifícios integrantes do patrimônio municipal e das unidades de conservação e lazer;</p> <p>Monitorar áreas verdes cadastradas e fundos de vales;</p> <p>Analisar projetos de loteamentos que envolvam terrenos integrantes do Setor Especial de Áreas Verdes (Bosques de Preservação Permanente) quanto à ocupação de áreas com destinação à construção civil (edificações) em terrenos com vegetação de porte arbóreo;</p> <p>Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</p> <p>Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</p> <p>Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</p> <p>Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas;</p> <p>Desempenhar outras atividades correlatas inerentes às atividades da engenharia civil;</p>	35	<p>SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE, CNH "B"</p>
----	---	--	----	---

30	1	FARMACÊUTICO	<p>Diminuir o uso abusivo de ansiolíticos, antidepressivos e psicotrópicos; Realizar ações individuais e coletivas voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde; Interdisciplinaridade; Coordenar e executar as ações de assistência farmacêutica; Racionalizar a dispensação; Garantia dos produtos; Acompanhar e avaliar a utilização dos medicamentos, inclusive fitoterápicos e homeopáticos; Treinar e capacitar recursos humanos; Observar a legalidade da receita, verificando também, se está completa; Avaliar se a dose, a via de administração, a frequência de administração, a duração do tratamento e dose cumulativa são apropriados e verificar a compatibilidade física e química dos medicamentos prescritos; Entrevistar os pacientes, a fim de obter o seu perfil medicamentoso; Manter cadastro de fichas farmaco terapêuticos de seus pacientes, possibilitando a monitorização de respostas terapêuticas; Informar, de forma clara e compreensiva, sobre o modo correto de administração dos medicamentos e alertar para possíveis reações adversas; Informar sobre as repercussões da alimentação e da utilização simultânea de medicamentos não prescritos; Orientar na utilização de medicamentos não prescritos; Prestar orientações quanto ao uso, a guarda, administração e descarte de medicamentos e seus correlatos, com vistas à promoção do uso racional de medicamentos; Participar das equipes multidisciplinares de assistência domiciliar diversas, tais como: Estratégia da Saúde da Família (ESF); Orientar quanto aos procedimentos de limpeza, assepsia, antisepsia, desinfecção de superfícies e esterilização de equipamentos, e materiais, bem como, a calibração dos mesmos; Prestar informações sobre os medicamentos e problemas relacionados aos mesmos, propondo aos demais membros da equipe de saúde, as mudanças necessárias à obtenção do resultado desejado; Promover a educação no uso racional de medicamentos para os profissionais de saúde e pacientes; Participar ativamente em programas educacionais de saúde pública, promovendo o uso racional de medicamentos; Atuar como fonte de informação sobre medicamentos aos outros profissionais de saúde; Organizar, supervisionar e orientar tecnicamente os procedimentos quanto ao recebimento, estocagem, conservação e distribuição racional e segura de drogas, medicamentos em suas embalagens originais, insumos farmacêuticos e correlatos; No recebimento do produto farmacêutico ou correlato seja avaliado se o meio de transporte utilizado é adequado ao acondicionamento e conservação capazes de assegurar as condições de qualidade, segurança e eficácia do produto; No recebimento do produto farmacêutico ou correlato, seja verificada sua documentação e os dados dos produtos como: fabricante, fornecedor, registro no Ministério da Saúde, nome do responsável, técnico prazo de validade, número de lote, acondicionamento dos produtos sob refrigeração, termolábeis e especialidades ou formas farmacêuticas com maior sensibilidade à mudança de temperatura (pomadas, supositórios, cápsulas, emulsões), alterações físicas e laudo de análise do controle de qualidade da indústria produtora obedecendo os parâmetros da Farmacopéia Brasileira quando for o caso; Manter os medicamentos e substâncias medicamentosas em bom estado de conservação, de modo a serem fornecidos nas devidas condições de pureza e eficiência; Promover que na farmácia sejam garantidos boas condições de higiene e segurança; Manter e fazer cumprir o sigilo profissional; Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	40	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
----	---	--------------	--	----	---

15	2	FISCAL DE TRIBUTOS E POSTURAS	<p>Fiscalizar o cumprimento da legislação municipal sobre obras e edificações do Município, fazendo vistorias, leitura de projetos, conferência de medidas, cálculos de área, autuações, notificações, embargos e aplicando multas;</p> <p>Fiscalizar o cumprimento da legislação municipal sobre posturas do Município, fazendo vistorias nas atividades comerciais localizadas e ambulantes, nos logradouros públicos em geral, orientando e autuando os contribuintes infratores;</p> <p>Fiscalizar o cumprimento da legislação municipal sobre parcelamento do solo urbano, fazendo vistorias aos locais de parcelamento do solo e vistoriando processos de loteamento e desmembramento, orientado e autuando os infratores;</p> <p>Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</p> <p>Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</p> <p>Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</p> <p>Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</p> <p>Participar de escala de revezamento e plantões sempre que houver necessidade; Verificar e acompanhar o cumprimento da Legislação, sobre meio ambiente e Plano Diretor comunicando as infrações cometidas aos Órgãos competentes;</p> <p>Fiscalizar para fins de tributação, o comércio e a indústria em geral, bem como as demais atividades sujeitas à fiscalização municipal, fazer verificação junto a contribuintes visando a perfeita execução da fiscalização tributária, proceder a diligência exigida pelo serviço, informar processos depois de cumpridas as diligências;</p> <p>Elaborar relatórios e boletins estatísticos, prestar informações em processos relacionados com sua área de competência;</p> <p>Efetuar sindicância para verificação das alegações dos contribuintes;</p> <p>Executar vistorias iniciais e informar em processos administrativos relativos à localização e ao funcionamento, bem como às alterações cadastrais do interesse da Fazenda Municipal, dos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e similares;</p> <p>Orientar os contribuintes quanto à legislação fiscal em vigor e exigir dos mesmos o fiel cumprimento desta;</p> <p>Examinar os livros fiscais e de escrituração contábil;</p> <p>Fazer levantamentos contábeis;</p> <p>Fiscalizar o pagamento de todos os tributos devidos ao Município;</p> <p>Expedir autuações fiscais e intimações;</p> <p>Auxiliar aos órgãos de arrecadação Estadual e Federal dentro de sua área de atuação;</p> <p>Expedir guias de recolhimento;</p> <p>Proceder à avaliação de imóveis urbanos e rurais para efeito de pagamento de impostos;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	35	MÉDIO
15	3	FISCAL SANITÁRIO	<p>Efetuar o controle sanitário através de orientação e fiscalização alimentícia e ambiental em Hotéis, Clínicas, Consultórios, Comércio, Indústria e outros, em especial, na fabricação, produção, beneficiamento, acondicionamento, conservação, transporte, armazenamento e comercialização de gêneros alimentícios, a fim de fazer cumprir a legislação no âmbito da saúde pública do Município;</p> <p>Efetuar o controle sanitário, promovendo a fiscalização e o controle dos atos e fatos que tenham reflexo na Saúde Pública;</p> <p>Fiscalizar estabelecimentos comerciais dos quais são exigidos alvarás de saúde, verificando e orientando sobre as condições físicas e higiênico-sanitárias, controlar qualidade de efluentes de indústrias, coletar e analisar amostras de água, emitindo laudos, aplicar inseticida em córregos e arroios;</p> <p>Desempenhar atribuições prevista na legislação sanitária;</p> <p>Participar de escala de revezamento e plantões sempre que houver necessidade;</p> <p>Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</p> <p>Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos; Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</p> <p>Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	35	MÉDIO

27	3	FISIOTERAPEUTA	<p>Planejar, organizar e administrar serviços gerais e específicos de fisioterapia, bem como assessorar autoridades em assuntos de fisioterapia, preparando informes, documentos e pareceres;</p> <p>Ensinar exercícios físicos de preparação e condicionamento pré e pós-parto, operatório ou de pacientes com dificuldade motora, fazendo demonstrações e orientando o paciente, visando sua recuperação;</p> <p>Fazer relaxamento, exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente, para promover a descarga ou liberação da agressividade estimular a sociabilidade;</p> <p>Supervisionar e avaliar atividades do pessoal auxiliar de fisioterapia, orientando-os na execução das tarefas para possibilitar a execução correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos mais simples;</p> <p>Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade e ambientes escolares e postos de saúde (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares;</p> <p>Realizar diagnóstico com levantamento dos problemas;</p> <p>Redução de incapacidades e deficiências;</p> <p>Melhorar a qualidade de vida;</p> <p>Inclusão social;</p> <p>Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade;</p> <p>Ação de promoção e proteção da saúde em conjunto com as ESF;</p> <p>Acompanhamento de crianças com riscos em todas as fases do ciclo de vida;</p> <p>priorizar ações coletivas;</p> <p>Realizar orientações;</p> <p>Realizar acompanhamentos;</p> <p>capacitar RH;</p> <p>Acolher e apoiar as famílias;</p> <p>Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade</p>	32	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
23	1	FONOAUDIÓLOGO	<p>Desenvolve trabalho de prevenção e correção na área de comunicação escrita e oral, voz e audição;</p> <p>Participa de equipes de diagnóstico e realiza terapia fonoaudiológica;</p> <p>Ensina exercícios corretivos à pacientes;</p> <p>Promove a reintegração dos pacientes à família e outros grupos familiares;</p> <p>Elabora pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas e entrevistas;</p> <p>Participa de atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;</p> <p>Participa de grupos de trabalho para fins de formulação de diretrizes, planos e programas afetos ao município;</p> <p>Atende ao público;</p> <p>Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade e ambientes escolares e postos de saúde (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	35	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
13	2	INSEMINADOR	<p>Executar tarefas de inseminação artificial em bovinos, suínos e outros animais;</p> <p>Efetuar a coleta do sêmen;</p> <p>Zelar pela guarda e conservação do sêmen;</p> <p>Efetuar a limpeza e higiene dos instrumentos e equipamentos utilizados na inseminação;</p> <p>Fazer o acompanhamento quanto ao resultado positivo ou negativo das inseminações realizadas;</p> <p>Elaborar relatórios sobre os serviços executados;</p> <p>Zelar pela manutenção, conservação e limpeza da condução;</p> <p>Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</p> <p>Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</p> <p>Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</p> <p>Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	44	SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA, CNH "B"

15	1	INSTRUTOR DE KARATE	<p>Ministrar aulas de Karatê de forma lúdica e dinâmica, visando à inclusão social dos usuários das políticas públicas;</p> <p>Aplicar exercícios específicos para desenvolver e manter a condição física dos usuários;</p> <p>Participar de projetos a serem elaborados e desenvolvidos por superiores;</p> <p>Participar na organização, desenvolvimento e execução de atividades recreativas e de lazer realizadas pelo município;</p> <p>Colaborar na elaboração de projetos e planos de ação das atividades sócio-educativas;</p> <p>Participar de ações complementares de caráter cívico, cultural e recreativo, visando desenvolver habilidades, iniciativas, cooperação, criatividade e relacionamento social, mesmo que sejam executadas em horários que excedam a jornada normal de trabalho;</p> <p>Preparar o plano de aula, determinando a metodologia a ser seguida, de acordo com objetivos a serem alcançados;</p> <p>Zelar pela conservação e armazenamento dos materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>Participar de reuniões técnicas e administrativas com a equipe de trabalho;</p> <p>Manter registro de frequência diário;</p> <p>Preencher relatórios mensais;</p> <p>Manter-se atualizado, participando de curso de qualificação e capacitações afins, visando o acompanhamento e evoluções de novas técnicas e metodologias;</p> <p>Executar outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.</p>	40	MÉDIO
15	7	INSTRUTOR DE MUSICA	<p>Planejar, organizar, coordenar e orientar o ensino da música;</p> <p>Orientar, estimular e acompanhar o desenvolvimento das potencialidades artísticas e criativas;</p> <p>Realizar estudos dos processos técnicos, transmitindo ensinamentos do uso dos diversos materiais de música;</p> <p>Cuidado e conservação dos materiais de trabalho; realizar pesquisas na área da música;</p> <p>Testar e afinar instrumentos musicais;</p> <p>Fazer arranjos, preparar repertórios e sugerir apresentações musicais;</p> <p>Participar ou coordenar programas específicos na comunidade e ambiente escolares;</p> <p>Auxiliar a professores da rede de ensino na aplicação da música no currículo escolar;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	40	MÉDIO
4	4	JARDINEIRO	<p>Plantar culturas diversas, introduzindo sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal;</p> <p>Cuidar de jardins em imóveis públicos, praças e vias públicas;</p> <p>Efetuar preparo de mudas e sementes através da construção de viveiros e canteiros, realizar tratamentos culturais, além de preparar o solo para plantio, efetuar roçada de gramas, manter os canteiros limpos;</p> <p>Varrer, lavar e remover o lixo e detritos das ruas, praças, áreas de passeio público e prédios municipais;</p> <p>Executar a conservação e ou limpeza dos bens patrimoniais públicos e quando necessário solicitar materiais e reparo ao superior hierárquico;</p> <p>Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.</p>	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
12	2	MECÂNICO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS	<p>Reparar, substituir e ajustar peças mecânicas defeituosas ou desgastadas de veículos, máquinas, motores, sistemas hidráulicos de ar comprimido e outros;</p> <p>Fazer vistoria mecânica em veículos automotores;</p> <p>Reparar, substituir e ajustar peças mecânicas de veículos, montando e desmontando máquinas e equipamentos, máquinas e motores movidos a gasolina, a óleo diesel ou qualquer outro tipo de combustível;</p> <p>Efetuar a regulagem de motor, revisar, ajustar, desmontar e montar motores;</p> <p>Reparar, consertar e reformar sistemas de comando de freios, de transmissão, de ar comprimido hidráulico, de refrigeração e outros;</p> <p>Efetuar as inspeções de rotina para diagnosticar o estado de conservação e funcionamento dos equipamentos mecânicos;</p> <p>Reparar sistemas elétricos de qualquer veículo;</p> <p>Executar a lubrificação, regulagens e calibrações de todos os equipamentos mecânicos e pneumáticos, conforme especificações de cada máquina, utilizando os instrumentos apropriados;</p> <p>Anotar os reparos feitos, peças trocadas, para efeito de controle;</p> <p>Operar equipamento de soldagem, recondicionador, substituir e adaptar peças;</p> <p>Executar pequenos serviços de solda, corte com maçarico, quando necessário;</p> <p>Executar a troca de óleo, limpeza e manutenção dos compressores;</p> <p>Vistoriar veículos prestar socorro mecânico a veículos acidentados ou com defeito mecânico;</p> <p>Lubrificar máquinas e motores;</p> <p>Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;</p> <p>Efetuar consertos e reformas em máquinas pesadas;</p> <p>Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</p> <p>Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</p> <p>Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</p> <p>Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, CNH C

45	5	MÉDICO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	<p>Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção primária, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde;</p> <p>Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;</p> <p>Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc;</p> <p>Verificar e atestar óbito;</p> <p>Analisar e interpretar exames laboratoriais e radiográficos;</p> <p>Conceder atestados de saúde;</p> <p>Coordenar e auxiliar as atividades dos serviços de saúde; Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;</p> <p>Realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);</p> <p>Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecocoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;</p> <p>Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contrareferência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;</p> <p>Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;</p> <p>Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Técnicos em Enfermagem, ACD e THD; e</p> <p>Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF. Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	40	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
39	1	MÉDICO GINECOLOGISTA	<p>Prestar assistência médica integral à saúde da mulher, na área de ginecologia;</p> <p>Realizar anamnese (Histórico Clínico);</p> <p>Efetuar exame físico;</p> <p>Efetuar exame ginecológico;</p> <p>Determinar o diagnóstico ou hipótese diagnóstica;</p> <p>Solicitar exames laboratoriais e/ou ultra-sonografia quando julgar necessário;</p> <p>Prescrever medicação, quando necessário;</p> <p>Orientar mulheres e/ou gestantes quanto ao planejamento familiar, uso de métodos contraceptivos, controle de pré-natal, parto hospitalar, aleitamento materno entre outros aspectos;</p> <p>Realizar acompanhamento pré-natal da gestante, com encaminhamento quando se fizer necessário;</p> <p>Coletar material para exames de preventivo de CA de mama e colo uterino, quando julgar necessário;</p> <p>E demais atribuições pertinentes à profissão, segundo a classe, ordem ou conselho profissional específico;</p> <p>Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim;</p> <p>Utilizar os equipamentos de proteção individual, pertinentes ao exercício de suas atribuições;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	10	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE, ESPECIALIZA- ÇÃO
39	2	MÉDICO PEDIATRA	<p>Prestar atendimento médico hospitalar e ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento;</p> <p>Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, na especialidade de Pediatria e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;</p> <p>Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;</p> <p>Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;</p> <p>Prestar atendimento de urgência em Pediatria e Clínica Geral;</p> <p>Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínico, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção prevenção e recuperação da saúde da coletividade;</p> <p>Coordenar atividades médicas institucionais a nível local;</p> <p>Coordenar as atividades médicas, acompanhando e avaliando ações desenvolvidas, participando do estudo de casos, estabelecendo planos de trabalho, visando dar assistência integral ao munícipe;</p> <p>Delegar funções à equipe auxiliar, participando da capacitação de pessoal, bem como de supervisão dos demais recursos envolvidos na prestação de cuidados de saúde;</p> <p>Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função;</p> <p>Efetuar outras tarefas correlatas, mediante determinação superior;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	10	SUPERIOR, REGISTRO DE ÓRGÃO DE CLASSE, ESPECIALIZAÇÃO

31	1	MÉDICO VETERINÁRIO	<p>Proceder a profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças animais, realizando exames clínicos e de laboratório para assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais;</p> <p>Elaborar e executar projetos que visem o aprimoramento da atividade agropecuarista;</p> <p>Promover a fiscalização sanitária nos locais de produção manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal;</p> <p>Proceder o controle de zoonoses, efetivando levantamento de dados, avaliações epidemiológicas e programas, para possibilitar a profilaxia dessas doenças;</p> <p>Participar da elaboração e coordenação de programas de combate e controle de vetores, roedores e raiva animal;</p> <p>Realizar a observação de animais com suspeita de raiva (quarentena);</p> <p>Coordenar campanha de vacinação animal;</p> <p>Interagir com o setor de fiscalização da Prefeitura, no que tange a fiscalização sanitária;</p> <p>Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</p> <p>Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</p> <p>Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</p> <p>Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	40	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE, CNH "B"
19	30	MOTORISTA	<p>Dirigir automóveis leves e utilitários de pequeno e médio porte, utilizados no transporte municipal, intermunicipal e interestadual, transportando funcionários, equipamentos, produtos químicos, objetos e outros, conduzindo-os em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e as instruções recebidas, assim também, caminhões munch, caminhão guincho e carretas, caminhão basculante, caminhão carroceria, microônibus, ônibus urbano e ônibus rodoviário;</p> <p>Operar o equipamento do caminhão munch carregando e descarregando peças e equipamentos.</p> <p>Operar o caminhão guincho efetuando a fixação dos veículos para remoção;</p> <p>Operar o caminhão basculante carregando e descarregando sua carga;</p> <p>Operar o caminhão carroceria supervisionando e ajudando a descarregar sua carga;</p> <p>Operar o microônibus, ônibus urbano e rodoviário, no transporte de passageiros;</p> <p>Auxiliar nas atividades de carga e descarga de materiais e/ou equipamentos no veículo sob sua responsabilidade;</p> <p>Controlar o consumo de combustível, quilometragem, nível do óleo, água, freios, calibragem dos pneus, cargas dos extintores, elétrica, documentos de trânsito e outros, visando a manutenção do veículo;</p> <p>Apresentar o veículo para manutenção nos períodos previstos ou em casos emergenciais;</p> <p>Comunicar de imediato a seu superior hierárquico no caso de constatação de ruídos ou defeitos;</p> <p>Zelar pela manutenção e conservação do veículo sob sua responsabilidade;</p> <p>Elaborar planilha mensal da quilometragem dos veículos da municipalidade, com os locais percorridos e as devidas anotações de horários de saída e retorno;</p> <p>Efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com a manutenção do veículo; Realizar viagens a serviço da Município;</p> <p>Executar outras atividades afins, determinadas pelo superior imediato.</p>	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, CNH C OU D
10	2	NUTRICIONISTA	<p>Controlar a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos;</p> <p>Garantir a qualidade dos alimentos e serviços de área;</p> <p>Ministrar cursos de treinamento para os servidores da área;</p> <p>Observar o nível de rendimento, habilidade, higiene e aceitação dos alimentos pelos comensais, para racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços;</p> <p>Elaborar cardápios em geral;</p> <p>Desenvolver programas de educação alimentar;</p> <p>Desenvolver e apresentar estudos técnicos para a melhoria dos serviços;</p> <p>Estabelecer como rotina diária a degustação de alimentos;</p> <p>Proceder visitas técnicas nas escolas para fazer a supervisão dos serviços de alimentação;</p> <p>Monitorar as condições de higiene e sanitárias de alimentação enviada aos escolares;</p> <p>Realizar a organização de cardápios;</p> <p>Zelar pelo cumprimento das normativas exigidas pelo Conselho de Alimentação Escolar, bem como das políticas estabelecidas pelo Ministério da Educação;</p> <p>Dar apoio às equipes de ESF, atendendo os pacientes diabéticos, hipertensos, gestantes, obesos, baixo peso e demais pacientes que necessitarem, desde que encaminhados por profissional médico;</p> <p>Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos;</p> <p>Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as especificidades locais.</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	20	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE

35	3	ODONTÓLOGO	<p>Integrar-se com equipe de saúde da Unidade para qual for designado;</p> <p>Participar do planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação dos programas (ações) de saúde priorizados para a área de abrangência da Unidade de Saúde, região e município;</p> <p>Organizar, controlar e executar ações de atendimento odontológico;</p> <p>Diagnosticar e tratar afecções da boca, dentes e região maxilofacial, utilizando processos clínicos ou cirúrgicos, para promover e recuperar a saúde bucal;</p> <p>Realizar extrações, restaurações, limpeza profilática, orientando a comunidade quanto a prevenção das doenças da boca e seus cuidados participando de campanhas de saúde bucal, zela pelos instrumentos utilizados no consultório;</p> <p>Orientar a clientela da unidade de atendimento, individualmente ou em grupo, em assunto de Odontologia Preventiva e Sanitária;</p> <p>Verificar e registrar os dados de cada paciente;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	20	SUPERIOR, REGISTRO DE ÓRGÃO DE CLASSE
44	1	ODONTÓLOGO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	<p>Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;</p> <p>Realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;</p> <p>Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade;</p> <p>Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento;</p> <p>Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;</p> <p>Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;</p> <p>Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do THD, ACD e ESF;</p> <p>Realizar supervisão técnica do THD e ACD;</p> <p>Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;</p> <p>Realizar extrações, restaurações, limpeza profilática, orientar a comunidade quanto a prevenção das doenças da boca e seus cuidados participando de campanhas de saúde bucal, zelar pelos instrumentos utilizados no consultório;</p> <p>Verificar e registrar os dados de cada paciente;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	40	SUPERIOR, REGISTRO DE ÓRGÃO DE CLASSE
25	2	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	<p>Operar e manter escavadeira hidráulica;</p> <p>Realizar com o zelo e perícia os trabalhos que lhe forem confiados, executando a operação e manutenção de escavadeira hidráulica;</p> <p>Executar terraplanagem, nivelamentos, abaulamentos, abrir valos e valetas e outros serviços pertinentes que podem ser realizados com a máquina;</p> <p>Efetuar ligeiros reparos, quando necessário;</p> <p>Providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificantes na máquina sob responsabilidade;</p> <p>Comunicar ao seu superior qualquer anomalia no funcionamento da máquina;</p> <p>Zelar pela conservação e limpeza das máquinas sob sua responsabilidade;</p> <p>Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</p> <p>Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</p> <p>Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</p> <p>Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, CNH "D"
19	8	OPERADOR DE MÁQUINA	<p>Operar máquinas da construção civil, conduzindo-as e operando seus comandos, para terraplanagem, nivelamentos, abaulamentos, abrir valetas e cortar taludes e compactar terra e materiais similares, realizar serviços agrícolas com tratores;</p> <p>Executar e auxiliar na execução de obras públicas;</p> <p>Zelar pela conservação e limpeza das máquinas, acessórios e ferramentas, que utiliza na execução de suas tarefas;</p> <p>Dirigir máquinas e equipamentos rodoviários;</p> <p>Operar máquina Motoniveladora, conduzindo-as e operando seus comandos, nivelamentos, abaulamentos e cortar taludes e compactar terra e materiais similares e outros serviços pertinentes a esta máquina;</p> <p>Operar máquinas providas de Rolo Compactador, executa serviços de terraplanagem e providencia o abastecimento de combustível, água e lubrificantes nas máquinas sob sua responsabilidade e sua manutenção;</p> <p>Comunicar ao seu superior qualquer anomalia no funcionamento da máquina;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, CNH "D"

20	6	OPERADOR DE MAQUINA I	<p>Operar máquina Motoniveladora, conduzindo-as e operando seus comandos, nivelamentos, abaulamentos e cortar taludes e compactar terra e materiais similares e outros serviços pertinentes a esta máquina;</p> <p>Operar o Trator de Esteira, realizando abertura de estradas, aterros, corte de macadame nas saibreiras e ou minérios, aterro sanitário e outros;</p> <p>Efetuar a manutenção da máquina, abastecendo-a, lubrificando-a, mantendo-a sempre limpa;</p> <p>Conduzir tratores providos ou não de implementos diversos;</p> <p>Zelar pela conservação e limpeza das máquinas, acessórios e ferramentas, que utiliza na execução de suas tarefas;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, CNH "D"
11	4	PEDREIRO	<p>Executar serviços de construção, manutenção e reformas de muros, pontes, caixa de captação de água (bocas-de-lobo), calçadas, paredes, pisos etc, preparando a base, assentando, rejuntando e fixando materiais, a partir de plantas, croquis ou instruções, para edificação e conservação de prédios públicos;</p> <p>Abrir valas no solo, utilizando ferramentas manuais apropriadas;</p> <p>Carregar e descarregar veículos, empilhando os materiais nos locais indicados;</p> <p>Transportar materiais de construção, móveis, equipamentos e ferramentas, de acordo com instruções recebidas;</p> <p>Realizar manutenção em geral em vias, manejar áreas verdes, tapar buracos, limpar vias permanentes e realizar a manutenção em bueiros e galerias de águas pluviais, limpar, lubrificar e guardar ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho que não exijam conhecimentos especiais;</p> <p>Dar mira e bater estaca nos trabalhos topográficos;</p> <p>Auxiliar no nivelamento de superfícies a serem pavimentadas e trabalhar com emulsão asfáltica;</p> <p>Preparar argamassa, concreto e executar outras tarefas de obras; Moldar bloquetes, mourões, placas e outros artefatos pré-moldados, utilizando a fôrma e o material adequado, seguindo instruções predeterminadas;</p> <p>Auxiliar na construção de palanques, andaimes e outras obras;</p> <p>Realizar a construção, manutenção e reformas de obras de construção civil; Fazer e preparar calçamentos com paralelepípedos e outros materiais;</p> <p>Fazer trabalhos necessários para o assentamento de paralelepípedos ou alvenaria poliédrica, assentar paralelepípedos, assentar pedras irregulares, lajes, mosaicos e pedras portuguesas, fazer rejuntamento de paralelepípedos com asfalto, abrir, repor e consertar calçamentos de meio-fio, orientar e supervisionar serviços de auxiliares, controlar o uso de areia;</p> <p>Pavimentar solos de estradas, ruas e obras similares, determinando o alinhamento e a preparação adequada para assentamento do material (paralelos, sarjeta, artefatos de concreto, pedras, asfalto ou outro revestimento);</p> <p>Assentar e nivelar guias;</p> <p>Executar reparos de calçadas;</p> <p>Preparar o solo, nivelando-o para o assentamento de peças;</p> <p>Recobrir junções com argamassa, pedrisco ou areia para igualar o calçamento e dar acabamento aos serviços;</p> <p>Empregar os materiais adequados para o revestimento asfáltico;</p> <p>Fazer pintura manual de pontes e viadutos;</p> <p>Responsabilizar-se pela manutenção, distribuição e guarda de ferramentas em seu poder;</p> <p>Orientar a manobra dos caminhões que irão descarregar; operar moto-bombas;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
22	3	PSICÓLOGO	<p>Atender adultos e crianças que necessitam de auxílio e acompanhamento psicológico;</p> <p>Prestar atendimento clínico aplicando técnicas psicológicas, avaliando o ser como um todo adotando tratamento para o equilíbrio psicológico;</p> <p>Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade e ambientes escolares e postos de saúde (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares; Atenção aos usuários e famílias em situações de risco psicossocial ou doença mental;</p> <p>Reinserção social;</p> <p>Práticas preventivas;</p> <p>Incorporar hábitos saudáveis de vida;</p> <p>Diminuir o uso abusivo de álcool e drogas;</p> <p>Realizar ações de redução de danos e combate a discriminação, seja ela de qualquer natureza;</p> <p>Intervir nas residências terapêuticas;</p> <p>Promover a equidade, a integralidade e a construção de cidadania;</p> <p>promover a intersetorialidade e a multidisciplinaridade;</p> <p>Apoiar as ESF nos casos de transtornos mentais severos e persistentes, aos egressos das internações psiquiátricas, tentativas de suicídio e situações de violência familiar;</p> <p>Discutir com a ESF os casos que necessitam de ampliação da clínica;</p> <p>Melhorar a qualidade de vida;</p> <p>Constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade;</p> <p>Ampliar o vínculo com as famílias;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	35	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE

17	2	TÉCNICO AGRÍCOLA	<p>Prestar assistência e orientação aos agricultores e criadores, bem como auxiliar no tratamento no trabalho de defesa sanitária animal e vegetal;</p> <p>Prestar assistência aos agricultores sobre métodos de cultura, bem como sobre meios de defesa e tratamento contra pragas e moléstias nas plantas;</p> <p>Realizar culturas experimentais através de plantio de canteiros, bem como cálculos de adubação e preparo da terra;</p> <p>Informar aos agricultores sobre a conveniência da introdução de novas culturas e equipamentos indicados para cada lavoura, bem como a manutenção e conservação dos mesmos;</p> <p>Orientar os criadores, fazendo demonstrações práticas sobre métodos de vacinação, de criação e contenção de animais, bem como sobre processos adequados de limpeza e desinfecção de estábulos, baias, tambos;</p> <p>Auxiliar o veterinário nas práticas operatórias e tratamento dos animais, controlando a temperatura, administrando remédios, aplicando injeções, supervisionando a distribuição de alimentos;</p> <p>Colaborar em experimentação zootécnica;</p> <p>Realizar a inseminação artificial; Colaborar na organização de exposição rurais;</p> <p>Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</p> <p>Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</p> <p>Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</p> <p>Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	35	MEDIO
16	1	TÉCNICO DE ATIVIDADE DE ENGENHARIA	<p>Desenhar plantas cadastrais de todas as obras e serviços que necessitem ser arquivadas pelos meios digitais ou em papel;</p> <p>Redesenhar o material que esteja em mau estado de conservação;</p> <p>Manter sempre atualizada a mapoteca com todos os projetos, quer seja por meio de papel ou digital;</p> <p>Conhecer cálculos de áreas, escalas métricas, uso irrestrito de material de desenho, bem como do aplicativo Autocad, para desenhos em duas dimensões;</p> <p>Desenhar os projetos elaborados pelos Arquitetos e/ou Engenheiros, quando determinados por sua chefia;</p> <p>Desenhar perfis longitudinais e transversais das ruas para cadastro, projeto de galerias pluviais e outros fins;</p> <p>Desenhar levantamentos planialtimétricos de áreas, quando solicitado;</p> <p>Executar demais atividades correlatas, determinadas pelo superior imediato.</p> <p>Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</p> <p>Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</p> <p>Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</p> <p>Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas</p>	35	MÉDIO
17	1	TÉCNICO EM AGRIMENSURA	<p>Executar levantamentos topográficos, tomando e anotando as medidas fornecidas por instrumentos de agrimensura;</p> <p>Efetuar cálculo de agrimensura, utilizando dados colhidos em levantamentos topográficos;</p> <p>Analisar mapas, plantas, títulos de propriedade, registros e especificações, efetuar reconhecimento básico da área programada;</p> <p>Realizar levantamento da área demarcada;</p> <p>Registrar nas cadernetas topográficas os dados obtidos;</p> <p>Avaliar as diferenças entre pontos, altitudes e distâncias;</p> <p>Elaborar esboços;</p> <p>Plantas e relatórios técnicos sobre os traçados a serem feitos;</p> <p>Acompanhar os trabalhos topográficos, determinando o balisamento;</p> <p>Zelar pela manutenção e guarda de instrumentos;</p> <p>Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</p> <p>Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</p> <p>Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</p> <p>Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</p> <p>Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</p>	35	MÉDIO

3	1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Exercer atividades auxiliares, de nível técnico atribuídas à equipe de enfermagem como: assistir ao enfermeiro no planejamento, programação, orientação das atividades de assistência de enfermagem; Na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave; Na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral; Coletar material referente a notificação de doenças compulsórias; Na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde; Integrar a equipe de saúde; Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.	20	TÉCNICO, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
13	10	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Exerce atividades auxiliares, de nível técnico atribuídas à equipe de enfermagem como: assistir ao enfermeiro no planejamento, programação, orientação das atividades de assistência de enfermagem; Na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave; Na prevenção e controle de das doenças transmissíveis em geral; Na prevenção controle sistemáticos de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde; Integrar a equipe de saúde; Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc); Coletar material referente a notificação de doenças compulsórias; Realizar atividades de assistência e ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe; Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF; Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.	40	TÉCNICO, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
16	1	TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS	Gerenciar o sistema de banco de dados e a rede de microcomputadores da organização; Instalar softwares; Realizar a manutenção da rede de computadores conectados ao CPD e das redes lógicas para a comunicação entre os equipamentos; Fazer, diariamente, as cópias de segurança do banco de dados; Prestar assistência técnica aos usuários do sistema de banco de dados e da rede de microcomputadores, instalando softwares e hardwares nos diversos setores da Prefeitura e realizar a manutenção dos mesmos; Executar a manutenção das redes de computadores conectados ao Centro de Processamento de dados; Interagir entre a Prefeitura e a companhia telefônica, com a finalidade de manter a comunicação de dados entre as Secretarias que utilizam as redes externas(modem, linhas privadas); Providenciar a manutenção de atualização do suporte de software e hardware da máquina que suporta o banco de dados; Executar cópia de segurança do banco de dados, diariamente, ao final do expediente normal; Contatar com as empresas que prestam serviços de instalação e manutenção das redes elétricas para os computadores(no breaks); Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária; Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos; Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação; Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo; Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido; Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.	35	MÉDIO
21	1	TESOUREIRO	Elaborar pagamento dos empenhos para fornecedores, indenizações e outros, efetuando previsão de fluxo de caixa, controlando as contas, conferindo os extratos bancários, verificando créditos débitos, aplicando o dinheiro disponível, elaborando diário de tesouraria e fluxo de caixa; Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.	35	MÉDIO

2	40	TRABALHADOR BRAÇAL	<p>Carregar e descarregar veículos em geral; Transportar, arrumar e levar mercadorias, materiais de construção em geral e outros; Serviços de capina em geral, e roçagem, consertos de cercas de arame; Auxiliar nos serviços de carpintaria e de serraria em geral; Recolher lixo a domicílio, operando caminhões de asseio público; Executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral (varrer, lavar e remover o lixo e detritos das ruas) em edificações municipais para manter as condições de higiene e conservação das mesmas; Proceder a limpeza de oficinas, baias, coqueiras e depósitos de lixo e detritos orgânicos, inclusive gabinetes sanitários públicos; Executar e ou auxiliar na tarefa serviços operacionais de construção, pavimentação em geral, manutenção, conservação; Preparar qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e concreto; Atividades da fábrica de tubos, manuseio de materiais até 50 quilos; Auxiliar na construção e reparo de pontes, bueiros e mata-burros; Executar atividades e serviços gerais de nível primário, envolvendo orientação e execução de serviços operacionais semi-qualificados de infra-estrutura e outros serviços afins de portaria, limpeza de prédio; Executar tarefas nas áreas de alvenaria, hidráulica, construção civil em geral, concretagem de pré-moldados, tubos, meio-fios, blocos, poste, tampas e lajes; Aplicar inseticidas e fungicidas; Auxiliar nos serviços de esgotos e canalizações; Abrir valetas, tapar buracos, marcar e sinalizar logradouros; Retirar ou colocar placas de sinalização; Auxiliar no recebimento, entrega, pesagem e contagem de materiais; Auxiliar em serviços simples de jardinagem e plantio, zelo e poda de árvores; Proceder a apreensão de animais soltos nas vias públicas; Auxiliar na extração de pedras e produção de britas; Cavar e limpar valas, valetas, bueiros, fossas e outros; Fazer a limpeza de córregos e ribeirões; Auxiliar nos serviços gerais do matadouro; Drenar e aterrar depressões ou escavações das estradas; Limpeza de meio-fios e sarjetas; Preparo de pavimentação, distribuição de agregados e asfalto; Observar a conservação dos bens patrimoniais e materiais e solicitar reparo ao superior hierárquico; Colocar ou retirar faixas, cartazes ou bandeiras; Cavar o solo para implantação de tubulação; Carregar tijolos, telhas, tacos e outros, bem como auxiliar no assentamento dos mesmos; Zelar pela guarda e conservação das ferramentas e/ou equipamentos de trabalho; Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência. Conhecimentos específicos em construção civil e zeladoria;</p>	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
2	7	VIGIA	<p>Exercer vigilância diurna e noturna nas diversas dependências; Fazer ronda de inspeção de acordo com os intervalos fixados; Observar e fiscalizar entrada e saída de pessoas e viaturas das dependências do órgão; Verificar perigos de incêndio, inundações e alertar sobre instalações precárias; Abrir e fechar portas, portões e janelas; Ligar e desligar equipamentos e máquinas; Fazer comunicações sobre qualquer ameaça ao patrimônio municipal; Conhecimento básico na área de informática (software); Desempenhar outras tarefas semelhantes.</p>	44	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

ANEXO II
TABELA DE AUXILIO ALIMENTAÇÃO

CARGA HORÁRIA SEMANAL	VALOR EM R\$
Acima de 30 Horas	200,00
De 20 Horas a 29 Horas	100,00
De 10 Horas a 19 Horas	50,00

ANEXO III
QUADRO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS

VAGAS	DENOMINAÇÃO
1	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
1	Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
1	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
1	Secretaria Municipal de Educação
1	Secretaria Municipal de Infra Estrutura
1	Secretaria Municipal de Saúde

Os Vencimentos dos Secretários Municipais serão tratados por legislação específica.

ANEXO IV
GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL
QUADRO DE ASSESSORES E CONTROLADOR INTERNO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO EM R\$
1	ASSESSORIA JURÍDICA	3.800,00
1	ASSESSORIA EXECUTIVA DE GOVERNO	2.680,00
1	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.310,00
1	CONTROLADORIA INTERNA	3.500,00

ANEXO V
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO EM R\$
1	ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3.500,00
1	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO	2.915,00
1	DIRETOR DE FAZENDA	2.915,00
1	DIRETOR DE PLANEJAMENTO E ENGENHARIA	2.915,00
1	GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO	2.200,00
1	GERENTE DE CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.200,00
1	GERENTE DE PLANEJAMENTO	2.200,00
1	GERENTE FAZENDÁRIO	2.200,00
1	CHEFE DE DIVISÃO DE TOPOGRAFIA E PROJETOS DE ENGENHARIA	1.620,00
1	COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	1.420,00
2	COORDENADOR DE SERVIÇOS	1.030,00

ANEXO VI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO EM R\$
1	CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.620,00

ANEXO VII
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO EM R\$
1	DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE	2.915,00
2	COORDENADOR DE SERVIÇOS	1.030,00

ANEXO VIII
TABELA I
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO EM R\$
1	CHEFE DE DIVISÃO DE CULTURA	1.620,00
1	CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	1.620,00
1	CHEFE DE DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER	1.620,00
1	CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR E SUPRIMENTOS	1.620,00
2	COORDENADOR PEDAGOGICO	1.420,00
1	COORDENADOR DE ESPORTE AMADOR	1.420,00

TABELA II
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUADRO DE DIREÇÃO ESCOLAR

VAGAS	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO EM R\$
1	CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL DE CO-RUPA	1.950,00
1	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENO POLEGAR	1.950,00
1	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA NINA	1.950,00
1	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL FRANZ DORN	1.950,00
1	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ALOISIO CARVALHO DE OLIVEIRA	1.950,00
1	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO MEES	1.950,00
1	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ PASQUALINI	1.950,00

ANEXO IX
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO EM R\$
1	DIREÇÃO DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	2.915,00
1	CHEFE DE DIVISÃO DE FROTA MUNICIPAL	1.620,00
1	CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1.620,00
1	COORDENADOR DE INFRA ESTRUTURA	1.030,00

ANEXO X
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO EM R\$
1	GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA E ASSISTÊNCIA A SAÚDE	2.200,00
1	GERÊNCIA DE PROGRAMA À SAÚDE	2.200,00
1	CHEFE DE DIVISÃO MÉDICA E ODONTOLÓGICA	1.620,00
1	COORDENADOR DE SERVIÇOS	1.030,00

ANEXO XI
TABELA DE VALORES REMUNERATÓRIOS POR FATOR SALARIAL

FATOR	SALÁRIO MENSAL
1	530,00
2	600,00
3	610,00
4	643,00
5	687,00
6	700,00
7	710,00
8	743,00
9	750,00
10	776,00
11	830,00
12	865,00
13	876,00
14	890,00
15	900,00
16	910,00
17	1.000,00
18	1.030,00
19	1.065,00
20	1.070,00
21	1.210,00
22	1.260,00
23	1.305,00
24	1.310,00
25	1.330,00
26	1.420,00
27	1.500,00
28	1.620,00
29	1.730,00

30	1.740,00
31	1.830,00
32	1.950,00
33	2.055,00
34	2.200,00
35	2.480,00
36	2.680,00
37	2.800,00
38	2.915,00
39	3.020,00
40	3.500,00
41	3.800,00
42	4.208,00
43	4.272,00
44	4.725,00
45	8.400,00
46	8.416,00

ANEXO XII
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

1.Fundamentação Legal:

Art. 41,da Constituição Federal com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19,publicada no D.O.U. de 05.06.98.

2.Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório:

O Prefeito Municipal designará servidores ocupantes de cargos efetivos, para comporem a "Comissão de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório",visando confirmar ou não a permanência do servidor avaliado, no cargo para o qual foi nomeado, através de procedimentos de avaliação individual e periódica de desempenho.

Compete à comissão:

- proceder levantamento dos servidores em estágio probatório,por categoria funcional,matrícula,data da nomeação e exercício e lotação;
- comunicar,tanto os supervisores como o servidor a ser avaliado,o grau de responsabilidade do estágio probatório e suas ações decorrente;
- acompanhar e fazer cumprir os prazos estabelecidos, conjuntamente com os supervisores;
- identificar os casos em que o servidor em estágio probatório esteja ocupando cargo comissionado,definindo se o mesmo deve ser avaliado;
- orientar para que todos os documentos sejam preenchidos corretamente e sem rasuras;
- avaliar semestralmente o desempenho do servidor com base nos registros efetuados pelo supervisor no Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório;

Compete ao supervisor:

- acompanhar o trabalho do servidor mediante o registro de seu desempenho no Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório,através do cumprimento dos objetivos,normas e procedimentos definidos pela Comissão acima referida;
- responder ao Questionário de Avaliação,considerando os seguintes aspectos:



1. que cada indivíduo é diferente do outro, evitando comparações;
2. procurar ser justo e imparcial;
3. evitar deixar-se influenciar por fatores externos, simpatias, antipatias, pessoas e opiniões;
4. estar ciente do objetivo principal de desempenho e de sua responsabilidade pessoal.
5. fornecer todas as orientações e informações aos servidores em estágio probatório, sobre os procedimentos da avaliação;
6. oportunizar aumento de produtividade por parte do servidor, dando conhecimento de como está indo e o que espera dele.

3. Procedimentos para avaliação:

Cada servidor, ao ser nomeado, deverá passar por 06 (seis) avaliações no decorrer do estágio probatório, incluindo-se nessa a Avaliação Final, devendo cada uma das avaliações ser realizada no mês imediatamente posterior ao semestre em curso, à exceção da Avaliação Final, que deverá ocorrer conforme art. 64º, Parágrafo Único, da presente Lei.

A Avaliação Final (6ª Avaliação) será a média das avaliações realizadas até a data da mesma, constituindo-se essa a avaliação que será objeto do relatório final a ser encaminhado ao Chefe do Poder Executivo.

O servidor que durante o semestre da avaliação estiver em afastamento remunerado, terá a avaliação suspensa. Caso o afastamento remunerado incida sobre parte de um semestre, a avaliação será efetuada considerando-se os dias trabalhados.

Ao servidor afastado para exercer função gratificada caberá à comissão de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório definir se a área de atuação é compatível com as atribuições do cargo efetivo para o qual foi nomeado sendo, nesta situação, avaliado. Caso contrário, deverá ser imediatamente revertido para o cargo efetivo ao qual foi nomeado e, dessa forma, ser avaliado.

3.1. Sistemática de avaliação:

Compete a Comissão de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório definir os procedimentos a serem adotados em todas as etapas da avaliação.

3.1.1. Os supervisores - Chefia Imediata, Inspetor e/ou Diretor (adequar)- serão convocados pela Comissão de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório para proceder ao preenchimento do Questionário de Avaliação Especial do Desempenho de Servidor em Estágio Probatório.

3.1.2. A Comissão dará ciência aos avaliados das anotações a respeito de seu desempenho feitas pelos supervisores, entregando aos avaliados cópia dos Anexos II e III, devidamente preenchidos, devendo ser protocolado o recebimento pelo avaliado.

3.1.2.1. A Comissão procederá à tabulação dos resultados.

3.1.2.2. Não havendo concordância por parte do avaliado, o mesmo poderá se manifestar por escrito no "Formulário Considerações Avaliado/Supervisor".

3.2. Instrumentos de avaliação:

O sistema de avaliação especial emite menção em escala pontuada, na forma de conceitos de avaliação.

3.2.1. Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório:

O "Questionário de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório", relaciona os itens (questões) a serem

avaliados, devendo ser assinalada apenas uma resposta em que o avaliado se enquadrar, para cada item.

O instrumento de avaliação contém 19 (dezenove) questões, definindo a partir de então, a escala de pontuação para verificar o desempenho do servidor.

Os campos do formulário "Considerações do Avaliado e do Supervisor" devem ser preenchidos caso houver divergência da parte do avaliado em relação à pontuação atribuída em qualquer item, e no caso do supervisor, o campo poderá ser utilizado para fundamentar os conceitos atribuídos.

O desempenho do servidor será obtido considerando os conceitos de cada grupo de itens, isoladamente ou de forma global, como o descrito abaixo:

a. Grupo de Itens:

1. Idoneidade Moral: É composto de 08 (oito) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

Conceito	Pontuação
SD- supera o desempenho esperado	26 a 34 pontos
AD- atinge desempenho esperado	15 a 25 pontos
AP- atinge parcialmente o desempenho esperado	08 a 16 pontos
NA- não atinge o desempenho esperado	abaixo de 8 pontos

2. Assiduidade e Pontualidade: É composto de 03 (três) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

Conceito	Pontuação
SD- supera o desempenho esperado	13 a 15 pontos
AD- atinge desempenho esperado	10 a 12 pontos
AP- atinge parcialmente o desempenho esperado	6 a 9 pontos
NA- não atinge o desempenho esperado	abaixo de 6 pontos

3. Disciplina: É composto de 02 (dois) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

Conceito	Pontuação
SD- supera o desempenho esperado	7 a 8 pontos
AD- atinge desempenho esperado	5 a 6 pontos
AP- atinge parcialmente o desempenho esperado	3 a 4 pontos
NA- não atinge o desempenho esperado	abaixo de 2 pontos

4. Eficiência: É composto de 06 (seis) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

Conceito	Pontuação
SD- supera o desempenho esperado	21 a 26 pontos
AD- atinge desempenho esperado	14 a 20 pontos
AP- atinge parcialmente o desempenho esperado	6 a 12 pontos
NA- não atinge o desempenho esperado	abaixo de 6 pontos

b. Geral

Conceito	Pontuação
SD- supera o desempenho esperado	67 a 83 pontos
AD- atinge desempenho esperado	46 a 66 pontos
AP- atinge parcialmente o desempenho esperado	22 a 45 pontos
NA- não atinge o desempenho esperado	abaixo 22 pontos

O servidor que obtiver conceitos "SD" ou "AD" está preenchendo os requisitos necessários ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo ocupado.

O servidor será considerado inapto ao desempenho das funções se:

I – Obter 2 (dois) conceitos NA nas avaliações parciais;

II – Obter mais que 50% (cinquenta por cento) de conceitos abaixo de AD nas avaliações parciais;

III – Não atingir, na Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, a pontuação que lhe assegure o conceito SD ou AD.

Quando o servidor, em avaliações semestrais, obtiver conceitos "AP" ou "NA" em qualquer Grupo de Itens, a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório deverá propor as seguintes ações para melhoria do desempenho (salvo se o servidor for considerado inapto):

1. analisar sua adaptação ao local de trabalho;
2. identificar possíveis dificuldades profissionais ou pessoais;
3. encaminhar para capacitação;
4. propor remanejamento.

No último semestre antes de completo o prazo do estágio probatório, será finalizado o processo de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, momento em que será efetuado o somatório do total geral de pontos obtidos a cada semestre e dividido pelo número de avaliações, verificando-se a conceituação final obtida.

Os servidores que atingirem conceituação "SD" ou "AD" serão considerados aptos para o exercício do cargo para o qual foram nomeados.

Os servidores que atingirem conceituação final "AP" ou "NA", serão considerados inaptos para o cargo e exoneração.

Das avaliações caberá ao avaliado a possibilidade de recurso no prazo de 3 dias úteis após a publicação de Resultado Final a ser efetuado pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório.

O recurso à Comissão será analisado no prazo máximo de 10 (dez) dias, levando-se em consideração todas as fases do processo de avaliação e, em especial, as pontuações obtidas e manifestação do avaliado e do servidor.

Nos 15 (quinze) dias após a última avaliação e/ou análise de recurso, a Comissão emitirá, para fins de homologação do Prefeito Municipal, um relatório circunstanciado com parecer conclusivo identificando os servidores que não atingiram o desempenho mínimo esperado e que devem, deste modo, ser exonerados.

ANEXO XIII

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

Secretaria:	
Nome do Avaliado:	
Matrícula:	
Nome do Supervisor/Avaliador:	
Semestre/Ano da Avaliação:	

1. - IDONEIDADE MORAL

1.1- ÉTICA PROFISSIONAL:

1.1.1- Guarda sigilo quanto às informações da Instituição e/ou Unidade de lotação:

Avalie o comportamento do servidor quanto às informações confidenciais do seu trabalho, que lhe foram repassadas ou teve acesso:

- 1.() O servidor geralmente guarda sigilo sobre as informações de seu trabalho;
- 2.() o servidor mantém sempre em sigilo as informações do seu trabalho;
- 3.() o servidor já vazou informações confidenciais, não merecendo portanto, confiança quanto a essa questão;
- 4.() pela forma com que o servidor age não é conveniente repassar-lhe informações sigilosas.

1.1.2 - Observância de hierarquia

Avalie o grau em que o servidor observa e cumpre a hierarquia funcional:

- 1.() o servidor raramente observa e cumpre a hierarquia funcional;
- 2.() o servidor sempre observa a hierarquia;
- 3.() o servidor não observa, nem cumpre seu posicionamento hierárquico e seus limites de atribuições;
- 4.() o servidor observa a hierarquia funcional, porém em algumas ocasiões atropela a delegação de competência a ele atribuída.

1.2 - RELACIONAMENTO INTERPESSOAL:

1.2.1- Clima/ambiente de trabalho:

Avalie a forma como o servidor age e procura manter um bom clima de trabalho, levando em consideração os valores e sentimentos individuais e coletivos:

- 1.() o servidor age mantendo um bom clima de trabalho e considera os valores e sentimentos individuais e coletivos;
- 2.() o servidor é problemático, não se envolve com os demais do grupo tratando a todos com desprezo e arrogância;
- 3.() o servidor mantém uma certa distância de seus colegas, mais respeita os valores e sentimentos individuais e coletivos;
- 4.() o servidor mantém sempre um bom clima de trabalho e age procurando elevar o moral de seus colegas e demais servidores;
- 5.() o servidor não se integra à equipe de trabalho, e nem sempre os trata com respeito e dignidade.

1.2.2 - Relacionamento com o Público:

Avalie a maneira como o servidor trata o público interno e externo:

- 1.() o servidor demonstra educação, porém às vezes, tem um temperamento explosivo;
- 2.() o servidor demonstra ser uma pessoa educada e paciente, chegando muitas vezes a surpreender na forma positiva com que trata as pessoas;
- 3.() o servidor tem temperamento explosivo, demonstrando ser impaciente;
- 4.() o servidor trata a todos com educação, mostrando moderação com as pessoas.

1.3 - ZELO POR EQUIPAMENTO E MATERIAIS:

1.3.1- Materiais de Trabalho:

Avalie o grau de interesse e preocupação com a guarda e economia do material de trabalho por parte do servidor:

- 1.() o servidor não é zeloso nem econômico com seus materiais, incorrendo no desvio dos mesmos;
- 2.() O servidor tem um grande senso de responsabilidade, mostrando-se zeloso e procura economizar os materiais de trabalho;
- 3.() o servidor é econômico e otimiza os seus insumos (materiais de trabalho), porém não zela por sua conservação;
- 4.() o servidor é responsável com o zelo de seus materiais, mas não prima pela economia dos mesmos.

1.3.2 - Patrimônio Público:

Avalie em que nível o servidor observa a conservação do patrimônio público:

- 1.() o servidor utiliza o patrimônio público sem, no entanto se importar com sua preservação;
- 2.() o servidor não demonstra respeito para com os bens públicos, utilizando-os de forma inadequada, provocando danos aos

mesmos;

- 3.() o servidor utiliza o bem público de maneira adequada;
4.() o servidor demonstra grande interesse com o patrimônio público, utilizando-o de forma adequada, preocupando-se com sua manutenção e conservação.

1.4. – RECEPTIVIDADE A CRÍTICAS E SUPERAÇÃO DE DIFICULDADES

1.4.1 - Receptividade a críticas:

Avalie o nível de receptividade do servidor a críticas:

- 1.() o servidor é receptivo a críticas, discute-as, analisa-as e adota aquelas que proporcionam melhoria a instituição e ao seu local de trabalho;
2.() o servidor ouve as críticas, porém não utiliza para progredir profissionalmente;
3.() o servidor não gosta de ser criticado e revolta-se quando isso ocorre;
4.() o servidor mostra-se indiferente às críticas;
5.() o servidor, quando recebe críticas, analisa-as e adota aquelas que julga convenientes.

1.4.2 - Superação de dificuldades:

Avalie o grau em que o servidor supera as suas dificuldades e carências profissionais:

- 1.() freqüentemente;
2.() ocasionalmente;
3.() raramente;
4.() normalmente.

2.- ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE

2.1 - PRESENÇA AO TRABALHO:

2.1.1 - Freqüência no local de trabalho:

Avalie o grau de freqüência com que o servidor se faz presente ao local de trabalho:

- 1.() falta com muita freqüência ao trabalho, sem justificativa;
2.() falta com muita freqüência ao trabalho, com justificativa;
3.() raramente falta ao trabalho sem justificativa;
4.() raramente falta ao trabalho com justificativa;
5.() não falta ao trabalho.

2.1.2 - Permanência no local de trabalho:

Avalie o grau de permanência do servidor em seu local de trabalho:

- 1.() ausenta-se com freqüência do local de trabalho, sem justificativa;
2.() ausenta-se com freqüência do local de trabalho, com justificativa;
3.() raramente ausenta-se, com justificativa;
4.() raramente ausenta-se, sem justificativa;
5.() não se ausenta.

2.2 - PONTUALIDADE:

2.2.1 - Observância de horário e comparecimentos:

Avalie a capacidade de cumprir horários ou compromissos rotineiros do seu trabalho:

- 1.() chega atrasado ao trabalho ou a compromissos rotineiros do seu trabalho;
2.() quase sempre chega ao trabalho ou a compromisso com algum atraso;
3.() raramente se atrasa na chegada ao trabalho ou a algum compromisso;
4.() eventualmente se atrasa na chegada ao trabalho ou a algum compromisso;
5.() não se atrasa.

3.- DISCIPLINA

3.1 - COMPROMETIMENTO:

3.1.1 - Zelo e dedicação as suas atribuições:

Avalie em que nível o servidor exerce com zelo e dedicação as

suas atribuições:

- 1.() freqüentemente;
2.() ocasionalmente;
3.() raramente;
4.() normalmente.

3.1.2 - Responsabilidade com o trabalho:

Avalie o grau em que o servidor atende os prazos previstos e o nível de supervisão necessário:

- 1.() normalmente não atende os prazos previstos e as tarefas que lhe são atribuídas, necessitando de constante vigilância;
2.() necessita ser alertado quanto ao cumprimento de suas tarefas;
3.() realiza todas as suas tarefas, cumprindo sempre os prazos determinados, dispensando fiscalização;
4.() merece confiança e raramente necessita fiscalização.

4- EFICIÊNCIA

4.1 - QUALIDADE DO TRABALHO:

4.1.1 - Apresentação dos trabalhos realizados (documentos da rotina burocrática):

Avalie a exatidão, apresentação, ordem e o cuidado com que o trabalho é realizado:

- 1.() o trabalho é bem feito e demonstra um cuidado excepcional;
2.() comete muitos erros e o trabalho denota falta de cuidado;
3.() geralmente satisfaz;
4.() o trabalho é bem feito e apresentado.

4.1.2- Informações e orientações:

Avalie o nível em que o servidor presta informações no que diz respeito as suas atribuições:

- 1.() o servidor não é seguro nas informações e ou orientações que presta;
2.() o servidor presta informações e ou orientações com clareza, segurança e objetividade;
3.() o servidor nem sempre presta informações e ou orientações com clareza e objetividade necessária;
4.() o servidor, quando solicitado, demonstra desconhecer suas atribuições;
5.() o servidor quando não tem certeza das informações, procura-as para orientar com clareza.

4.1.3 - Atinge a expectativa da área em que atua:

- 1.() totalmente;
2.() ocasionalmente;
3.() na maioria das vezes;
4.() muito pouco;
5.() supera as expectativas.

4.2 - DOMÍNIO DO TRABALHO/ÁREA DE CONHECIMENTO

4.2.1- Conhecimento na área

Avalie o grau de conhecimento e domínio do trabalho realizado:

- 1.() familiarizado com o serviço, satisfazendo as exigências do cargo;
2.() possui algum conhecimento do trabalho, mas precisa melhorar;
3.() conhecimento insuficiente e ou ultrapassado;
4.() conhece bem e desempenha todas as fases e operações atinentes ao seu serviço.

4.2.2- Capacidade de decidir e inovar:

Avalie a capacidade que o servidor possui para decidir e inovar diante de novas situações:

- 1.() não apresenta idéias e nem procura tomar a frente diante de novas situações;
2.() demonstra potencial para inovar e decidir, pondo em prática ocasionalmente;



3.() demonstra potencial para inovar e decidir mas não pratica;
4.() normalmente esta a frente de novas situações, tomando decisões e resolvendo problemas.

4.3 - COOPERAÇÃO

4.3.1- Colaboração com colegas de trabalho

Avalie a disponibilidade de colaborar com o grupo de trabalho, tendo em vista as necessidades do setor:

- 1.() regularmente mostra boa vontade em colaborar com o grupo de trabalho;
2.() colabora com o grupo de trabalho quando solicitado;
3.() é prestativo, colaborando com a equipe de trabalho;
4.() não mostra disposição em colaborar com o grupo de trabalho.

Corupá (SC), ____ de ____ de 20__

Nome do Supervisor/Avaliador: _____

Assinatura do Supervisor/Avaliador: _____

Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório

Recebido na data de ____ de ____ de 20__

Nome e assinatura de todos os membros da Comissão.

ANEXO XIV

FICHA DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Secretaria:	
Nome do Avaliado:	
Matrícula:	
Nome do Supervisor/Avaliador:	
Semestre/Ano da Avaliação:	

GRUPOS	ITENS DE AVALIAÇÃO/QUESTÕES	PONTOS A SEREM SOMADOS DE ACORDO COM A ALTERNATIVA MARCADA				
		1	2	3	4	5
1.IDONEIDADE MORAL	1.1.1 Guarda sigilo quanto às informações	3	4	1	2	
	1.1.1 Observância de hierarquia	2	4	1	3	
	1.2.1 Clima/ambiente de trabalho	4	1	3	5	2
	1.2.2 Relacionamento público	2	4	1	3	
	1.3.1 Materiais de trabalho	1	4	2	3	
	1.3.2 Patrimônio público	2	1	3	4	
	1.4.1 Receptividade a críticas	5	3	1	2	4
	1.4.2 superação de dificuldades	4	2	1	3	
	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 1					
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 1					
OBSERVAÇÕES SOBRE O GRUPO 1:						

2. ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE	2.1.1 Frequência no local de trabalho	2	1	3	4	5
	2.1.2 Permanência no local de trabalho	1	2	4	3	5
	2.2.1 Observância horário e comparecimentos	2	1	4	3	5
	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 2					
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 2					

OBSERVAÇÕES SOBRE O GRUPO 2:

3. DISCIPLINA	3.1.1 Zelo e dedicação as suas atribuições	4	2	1	3	
	3.1.2 Responsabilidade com o trabalho	1	2	4	3	
	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 3					
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 3					

OBSERVAÇÕES SOBRE O GRUPO 3:

4. EFICIÊNCIA	4.1.1 Apresentação dos trabalhos realizados	4	1	2	3	
	4.1.2 Informações e orientações	2	5	3	1	4
	4.1.3 Atinge expectativa área em que atua	4	2	3	1	5
	4.2.1 Conhecimento na área	3	2	1	4	
	4.2.2 Capacidade de decidir e inovar	1	3	2	4	
	4.3.1 Colaboração com colegas de trabalho	3	2	4	1	
	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 4					
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 4					

OBSERVAÇÕES SOBRE O GRUPO 4:

PONTUAÇÃO E CONCEITUAÇÃO FINAL DO SEMESTRE	TOTAL GERAL DE PONTOS	
	CONCEITO GERAL OBTIDO	
OBSERVAÇÕES GERAIS DA COMISSÃO:		

Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório

Corupá(SC), ____ de ____ de 20__

Nome e assinatura de todos os membros da Comissão.

ANEXO XV

CONSIDERAÇÕES AVALIADO/SUPERVISOR

Secretaria:	
Nome do Avaliado:	
Matrícula:	
Nome do Supervisor/Avaliador:	
Semestre/Ano da Avaliação:	

Este formulário deverá ser preenchido caso houver divergência da parte do avaliado em relação a pontuação e no caso do supervisor, poderá ser utilizado para fundamentar os conceitos atribuídos.

CONSIDERAÇÕES DO AVALIADO: _____

Local e Data:

Nome: Assinatura:

CONSIDERAÇÕES DO SUPERVISOR: _____

Local e Data:

Nome: Assinatura:

Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório

Recebido na data de ____ de _____ de 20 ____

Nome e assinatura de todos os membros da Comissão.

ANEXO XVI

TABELA DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

NÍVEL	QUANTIDADE	TIPO FG	VALOR EM R\$
1	2	FG – 1	200,00
2	7	FG – 2	300,00
3	4	FG – 3	450,00
4	5	FG – 4	550,00
5	1	FG – 5	750,00

Lei N.º 1905/09

LEI N.º 1905/09

INSTITUI O " PROGRAMA CORUPÁ EM AÇÃO ", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o PROGRAMA CORUPÁ EM AÇÃO, com o objetivo de auxiliar pessoas físicas e pessoas jurídicas do Município de Corupá na execução de infra-estrutura básica em suas propriedades, de modo a promover o desenvolvimento econômico e social e a geração de emprego e renda.

Art. 2º - O PROGRAMA CORUPÁ EM AÇÃO compreende a prestação das ações e serviços previstos no anexo I, cuja execução ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, que o executará de acordo com a disponibilidade financeira, de tempo e de material, priorizando sempre os serviços públicos.

Art. 3º - Para fazer jus aos benefícios do PROGRAMA CORUPÁ EM AÇÃO o requerente deve:

I – demonstrar, de forma detalhada, a necessidade de execução dos serviços e do emprego dos materiais solicitados;

II – estar em dia com a Fazenda Municipal;

Art. 4º – Os beneficiários do PROGRAMA CORUPÁ EM AÇÃO efetuarão o pagamento de 50% do valor de mercado previsto para

cada uma das ações e serviços oferecidos.

Parágrafo único. As ações e serviços contemplados, o valor de mercado de cada um deles, a quantidade de hora-máquina e material que poderão ser oferecidos, assim como a operacionalidade do programa serão definidos através de ato do Chefe do Poder Executivo, a ser editado no prazo de 30 dias a contar da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 6º - Fica revogada a Lei 1588/05.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 07 de Maio de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos sete dias do mês de Maio de 2009.

ANEXO I

QUADRO DE AÇÕES E EQUIPAMENTOS INCENTIVADOS

Nº	AÇÕES
01	Abertura de Valas
02	Fornecimento de Barro
03	Fornecimento de Macadame
04	Fornecimento de Tubos de Concreto
05	Limpeza e Retirada de Entulhos, Pedras e Outros
06	Retirada ou Transporte de Barro para Propriedade
07	Terraplanagem para Edificação

Nº	EQUIPAMENTOS\MATERIAL
01	Caçamba Grande (Compreende Material e o Transporte)
02	Caçamba Grande (Outros Serviços)
03	Caçamba Pequena (Compreende Material e o Transporte)
04	Caçamba Pequena (Outros Serviços)
05	Escavadeira Hidráulica
06	Motoniveladora
07	Pá Carregadeira
08	Retroescavadeira
09	Tratos Esteira D-4
10	Trator Esteira D-50
11	Tubos de Concreto (Disponível em Estoque)

Lei Nº 1930/09

LEI Nº 1930/09

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os municípios, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Suplementares até o valor de R\$ 205.000,00 (Duzentos e Cinco mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:



Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2019		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.39.00.00.00	1.15.49	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	70.000,00
012.306.0047.2021		Alimentação e nutrição Alunos do Ensino Infantil	
3.3.90.30.00.00.00	0.1.00	Material de Consumo	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	1.15.51	Material de Consumo	5.000,00
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.04.00.00.00	0.1.01	Contratações por tempo determinado	20.000,00
3.1.90.04.00.00.00	0.1.18	Contratações por tempo determinado	20.000,00
3.1.90.11.00.00.00	0.1.18	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	80.000,00
		TOTAL	205.000,00

Art.2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.306.0047.1019		Alimentação e nutrição Alunos do Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00.00	1.15.51	Material de Consumo	5.000,00
08.000		Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.39.00.00.00	1.15.49	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00	0.1.19	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	80.000,00
4.4.90.51.00.00.00	1.15.49	Obras e Instalações	40.000,00
4.4.90.52.00.00.00	0.1.19	Equipamento e Material Permanente	20.000,00
09.00		Encargos Gerais do Município	
09.01		Encargos Gerais do Município	
028.846.1000.0001		Despesas e Serviços Gerais do Município	
3.3.90.39.00.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	30.000,00
		TOTAL	205.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 21 de Agosto de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte um dias do mês de Agosto de 2009.

Lei Nº 1931/09

LEI Nº 1931/09

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL ESPORTIVA E BENEFICENTE DE CORUPÁ – ASCEB

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica reconhecida de utilidade pública municipal a Associação Social Cultural Esportiva e Beneficente de Corupá – ASCEB, entidade civil de natureza filantrópica e sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede na Rua 7 de julho, 660, no município de Corupá, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.384.463/0001-79.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 02 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos dois dias do mês de Setembro de 2009.

Lei Nº 1932/09

LEI Nº 1932/09

AUTORIZA A FAZER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADE QUE MENCIONA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Sana Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor total de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), para a ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS, PAIS, ALUNOS E BENFEITORES DA ESCOLA DE MÚSICA JAZZ BAND ELITE CNPJ 09.201.288/0001-37, relativo a organização do Baile da final do Concurso da Rainha das Sociedades de Tiro de Corupá no dia 19 de Setembro de 2009 e para homenagem ao dia das crianças dia 12 de outubro de 2009.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária, a saber:

0800 - Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes
0802 – Divisão de Cultura
13.392.0051.2024 – Incentivo a Cultura do Município
3.3.50.43.00.00 – Subvenções Sociais
D.R. 0.1.00

Art. 2º – As entidades atendidas com o repasse de subvenção, deverão atender as normas estabelecidas pela Lei Municipal nº 1886/09 de 10 de março de 2009.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.



Corupá, 17 de Setembro de 2009
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos dezessete dias do mês de Setembro de 2009.

Lei Nº 1933/09

LEI Nº 1933/09

AUTORIZA A FAZER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ENTIDADE QUE MENCIONA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado na forma da Lei Municipal nº. 1886/09 de 10/03/2009, de acordo com a disponibilidade financeira do município, no valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), para o LIONS CLUB DE CORUPÁ, relativo a realização e organização da 5ª STAMMTISCH de Corupá.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta de dotação do orçamento vigente do município.

Art. 2º - As entidades atendidas com o repasse de subvenção, deverão atender as normas estabelecidas pela Lei Municipal nº 1885/09 de 10 de março de 2009.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Corupá, 21 de Setembro de 2009
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte um dias do mês de Setembro de 2009.

Lei Nº 1934/09

LEI Nº 1934/09

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Especiais até o valor de R\$ 450.500,00 (Quatrocentos e cinquenta mil e quinhentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
		Gabinete do Prefeito	
02.01		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manut. Estrutura Gabinete Prefeito e Vice Prefeito	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	30.000,00

06.00		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.01		Fundo Municipal de Saúde	
		Manutenção da Divisão de Saúde	
010.301.0080.2010			
3.1.90.13.00.00	0.1.02	Obrigações Patronais	20.000,00
3.3.90.46.00.00	0.1.02	Auxílio Alimentação	12.000,00
		Secret. Mun. De Obras e Serv. Urbanos	
07.00			
07.01		Divisão de Estradas e Rodagem	
		Manut. Do DMER E Conserv. De Rodovias	
026.782.0039.2015			
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	65.000,00
07.02		Divisão de Serviços Públicos	
		Pavimentação e Conservação da Área Urbana	
015.452.0040.1021			
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	25.000,00
		Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.00			
08.01		Divisão de Educação	
		Manutenção do Ensino Fundamental	
012.361.0047.2017			
3.1.90.11.00.00	0.1.01	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	140.000,00
3.3.90.46.00.00	0.1.01	Auxílio Alimentação	50.000,00
		Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.00			
08.01		Divisão de Educação	
		Manutenção da Educação Infantil	
012.365.0047.2020			
3.1.90.04.00.00	0.1.01	Contratações por tempo Determinado	20.000,00
3.3.90.30.00.00	0.1.01	Material de Consumo	10.000,00
3.3.90.46.00.00	0.1.01	Auxílio Alimentação	41.000,00
08.03		Divisão de Esportes	
		Manutenção da Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026			
3.1.90.04.00.00	0.1.00	Contratações por tempo Determinado	15.000,00
		Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	20.000,00
3.1.90.11.00.00	0.1.00		
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	2.500,00
		TOTAL	450.500,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior são oriundos a anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.01		Divisão de Administração	



004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Divisão Pessoal, Adm e Compras	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	80.000,00
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	30.000,00
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	55.500,00
03.00		Secretária de Administração e Finanças	
03.02		Divisão de Finanças	
004.122.009.2004		Manut. Ativ. Tesouraria, Contab. E Tributação	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	40.000,00
3.1.90.16.00.00	0.1.00	Outras despesas Variáveis Pessoal Civil	2.000,00
04.00		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.01		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. Divisão de Agricultura	
3.1.90.04.00.00	0.1.00	Contratações por tempo Determinado	5.000,00
04.00		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.02		Divisão de Meio Ambiente	
018.541.0073.2007		Manut. Divisão de Meio Ambiente	
3.1.90.16.00.00	0.1.00	Outras despesas Variáveis Pessoal Civil	1.000,00
3.3.90.32.00.00	0.1.00	Material de Distribuição Gratuita	5.000,00
05.00		Secretaria de Turismo, Desenv. Munic. Planej.	
05.01		Divisão de Turismo	
022.695.0070.1006		Desenvolvimento do Turismo Municipal	
4.4.90.51.00.00	0.1.00	Obras e Instalações	5.000,00
4.4.90.61.00.00	0.1.00	Aquisição de Imóveis	5.000,00
023.695.0070.2008		Manutenção da Divisão de Turismo	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	30.000,00
05.002		Divisão Desenvolvimento Mun. E Planejamento	
022.661.0071.1007		Aquisição Áreas pra Desenv. Industrial	
4.4.90.52.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	5.000,00
4.4.90.61.00.00	0.1.00	Aquisição de Imóveis	5.000,00
06.00		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.02		Divisão de Bem Estar Social	

008.244.0064.2012		Manut. Do Depto de Assistência Social	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	20.000,00
3.3.90.36.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	10.000,00
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	15.000,00
07.02		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0040.1020		Recuperação e Ampliação da Iluminação Pública	
3.3.90.30.00.00	0.1.00	Material de Consumo	5.000,00
4.4.90.51.00.00	0.1.00	Obras e Instalações	5.000,00
4.4.90.52.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	5.000,00
015.452.0040.1023		Construção de Complexo Rodoviário	
4.4.90.51.00.00	0.1.00	Obras e Instalações	2.000,00
4.4.90.61.00.00	0.1.00	Aquisição de Imóveis	2.000,00
08.01		Divisão de Educação	
012.364.0049.2028		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
3.3.90.18.00.00	0.1.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	15.000,00
09.001		Encargos Gerais do Município	
028.846.1000.0002		Amortização e Encargos da Dívida	
3.2.90.21.00.00	0.1.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	50.000,00
028.131.1000.2030		Publicações Oficiais e Divulgação do Município	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	17.000,00
028.846.1000.0001		Despesas e Serviços Gerais do Município	
3.3.90.47.00.00	0.1.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	30.000,00
3.3.90.93.00.00	0.1.00	Indenizações e Restituições	4.000,00
028.845.1000.2031		Auxílio a Diversas Entidades	
3.3.50.41.00.00	0.1.00	Contribuições	1.000,00
3.3.50.43.00.00	0.1.00	Subvenções Sociais	1.000,00
		TOTAL	450.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 21 de Setembro de 2009
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte um dias do mês de Setembro de 2009.



Lei Nº 1935/09

LEI Nº 1935/09

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Suplementares até o valor de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
4.4.90.51.00.00.00	0.1.01	Obras e Instalações	30.000,00
4.4.90.51.00.00.00	0.1.01	Obras e Instalações	11.000,00
		TOTAL	41.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.000		Gabinete do Prefeito	
02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manut. Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
4.4.90.52.00.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	30.000,00
08.000		Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.1030		Construção de Escolas de Educação Infantil	
4.4.90.51.00.00.00	0.1.01	Obras e Instalações	11.000,00
		TOTAL	41.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 21 de Setembro de 2009
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte um dias do mês de Setembro de 2009.

Lei Nº 1942/09

LEI Nº 1942/09

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, A OFERECER

GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS E ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, através da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de Agente Financeiro, até o valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do BNDES e as condições específicas aprovadas pelo BNDES para a operação.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de máquinas e equipamentos no âmbito do Programa PROVIAS, tratado pelo art. 9º-K na Resolução CMN nº. 2.827, de 30 de março de 2001, artigo incluído pela Resolução CMN nº. 3.560, de 14.04.2008.

Art. 2º - Para garantia do principal e encargos da operação de crédito fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

§ 1º - Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e esta, à conta do BNDES, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2º - Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuarem as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 3º - Para a garantia acessória da operação de crédito, o Município de Corupá, dá, a título de alienação fiduciária, o(s) bem (ns) adquiridos com os recursos do financiamento concedido.

Art. 4º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 5º - O orçamento do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 6º - Para fins de consecução da presente Lei, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do Município de Corupá, para exercício de 2009, um Crédito Suplementar, no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais), para o seguinte programa:

07000 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVS. PÚBLICOS	
07001 – DIVISÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM	
026.782.0039.2015 – Manutenção do DMER e Conservação de Rodovias	
4.4.90.52.00.00.00 - DR - 0.1.90 Equipamento e Material Permanente	R\$ 1.250.000,00



Art. 7º - Como recursos para abertura de crédito suplementar de que trata o artigo anterior, a ser operada mediante Decreto específico, serão utilizadas as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela presente Lei.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1926 de 30 de Junho de 2009.

Corupá, 27 de Outubro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte sete do mês de Outubro de 2009.

Lei Nº 1943/09

LEI Nº 1943/09

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do Município de Corupá, para exercício de 2009, um Crédito Suplementar, até o valor de R\$ 324.350,00 (trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta reais), para a seguinte dotação:

08000 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
08001 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
012.361.0047.2019 – Manutenção do Transporte Escolar	
4.4.90.52.00.00.00 - DR - 0.1.90 Equipamento e Material Permanente	R\$ 324.350,00

Art. 2º - Como recursos para abertura de crédito suplementar de que trata o artigo anterior, a ser operada mediante Decreto específico, serão utilizadas as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei nº 1898/09.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1925 de 30 de Junho de 2009.

Corupá, 27 de Outubro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte sete do mês de Outubro de 2009.

Lei Nº 1946/09

LEI Nº 1946/09

ESTABELECE ÁREA DE SEGURANÇA ESCOLAR, COMO ESPAÇO DE PRIORIDADE ESPECIAL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º – Fica estabelecido área de segurança escolar, assim entendido a extensão de raio correspondente a cem metros, contados a partir do portão de entrada e saída das escolas, da rede pública

ou privada, como espaço de prioridade especial do Poder Público Municipal, devendo ser identificadas por placas afixadas nas proximidades dos estabelecimentos escolares.

Parágrafo único. O perímetro desta área tem por objetivo ações de prevenção ou repressão policial, garantindo a segurança e a tranquilidade de professores, servidores, pais e alunos.

Art. 2º - Na extensão da área de segurança escolar, o Poder Público Municipal, deverá:

I - intensificar os serviços de fiscalização do comércio existente, em especial o de ambulantes, coibindo a comercialização de produtos ilícitos;

II - viabilizar, dentro da previsão orçamentária corrente ou com o apoio da comunidade, ou ainda da iniciativa privada, a adequação dos espaços circunvizinhos, de modo a não causar insegurança nas escolas e sua clientela, devendo, para isso, providenciar, o quanto possível:

- a) iluminação pública adequada nos acessos à instituição;
- b) pavimentação de ruas e manutenção de calçadas para que fiquem em perfeitas condições de uso;
- c) poda de árvores e limpeza de terrenos;
- d) o controle e eliminação de terrenos baldios e construções/prédios abandonados nas circunvizinhanças;
- e) retirada de entulhos;

f) manutenção permanente de faixas de travessia de pedestres, semáforos e redutores de velocidade, quando necessários;

III - coibir, nos termos da lei, a distribuição ou exposição de escritos, desenhos, pinturas, estampas ou qualquer objeto que demonstre algo obsceno, pornográfico ou de indução à violência e à criminalidade;

IV - controlar, através de fiscalização intensiva no comércio em geral, o acesso de crianças e adolescentes a:

- a) quaisquer produtos farmacêuticos que possam causar dependência química;
- b) gasolina ou qualquer substância inflamável ou explosiva;
- c) fogos de artifício;
- d) bebidas alcoólicas e entorpecentes.

Art. 3º - Caberá ao setor competente da municipalidade providenciar junto aos órgãos da administração municipal, a regulamentação do uso de vias situadas no entorno dos estabelecimentos de ensino, impondo controle rígido a:

I - limites de velocidade;

II - sinalização adequada;

III - restrições de uso exclusivo das vias ou parte delas, mediante fixação de locais, horários e períodos destinados ao estacionamento, embarque e desembarque de passageiros, quando a situação assim o exigir;

IV - demais necessidades a serem detectadas e definidas em prévia consulta à comunidade.

Art. 4º - Compete à Secretaria Municipal de Educação, em parceria com as diretorias das escolas, com as Associações de Pais e Mestres e com a comunidade escolar, promover ações de colaboração e apoio para prevenção da violência e de criminalidade locais.

Art. 5º - Ao Poder Executivo Municipal caberá, no âmbito de sua jurisdição, aplicar sanções aos infratores que desobedecerem aos comandos legais e regulamentares advindos desta lei.

Art. 6º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a promover convênios e parcerias com entidades e empresas estabelecidas no local, visando à consecução dos objetivos legais.

Art. 7º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 17 de Novembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos dezesete sete do mês de novembro de 2009.

Lei Nº 1947/09

LEI Nº 1947/09

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A CONCEDER PERMISSÃO PARA DESMEMBRAMENTO AO PROPRIETÁRIO SR. EDILBERTO RAMON TOVAR SANCHEZ, A FIM DE DESMEMBRAR O IMÓVEL DE SUA PROPRIEDADE SITO A RUA XV DE NOVEMBRO, ESQUINA COM A RUA MIGUEL LENNERT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder permissão para desmembramento ao proprietário Sr. EDILBERTO RAMON TOVAR SANCHEZ, a fim de desmembrar o imóvel de sua propriedade sito a Rua XV de Novembro, esquina com a Rua Miguel Lennert.

Art. 2.º - A área acima mencionada cujo total soma 578,50m², edificada com uma área de 228,29m², será desmembrada em duas áreas, sendo que a área 01 terá 301,89m², edificada com uma área de 182,82m² e a área 02 terá 276,61 m², edificada com a área de 45,47m².

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 08 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos oito dias do mês de novembro de 2009.

Lei Nº 1948/09

LEI Nº 1948/09

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Corupá para o exercício de 2010 estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 18.956.600,00 (Dezoito milhões, Novecentos e cinquenta e seis mil e seiscentos reais).

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 18.956.600,00 (Dezoito milhões, no-

vecentos e cinquenta e seis mil e seiscentos reais), fixa as Despesas do Poder Legislativo e Executivo em R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais) e R\$ 18.206.600,00 (Dezoito milhões, duzentos e seis mil e seiscentos reais) respectivamente.

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	21.118.800,00
1.1. Receita Tributária	2.512.000,00
1.2. Receita de Contribuições	510.000,00
1.3. Receita Patrimonial	128.000,00
1.4. Receita Agropecuária	25.000,00
1.5. Receita de Serviços	50.000,00
1.6. Transferências Correntes	17.466.000,00
1.7. Outras Receitas Correntes	427.800,00
2. Receitas de Capital	350.000,00
2.2. Alienação de Bens	150.000,00
2.4. Transferências de Capital	200.000,00
Deduções da Receita Corrente	(2.512.200,00)
TOTAL	18.956.600,00

§ 2º. As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal	750.000,00
02. Gabinete do Prefeito	340.000,00
03. Secretaria Municipal de Administração e Finanças	1.702.000,00
04. Secretaria Municipal Agricultura e Meio Ambiente	474.280,00
05. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Municipal e Planejamento	265.000,00
06. Secretaria Municipal de Saúde	3.901.820,00
07. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	3.752.000,00
08. Secretaria Municipal de Educação	5.325.500,00
09. Secretaria de Assist. Social, Trabalho e Habitação	676.000,00
10. Encargos Gerais	900.000,00
99. Reserva de Contingência	300.000,00
15. Fundação Mun. de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer	570.000,00
TOTAL	18.956.600,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

Código	Especificação	2010
001	Processo Legislativo	750.000,00
006	Gestão Administrativa Superior	340.000,00
009	Administração Geral e Financeira	1.702.000,00
018	Esporte é Vida	250.000,00
039	Estradas Vizinhas e DMER	2.800.000,00
040	Serviços de Utilidade Pública	952.000,00
047	Criança na Escola	5.185.500,00



049	Educação para Todos	140.000,00
051	Desenvolvimento da Cultura	140.000,00
063	Pequeno Produtor Assistido	350.000,00
064	Assistência Social	408.000,00
065	Trabalho e Habitação	268.000,00
070	Turismo	180.000,00
071	Desenvolvimento Municipal	265.000,00
073	Meio Ambiente Educação Ambiental	104.280,00
080	Saúde para Todos	3.856.920,00
081	Prevenção de Doenças	45.000,00
090	Encargos Especiais	900.000,00
091	Consortio Intermun. Saneam. Básico do Vale Itapoc	20.000,00
999	Reserva de Contingência	300.000,00
	TOTAL	18.956.600,00

Art. 3º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

RISCOS FISCAIS	
Descrição	Valor
1. Outros Riscos Fiscais	245.000,00
1.1. Intempéries	25.000,00
1.2. Frustração Cobrança Dívida Ativa	10.000,00
1.3. Despesas não orçadas ou orçadas a menor	160.000,00
1.4. Sentenças Judiciais	50.000,00
2. Eventos Fiscais Imprevistos	55.000,00
2.1. Ocorrência Fatos não Previstos em Execução de Obras ou serviços	40.000,00
2.2. Campanhas de Saúde	15.000,00
TOTAL	300.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2010 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Processo de Desapropriação; Intempéries; Sentenças Judiciais; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2011 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar o identificador de uso e as dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei

Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% da Receita estimada para o orçamento das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício; e

II - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

Art. 6º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF e Portaria da STN nº 340/2006.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e Portaria STN nº 340/2006.

Art. 7º Durante o exercício de 2010 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º A presente Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos nove dias do mês de Dezembro de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo de Receitas/Despesas por Categoria Econômicas
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro /2010

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

CONSOLIDADO

RECEITAS	R\$	DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes		Despesas Correntes	
Receitas Tributárias	2.512.000,00	Pessoal e Encargos	8.592.000,00
Receitas de Contribuições	510.000,00	Juros e Encargos da Dívida	100.000,00
Receitas Patrimoniais	128.000,00	Outras Despesas Correntes	8.163.320,00
Receitas Agropecuárias	25.000,00		
Receitas Industriais	0,00		
Receitas de Serviços	50.000,00		
Transferências Correntes	17.466.000,00		
Outras Receitas Correntes	427.800,00		
Receitas Correntes Intra-Orçam.			
Receitas Tributárias Intra-Orçam.	0,00		
Receitas de Contribuições Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Patrimoniais Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Agropecuárias Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Industriais Intra-Orçam.	0,00		
Receitas de Serviços Intra-Orçam.	0,00		
Transferências Correntes Intra-Orçam.	0,00		
Outras Receitas Correntes Intra-Orçam.	0,00		
Dedução da Receita Corrente	2.512.200,00		
Total das Receitas Correntes	18.606.600,00	Total das Despesas Correntes	16.855.320,00
Déficit	0,00	Superávit	1.751.280,00
Soma	18.606.600,00	Soma	18.606.600,00
Superávit do Orçamento Corrente	1.751.280,00	Deficit do Orçamento Corrente	0,00
Receitas de Capital		Despesas de Capital	
Operações de Crédito	0,00	Investimentos	1.451.280,00
Alienação de Bens	150.000,00	Inversoes Financeiras	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	Amortizacao da Dívida	350.000,00
Transferências de Capital	200.000,00		
Outras Receitas Capital	0,00		
Receitas de Capital Intra-Orçam.			
Operações de Crédito Intra-Orçam.	0,00		
Alienação de Bens Intra-Orçam.	0,00		
Amortização de Empréstimos Intra-Orç.	0,00		
Transferências de Capital Intra-Orçam.	0,00		
Outras Receitas Capital Intra-Orçam.	0,00		
Total das Receitas de Capital	350.000,00	Total das Despesas de Capital	1.801.280,00
		-(Reserva Contingência	300.000,00
		+ Reserva do RPPS)	0,00
Déficit	1.751.280,00	Superávit	0,00
R E S U M O			
Receitas Correntes	18.606.600,00	Despesas Correntes	16.855.320,00
Receitas de Capital	350.000,00	Despesas de Capital	1.801.280,00
		Reserva de Contingência	300.000,00
		Reserva do RPPS	0,00
Subtotal	18.956.600,00	Subtotal	18.956.600,00
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
Transferências Recebidas	0,00	Transferências Concedidas	0,00
TOTAL	18.956.600,00	TOTAL	18.956.600,00

Fonte: 021N022000

 LUIZ CARLOS TAMANINI
 PREFEITO MUNICIPAL

 SANDRO ROGERIO GLATZ
 SECT. ADM. FINANÇAS

 DILVANE KUHLE KLABUNDE
 CONTADOR
 CRC: 024304/O-9/SC
 CPF: 716.321.159-72

 LUIZ ALBERTO WIESE
 Responsável do Controle Interno
 CPF: 293.012.709-00 - Portaria: 042/09



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
Unidade Orçamentária....: 0001 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			685.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			487.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		487.000,00	
10000	Recursos Ordinários	487.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			198.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		198.000,00	
10000	Recursos Ordinários	198.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			65.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			65.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		65.000,00	
10000	Recursos Ordinários	65.000,00		
Total.....				750.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 2

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 02 GABINETE DO PREFEITO				
Unidade Orçamentária....: 0001 GABINETE DO PREFEITO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			310.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			275.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		275.000,00	
10000	Recursos Ordinários	275.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			35.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		35.000,00	
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			30.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			30.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		30.000,00	
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
Total.....				340.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 3

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS				
Unidade Orçamentária...: 0001 DIVISAO DE ADMINISTRACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.000.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			380.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		380.000,00	
10000	Recursos Ordinários	380.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			620.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		620.000,00	
10000	Recursos Ordinários	620.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			165.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			165.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		165.000,00	
10000	Recursos Ordinários	165.000,00		
Total.....				1.165.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 4

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS				
Unidade Orçamentária...: 0002 DIVISAO DE FINANÇAS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			537.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			150.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		150.000,00	
10000	Recursos Ordinários	150.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			387.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		260.000,00	
10000	Recursos Ordinários	260.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		127.000,00	
10000	Recursos Ordinários	127.000,00		
Total.....				537.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 5

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 04 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT				
Unidade Orçamentária...: 0001 DIVISAO DE AGRICULTURA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			339.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			200.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		200.000,00	
10000	Recursos Ordinários	200.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			139.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		30.000,00	
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		19.000,00	
10000	Recursos Ordinários	19.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		90.000,00	
10000	Recursos Ordinários	90.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			31.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			31.000,00
44710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		30.000,00	
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
Total.....				370.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 6

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 04 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT				
Unidade Orçamentária...: 0002 DIVISAO DE MEIO AMBIENTE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			80.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			15.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		15.000,00	
10000	Recursos Ordinários	15.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			65.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		25.000,00	
10000	Recursos Ordinários	25.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		40.000,00	
10000	Recursos Ordinários	40.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			24.280,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			24.280,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		24.280,00	
10000	Recursos Ordinários	24.280,00		
Total.....				104.280,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 7

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 05 SECRETARIA DE DESENV. MUNICIPAL E PLANE				
Unidade Orçamentária...: 0002 DIVISAO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E PLAN				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			262.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			250.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		250.000,00	
10000	Recursos Ordinários	250.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			12.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		12.000,00	
10000	Recursos Ordinários	12.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			3.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			3.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		3.000,00	
10000	Recursos Ordinários	3.000,00		
Total.....				265.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 8

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
Unidade Orçamentária...: 0001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			3.576.820,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.860.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.860.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.300.000,00		
11410	Programa de Saúde da Família - PSF	310.000,00		
11412	Agentes Comunitários de Saúde - PACS	250.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.716.820,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		540.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	540.000,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		180.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	180.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		996.820,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	494.820,00		
11408	Piso de Atenção Básica - PAB	330.000,00		
11411	Saúde Bucal - PSF Odonto	45.000,00		
11413	Farmácia Básica	15.000,00		
11415	Vigilância Sanitária	5.000,00		
11416	Epidemiologia e Cont.de Doenças - ECD	30.000,00		
11417	Média Alta Complexidade - MAC	22.000,00		
12355	Transf. de Convênios do Estado Saude	55.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			325.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			325.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		325.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	290.000,00		
11408	Piso de Atenção Básica - PAB	10.000,00		
11411	Saúde Bucal - PSF Odonto	5.000,00		
11416	Epidemiologia e Cont.de Doenças - ECD	10.000,00		
12355	Transf. de Convênios do Estado Saude	10.000,00		
Total.....				3.901.820,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 9

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PU Unidade Orçamentária...: 0001 DIVISÃO DE SERVIÇOS PUBLICOS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			3.385.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.250.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.250.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.250.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.135.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.135.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.508.000,00		
10019	CONVÊNIO SSP/TRANSITO	52.000,00		
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	65.000,00		
11700	Contribuição para o COSIP	510.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			367.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			367.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		367.000,00	
10000	Recursos Ordinários	207.000,00		
10019	CONVÊNIO SSP/TRANSITO	10.000,00		
19200	Alienação de Bens	150.000,00		
Total.....				3.752.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 10

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO Unidade Orçamentária...: 0001 DIVISAO DE EDUCACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			5.187.500,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			3.450.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		3.450.000,00	
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	700.000,00		
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	2.660.000,00		
19436	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.Profis.)	25.000,00		
19437	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.outras)	15.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.737.500,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.737.500,00	
10000	Recursos Ordinários	160.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	724.500,00		
11549	Transferência do Salário Educação	300.000,00		
11550	Transferência ao PDDE	1.000,00		
11551	Transferência referentes ao PNAE	112.000,00		
11552	Transferência referentes ao PNATE	80.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	250.000,00		
12255	Transf. de Convênios do Estado	110.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			138.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			138.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		138.000,00	
10000	Recursos Ordinários	38.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	100.000,00		
Total.....				5.325.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 11

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 09 SECRETARIA DE ASSIS. SOCIAL, TRABALHO E				
Unidade Orçamentária....: 0001 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			313.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			115.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		115.000,00	
10000	Recursos Ordinários	115.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			198.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		35.000,00	
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		163.000,00	
10000	Recursos Ordinários	138.000,00		
12903	Apoio a Pessoa Idosa - API	10.000,00		
12956	Bolsa Família	15.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			25.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			25.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		25.000,00	
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		
12956	Bolsa Família	5.000,00		
Total.....				338.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 12

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 09 SECRETARIA DE ASSIS. SOCIAL, TRABALHO E				
Unidade Orçamentária....: 0002 FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			70.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			70.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		70.000,00	
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
12904	Programa de Atenção à Criança - PAC	60.000,00		
Total.....				70.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 13

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 09 SECRETARIA DE ASSIS. SOCIAL, TRABALHO E				
Unidade Orçamentária....: 0003 DIVISÃO DE TRABALHO E HABITAÇÃO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			25.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			25.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		25.000,00	
10000	Recursos Ordinários	25.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			243.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			243.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		243.000,00	
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
12400	Transferências de Convênios - Outros	208.000,00		
Total.....				268.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 14

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 10 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
Unidade Orçamentária....: 0001 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			550.000,00
32000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			100.000,00
32900000000000	APLICACOES DIRETAS		100.000,00	
10000	Recursos Ordinários	100.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			450.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		100.000,00	
10000	Recursos Ordinários	100.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		350.000,00	
10000	Recursos Ordinários	350.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			350.000,00
46000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			350.000,00
46900000000000	APLICACOES DIRETAS		350.000,00	
10000	Recursos Ordinários	350.000,00		
Total.....				900.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 15

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 15 FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES, TURISMO, CULT Unidade Orçamentária...: 0001 DIVISÃO DE ESPORTES				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			230.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			80.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		80.000,00	
10000	Recursos Ordinários	80.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			150.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		150.000,00	
10000	Recursos Ordinários	150.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			20.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			20.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		
Total.....				250.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 16

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 15 FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES, TURISMO, CULT Unidade Orçamentária...: 0002 DIVISÃO DE TURISMO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			170.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			80.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		80.000,00	
10000	Recursos Ordinários	80.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			90.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		30.000,00	
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		60.000,00	
10000	Recursos Ordinários	60.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
Total.....				180.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 17

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....	15	FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES, TURISMO, CULT			
Unidade Orçamentária....	0003	DIVISÃO DE CULTURA E LAZER			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica	
30000000000000	DESPESAS CORRENTES				135.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				135.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		75.000,00		
10000	Recursos Ordinários	75.000,00			
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		60.000,00		
10000	Recursos Ordinários	60.000,00			
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL				5.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS				5.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00		
10000	Recursos Ordinários	5.000,00			
Total.....					140.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 18

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....	99	RESERVA DE CONTIGENCIA			
Unidade Orçamentária....	0099	RESERVA DE CONTIGENCIA			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica	
90000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA				300.000,00
99000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA				300.000,00
99990000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA		300.000,00		
10000	Recursos Ordinários	300.000,00			
Total.....					300.000,00

CORUPA, 28 de SETEMBRO de 2009.

 PREFEITO MUNICIPAL
 LUIZ CARLOS TAMANINI

 SANDRO ROGERIO GLATZ
 SECRT. ADM. FINANÇAS

 DILVANE KUHL KLABUNDE
 CRC/UF: 024304/O-ISC CONTADOR





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Demonstrativo da Receita Segundo Categoria Econômica
Exercício de 2010

Pag: 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

(Consolidado)

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
10000000000000	RECEITAS CORRENTES			21.118.800,00
11000000000000	RECEITA TRIBUTARIA		2.512.000,00	
11100000000000	IMPOSTOS		1.620.000,00	
11120000000000	IMPOSTO SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA		1.080.000,00	
11120200000000	IMP. S/ PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA	700.000,00		
10000	Recursos Ordinários	300.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	275.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	125.000,00		
11120400000000	IMP.S/ A RENDA E PROV. QUALQUER NATUREZA		200.000,00	
11120431000000	I.R.R.F. RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	200.000,00		
10000	Recursos Ordinários	90.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	60.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	50.000,00		
11120800000000	IMP. S/TRANS.INTER VIVOS DE BENS IMOVEIS	180.000,00		
10000	Recursos Ordinários	90.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	55.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	35.000,00		
11130000000000	IMPOSTOS S/ A PRODUCAO E A CIRCULACAO		540.000,00	
11130500000000	IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA		540.000,00	
11130501000000	IMPOSTO S/ SERVICOS DE QUALQUER NAT.	540.000,00		
10000	Recursos Ordinários	180.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	250.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	110.000,00		
11200000000000	TAXAS		842.000,00	
11210000000000	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA		275.000,00	
11211700000000	TAXA FISCALIZACAO VIGILANCIA SANITARIA	75.000,00		
10000	Recursos Ordinários	75.000,00		
11212500000000	TX.LIC.FUNC.ETAB.COM.IND.PREST.SERVICOS	150.000,00		
10000	Recursos Ordinários	150.000,00		
11212900000000	TAXA DE LICENCA PARA EXECUCAO DE OBRAS	50.000,00		
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		
11220000000000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS		567.000,00	
11222800000000	TAXA DE CEMITERIOS	27.000,00		
10000	Recursos Ordinários	27.000,00		
11229000000000	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	400.000,00		
10000	Recursos Ordinários	400.000,00		
11229900000000	OUTRAS TAXAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	140.000,00		
10000	Recursos Ordinários	140.000,00		
11300000000000	CONTRIBUICOES DE MELHORIAS		50.000,00	
11300400000000	CONT.MELH. PAVIMTAR OBRAS COMPLEMENTARES	50.000,00		
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		
12000000000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES		510.000,00	
12200000000000	CONTRIBUICOES ECONOMICAS		510.000,00	
12202900000000	CONTRIB. P/ O CUSTEIO DO SERV. DE ILUM.P	510.000,00		
11700	Contribuição para o COSIP	510.000,00		
13000000000000	RECEITA PATRIMONIAL		128.000,00	
13200000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		128.000,00	
13250000000000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS		128.000,00	
13250000010000	Receita Rem.Dep.Banc.Vinc. FUNDEB 60%	25.000,00		
19436	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.Profis.)	25.000,00		
13250000020000	Receita Rem.Dep.Banc.Vinc. FUNDEB 40%	15.000,00		
19437	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.outras)	15.000,00		
13250000030000	Receita Rem.Dep.Banc.Vinc. - MDE	12.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	12.000,00		
13250000040000	Receita Rem.Dep.Banc.Vinc. ASPS	8.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	8.000,00		
13250000050000	Receita Rem.Dep.Banc. CIDE	5.000,00		
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	5.000,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Demonstrativo da Receita Segundo Categoria Econômica
Exercício de 2010

Pag: 2

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

(Consolidado)

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
1325000070000	REC. REMUN. OUTROS DEP. BANC. REC. VINC.	8.000,00		
12400	Transferências de Convênios - Outros	8.000,00		
1325000080000	Remuneração Dep.Rec. não Vinculados	55.000,00		
10000	Recursos Ordinários	55.000,00		
1400000000000	RECEITA AGROPECUARIA		25.000,00	
1490000000000	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	25.000,00		
10000	Recursos Ordinários	25.000,00		
1600000000000	RECEITA DE SERVICOS		50.000,00	
1600990000000	OUTROS RECEITAS DE SERVICOS	50.000,00		
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		
1700000000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES		17.466.000,00	
1720000000000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		17.129.000,00	
1721000000000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO		7.869.000,00	
1721010000000	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO		6.116.000,00	
1721010200000	COTA-PARTE FUNDO PARTIC MUNICIPIOS-FPM	6.100.000,00		
10000	Recursos Ordinários	3.390.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.535.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.175.000,00		
1721010500000	COTA-PARTE DO IMP S/ PROP TERRIT RURAL	16.000,00		
10000	Recursos Ordinários	9.600,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	4.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	2.400,00		
1721220000000	TRANSFER. DA COMP. FINANC. EXPL.REC. NAT.		173.000,00	
1721222000000	COTA-PARTE DA COMPENSACAO FIN. DE REC.MI	15.000,00		
10000	Recursos Ordinários	15.000,00		
1721227000000	COTA-PARTE DO FUNDO ESP. DO PETROLEO FEP	78.000,00		
10000	Recursos Ordinários	78.000,00		
1721229000000	OUTRAS TRANSF. DECOR. COMP.FINAC. EXP.RE	80.000,00		
10000	Recursos Ordinários	80.000,00		
1721330000000	TRANSF. RECURSOS SISTEMA UNICO DE SAUDE		1.032.000,00	
17213300010000	EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE SAUDE	40.000,00		
11416	Epidemiologia e Cont.de Doenças - ECD	40.000,00		
17213300020000	FARMACIA BASICA	15.000,00		
11413	Farmácia Básica	15.000,00		
17213300030000	VIGILANCIA SANITARIA	5.000,00		
11415	Vigilância Sanitária	5.000,00		
17213300040000	TRANSFERENCIA DO PAB FIXO	280.000,00		
11408	Piso de Atenção Básica - PAB	280.000,00		
17213300050000	TRANSF. PACS	250.000,00		
11412	Agentes Comunitários de Saúde - PACS	250.000,00		
17213300060000	TRANSFERENCIAS DO PSF	310.000,00		
11410	Programa de Saúde da Família - PSF	310.000,00		
17213300070000	TRANSF. MAC	22.000,00		
11417	Média Alta Complexidade - MAC	22.000,00		
17213300080000	Transf. de Programa Hip. Diabete e Renit	60.000,00		
11408	Piso de Atenção Básica - PAB	60.000,00		
17213300090000	Trasnrf. de Rec. SUS - Saude Bucal	50.000,00		
11411	Saúde Bucal - PSF Odonto	50.000,00		
1721350000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE		493.000,00	
17213501000000	TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	300.000,00		
11549	Transferência do Salário Educação	300.000,00		
17213502000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF. PDDE	1.000,00		
11550	Transferência ao PDDE	1.000,00		
17213503000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNAE	100.000,00		
11551	Transferência referentes ao PNAE	100.000,00		
17213504000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNATE	80.000,00		
11552	Transferência referentes ao PNATE	80.000,00		
17213599000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE		12.000,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Demonstrativo da Receita Segundo Categoria Econômica
Exercício de 2010

Pag: 3

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

(Consolidado)

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
17213599010000	TRANSF. PNAC	12.000,00		
11551	Transferência referentes ao PNAE	12.000,00		
17213600000000	TRANSF FINANC ICMS-DESONERACAO LC 87/96	55.000,00		
10000	Recursos Ordinários	33.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	13.750,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	8.250,00		
17220000000000	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS		6.350.000,00	
17220100000000	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS		6.350.000,00	
17220101000000	COTA-PARTE DO ICMS	5.500.000,00		
10000	Recursos Ordinários	2.850.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.525.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.125.000,00		
17220102000000	COTA-PARTE DO IPVA	610.000,00		
10000	Recursos Ordinários	326.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	177.500,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	106.500,00		
17220104000000	COTA-PARTE DO IPI S/EXPORTACAO	180.000,00		
10000	Recursos Ordinários	108.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	45.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	27.000,00		
17220113000000	COTA-PARTE DA CONTRIB. INTERV. DOMECON.	60.000,00		
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	60.000,00		
17240000000000	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS		2.910.000,00	
17240100000000	TRANSFERENCIAS RECURSOS DO FUNDEB		2.910.000,00	
17240100010000	FUNDEB 60%	2.660.000,00		
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	2.660.000,00		
17240100020000	FUNDEB 40%	250.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	250.000,00		
17500000000000	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	10.000,00		
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
17600000000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS		327.000,00	
17610000000000	TRANSF. CONVENIOS DA UNIAO E SUAS ENTIDA		90.000,00	
17610300000000	TRANSF. DE CONV. UNIAO PROG.ASSIT.SOCIAL		70.000,00	
17610300010000	Transf. Conv. Dest. As.Soc.CRIANÇA	60.000,00		
12904	Programa de Atenção à Criança - PAC	60.000,00		
17610300020000	TR.CONV.UNIAO PROGR. IDOSO	10.000,00		
12903	Apoio a Pessoa Idosa - API	10.000,00		
17610400000000	TRANSF. DE CONV. UNIAO PROG.COMB. A FOME	20.000,00		
12956	Bolsa Família	20.000,00		
17620000000000	TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDA		237.000,00	
17620100000000	TRANSF. DE CONVENIO DOS EST. P/ SUS	65.000,00		
12355	Transf. de Convênios do Estado Saude	65.000,00		
17620200000000	TRANSF. DE CONVENIO DOS EST. PROG. EDU.		110.000,00	
17620200010000	Transf. de Convenios Estado PNATE	110.000,00		
12255	Transf. de Convênios do Estado	110.000,00		
17629900000000	OUTRAS TRANSF. DE CONVENIO DOS ESTADOS		62.000,00	
17629900030000	CONVENIO SSP - POLICIA CIVIL	22.000,00		
10019	CONVÊNIO SSP/TRANSITO	22.000,00		
17629900040000	CONVENIO SSP - POLICIA MILITAR	22.000,00		
10019	CONVÊNIO SSP/TRANSITO	22.000,00		
17629900050000	CONVENIO SSP - PARTE MUNICIPIO	18.000,00		
10019	CONVÊNIO SSP/TRANSITO	18.000,00		
19000000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		427.800,00	
19100000000000	MULTAS E JUROS DE MORA		117.800,00	
19110000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS		29.800,00	
19113800000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/ IPTU	18.000,00		
10000	Recursos Ordinários	10.800,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	4.500,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Demonstrativo da Receita Segundo Categoria Econômica
Exercício de 2010

Pag: 4

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

(Consolidado)

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	2.700,00		
19113900000000	MULTA E JUROS DE MORA - ITBI	800,00		
10000	Recursos Ordinários	480,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	200,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	120,00		
19114000000000	MULTA E JUROS DE MORA - ISS	8.000,00		
10000	Recursos Ordinários	4.800,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.200,00		
19119900000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS		3.000,00	
19119901000000	MULTAS E JUROS MORA DE OUTROS TRIBUTOS	3.000,00		
10000	Recursos Ordinários	3.000,00		
19130000000000	MULT JUROS MORA DIV ATIVA DOS TRIBUTOS		86.000,00	
19131100000000	MULTAS E JUROS DE MORA - IPTU	50.000,00		
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	12.500,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	7.500,00		
19131300000000	MULTAS E JUROS DE MORA - ISS	6.000,00		
10000	Recursos Ordinários	3.600,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.500,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	900,00		
19139900000000	MULT JUR MORA DIV ATIVA - OUTR. TRIBUTOS	30.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	30.000,00		
19150000000000	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA DE OUTRAS RECE		1.000,00	
19150100000000	MULT.J.MOR. DIV.AT. MULTAS INFRA LE TRA	1.000,00		
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
19180000000000	MULT E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS		1.000,00	
19180100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUEIS	1.000,00		
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
19200000000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES		60.000,00	
19220000000000	RESTITUICOES		60.000,00	
19229900000000	OUTRAS RESTITUICOES	60.000,00		
10000	Recursos Ordinários	60.000,00		
19300000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		220.000,00	
19310000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA		220.000,00	
19311100000000	RECEITA DA DA A PROP. PRED. E TER. IPTU	120.000,00		
10000	Recursos Ordinários	72.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	30.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	18.000,00		
19311300000000	RECEITA DA DIVIA ATIVA - ISS	15.000,00		
10000	Recursos Ordinários	9.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	3.750,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	2.250,00		
19319800000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA CONTRIBUICAO	35.000,00		
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
19319900000000	RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS		50.000,00	
19319901000000	REC DIV ATIV OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	50.000,00		
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		
19900000000000	RECEITAS DIVERSAS		30.000,00	
19909900000000	OUTRAS RECEITAS	30.000,00		
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
20000000000000	RECEITAS DE CAPITAL			350.000,00
22000000000000	ALIENACAO DE BENS		150.000,00	
22200000000000	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS		150.000,00	
22290000000000	ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	150.000,00		
19200	Alienação de Bens	150.000,00		
24000000000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		200.000,00	
24700000000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS		200.000,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Demonstrativo da Receita Segundo Categoria Econômica
Exercício de 2010

Pag: 5

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

(Consolidado)

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
24710000000000	TRANSF. CONV. UNIAO E SUAS ENTIDADES		200.000,00	
24719900000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIAO		200.000,00	
24719900040000	Convênio Ministério Cidades Habitação	200.000,00		
12400	Transferências de Convênios - Outros	200.000,00		
10000000000000	(R) DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE			-2.512.200,00
17000000000000	(R) DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTE		-2.512.200,00	
17200000000000	(R) DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF. INTERGOV		-2.512.200,00	
17210000000000	(R) DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF. DA UNIAO		-1.234.200,00	
17210100000000	(R) DEDUCAO DA REC. DE PART. REC. DA UNIAO		-1.234.200,00	
17210102000000	(R) DED. DA REC. DO F. DE PART. DOS MUN-FPM	-1.220.000,00		
10100	Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ	-1.220.000,00		
17210105000000	(R) DED. DA REC. DO IMP. S. A PROP. TERR. ITR	-3.200,00		
10100	Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ	-3.200,00		
17210112000000	(R) DED. DA REC. P/ FORM. FUNDEB IPI EXP.	-11.000,00		
10100	Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ	-11.000,00		
17220000000000	(R) DED RECEITA DE TRANSFERENCIA DO ESTAD		-1.278.000,00	
17220100000000	(R) DED REC DE TRANSFERENCIA DOS ESTADOS		-1.278.000,00	
17220101000000	(R) DEDUCAO DA RECEITA DO ICMS	-1.100.000,00		
10100	Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ	-1.100.000,00		
17220102000000	(R) DEDUCAO DA REC. DA COTA-PARTE DO IPVA	-142.000,00		
10100	Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ	-142.000,00		
17220104000000	(R) DEDUCAO DA RECEITA DO IPI/EXPORTACAO	-36.000,00		
10100	Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ	-36.000,00		
Total				18.956.600,00

CORUPÁ, 28 de Setembro de 2009.

 LUIZ CARLOS TAMANINI
 PREFEITO MUNICIPAL

 SANDRO ROGERIO GLATZ
 SECR. ADM. FINANÇAS

 DILVANE KUHLMANN
 CRC/SC 024304/O-9 CONTADOR
 716.321.159-72

 LUIZ ALBERTO WIESE
 ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO
 293.012.709-00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Demonstrativo da Receita Segundo Categoria Econômica
Exercício de 2010

Pag: 6

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 (Consolidado)

Código	Especificação	Valor
00010000	Recursos Ordinários	8.892.280,00
00010019	CONVÊNIO SSP/TRANSITO	62.000,00
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.524.500,00
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	2.804.820,00
00011408	Piso de Atenção Básica - PAB	340.000,00
00011410	Programa de Saúde da Família - PSF	310.000,00
00011411	Saúde Bucal - PSF Odonto	50.000,00
00011412	Agentes Comunitários de Saúde - PACS	250.000,00
00011413	Farmácia Básica	15.000,00
00011415	Vigilância Sanitária	5.000,00
00011416	Epidemiologia e Cont.de Doenças - ECD	40.000,00
00011417	Média Alta Complexidade - MAC	22.000,00
00011549	Transferência do Salário Educação	300.000,00
00011550	Transferência ao PDDE	1.000,00
00011551	Transferência referentes ao PNAE	112.000,00
00011552	Transferência referentes ao PNATE	80.000,00
00011600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	65.000,00
00011700	Contribuição para o COSIP	510.000,00
00011800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	2.660.000,00
00011900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	250.000,00
00012255	Transf. de Convênios do Estado	110.000,00
00012355	Transf. de Convênios do Estado Saude	65.000,00
00012400	Transferências de Convênios - Outros	208.000,00
00012903	Apoio a Pessoa Idosa - API	10.000,00
00012904	Programa de Atenção à Criança - PAC	60.000,00
00012956	Bolsa Família	20.000,00
00019200	Alienação de Bens	150.000,00
00019436	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.Profis.)	25.000,00
00019437	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.outras)	15.000,00
Total		18.956.600,00

CORUPÁ, 28 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGERIO GLATZ
SECR. ADM. FINANÇAS

DILVANE KUHLE KLABUNDE
CRC/SC 024304/O-9CONTADOR
716.321.159-72

LUIZ ALBERTO WIESE
ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO
293.012.709-00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas
Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 1

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS CORRENTES			
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
01001 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	487.000,00	0,00	198.000,00	685.000,00
02001 GABINETE DO PREFEITO	275.000,00	0,00	35.000,00	310.000,00
03001 DIVISAO DE ADMINISTRACAO	380.000,00	0,00	620.000,00	1.000.000,00
03002 DIVISAO DE FINANÇAS	150.000,00	0,00	387.000,00	537.000,00
04001 DIVISAO DE AGRICULTURA	200.000,00	0,00	139.000,00	339.000,00
04002 DIVISAO DE MEIO AMBIENTE	15.000,00	0,00	65.000,00	80.000,00
05002 DIVISAO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E PLAN	250.000,00	0,00	12.000,00	262.000,00
06001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.860.000,00	0,00	1.716.820,00	3.576.820,00
07001 DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1.250.000,00	0,00	2.135.000,00	3.385.000,00
08001 DIVISAO DE EDUCACAO	3.450.000,00	0,00	1.737.500,00	5.187.500,00
09001 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	115.000,00	0,00	198.000,00	313.000,00
09002 FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
09003 DIVISÃO DE TRABALHO E HABITAÇÃO	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
10001 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0,00	100.000,00	450.000,00	550.000,00
15001 DIVISÃO DE ESPORTES	80.000,00	0,00	150.000,00	230.000,00
15002 DIVISÃO DE TURISMO	80.000,00	0,00	90.000,00	170.000,00
15003 DIVISÃO DE CULTURA E LAZER	0,00	0,00	135.000,00	135.000,00
99099 RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
Total.....:	8.592.000,00	100.000,00	8.463.320,00	17.155.320,00

CORUPA, 28 de SETEMBRO de 2009.

PREFEITO MUNICIPAL
LUIZ CARLOS TAMANINI

SANDRO ROGERIO GLATZ
SECR.T. ADM. FINANÇAS

DILVANE KUHL KLABUNDE
CRC/UF: 024304/O-ISC CONTADOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas
Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 1

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE CAPITAL			
	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
01001 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	65.000,00	0,00	0,00	65.000,00
02001 GABINETE DO PREFEITO	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
03001 DIVISAO DE ADMINISTRACAO	165.000,00	0,00	0,00	165.000,00
03002 DIVISAO DE FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00
04001 DIVISAO DE AGRICULTURA	31.000,00	0,00	0,00	31.000,00
04002 DIVISAO DE MEIO AMBIENTE	24.280,00	0,00	0,00	24.280,00
05002 DIVISAO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E PLAN	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
06001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	325.000,00	0,00	0,00	325.000,00
07001 DIVISÃO DE SERVIÇOS PUBLICOS	367.000,00	0,00	0,00	367.000,00
08001 DIVISAO DE EDUCACAO	138.000,00	0,00	0,00	138.000,00
09001 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
09002 FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
09003 DIVISÃO DE TRABALHO E HABITAÇÃO	243.000,00	0,00	0,00	243.000,00
10001 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0,00	0,00	350.000,00	350.000,00
15001 DIVISÃO DE ESPORTES	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
15002 DIVISÃO DE TURISMO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
15003 DIVISÃO DE CULTURA E LAZER	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
99099 RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Total.....:	1.451.280,00	0,00	350.000,00	1.801.280,00

CORUPA, 28 de SETEMBRO de 2009.

PREFEITO MUNICIPAL
LUIZ CARLOS TAMANINI

SANDRO ROGERIO GLATZ
SECR. ADM. FINANÇAS

DILVANE KUHL KLABUNDE
CRC/UF: 024304/O-SC CONTADOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas
Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 1

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

TOTAL GERAL	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	TOTAL GERAL
01001 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	750.000,00
02001 GABINETE DO PREFEITO	340.000,00
03001 DIVISAO DE ADMINISTRACAO	1.165.000,00
03002 DIVISAO DE FINANÇAS	537.000,00
04001 DIVISAO DE AGRICULTURA	370.000,00
04002 DIVISAO DE MEIO AMBIENTE	104.280,00
05002 DIVISAO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E PLAN	265.000,00
06001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.901.820,00
07001 DIVISÃO DE SERVIÇOS PUBLICOS	3.752.000,00
08001 DIVISAO DE EDUCACAO	5.325.500,00
09001 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	338.000,00
09002 FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA	70.000,00
09003 DIVISÃO DE TRABALHO E HABITAÇÃO	268.000,00
10001 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	900.000,00
15001 DIVISÃO DE ESPORTES	250.000,00
15002 DIVISÃO DE TURISMO	180.000,00
15003 DIVISÃO DE CULTURA E LAZER	140.000,00
99099 RESERVA DE CONTIGENCIA	300.000,00
Total.....:	18.956.600,00

CORUPA, 28 de SETEMBRO de 2009.

PREFEITO MUNICIPAL
LOUIZ CARLOS TAVANINISANDRO ROGERIO GLATZ
SECR. ADM. FINANÇASDILVANE KUHLENBUNDE
CRC/UF: 024304/O-SC CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo Geral da Receita por fontes e da Despesa por Funções do Governo
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 1

Art. 2º, Par. 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Especificação de Receitas	Fonte	Total	Especificação de Despesas	Categ. Econômica
RECEITAS CORRENTES		21.118.800,00	LEGISLATIVA	750.000,00
RECEITA TRIBUTARIA		2.512.000,00	JUDICIARIA	
IMPOSTOS	1.620.000,00		ESSENCIAL A JUSTICA	
IMPOSTO SOBRE O PATRIMONIO	1.080.000,00		ADMINISTRACAO	2.392.000,00
IMP. S/ PROP. PREDIAL TERR	700.000,00		DEFESA NACIONAL	
IMP.S/ A RENDA E PROV. QUA	200.000,00		SEGURANCA PUBLICA	82.000,00
I.R.R.F. RETIDO NAS FONTE	200.000,00		RELACOES EXTERIORES	
IMP. S/TRANS.INTER VIVOS D	180.000,00		ASSISTENCIA SOCIAL	408.000,00
IMPOSTOS S/ A PRODUCAO E A	540.000,00		PREVIDENCIA SOCIAL	
IMPOSTO S/SERVICOS DE QUAL	540.000,00		SAUDE	3.901.820,00
IMPOSTO S/ SERVICOS DE QU	540.000,00		TRABALHO	20.000,00
TAXAS	842.000,00		EDUCACAO	5.325.500,00
TAXAS PELO EXERCICIO DO POD	275.000,00		CULTURA	140.000,00
TAXA FISCALIZACAO VIGILANC	75.000,00		DIREITOS DA CIDADANIA	
TX.LIC.FUNC.ESTAB.COM.IND.	150.000,00		URBANISMO	3.150.000,00
TAXA DE LICENCA PARA EXECU	50.000,00		HABITACAO	248.000,00
TAXAS PELA PRESTACAO DE SER	567.000,00		SANEAMENTO	20.000,00
TAXA DE CEMITERIOS	27.000,00		GESTAO AMBIENTAL	104.280,00
TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	400.000,00		CIENCIA E TECNOLOGIA	
OUTRAS TAXAS DE PRESTACAO	140.000,00		AGRICULTURA	350.000,00
CONTRIBUICOES DE MELHORIAS	50.000,00		ORGANIZACAO AGRARIA	
CONT.MELH. PAVIMTAR OBRAS	50.000,00		INDUSTRIA	265.000,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES		510.000,00	COMERCIO E SERVICOS	180.000,00
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	510.000,00		COMUNICACOES	
CONTRIB. P/ O CUSTEIO DO S	510.000,00		ENERGIA	520.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		128.000,00	TRANSPORTE	
RECEITAS DE VALORES MOBILIAR	128.000,00		DESPORTO E LAZER	250.000,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BA	128.000,00		ENCARGOS ESPECIAIS	550.000,00
Receita Rem.Dep.Banc.Vin	25.000,00		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00
Receita Rem.Dep.Banc.Vin	15.000,00			
Receita Rem.Dep.Banc.Vin	12.000,00			
Receita Rem.Dep.Banc.Vin	8.000,00			
Receita Rem.Dep.Banc. Cl	5.000,00			
REC. REMUN. OUTROS DEP.	8.000,00			
Remuneração Dep.Rec. não	55.000,00			
RECEITA AGROPECUARIA		25.000,00		
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIA	25.000,00			
RECEITA DE SERVICOS		50.000,00		
OUTROS RECEITAS DE SERVICO	50.000,00			
TRANSFERENCIAS CORRENTES		17.466.000,00		
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAM	17.129.000,00			
TRANSFERENCIAS DA UNIAO	7.869.000,00			
PARTICIPACAO NA RECEITA DA	6.116.000,00			
COTA-PARTE FUNDO PARTIC M	6.100.000,00			
COTA-PARTE DO IMP S/ PROP	16.000,00			
TRANSFER. DA COMP. FINANC.	173.000,00			
COTA-PARTE DA COMPENSACAO	15.000,00			
COTA-PARTE DO FUNDO ESP.	78.000,00			
OUTRAS TRANSF. DECOR. COM	80.000,00			
TRANSF. RECURSOS SISTEMA U	1.032.000,00			
EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE	40.000,00			
FARMACIA BASICA	15.000,00			
VIGILANCIA SANITARIA	5.000,00			
TRANSFERENCIA DO PAB FIX	280.000,00			
TRANSF. PACS	250.000,00			

SANDRO ROGERIO GLATZ
 SECRT. ADM. FINANÇAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo Geral da Receita por fontes e da Despesa por Funções do Governo
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 2

Art. 2º, Par. 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Especificação de Receitas	Fonte	Total	Especificação de Despesas	Categ. Econômica
TRANSFERENCIAS DO PSF	310.000,00			
TRANSF. MAC	22.000,00			
Transf. de Programa Hip.	60.000,00			
Trasnf. de Rec. SUS - Sa	50.000,00			
TRANSFERENCIAS DE RECURSOS	493.000,00			
TRANSFERENCIAS DO SALARIO	300.000,00			
TRANSFERENCIAS DIRETAS DO	1.000,00			
TRANSFERENCIAS DIRETAS DO	100.000,00			
TRANSFERENCIAS DIRETAS DO	80.000,00			
OUTRAS TRANSFERENCIAS DIR	12.000,00			
TRANSF. PNAC	12.000,00			
TRANSF FINANC ICMS-DESONER	55.000,00			
TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	6.350.000,00			
PARTICIPACAO NA RECEITA DO	6.350.000,00			
COTA-PARTE DO ICMS	5.500.000,00			
COTA-PARTE DO IPVA	610.000,00			
COTA-PARTE DO IPI S/ EXPO	180.000,00			
COTA-PARTE DA CONTRIB. IN	60.000,00			
TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNA	2.910.000,00			
TRANSFERENCIAS RECURSOS DO	2.910.000,00			
FUNDEB 60%	2.660.000,00			
FUNDEB 40%	250.000,00			
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	10.000,00			
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	327.000,00			
TRANSF. CONVENIOS DA UNIAO	90.000,00			
TRANSF. DE CONV. UNIAO PRO	70.000,00			
Transf. Conv. Dest. As.S	60.000,00			
TR.CONV.UNIAO PROGR. IDO	10.000,00			
TRANSF. DE CONV. UNIAO PRO	20.000,00			
TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUA	237.000,00			
TRANSF. DE CONVENIO DOS ES	65.000,00			
TRANSF. DE CONVENIO DOS ES	110.000,00			
Transf. de Convenios Est	110.000,00			
OUTRAS TRANSF. DE CONVENIO	62.000,00			
CONVENIO SSP - POLICIA C	22.000,00			
CONVENIO SSP - POLICIA M	22.000,00			
CONVENIO SSP - PARTE MUN	18.000,00			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		427.800,00		
MULTAS E JUROS DE MORA	117.800,00			
MULTAS E JUROS DE MORA DOS	29.800,00			
MULTAS E JUROS DE MORA DO	18.000,00			
MULTA E JUROS DE MORA - IT	800,00			
MULTA E JUROS DE MORA - IS	8.000,00			
MULTAS E JUROS DE MORA DE	3.000,00			
MULTAS E JUROS MORA DE OU	3.000,00			
MULT JUROS MORA DIV ATIVA	86.000,00			
MULTAS E JUROS DE MORA - I	50.000,00			
MULTAS E JUROS DE MORA - I	6.000,00			
MULT JUR MORA DIV ATIVA -	30.000,00			
MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA D	1.000,00			
MULT.J.MOR. DIV.AT. MULTAS	1.000,00			
MULT E JUROS DE MORA DE OUT	1.000,00			
MULTAS E JUROS DE MORA DE	1.000,00			
INDENIZACOES E RESTITUICOES	60.000,00			
RESTITUICOES	60.000,00			

SANDRO ROGERIO GLATZ
 SECR.T. ADM. FINANÇAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo Geral da Receita por fontes e da Despesa por Funções do Governo
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 3

Art. 2º, Par. 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Especificação de Receitas	Fonte	Total	Especificação de Despesas	Categ. Econômica
OUTRAS RESTITUICOES	60.000,00			
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	220.000,00			
RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRI	220.000,00			
RECEITA DA DA A PROP. PRED	120.000,00			
RECEITA DA DIVIA ATIVA - I	15.000,00			
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA	35.000,00			
RECEITA DIVIDA ATIVA DE OU	50.000,00			
REC DIV ATIV OUTROS TRIBU	50.000,00			
RECEITAS DIVERSAS	30.000,00			
OUTRAS RECEITAS	30.000,00			
RECEITAS DE CAPITAL		350.000,00		
ALIENACAO DE BENS		150.000,00		
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	150.000,00			
ALIENACAO DE OUTROS BENS IM	150.000,00			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		200.000,00		
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	200.000,00			
TRANSF. CONV. UNIAO E SUAS	200.000,00			
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE C	200.000,00			
Convênio Ministério Cida	200.000,00			
(R)DEDUCOES DA RECEITA CORRENT		-2.512.200,00		
(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRAN		-2.512.200,00		
(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRA	-2.512.200,00			
(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TR	-1.234.200,00			
(R)DEDUCAO DA REC.DE PART.	-1.234.200,00			
(R)DED. DA REC.DO F.DE PA	-1.220.000,00			
(R)DED. DA REC.DO IMP.S.A	-3.200,00			
(R)DED. DA REC. P/ FORM.	-11.000,00			
(R)DED RECEITA DE TRANSFERE	-1.278.000,00			
(R)DED REC DE TRANSFERENCI	-1.278.000,00			
(R)DEDUCAO DA RECEITA DO	-1.100.000,00			
(R)DEDUCAO DA REC. DA COT	-142.000,00			
(R)DEDUCAO DA RECEITA DO	-36.000,00			
SubTotal		18.956.600,00	SubTotal	18.956.600,00
Transferências Financeiras		0,00	Transferências Financeiras	0,00
Total		18.956.600,00	Total	18.956.600,00

CORUPA, 28 de SETEMBRO de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGERIO GLATZ
SECR.T. ADM. FINANÇAS

DILVANE KUHL KLABUNDE
CRC/UF: 024304/O/SC - CONTADOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Consolidação Geral da Despesa
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			16.855.320,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			8.592.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		8.592.000,00	
10000	Recursos Ordinários	3.332.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	700.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.300.000,00		
11410	Programa de Saúde da Família - PSF	310.000,00		
11412	Agentes Comunitários de Saúde - PACS	250.000,00		
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	2.660.000,00		
19436	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.Profis.)	25.000,00		
19437	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.outras)	15.000,00		
32000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			100.000,00
32900000000000	APLICACOES DIRETAS		100.000,00	
10000	Recursos Ordinários	100.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			8.163.320,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		1.095.000,00	
10000	Recursos Ordinários	555.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	540.000,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		199.000,00	
10000	Recursos Ordinários	19.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	180.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		6.869.320,00	
10000	Recursos Ordinários	3.583.000,00		
10019	CONVÊNIO SSP/TRANSITO	52.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	724.500,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	494.820,00		
11408	Piso de Atenção Básica - PAB	330.000,00		
11411	Saúde Bucal - PSF Odonto	45.000,00		
11413	Farmácia Básica	15.000,00		
11415	Vigilância Sanitária	5.000,00		
11416	Epidemiologia e Cont.de Doenças - ECD	30.000,00		
11417	Média Alta Complexidade - MAC	22.000,00		
11549	Transferência do Salário Educação	300.000,00		
11550	Transferência ao PDDE	1.000,00		
11551	Transferência referentes ao PNAE	112.000,00		
11552	Transferência referentes ao PNATE	80.000,00		
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	65.000,00		
11700	Contribuição para o COSIP	510.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	250.000,00		
12255	Transf. de Convênios do Estado	110.000,00		
12355	Transf. de Convênios do Estado Saude	55.000,00		
12903	Apoio a Pessoa Idosa - API	10.000,00		
12904	Programa de Atenção à Criança - PAC	60.000,00		
12956	Bolsa Família	15.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.801.280,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.451.280,00
44710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.450.280,00	
10000	Recursos Ordinários	652.280,00		
10019	CONVÊNIO SSP/TRANSITO	10.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	100.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	290.000,00		
11408	Piso de Atenção Básica - PAB	10.000,00		
11411	Saúde Bucal - PSF Odonto	5.000,00		

SANDRO ROGERIO GLATZ
 SECR. ADM. FINANÇAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Consolidação Geral da Despesa
Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 2

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
11416	Epidemiologia e Cont.de Doenças - ECD	10.000,00		
12355	Transf. de Convênios do Estado Saude	10.000,00		
12400	Transferências de Convênios - Outros	208.000,00		
12956	Bolsa Família	5.000,00		
19200	Alienação de Bens	150.000,00		
4600000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			350.000,00
4690000000000000	APLICACOES DIRETAS		350.000,00	
10000	Recursos Ordinários	350.000,00		
9000000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			300.000,00
9900000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			300.000,00
9999000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA		300.000,00	
10000	Recursos Ordinários	300.000,00		
Total.....				18.956.600,00

CORUPA, 28 de SETEMBRO de 2009.

PREFEITO MUNICIPAL
LUIZ CARLOS TAMANINI

SANDRO ROGERIO GLATZ
SECR. ADM. FINANÇAS

DILVANE KUHL KLABUNDE
CRC/UF: 024304/O-SC CONTADOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 1

Anexo 8 da Lei 4.320/64 - Adendo VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Ordinários	Vinculado	Total
01	LEGISLATIVA	750.000,00		750.000,00
01 . 031	ACAO LEGISLATIVA	750.000,00		750.000,00
01 . 031. 0001x	PROCESSO LEGISLATIVO	750.000,00		750.000,00
04	ADMINISTRACAO	2.392.000,00		2.392.000,00
04 . 122	ADMINISTRACAO GERAL	2.342.000,00		2.342.000,00
04 . 122. 0006x	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	340.000,00		340.000,00
04 . 122. 0009x	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA	1.702.000,00		1.702.000,00
04 . 122. 0090x	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	300.000,00		300.000,00
04 . 131	COMUNICACAO SOCIAL	50.000,00		50.000,00
04 . 131. 0090x	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	50.000,00		50.000,00
06	SEGURANCA PUBLICA	82.000,00		82.000,00
06 . 181	POLICIAMENTO	62.000,00		62.000,00
06 . 181. 0040x	SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA	62.000,00		62.000,00
06 . 182	DEFESA CIVIL	20.000,00		20.000,00
06 . 182. 0040x	SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA	20.000,00		20.000,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL	318.000,00	90.000,00	408.000,00
08 . 241	ASSISTENCIA AO IDOSO	8.000,00	10.000,00	18.000,00
08 . 241. 0064x	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.000,00	10.000,00	18.000,00
08 . 243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	10.000,00	60.000,00	70.000,00
08 . 243. 0064x	ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00	60.000,00	70.000,00
08 . 244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	300.000,00	20.000,00	320.000,00
08 . 244. 0064x	ASSISTÊNCIA SOCIAL	300.000,00	20.000,00	320.000,00
10	SAUDE		3.901.820,00	3.901.820,00
10 . 301	ATENCAO BASICA		3.856.820,00	3.856.820,00
10 . 301. 0080x	SAUDE PARA TODOS		3.856.820,00	3.856.820,00
10 . 305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		45.000,00	45.000,00
10 . 305. 0081x	PREVENÇÃO DE DOENÇAS		45.000,00	45.000,00
11	TRABALHO	20.000,00		20.000,00
11 . 333	EMPREGABILIDADE	20.000,00		20.000,00
11 . 333. 0065x	TRABALHO E HABITAÇÃO	20.000,00		20.000,00
12	EDUCACAO	248.000,00	5.077.500,00	5.325.500,00
12 . 306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	73.000,00	112.000,00	185.000,00
12 . 306. 0047x	CRIANÇA NA ESCOLA	73.000,00	112.000,00	185.000,00
12 . 361	ENSINO FUNDAMENTAL		3.765.500,00	3.765.500,00
12 . 361. 0047x	CRIANÇA NA ESCOLA		3.765.500,00	3.765.500,00
12 . 364	ENSINO SUPERIOR	55.000,00		55.000,00
12 . 364. 0049x	EDUCAÇÃO PARA TODOS	55.000,00		55.000,00
12 . 365	EDUCACAO INFANTIL		1.200.000,00	1.200.000,00
12 . 365. 0047x	CRIANÇA NA ESCOLA		1.200.000,00	1.200.000,00
12 . 366	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	85.000,00		85.000,00
12 . 366. 0049x	EDUCAÇÃO PARA TODOS	85.000,00		85.000,00
12 . 367	EDUCACAO ESPECIAL	35.000,00		35.000,00
12 . 367. 0047x	CRIANÇA NA ESCOLA	35.000,00		35.000,00
13	CULTURA	140.000,00		140.000,00
13 . 392	DIFUSAO CULTURAL	140.000,00		140.000,00
13 . 392. 0051x	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	140.000,00		140.000,00
15	URBANISMO	2.935.000,00	215.000,00	3.150.000,00
15 . 451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	350.000,00		350.000,00
15 . 451. 0040x	SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA	350.000,00		350.000,00
15 . 452	SERVICOS URBANOS	2.585.000,00	215.000,00	2.800.000,00
15 . 452. 0039x	ESTRADAS VICINAIS E DMER	2.585.000,00	215.000,00	2.800.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 2

Anexo 8 da Lei 4.320/64 - Adendo VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Ordinários	Vinculado	Total
16	HABITACAO	40.000,00	208.000,00	248.000,00
16 . 482	HABITACAO URBANA	40.000,00	208.000,00	248.000,00
16 . 482. 0065x	TRABALHO E HABITAÇÃO	40.000,00	208.000,00	248.000,00
17	SANEAMENTO	20.000,00		20.000,00
17 . 512	SANEAMENTO BASICO URBANO	20.000,00		20.000,00
17 . 512. 0091x	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO VALE	20.000,00		20.000,00
18	GESTAO AMBIENTAL	104.280,00		104.280,00
18 . 541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	104.280,00		104.280,00
18 . 541. 0073x	MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	104.280,00		104.280,00
20	AGRICULTURA	350.000,00		350.000,00
20 . 606	EXTENSAO RURAL	350.000,00		350.000,00
20 . 606. 0063x	PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO	350.000,00		350.000,00
22	INDUSTRIA	265.000,00		265.000,00
22 . 121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	265.000,00		265.000,00
22 . 121. 0071x	DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	265.000,00		265.000,00
23	COMERCIO E SERVICOS	180.000,00		180.000,00
23 . 695	TURISMO	180.000,00		180.000,00
23 . 695. 0070x	TURISMO	180.000,00		180.000,00
25	ENERGIA	10.000,00	510.000,00	520.000,00
25 . 752	ENERGIA ELETRICA	10.000,00	510.000,00	520.000,00
25 . 752. 0040x	SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA	10.000,00	510.000,00	520.000,00
27	DESPORTO E LAZER	250.000,00		250.000,00
27 . 812	DESPORTO COMUNITARIO	250.000,00		250.000,00
27 . 812. 0018x	ESPORTE É VIDA	250.000,00		250.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	550.000,00		550.000,00
28 . 843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	450.000,00		450.000,00
28 . 843. 0090x	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	450.000,00		450.000,00
28 . 845	TRANSFERENCIAS	100.000,00		100.000,00
28 . 845. 0090x	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	100.000,00		100.000,00
99	RESERVA DE CONTIGENCIA	300.000,00		300.000,00
99 . 999	RESERVA DE CONTIGENCIA	300.000,00		300.000,00
99 . 999. 0099x	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00		300.000,00
Total		8.954.280,00	10.002.320,00	18.956.600,00

CORUPA, 28 de SETEMBRO de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGERIO GLATZ
SECR.T. ADM. FINANÇAS

DILVANE KUHL KLABUNDE
CRC/UF: 024304/O/SC - CONTADOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgao e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
Unidade Orçamentária....: 0001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
01.031.0001.2001 - MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
30000000	DESPESAS CORRENTES			685.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			487.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		487.000,00	
10000	Recursos Ordinários	487.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			198.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		198.000,00	
10000	Recursos Ordinários	198.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			65.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			65.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		65.000,00	
10000	Recursos Ordinários	65.000,00		
Total.....:				750.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgao e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 2

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 02 - GABINETE DO PREFEITO				
Unidade Orçamentária....: 0001 - GABINETE DO PREFEITO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04.122.0006.2002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				
30000000	DESPESAS CORRENTES			310.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			275.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		275.000,00	
10000	Recursos Ordinários	275.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			35.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		35.000,00	
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			30.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			30.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		30.000,00	
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
Total.....:				340.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 3

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS				
Unidade Orçamentária....: 0001 - DIVISAO DE ADMINISTRACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04.122.0009.2003 - MANUT. ATIV. DIVISÃO DE PESSOAL, ADM E COMPRAS				
Descrição Detalhada.: MANUT. ATIV. DIVISÃO DE PESSOAL, ADM E COMPRAS				
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.000.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			380.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		380.000,00	
10000	Recursos Ordinários	380.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			620.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		620.000,00	
10000	Recursos Ordinários	620.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			165.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			165.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		165.000,00	
10000	Recursos Ordinários	165.000,00		
Total.....:				1.165.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 4

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS				
Unidade Orçamentária....: 0002 - DIVISAO DE FINANÇAS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04.122.0009.2004 - MANUT. ATIV. DIV. TESOURARIA, CONTAB. E TRIBUTAÇÃO				
Descrição Detalhada.: MANUT. ATIV. DIV. TESOURARIA, CONTAB. E TRIBUTAÇÃO				
30000000	DESPESAS CORRENTES			537.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			150.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		150.000,00	
10000	Recursos Ordinários	150.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			387.000,00
33500000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		260.000,00	
10000	Recursos Ordinários	260.000,00		
33900000	APLICACOES DIRETAS		127.000,00	
10000	Recursos Ordinários	127.000,00		
Total.....:				537.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 5

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 04 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT				
Unidade Orçamentária....: 0001 - DIVISAO DE AGRICULTURA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
17. 512. 0091. 2013 - CONSORSICIO DAS AGUAS DO ITAPOCU				
Descrição Detalhada.: CONSORSICIO DAS AGUAS DO ITAPOCU				
30000000	DESPESAS CORRENTES			19.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			19.000,00
33700001	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		19.000,00	
10000	Recursos Ordinários	19.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
20. 606. 0063. 2005 - MANUTENÇÃO DA DOIVISÃO DE AGRICULTURA				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DA DOIVISÃO DE AGRICULTURA				
30000000	DESPESAS CORRENTES			320.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			200.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		200.000,00	
10000	Recursos Ordinários	200.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			120.000,00
33500000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		30.000,00	
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
33900000	APLICACOES DIRETAS		90.000,00	
10000	Recursos Ordinários	90.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			30.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			30.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		30.000,00	
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
Total.....:				370.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 6

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 04 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT				
Unidade Orçamentária...: 0002 - DIVISAO DE MEIO AMBIENTE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
18. 541. 0073. 2006 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE				
30000000	DESPESAS CORRENTES			80.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			15.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		15.000,00	
10000	Recursos Ordinários	15.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			65.000,00
33500000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		25.000,00	
10000	Recursos Ordinários	25.000,00		
33900000	APLICACOES DIRETAS		40.000,00	
10000	Recursos Ordinários	40.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			24.280,00
44000000	INVESTIMENTOS			24.280,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		24.280,00	
10000	Recursos Ordinários	24.280,00		
Total.....				104.280,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 7

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 05		- SECRETARIA DE DESENV. MUNICIPAL E PLANE		
Unidade Orçamentária....: 0002		- DIVISAO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E PLAN		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
22. 121. 0071. 2008 - MANUT. DA DIVISÃO DE DESENV. MUN. E PLANEJAMENTO				
Descrição Detalhada.: MANUT. DA DIVISÃO DE DESENV. MUN. E PLANEJAMENTO				
30000000	DESPESAS CORRENTES			262.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			250.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		250.000,00	
10000	Recursos Ordinários	250.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			12.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		12.000,00	
10000	Recursos Ordinários	12.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			3.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			3.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		3.000,00	
10000	Recursos Ordinários	3.000,00		
Total.....				265.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 8

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
Unidade Orçamentária...: 0001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
10. 301. 0080. 1001 - CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DA REDE FÍSICA DAS U				
Descrição Detalhada.: CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DA REDE FÍSICAS UNIDADES DE SAÚDE				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			280.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			280.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		280.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	280.000,00		
10. 301. 0080. 2009 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAUDE				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAUDE				
30000000	DESPESAS CORRENTES			3.541.820,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.860.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		1.860.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.300.000,00		
11410	Programa de Saúde da Família - PSF	310.000,00		
11412	Agentes Comunitários de Saúde - PACS	250.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.681.820,00
33500000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		540.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	540.000,00		
33700001	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		180.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	180.000,00		
33900000	APLICACOES DIRETAS		961.820,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	494.820,00		
11408	Piso de Atenção Básica - PAB	330.000,00		
11411	Saúde Bucal - PSF Odonto	45.000,00		
11413	Farmácia Básica	15.000,00		
11417	Média Alta Complexidade - MAC	22.000,00		
12355	Transf. de Convênios do Estado Saude	55.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			35.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			35.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		35.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	10.000,00		
11408	Piso de Atenção Básica - PAB	10.000,00		
11411	Saúde Bucal - PSF Odonto	5.000,00		
12355	Transf. de Convênios do Estado Saude	10.000,00		
10. 305. 0081. 2010 - VIGILANCIA EM SAÚDE				

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 9

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
Unidade Orçamentária...: 0001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
10.305.0081.2010 - VIGILANCIA EM SAÚDE				
Descrição Detalhada.: VIGILANCIA EM SAÚDE				
30000000	DESPESAS CORRENTES			35.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			35.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		35.000,00	
11415	Vigilância Sanitária	5.000,00		
11416	Epidemiologia e Cont.de Doenças - ECD	30.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
11416	Epidemiologia e Cont.de Doenças - ECD	10.000,00		
Total.....:				3.901.820,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 10

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PU				
Unidade Orçamentária...: 0001 - DIVISÃO DE SERVIÇOS PUBLICOS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
06.181.0040.2016 - TRANSITO MUNICIPAL E CONVENIO SSP				
Descrição Detalhada.: TRANSITO MUNICIPAL E CONVENIO SSP				
30000000	DESPESAS CORRENTES			52.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			52.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		52.000,00	
10019	CONVÊNIO SSP/TRANSITO	52.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
10019	CONVÊNIO SSP/TRANSITO	10.000,00		
06.182.0040.2035 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL				
30000000	DESPESAS CORRENTES			18.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			18.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		18.000,00	
10000	Recursos Ordinários	18.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
10000	Recursos Ordinários	2.000,00		
15.451.0040.1003 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA AREA URBANA				
Descrição Detalhada.: PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA AREA URBANA				
30000000	DESPESAS CORRENTES			250.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			250.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		250.000,00	
10000	Recursos Ordinários	250.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			100.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			100.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		100.000,00	
10000	Recursos Ordinários	100.000,00		
15.452.0039.2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS				

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 11

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PU				
Unidade Orçamentária....: 0001 - DIVISÃO DE SERVIÇOS PUBLICOS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
15.452.0039.2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS				
30000000	DESPESAS CORRENTES			2.550.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.250.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		1.250.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.250.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.300.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		1.300.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.235.000,00		
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	65.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			250.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			250.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		250.000,00	
10000	Recursos Ordinários	100.000,00		
19200	Alienação de Bens	150.000,00		
25.752.0040.2015 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA				
30000000	DESPESAS CORRENTES			515.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			515.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		515.000,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
11700	Contribuição para o COSIP	510.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total.....:				3.752.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 12

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO				
Unidade Orçamentária...: 0001 - DIVISAO DE EDUCACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
12. 306. 0047. 2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR				
30000000	DESPESAS CORRENTES			162.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			162.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		162.000,00	
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		
11551	Transferência referentes ao PNAE	112.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			23.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			23.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		23.000,00	
10000	Recursos Ordinários	23.000,00		
12. 361. 0047. 1005 - CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DAS UNIDADES DE ENSIN				
Descrição Detalhada.: CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL.				
30000000	DESPESAS CORRENTES			10.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	10.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			40.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			40.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		40.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	40.000,00		
12. 361. 0047. 2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 13

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO				
Unidade Orçamentária...: 0001 - DIVISAO DE EDUCACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
12. 361. 0047. 2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
30000000	DESPESAS CORRENTES			3.205.500,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.410.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		2.410.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	700.000,00		
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	1.710.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			795.500,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		795.500,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	494.500,00		
11549	Transferência do Salário Educação	200.000,00		
11550	Transferência ao PDDE	1.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	100.000,00		
12. 361. 0047. 2020 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR				
30000000	DESPESAS CORRENTES			490.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			490.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		490.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	50.000,00		
11549	Transferência do Salário Educação	100.000,00		
11552	Transferência referentes ao PNATE	80.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	150.000,00		
12255	Transf. de Convênios do Estado	110.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			20.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			20.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	20.000,00		
12. 364. 0049. 2021 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ENSINO SUPERIOR				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ENSINO SUPERIOR				
30000000	DESPESAS CORRENTES			55.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			55.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		55.000,00	
10000	Recursos Ordinários	55.000,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 14

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO				
Unidade Orçamentária...: 0001 - DIVISAO DE EDUCACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
12. 365. 0047. 1004 - CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DAS UNIDADES DE ENSIN				
Descrição Detalhada.: CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DAS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL				
30000000	DESPESAS CORRENTES			10.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	10.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			40.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			40.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		40.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	40.000,00		
12. 365. 0047. 2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL				
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.150.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			990.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		990.000,00	
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	950.000,00		
19436	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.Profis.)	25.000,00		
19437	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.outras)	15.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			160.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		160.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	160.000,00		
12. 366. 0049. 2022 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 15

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO				
Unidade Orçamentária...: 0001 - DIVISAO DE EDUCACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
12. 366. 0049. 2022 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				
30000000	DESPESAS CORRENTES			75.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			50.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		50.000,00	
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			25.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		25.000,00	
10000	Recursos Ordinários	25.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
12. 367. 0047. 2023 - MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO - CAECO				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO - CAECO				
30000000	DESPESAS CORRENTES			30.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			30.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		30.000,00	
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total.....:				5.325.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 16

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 09 - SECRETARIA DE ASSIS. SOCIAL, TRABALHO E				
Unidade Orçamentária...: 0001 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
08.241.0064.2034 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO				
Descrição Detalhada.: ASSISTÊNCIA AO IDOSO				
30000000	DESPESAS CORRENTES			18.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			18.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		18.000,00	
10000	Recursos Ordinários	8.000,00		
12903	Apoio a Pessoa Idosa - API	10.000,00		
08.244.0064.2011 - MANUT. DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Descrição Detalhada.: MANUT. DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL				
30000000	DESPESAS CORRENTES			295.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			115.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		115.000,00	
10000	Recursos Ordinários	115.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			180.000,00
33500000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		35.000,00	
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
33900000	APLICACOES DIRETAS		145.000,00	
10000	Recursos Ordinários	130.000,00		
12956	Bolsa Família	15.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			25.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			25.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		25.000,00	
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		
12956	Bolsa Família	5.000,00		
Total.....:				338.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 17

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 09 - SECRETARIA DE ASSIS. SOCIAL, TRABALHO E				
Unidade Orçamentária....: 0002 - FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
08.243.0064.2012 - ASSISTENCIA E PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE				
Descrição Detalhada.: ASSISTENCIA E PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE				
30000000	DESPESAS CORRENTES			70.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			70.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		70.000,00	
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
12904	Programa de Atenção à Criança - PAC	60.000,00		
Total.....:				70.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 18

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 09 - SECRETARIA DE ASSIS. SOCIAL, TRABALHO E				
Unidade Orçamentária....: 0003 - DIVISÃO DE TRABALHO E HABITAÇÃO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
11.333.0065.2033 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRABALHO				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRABALHO				
30000000	DESPESAS CORRENTES			20.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			20.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		
16.482.0065.1002 - INCENTIVO A HABITAÇÃO POPULAR				
Descrição Detalhada.: INCENTIVO A HABITAÇÃO POPULAR				
30000000	DESPESAS CORRENTES			5.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			243.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			243.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		243.000,00	
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
12400	Transferências de Convênios - Outros	208.000,00		
Total.....:				268.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 19

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 10 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO				
Unidade Orçamentária...: 0001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04.122.0090.2032 - DESPESAS GERAIS DO MUNICÍPIO				
Descrição Detalhada.: DESPESAS GERAIS DO MUNICÍPIO				
30000000	DESPESAS CORRENTES			300.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			300.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		300.000,00	
10000	Recursos Ordinários	300.000,00		
04.131.0090.2030 - PUBLICAÇÕES OFICIAIS E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO				
Descrição Detalhada.: PUBLICAÇÕES OFICIAIS E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO				
30000000	DESPESAS CORRENTES			50.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			50.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		50.000,00	
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		
28.843.0090.0001 - SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA				
Descrição Detalhada.: SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA				
30000000	DESPESAS CORRENTES			100.000,00
32000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			100.000,00
32900000	APLICACOES DIRETAS		100.000,00	
10000	Recursos Ordinários	100.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			350.000,00
46000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			350.000,00
46900000	APLICACOES DIRETAS		350.000,00	
10000	Recursos Ordinários	350.000,00		
28.845.0090.2031 - AUXILIO A DIVERSAS ENTIDADES				

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 20

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 10		- ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
Unidade Orçamentária...: 0001		- ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
28.845.0090.2031 - AUXILIO A DIVERSAS ENTIDADES				
Descrição Detalhada.: AUXILIO A DIVERSAS ENTIDADES				
30000000	DESPESAS CORRENTES			100.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			100.000,00
33500000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		100.000,00	
10000	Recursos Ordinários	100.000,00		
Total.....:				900.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 21

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 15	- FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES, TURISMO, CULT			
Unidade Orçamentária...: 0001	- DIVISÃO DE ESPORTES			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
27.812.0018.2025 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTES				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTES				
30000000	DESPESAS CORRENTES			230.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			80.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		80.000,00	
10000	Recursos Ordinários	80.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			150.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		150.000,00	
10000	Recursos Ordinários	150.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			20.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			20.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		
Total.....:				250.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 22

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 15 - FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES, TURISMO, CULT				
Unidade Orçamentária...: 0002 - DIVISÃO DE TURISMO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
23. 695. 0070. 2007 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO				
Descrição Detalhada.: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO				
30000000	DESPESAS CORRENTES			170.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			80.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		80.000,00	
10000	Recursos Ordinários	80.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			90.000,00
33500000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		30.000,00	
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
33900000	APLICACOES DIRETAS		60.000,00	
10000	Recursos Ordinários	60.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
Total.....:				180.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 23

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 15 - FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES, TURISMO, CULT				
Unidade Orçamentária...: 0003 - DIVISÃO DE CULTURA E LAZER				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
13. 392. 0051. 2024 - INCENTIVO A CULTURA DO MUNICIPIO				
Descrição Detalhada.: INCENTIVO A CULTURA DO MUNICIPIO				
30000000	DESPESAS CORRENTES			135.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			135.000,00
33500000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		75.000,00	
10000	Recursos Ordinários	75.000,00		
33900000	APLICACOES DIRETAS		60.000,00	
10000	Recursos Ordinários	60.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total.....:				140.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 24

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 99		- RESERVA DE CONTIGENCIA		
Unidade Orçamentária...: 0099		- RESERVA DE CONTIGENCIA		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
99.999.0099.9999 - RESERVA DE CONTIGENCIA				
Descrição Detalhada.: RESERVA DE CONTIGENCIA				
90000000	RESERVA DE CONTIGENCIA			300.000,00
99000000	RESERVA DE CONTIGENCIA			300.000,00
99990000	RESERVA DE CONTIGENCIA		300.000,00	
10000	Recursos Ordinários	300.000,00		
Total.....				300.000,00

CORUPA, 28 de SETEMBRO de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGERIO GLATZ
SECR.T. ADM. FINANÇAS

DILVANE KUHLE KLABUNDE
CRC/UF: 024304/O/SC - CONTADOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 EXERCÍCIO DE 2010 (Consolidado)

Página: 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			685.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			487.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		487.000,00	
10000	Recursos Ordinários	487.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			198.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		198.000,00	
10000	Recursos Ordinários	198.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			65.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			65.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		65.000,00	
10000	Recursos Ordinários	65.000,00		
Total.....				750.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 EXERCÍCIO DE 2010 (Consolidado)

Página: 2

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 02 GABINETE DO PREFEITO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			310.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			275.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		275.000,00	
10000	Recursos Ordinários	275.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			35.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		35.000,00	
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			30.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			30.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		30.000,00	
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
Total.....				340.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 EXERCÍCIO DE 2010 (Consolidado)

Página: 3

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.537.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			530.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		530.000,00	
10000	Recursos Ordinários	530.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.007.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		260.000,00	
10000	Recursos Ordinários	260.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		747.000,00	
10000	Recursos Ordinários	747.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			165.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			165.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		165.000,00	
10000	Recursos Ordinários	165.000,00		
Total.....				1.702.000,00.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 EXERCÍCIO DE 2010 (Consolidado)

Página: 4

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 04 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			419.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			215.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		215.000,00	
10000	Recursos Ordinários	215.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			204.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		55.000,00	
10000	Recursos Ordinários	55.000,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		19.000,00	
10000	Recursos Ordinários	19.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		130.000,00	
10000	Recursos Ordinários	130.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			55.280,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			55.280,00
44710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		54.280,00	
10000	Recursos Ordinários	54.280,00		
Total.....				474.280,00.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 EXERCÍCIO DE 2010 (Consolidado)

Página: 5

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 05 SECRETARIA DE DESENV. MUNICIPAL E PLANEJA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			262.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			250.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		250.000,00	
10000	Recursos Ordinários	250.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			12.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		12.000,00	
10000	Recursos Ordinários	12.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			3.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			3.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		3.000,00	
10000	Recursos Ordinários	3.000,00		
Total.....				265.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 EXERCÍCIO DE 2010 (Consolidado)

Página: 6

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			3.576.820,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.860.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.860.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.300.000,00		
11410	Programa de Saúde da Família - PSF	310.000,00		
11412	Agentes Comunitários de Saúde - PACS	250.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.716.820,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		540.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	540.000,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		180.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	180.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		996.820,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	494.820,00		
11408	Piso de Atenção Básica - PAB	330.000,00		
11411	Saúde Bucal - PSF Odonto	45.000,00		
11413	Farmácia Básica	15.000,00		
11415	Vigilância Sanitária	5.000,00		
11416	Epidemiologia e Cont.de Doenças - ECD	30.000,00		
11417	Média Alta Complexidade - MAC	22.000,00		
12355	Transf. de Convênios do Estado Saude	55.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			325.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			325.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		325.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	290.000,00		
11408	Piso de Atenção Básica - PAB	10.000,00		
11411	Saúde Bucal - PSF Odonto	5.000,00		
11416	Epidemiologia e Cont.de Doenças - ECD	10.000,00		
12355	Transf. de Convênios do Estado Saude	10.000,00		
Total.....				3.901.820,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 EXERCÍCIO DE 2010 (Consolidado)

Página: 7

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			3.385.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.250.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.250.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.250.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.135.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.135.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.508.000,00		
10019	CONVÊNIO SSP/TRANSITO	52.000,00		
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	65.000,00		
11700	Contribuição para o COSIP	510.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			367.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			367.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		367.000,00	
10000	Recursos Ordinários	207.000,00		
10019	CONVÊNIO SSP/TRANSITO	10.000,00		
19200	Alienação de Bens	150.000,00		
Total.....				3.752.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 EXERCÍCIO DE 2010 (Consolidado)

Página: 8

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			5.187.500,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			3.450.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		3.450.000,00	
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	700.000,00		
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	2.660.000,00		
19436	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.Profis.)	25.000,00		
19437	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.outras)	15.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.737.500,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.737.500,00	
10000	Recursos Ordinários	160.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	724.500,00		
11549	Transferência do Salário Educação	300.000,00		
11550	Transferência ao PDDE	1.000,00		
11551	Transferência referentes ao PNAE	112.000,00		
11552	Transferência referentes ao PNATE	80.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	250.000,00		
12255	Transf. de Convênios do Estado	110.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			138.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			138.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		138.000,00	
10000	Recursos Ordinários	38.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	100.000,00		
Total.....				5.325.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 EXERCÍCIO DE 2010 (Consolidado)

Página: 9

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 09 SECRETARIA DE ASSIS. SOCIAL, TRABALHO E HAB				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			408.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			115.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		115.000,00	
10000	Recursos Ordinários	115.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			293.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		35.000,00	
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		258.000,00	
10000	Recursos Ordinários	173.000,00		
12903	Apoio a Pessoa Idosa - API	10.000,00		
12904	Programa de Atenção à Criança - PAC	60.000,00		
12956	Bolsa Família	15.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			268.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			268.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		268.000,00	
10000	Recursos Ordinários	55.000,00		
12400	Transferências de Convênios - Outros	208.000,00		
12956	Bolsa Família	5.000,00		
Total.....				676.000,00.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 EXERCÍCIO DE 2010 (Consolidado)

Página: 10

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 10 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			550.000,00
32000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			100.000,00
32900000000000	APLICACOES DIRETAS		100.000,00	
10000	Recursos Ordinários	100.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			450.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		100.000,00	
10000	Recursos Ordinários	100.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		350.000,00	
10000	Recursos Ordinários	350.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			350.000,00
46000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			350.000,00
46900000000000	APLICACOES DIRETAS		350.000,00	
10000	Recursos Ordinários	350.000,00		
Total.....				900.000,00.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 EXERCÍCIO DE 2010 (Consolidado)

Página: 11

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 15 FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES, TURISMO, CULT E LA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			535.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			160.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		160.000,00	
10000	Recursos Ordinários	160.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			375.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		105.000,00	
10000	Recursos Ordinários	105.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		270.000,00	
10000	Recursos Ordinários	270.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			35.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			35.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		35.000,00	
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
Total.....				570.000,00.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 EXERCÍCIO DE 2010 (Consolidado)

Página: 12

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 99 RESERVA DE CONTINGENCIA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
90000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			300.000,00
99000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			300.000,00
99990000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA		300.000,00	
10000	Recursos Ordinários	300.000,00		
Total.....				300.000,00.....

PREFEITO MUNICIPAL

LUIZ CARLOS TAMANINI

SANDRO ROGERIO GLATZ
SECT. ADM. FINANÇAS_____
DILVANE KUHLE KLABUNDE
CRC/UF: 024304/O-SC CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgao
Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 1

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Órgão..... 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA			750.000,00	750.000,00
01 . 031	ACAO LEGISLATIVA			750.000,00	750.000,00
01 . 031. 0001	PROCESSO LEGISLATIVO			750.000,00	750.000,00
01 . 031. 0001 . 2001	MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL			750.000,00	750.000,00
10000	Recursos Ordinários			750.000,00	750.000,00
Total		0,00	0,00	750.000,00	750.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgao
Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 2

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Órgão..... 02 - GABINETE DO PREFEITO					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			340.000,00	340.000,00
04 . 122	ADMINISTRACAO GERAL			340.000,00	340.000,00
04 . 122. 0006	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			340.000,00	340.000,00
04 . 122. 0006 . 2002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREF			340.000,00	340.000,00
10000	Recursos Ordinários			340.000,00	340.000,00
Total		0,00	0,00	340.000,00	340.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 3

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Órgão..... 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			1.702.000,00	1.702.000,00
04 . 122	ADMINISTRACAO GERAL			1.702.000,00	1.702.000,00
04 . 122. 0009	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEI			1.702.000,00	1.702.000,00
04 . 122. 0009 . 2003	MANUT. ATIV. DIVISÃO DE PESSOA			1.165.000,00	1.165.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.165.000,00	1.165.000,00
04 . 122. 0009 . 2004	MANUT. ATIV. DIV. TESOURARIA,			537.000,00	537.000,00
10000	Recursos Ordinários			537.000,00	537.000,00
Total		0,00	0,00	1.702.000,00	1.702.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 4

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Órgão..... 04 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
17	SANEAMENTO			20.000,00	20.000,00
17 . 512	SANEAMENTO BASICO URBANO			20.000,00	20.000,00
17 . 512. 0091	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SA			20.000,00	20.000,00
17 . 512. 0091 . 2013	CONSOSRCIO DAS AGUAS DO ITAPOC			20.000,00	20.000,00
10000	Recursos Ordinários			20.000,00	20.000,00
18	GESTAO AMBIENTAL			104.280,00	104.280,00
18 . 541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBI			104.280,00	104.280,00
18 . 541. 0073	MEIO AMBIENTE E EDUCACAO AMBIE			104.280,00	104.280,00
18 . 541. 0073 . 2006	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MEIO			104.280,00	104.280,00
10000	Recursos Ordinários			104.280,00	104.280,00
20	AGRICULTURA			350.000,00	350.000,00
20 . 606	EXTENSAO RURAL			350.000,00	350.000,00
20 . 606. 0063	PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO			350.000,00	350.000,00
20 . 606. 0063 . 2005	MANUTENÇÃO DA DOIVISÃO DE AGRI			350.000,00	350.000,00
10000	Recursos Ordinários			350.000,00	350.000,00
Total		0,00	0,00	474.280,00	474.280,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 5

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Órgão..... 05 - SECRETARIA DE DESENV. MUNICIPAL E PLANE					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
22	INDUSTRIA			265.000,00	265.000,00
22 . 121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO			265.000,00	265.000,00
22 . 121. 0071	DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL			265.000,00	265.000,00
22 . 121. 0071 . 2008	MANUT. DA DIVISÃO DE DESENV. M			265.000,00	265.000,00
10000	Recursos Ordinários			265.000,00	265.000,00
Total		0,00	0,00	265.000,00	265.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 6

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Órgão..... 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
10	SAUDE		280.000,00	3.621.820,00	3.901.820,00
10 . 301	ATENCAO BASICA		280.000,00	3.576.820,00	3.856.820,00
10 . 301. 0080	SAUDE PARA TODOS		280.000,00	3.576.820,00	3.856.820,00
10 . 301. 0080 . 1001	CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA		280.000,00		280.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Im		280.000,00		280.000,00
10 . 301. 0080 . 2009	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAUDE			3.576.820,00	3.576.820,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Im			2.524.820,00	2.524.820,00
11408	Piso de Atenção Básica - PAB			340.000,00	340.000,00
11410	Programa de Saúde da Família -			310.000,00	310.000,00
11411	Saúde Bucal - PSF Odonto			50.000,00	50.000,00
11412	Agentes Comunitários de Saúde			250.000,00	250.000,00
11413	Farmácia Básica			15.000,00	15.000,00
11417	Média Alta Complexidade - MAC			22.000,00	22.000,00
12355	Transf. de Convênios do Estado			65.000,00	65.000,00
10 . 305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA			45.000,00	45.000,00
10 . 305. 0081	PREVENÇÃO DE DOENÇAS			45.000,00	45.000,00
10 . 305. 0081 . 2010	VIGILANCIA EM SAÚDE			45.000,00	45.000,00
11415	Vigilância Sanitária			5.000,00	5.000,00
11416	Epidemiologia e Cont.de Doença			40.000,00	40.000,00
Total		0,00	280.000,00	3.621.820,00	3.901.820,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 7

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Órgão..... 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PU					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
06	SEGURANCA PUBLICA			82.000,00	82.000,00
06 . 181	POLICIAMENTO			62.000,00	62.000,00
06 . 181. 0040	SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA			62.000,00	62.000,00
06 . 181. 0040 . 2016	TRANSITO MUNICIPAL E CONVENIO			62.000,00	62.000,00
10019	CONVÊNIO SSP/TRANSITO			62.000,00	62.000,00
06 . 182	DEFESA CIVIL			20.000,00	20.000,00
06 . 182. 0040	SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA			20.000,00	20.000,00
06 . 182. 0040 . 2035	MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL			20.000,00	20.000,00
10000	Recursos Ordinários			20.000,00	20.000,00
15	URBANISMO		350.000,00	2.800.000,00	3.150.000,00
15 . 451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		350.000,00		350.000,00
15 . 451. 0040	SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA		350.000,00		350.000,00
15 . 451. 0040 . 1003	PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA		350.000,00		350.000,00
10000	Recursos Ordinários		350.000,00		350.000,00
15 . 452	SERVICOS URBANOS			2.800.000,00	2.800.000,00
15 . 452. 0039	ESTRADAS VICINAIS E DMER			2.800.000,00	2.800.000,00
15 . 452. 0039 . 2014	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OB			2.800.000,00	2.800.000,00
10000	Recursos Ordinários			2.585.000,00	2.585.000,00
11600	Contribuição de Interv.do Dom.			65.000,00	65.000,00
19200	Alienação de Bens			150.000,00	150.000,00
25	ENERGIA			520.000,00	520.000,00
25 . 752	ENERGIA ELETTRICA			520.000,00	520.000,00
25 . 752. 0040	SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA			520.000,00	520.000,00
25 . 752. 0040 . 2015	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUM			520.000,00	520.000,00
10000	Recursos Ordinários			10.000,00	10.000,00
11700	Contribuição para o COSIP			510.000,00	510.000,00
Total		0,00	350.000,00	3.402.000,00	3.752.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 8

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Órgão..... 08 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
12	EDUCACAO		100.000,00	5.225.500,00	5.325.500,00
12 . 306	ALIMENTACAO E NUTRICAO			185.000,00	185.000,00
12 . 306. 0047	CRIANÇA NA ESCOLA			185.000,00	185.000,00
12 . 306. 0047 . 2017	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			185.000,00	185.000,00
10000	Recursos Ordinários			73.000,00	73.000,00
11551	Transferência referentes ao PN			112.000,00	112.000,00
12 . 361	ENSINO FUNDAMENTAL		50.000,00	3.715.500,00	3.765.500,00
12 . 361. 0047	CRIANÇA NA ESCOLA		50.000,00	3.715.500,00	3.765.500,00
12 . 361. 0047 . 1005	CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA D		50.000,00		50.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de		50.000,00		50.000,00
12 . 361. 0047 . 2018	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENT			3.205.500,00	3.205.500,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de			1.194.500,00	1.194.500,00
11549	Transferência do Salário Educa			200.000,00	200.000,00
11550	Transferência ao PDDE			1.000,00	1.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(apli			1.710.000,00	1.710.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(apli			100.000,00	100.000,00
12 . 361. 0047 . 2020	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOL			510.000,00	510.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de			70.000,00	70.000,00
11549	Transferência do Salário Educa			100.000,00	100.000,00
11552	Transferência referentes ao PN			80.000,00	80.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(apli			150.000,00	150.000,00
12255	Transf. de Convênios do Estado			110.000,00	110.000,00
12 . 364	ENSINO SUPERIOR			55.000,00	55.000,00
12 . 364. 0049	EDUCAÇÃO PARA TODOS			55.000,00	55.000,00
12 . 364. 0049 . 2021	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ENSI			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
12 . 365	EDUCACAO INFANTIL		50.000,00	1.150.000,00	1.200.000,00
12 . 365. 0047	CRIANÇA NA ESCOLA		50.000,00	1.150.000,00	1.200.000,00
12 . 365. 0047 . 1004	CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA D		50.000,00		50.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de		50.000,00		50.000,00
12 . 365. 0047 . 2019	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL			1.150.000,00	1.150.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de			160.000,00	160.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(apli			950.000,00	950.000,00
19436	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.Pro			25.000,00	25.000,00
19437	Rem.Dep.Banc.FUNDEB (aplic.out			15.000,00	15.000,00
12 . 366	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS			85.000,00	85.000,00
12 . 366. 0049	EDUCAÇÃO PARA TODOS			85.000,00	85.000,00
12 . 366. 0049 . 2022	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVE			85.000,00	85.000,00
10000	Recursos Ordinários			85.000,00	85.000,00
12 . 367	EDUCACAO ESPECIAL			35.000,00	35.000,00
12 . 367. 0047	CRIANÇA NA ESCOLA			35.000,00	35.000,00
12 . 367. 0047 . 2023	MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUC			35.000,00	35.000,00
10000	Recursos Ordinários			35.000,00	35.000,00
Total		0,00	100.000,00	5.225.500,00	5.325.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 9

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Órgão..... 09 - SECRETARIA DE ASSIS. SOCIAL, TRABALHO E					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			408.000,00	408.000,00
08 . 241	ASSISTENCIA AO IDOSO			18.000,00	18.000,00
08 . 241. 0064	ASSISTÊNCIA SOCIAL			18.000,00	18.000,00
08 . 241. 0064 . 2034	ASSISTÊNCIA AO IDOSO			18.000,00	18.000,00
10000	Recursos Ordinários			8.000,00	8.000,00
12903	Apoio a Pessoa Idosa - API			10.000,00	10.000,00
08 . 243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADO			70.000,00	70.000,00
08 . 243. 0064	ASSISTÊNCIA SOCIAL			70.000,00	70.000,00
08 . 243. 0064 . 2012	ASSISTENCIA E PROTEÇÃO A CRIAN			70.000,00	70.000,00
10000	Recursos Ordinários			10.000,00	10.000,00
12904	Programa de Atenção à Criança			60.000,00	60.000,00
08 . 244	ASSISTENCIA COMUNITARIA			320.000,00	320.000,00
08 . 244. 0064	ASSISTÊNCIA SOCIAL			320.000,00	320.000,00
08 . 244. 0064 . 2011	MANUT. DO DEPARTAMENTO DE ASSI			320.000,00	320.000,00
10000	Recursos Ordinários			300.000,00	300.000,00
12956	Bolsa Família			20.000,00	20.000,00
11	TRABALHO			20.000,00	20.000,00
11 . 333	EMPREGABILIDADE			20.000,00	20.000,00
11 . 333. 0065	TRABALHO E HABITAÇÃO			20.000,00	20.000,00
11 . 333. 0065 . 2033	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE			20.000,00	20.000,00
10000	Recursos Ordinários			20.000,00	20.000,00
16	HABITACAO		248.000,00		248.000,00
16 . 482	HABITACAO URBANA		248.000,00		248.000,00
16 . 482. 0065	TRABALHO E HABITAÇÃO		248.000,00		248.000,00
16 . 482. 0065 . 1002	INCENTIVO A HABITAÇÃO POPULAR		248.000,00		248.000,00
10000	Recursos Ordinários		40.000,00		40.000,00
12400	Transferências de Convênios -		208.000,00		208.000,00
Total		0,00	248.000,00	428.000,00	676.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 10

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Órgão..... 10 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			350.000,00	350.000,00
04 . 122	ADMINISTRACAO GERAL			300.000,00	300.000,00
04 . 122. 0090	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO			300.000,00	300.000,00
04 . 122. 0090 . 2032	DESPESAS GERAIS DO MUNICIPIO			300.000,00	300.000,00
10000	Recursos Ordinários			300.000,00	300.000,00
04 . 131	COMUNICACAO SOCIAL			50.000,00	50.000,00
04 . 131. 0090	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO			50.000,00	50.000,00
04 . 131. 0090 . 2030	PUBLICAÇÕES OFICIAIS E DIVULGA			50.000,00	50.000,00
10000	Recursos Ordinários			50.000,00	50.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	450.000,00		100.000,00	550.000,00
28 . 843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	450.000,00			450.000,00
28 . 843. 0090	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	450.000,00			450.000,00
28 . 843. 0090 . 0001	SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA	450.000,00			450.000,00
10000	Recursos Ordinários	450.000,00			450.000,00
28 . 845	TRANSFERENCIAS			100.000,00	100.000,00
28 . 845. 0090	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO			100.000,00	100.000,00
28 . 845. 0090 . 2031	AUXILIO A DIVERSAS ENTIDADES			100.000,00	100.000,00
10000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
Total		450.000,00	0,00	450.000,00	900.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 11

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Órgão..... 15 - FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES, TURISMO, CULT					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
13	CULTURA			140.000,00	140.000,00
13 . 392	DIFUSAO CULTURAL			140.000,00	140.000,00
13 . 392. 0051	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA			140.000,00	140.000,00
13 . 392. 0051 . 2024	INCENTIVO A CULTURA DO MUNICIP			140.000,00	140.000,00
10000	Recursos Ordinários			140.000,00	140.000,00
23	COMERCIO E SERVICOS			180.000,00	180.000,00
23 . 695	TURISMO			180.000,00	180.000,00
23 . 695. 0070	TURISMO			180.000,00	180.000,00
23 . 695. 0070 . 2007	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURIS			180.000,00	180.000,00
10000	Recursos Ordinários			180.000,00	180.000,00
27	DESPORTO E LAZER			250.000,00	250.000,00
27 . 812	DESPORTO COMUNITARIO			250.000,00	250.000,00
27 . 812. 0018	ESPORTE É VIDA			250.000,00	250.000,00
27 . 812. 0018 . 2025	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPOR			250.000,00	250.000,00
10000	Recursos Ordinários			250.000,00	250.000,00
Total		0,00	0,00	570.000,00	570.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPA
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
Exercício de 2010 (Consolidado)

Página: 12

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Órgão..... 99 - RESERVA DE CONTIGENCIA					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
99	RESERVA DE CONTIGENCIA				300.000,00
99 . 999	RESERVA DE CONTIGENCIA				300.000,00
99 . 999. 0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				300.000,00
99 . 999. 0099 . 9999	RESERVA DE CONTINGENCIA				300.000,00
10000	Recursos Ordinários				300.000,00
Total		0,00	0,00	0,00	300.000,00

CORUPA, 28 de SETEMBRO de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGERIO GLATZ
SECR. ADM. FINANÇAS

DILVANE KUHL KLABUNDE
CRC/UF: 024304/O/ISC - CONTADOR



Lei Nº 1949/09

LEI Nº 1949/09

AUTORIZA A FAZER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADES QUE MENCIONA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) de acordo com a necessidade, para a FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE CORUPÁ, relativo ao exercício de 2009.

§ 1º - Os recursos serão utilizados para prestação dos serviços de pronto atendimento na área de saúde e aquisição de medicamentos, material hospitalar e cirúrgico além de pagamento de pessoal, e encargos sociais.

§ 2º - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

06.00 - Secretaria Municipal de Saúde

06.001 - Fundo Municipal de Saúde

10 301 0080 2010

33.50.4300 - Subvenção Social

DR - 01.02

Art. 2º - O valor total a ser repassado será dividido em parcelas mensais, facultando ao poder executivo a liberação até o dia 10 do mês subsequente ao de sua referência.

§ 1º - O repasse de valores fica condicionado a aprovação das contas do mês que antecede.

§ 2º - A beneficiária tem o prazo de 30 dias após o recebimento do repasse anterior para prestar contas dos gastos efetuados no mês.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 08 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos oito dias do mês de Dezembro de 2009.

Lei Nº 1950/09

LEI Nº 1950/09

AUTORIZA A FAZER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADES QUE MENCIONA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para a FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE CORUPÁ, relativo ao exercício de 2010.

§ 1º - Os recursos serão utilizados para prestação dos serviços de pronto atendimento na área de saúde e aquisição de medicamentos, material hospitalar e cirúrgico além de pagamento de pessoal, e encargos sociais.

§ 2º - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

06.00 - Secretaria Municipal de Saúde

06.001 - Fundo Municipal de Saúde

10 301 0080 2009 - Manutenção da Divisão de Saúde

33.50.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

DR - 01.02

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor total de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), e de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para o CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CORUPÁ, relativo ao exercício de 2010.

§ 1º - Os recursos serão utilizados para os serviços de atendimento pré-hospitalar no deslocamento de pacientes, manutenção da frota, combustível, pagamento de pessoal, alimentação e manutenção das atividades do Corpo de Bombeiros Voluntários de Corupá..

§ 2º - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.002 - Divisão de finanças

04 122 0009 2004 - Manut. Atividades Divisão de Tesouraria, Contabilidade e Tributação

33.50.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

DR - 01.00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor total de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para a ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ - ASBANCO, relativo ao exercício de 2010.

§ 1º: Os recursos serão utilizados para auxiliar no serviço de assistência técnica aos agricultores, na implantação e acompanhamento do sistema de mitigação de risco (SMR), comercialização, monitoramento de doenças nas plantas, e coleta de solo e folhas para análise.

§ 2º: As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.002 - Divisão de finanças

04 122 0009 2004 - Manut. Atividades Divisão de Tesouraria, Contabilidade e Tributação

33.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

DR - 01.00

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, de Jaraguá do Sul, relativo ao exercício de 2010.

§ 1º - Os recursos serão utilizados para a manutenção de ações voltadas à educação especial, nos setores de educação infantil, ensino fundamental, educação para o trabalho, programa pedagógico específico e grupo de convivência, aos portadores de deficiência mental moderada, severa e profunda, proporcionando aos mesmos, atendimento conforme suas necessidades, possibilitando assim sua integração pessoal, social, e intelectual.

§ 2º - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

09.00 - Sec. Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

09.001 - Manutenção da Assist. Social

08 244 0064 2011 - Manutenção do Departamento de Assist. Social

33.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

DR - 01.00

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor total de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil quinhentos reais), de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPOCÚ - AMVALI, relativo ao exercício de 2010.

§ 1º: Os recursos financeiros destinam-se exclusivamente ao Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente – CIACAVI, mantido através de consórcio entre os Municípios do Vale do Itapocú.

§ 2º: As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
03002 - Divisão de Finanças
004 122 0009 2004 – Manutenção das Atividades de Tesouraria, Contabilidade e Tributação
33500000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
DR – 01.00

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE PLANTAS ORNAMENTAIS DE CORUPÁ - PROPLANT, relativo ao exercício de 2010.

§ 1º: Os recursos serão utilizados para auxiliar no pagamento de serviços de assistência do Engenheiro Agrônomo, e visitas técnica e viagens para participar de eventos/assuntos de interesse da instituição e seus associados.

§ 2º: As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

0400 - Secretaria Mun. de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
04002 - Divisão de Meio Ambiente
018 541 0073 2006 – Manutenção de Divisão de Meio Ambiente
3350419900 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
DR – 01.00

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor total de R\$ 27.000,00 (vinte sete mil reais), de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para a EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA, relativo ao exercício de 2010.

§ 1º: Os recursos serão utilizados para auxiliar no pagamento de serviços de assistência técnica e extensão rural.

§ 2º: As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

0400 - Secretaria Mun. de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
0401 - Divisão de Agricultura
020 606 0063 2005 – Manutenção de Divisão de Agricultura
33500000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
DR – 01.00

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor total de R\$ 16.900,00 (dezeis mil, novecentos reais), de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para a PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL - SAMU, relativo ao exercício de 2010.

§ 1º: Os recursos serão utilizados para auxiliar no pagamento de serviços de assistência médica e transporte de pacientes.

§ 2º: As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

0600 - Secretaria Municipal de Saúde
06001 – Fundo Municipal de Saúde
010 301 0080 2009 – Manutenção de Divisão de Saúde
33500000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
DR – 01.02

Art. 9º - O valor total a ser repassado será dividido em parcelas mensais, facultando ao poder executivo a liberação até o dia 10 do mês subsequente ao de sua referência.

§ 1º - O repasse de valores fica condicionado a aprovação das contas do mês que antecede.

§ 2º - A beneficiária tem o prazo de 30 dias após o recebimento do repasse anterior para prestar contas dos gastos efetuados no mês.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar de 02 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 15 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos quinze dias do mês de Dezembro de 2009.

Lei Nº 1951/09

LEI Nº 1951/09

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORUPÁ A ALIENAR, MEDIANTE LICITAÇÃO, BENS MÓVEIS DE SUA PROPRIEDADE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º – O artigo 1º da Lei nº 1936/09 de 29 de setembro de 2009, fica alterado, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º – Fica o Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante o devido procedimento licitatório, os seguintes bens móveis de propriedade do Município:”

MÁQUINAS

LOTE	PEÇAS	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS
1	01	Escavadeira Hidráulica, Marca CASE, modelo 9020B, ano 1999, em pleno funcionamento
2	01	Carregadeira de Rodas, usada, marca FIATALLIS, Modelo FR10M, ano 1984, em pleno funcionamento
3	01	Trator de Esteiras, usado, marca CATERPILLAR, modelo D4E, ano 1986, em pleno funcionamento

IMÓVEIS URBANOS

4	01	Terreno em formato irregular, situado no lado ímpar da Rua Padre Vicente, em Corupá/SC, fazendo frente com duas linhas em planos diferentes: uma com a Rua Padre Vicente em 11,50 mts e outra com a Prefeitura Municipal de Corupá com 12,00 mts e estrema no lado direito com linhas em planos diferentes: uma com a Prefeitura Municipal de Corupá em 56,50 mts e outra com uma valeta em 37,50 mts, com as seguintes benfeitorias, as quais estão pendentes de averbação: 01 Galpão pré-moldado, de 2 pavimentos, totalizando 221,00 m²; 01 galpão pré-moldado, com área de 129,00 m²; 01 galpão pré-moldado, com 650,00 m². Registro R.2 – 9.168, totalizando 2.630,00 m²	350.000,00
5	01	Terreno em formato irregular, situado no lado par da Rua Nereu Ramos, em Corupá/SC, fazendo frente com 62,80 metros numa curva, coincidindo com o alinhamento predial da referida rua, estremando do lado direito com 39,90 metros com terras de Walfrido Albano Schultz, e no lado esquerdo com duas linhas, sendo uma com 34,70 mts em terras de Onildo Romão, e a outra de 12,00 mts em terras de Elizabeth e Erica Adam, contendo uma área de 1.029,63 m², sem benfeitorias. Registro na matrícula nº R.1 – 25.608	150.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 15 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos quinze dias do mês de Dezembro de 2009.

Lei Nº 1952/09

LEI Nº 1952/09

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 172.200,00 (Cento e setenta e dois mil e duzentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.02		Secretaria de Finanças	
004.122.0009.2004		Manut. Ativ. Div. Tesouraria, Contab. e Tributação	
3.3.50.41.00.00.00	0.1.00	Contribuições	22.000,00
04.00		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.01		Divisão de Meio Ambiente	
020.606.0063.2005		Manutenção Divisão de Agricultura	
3.3.50.41.00.00.00	0.1.00	Contribuições	2.700,00
07.00		Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	
07.01		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manutenção do DMER e Conservação de Rodovias	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	30.000,00
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	66.500,00
08.00		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.01		Divisão de Educação	
012.306.0047.1019		Alimentação e Nutrição Alunos Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	0.1.00	Material de Consumo	11.000,00
012.361.0047.2019		Alimentação e Nutrição Alunos Ensino Fundamental	
3.3.90.39.00.00	11549	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	40.000,00
		TOTAL	172.200,00

Art.2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.01		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manutenção Atividades Divisão Pessoal, Administração e Compras	
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	10.000,00
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.02		Divisão de Finanças	
004.122.009.2004		Manutenção Atividades Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.000,00
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	2.000,00
05.00		Secretaria de Turismo, Desenvolvimento Municipal e Planejamento	
05.01			
023.695.0070.2008		Manutenção da Divisão de Turismo	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
04.01		Divisão de Meio Ambiente	
020.606.0063.2005		Manut. Divisão de Agricultura	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.700,00
06.00		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.01		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.1012		Construção de Mini-Hospital e Posto de Saúde	
4.4.90.51.00.00	0.1.02	Obras e Instalações	60.000,00
4.4.90.61.00.00	0.1.02	Aquisição de Imóveis	1.000,00
06.02		Divisão de Bem Estar Social	
008.244.0064.2012		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.3.90.14.00.00	0.1.00	Diárias - Civil	3.000,00
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
4.4.90.52.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	2.000,00
4.4.90.61.00.00	0.1.00	Aquisição de Imóveis	1.000,00
06.004		Fundo Municipal da Criança e Adolescente	
008.243.0064.2014		Assistência e Proteção a Criança e Adolescente	
3.3.90.32.00.00	0.1.00	Material de Distribuição Gratuita	5.000,00
4.4.90.52.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	2.500,00
08.01		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	11549	Material de Consumo	40.000,00



012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00	0.1.01	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	6.000,00
012.364.0049.2028		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
3.3.90.18.00.00	0.1.01	Auxílio Financeiro a Estudantes	4.000,00
012.361.0047.2019		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
08.002		Divisão de Cultura	
013.392.0051.2024		Incentivo a Cultura do Município	
3.3.90.32.00.00	0.1.00	Material de Distribuição Gratuita	9.000,00
09.001		Encargos Gerais do Município	
028.846.1000.0002		Amortização e Encargos da Dívida	
4.6.90.71.00.00	0.1.00	Principal da Dívida Contratada	5.000,00
		TOTAL	172.200,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 15 de Dezembro de 2009.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos quinze dias do mês de Dezembro de 2009.

Lei 1953/09

LEI Nº 1953/09

DISPÕE SOBRE A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL A TAXÍMETRO, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O serviço de táxi instituído através desta Lei, objetiva satisfazer as necessidades de transporte individual de passageiros, no Município de Corupá.

§1º - O serviço será regido por esta Lei e pelo conseqüente regulamento operacional do serviço de táxi, a ser decretado pelo Chefe do Poder Executivo e pelo ato de outorga de permissão.

§ 2º - Deverão ser observadas em todos os casos as demais leis federais, estaduais e municipais aplicáveis à espécie.

Art. 2º - Os serviços de transporte individual, de qualquer modalidade, são considerados serviços públicos e devem ser prestados de forma adequada, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 3º - O serviço de táxi deverá ser prestado sempre de forma adequada, eficiente, segura e contínua por pessoas físicas e/ou jurídicas, autônomas independentes ou organizadas em

cooperativas, inscritos na Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 4º - Para efeito de interpretação do disposto nesta Lei, foram considerados os seguintes conceitos e definições:

I - SERVIÇO DE TÁXI – é o transporte de passageiros em veículos de aluguel a taxímetro (táxi);

II - TÁXI – veículo sobre rodas, tipo automóvel, com capacidade de até 05 (cinco) ocupantes, sem percurso pré-determinado, funcionando sob regime de aluguel a taxímetro, utilizado no serviço público de transporte de passageiros;

III - PODER PERMITENTE – o Município de Corupá;

IV – PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO – a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

V - PERMISSIONÁRIO — pessoa física ou jurídica de delegação conferida unilateralmente pelo Município de Corupá, a título precário, revogável, que legitima o operador a executar tão somente os serviços previstos nesta Lei, excluídos quaisquer outros serviços, inclusive os que dependem, para outorga de concessão ou permissão, de prévia licitação, nos termos do artigo 175 da Constituição Federal;

VI – PONTO DE TAXI - local pré-fixado pela Administração Municipal para o estacionamento de veículos da modalidade táxi;

VII - CONDUTOR - motorista habilitado conforme Código de Trânsito Brasileiro - CTB, inscrito no cadastro de condutores de táxi da Secretaria de Administração e Finanças, que exerce a atividade de condução de táxi, mediante autorização prévia;

VIII - CADASTRO - registro sistemático dos condutores e dos veículos utilizados no serviço de táxi.

TÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 5º - Com vistas ao cumprimento das disposições desta Lei e demais normas, compete à Secretaria de Administração e Finanças:

I - regulamentar, gerenciar, supervisionar, disciplinar, administrar os serviços de táxi;

II - dispor sobre a execução dos serviços;

III - coibir serviços irregulares ou ilegais;

IV - exercer a fiscalização realizando vistorias e diligências;

V – desempenhar outras atribuições afins.

TÍTULO III O REGIME DE EXPLORAÇÃO

Art. 6º - O serviço de táxi é de interesse público, estando condicionado à outorga de permissão pelo Município de Corupá.

Art. 7º - A outorga de todo e qualquer serviço de transporte de passageiros em veículo de aluguel a taxímetro, comum ou especial, fica subordinada a prévia licitação.

Parágrafo Único - Os requisitos, condições e critérios de seleção pública serão determinados através de edital.

Art. 8º - O Prazo para as permissões será de 18 (dezoito) anos, podendo ser renovado uma vez por igual período, desde que atendidas as exigências legais e contratuais.

Art. 9º - As atuais autorizações e permissões que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, serão mantidas pelo prazo de 18 (dezoito) anos a contar da data da publicação desta Lei, mediante assinatura de Contrato de Permissão junto à Secretaria de Administração e Finanças, podendo ser renovado uma vez por igual período, desde que atendidas as exigências legais e contratuais.

TÍTULO IV DAS CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Art. 10 – Para execução dos serviços de táxi os veículos deverão atender as seguintes características:

- I – ser veículo de passeio;
- II – ser de 04 (quatro) ou (cinco) portas com capacidade de até 05 ocupantes;
- III – possuir ar-condicionado;
- IV – possuir porta-malas;
- V – ser de cor prata;
- VI – permanecer com suas características originais de fábrica, exceto no caso de utilização de Gás Natural Veicular – GNV, observadas as exigências do CTB e legislação pertinentes;
- VII – estar padronizado conforme regulamentação;

Art. 11 – O Permissionário deverá obrigatoriamente substituir seu veículo até 31 de dezembro do ano que completar 10 (dez) anos de fabricação, sob pena de revogação da permissão.

§ 1º - No caso de permissionário pessoa jurídica, a idade média da frota deverá ser de no máximo 3 (três) anos.

§ 2º - Nos casos de inclusão no sistema, somente serão admitidos veículos com no máximo 1 (um) ano de fabricação;

§ 3º - Nos casos de substituição de veículos, somente serão admitidos veículos mais novos que os atuais;

Art. 12 - A execução do serviço de táxi fica condicionada à expedição da "licença para trafegar" para os veículos, mediante vistoria dos veículos, assim como do cadastramento prévio dos condutores, veículos e equipamentos, sendo seus requisitos regulamentados pela Administração Municipal.

§ 1º - A Administração Municipal regulamentará as características de padronização da frota, da expedição dos crachás, dos condutores, e das técnicas de segurança necessárias à operação do veículo.

§ 2º - Caberá à Administração Municipal, exigir dos permissionários o uso de tecnologias de controle de frota, tecnologias veiculares não poluentes visando a preservação ambiental, a modicidade de tarifas e outros.

Art. 13 - Após a determinação para implantação de qualquer programa de tecnologia veicular não poluente desenvolvido pela Administração Municipal ou exigido pela legislação, os veículos deverão ser adaptados no prazo máximo de 03 (três) anos ou, se houver, no prazo que a Lei determinar.

Parágrafo Único: Em caso de substituição do veículo, a adaptação à nova tecnologia deverá ser imediata.

Art. 14 – Será outorgada apenas uma permissão para cada permissionário pessoa física.

§ 1º - O número total de permissões delegadas às empresas permissionárias no sistema não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do dimensionado na tabela apresentada no art. 40 desta Lei.

§ 2º - Além do permissionário, será admitido o cadastramento de até 02 (dois) condutores auxiliares e estes só poderão conduzir o veículo ao qual estão vinculados.

§ 3º - Todos os condutores vinculados ao serviço de táxi do Município de Corupá deverão passar por cursos de aperfeiçoamento, mediante norma regulamentar.

Art. 15 – A Administração registrará apenas um veículo para cada permissionário que faça prova de sua propriedade.

TÍTULO V DAS TARIFAS

Art. 16 - O transporte de passageiros por táxi é o serviço contratado entre o usuário e o operador, sendo que a tarifa será objeto de regulamentação pela Administração Municipal, que fixará os valores baseado nos custos do serviço.

Art. 17 - Na determinação da tarifa caberá à Administração Municipal:

- I - definir a metodologia de cálculo;
- II - estabelecer o calendário para estudo da avaliação dos custos dos serviços;
- III - compor planilha de custos para a atualização tarifária;
- IV - fixar os critérios de cobrança dos valores relativos às tarifas;
- V - elaborar as tabelas de tarifas;
- VI - desempenhar outras atribuições afins.

Art. 18 - Os veículos vinculados ao serviço de táxi serão obrigatoriamente equipados com taxímetro, como meio de determinação do preço da viagem realizada, segundo a tarifa estabelecida.

§ 1º - Para atendimentos em áreas especiais, a serem definidas pela Administração Municipal, poderá ser autorizado o uso de tabelas especiais de preços para o deslocamento a ser realizado, caso em que o usuário poderá optar pela tabela ou taxímetro antes do início da viagem.

§ 2º - Não será cobrada tarifa adicional pelos equipamentos de locomoção dos deficientes físicos.

TÍTULO VI DO SERVIÇO DE RÁDIO-COMUNICAÇÃO

Art. 19 - É facultativo aos permissionários do serviço público de transporte de passageiros em veículo de aluguel a taxímetro do Município de Corupá dotarem os seus veículos com o sistema de rádio-comunicação.

Art. 20 – O custo de serviço auxiliar de rádio-táxi não incidirá no cálculo das tarifas, nem poderá ser cobrado dos usuários dos serviços, sem prévia autorização da Administração Municipal.

TÍTULO VII DOS PONTOS DE ESTACIONAMENTO

Art. 21 - A localização e o número de vagas para cada ponto de táxi serão determinados pela Administração Municipal, observando-se o interesse público e a conveniência administrativa, podendo a qualquer tempo serem remanejados ou até cancelados.

§ 1º - Os pontos estarão divididos em três categorias:

- I - pontos fixos: os que contam com táxis para eles especificamente designados;
- II - pontos rotativos: os que podem ser usados por qualquer táxi cadastrado na Secretaria de Administração e Finanças;
- III - pontos provisórios: os criados para atender a eventos especiais, a critério da Administração Municipal.

§ 2º - É facultado à Administração Municipal adotar o sistema no qual os táxis tenham vinculação com pontos fixos, prestando o serviço na forma de livre circulação.

TÍTULO VIII DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 22 - São direitos dos usuários dos serviços de táxi:

- I - ser tratado com urbanidade pelos permissionários e condutores;
- II - dispor de serviço eficiente, seguro e de forma contínua;
- III - opinar sobre a qualidade dos serviços prestados e propor medidas que visem à sua melhoria;
- IV - ter garantia de resposta às reclamações formuladas sobre deficiência na operação dos serviços.

Art. 23 - São deveres dos usuários dos serviços de táxi:

- I - pagar devidamente a tarifa;
- II - pagar o pedágio no sentido da viagem, se optar por trajeto dependente do mesmo;
- III - portar-se de maneira adequada no interior do veículo e utilizar o serviço dentro das normas fixadas, sob pena de não ser transportado;
- IV - levar ao conhecimento da Administração Municipal as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- V - obter e utilizar o serviço, observadas as normas da Administração Municipal;
- VI - comunicar à Administração Municipal os atos ilícitos praticados pelos permissionários e condutores na prestação do serviço.

TÍTULO IX DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 24 - Pela inobservância dos preceitos contidos nesta Lei e nos demais Decretos e normas complementares, os infratores ficam sujeitos às seguintes penalidades:

- I - advertência escrita;
- II - multa;
- III - suspensão temporária do exercício da atividade de condutor de veículo/táxi;
- IV - impedimento temporário da circulação de veículo no serviço de táxi;
- V - cassação do registro do condutor auxiliar ou emprego pelo prazo de 03 (três) anos;
- VI - revogação da Permissão.

Art. 25 - Cada auto de infração aplicado corresponderá a um número de pontos que será apurado individualmente e registrado no respectivo cadastro do condutor permissionário, do condutor auxiliar e da empresa permissionária, conforme os seguintes critérios:

- I - Grupo I - 02 pontos;
- II - Grupo II - 03 pontos;
- III - Grupo III - 05 pontos;
- IV - Grupo IV - 10 pontos;

Art. 26 - As penalidades de multa serão aplicadas de acordo com a natureza da infração, que serão fixados nos seguintes valores:

- I - Grupo I - 18 UFRMs;
- II - Grupo II - 35 UFRMs;
- III - Grupo III - 90 UFRMs;
- IV - Grupo IV - 179 UFRMs;

Art. 27 - Constituem infração os itens abaixo relacionados, estando os infratores sujeitos às penalidades conforme especificado no artigo 24 desta lei, além de outras punições previstas nas demais legislações aplicáveis ao serviço de táxi:

Inciso	Infração	Grupo
I	Lavar o veículo no ponto;	I
II	Realizar refeição no veículo;	I
III	Fumar e permitir que o passageiro fume no interior do veículo;	I
IV	Retirar a caixa luminosa sobre o teto e encobrir o taxímetro, quando estiver em serviço;	I
V	Trajar-se em desconformidade com a regulamentação Municipal;	I
VI	Ausentar-se do veículo estacionado no ponto	I
VII	Deixar de manter os pontos em perfeito estado de conservação e limpeza;	I
VIII	Desrespeitar a capacidade de lotação do veículo;	I

IX	Não comunicar a Secretaria Municipal de Administração e Finanças qualquer alteração nos seus dados cadastrais, no prazo estabelecido;	I
X	Não comunicar imediatamente ao serviço auxiliar de rádio-comunicação, o impedimento ao atendimento da chamada;	I
XI	Deixar de prestar informações operacionais quando solicitadas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças;	I
XII	Parar o veículo para embarque e desembarque de passageiros em local não permitido pela legislação;	II
XIII	Não manter a tabela de tarifa aprovada afixada nos veículos, em local visível aos usuários;	II
XIV	Não tratar com polidez e urbanidade os usuários;	II
XV	Colocar acessórios, adesivos, inscrições ou legendas nas partes interna e externa do veículo, sem autorização da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;	II
XVI	Não comunicar a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a saída de condutor/auxiliar e condutor/emprego, não devolvendo o cartão do condutor;	II
XVII	Deixar de comunicar a Secretaria Municipal de Administração e Finanças qualquer objeto esquecido no veículo, no prazo de 24 (vinte quatro) horas;	II
XVIII	Deixar de acomodar, transportar e retirar a bagagem do passageiro o porta-malas do veículo, exceto em caso de risco para a segurança da viagem;	II
XIX	Deixar de fornecer recibo ou comprovante do valor do serviço prestado sempre que solicitado pelo usuário;	II
XX	Prestar o serviço com o veículo não estando em perfeitas condições de funcionamento, segurança, conforto e higiene;	III
XXI	Dirigir em situações que ofereçam riscos a segurança de passageiros ou de terceiros;	III
XXII	Deixar de apresentar o veículo para vistoria no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças;	III
XXIII	Manter o veículo fora dos padrões especificados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças;	III
XXIV	Paralisar os serviços de táxi sem justificativa;	III
XXV	Operar com o selo de vistoria do taxímetro desatualizado e/ou com rasuras;	III
XXVI	Prestar serviço com o taxímetro ou aparelho registrador sem estar em perfeito estado de funcionamento;	III
XXVII	Angariar passageiros usando meios e artifícios de concorrência desleal;	III
XXVIII	Escolher corridas ou recusar passageiros;	III
XXIX	Dificultar a ação da fiscalização da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;	III
XXX	Transportar pessoas que não estejam acompanhadas do passageiro;	III
XXXI	Descumprir os preceitos referentes ao serviço auxiliar de rádio-comunicação;	III
XXXII	Deixar de portar, em lugar visível no veículo, a licença para trafegar e o cartão de condutor dentro do prazo de validade;	III
XXXIII	Ao renovar a licença para trafegar do veículo e o cartão do condutor, no prazo estipulado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças;	III
XXXIV	Efetuar serviços de lotação, exceto se autorizado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças;	III
XXXV	Abastecer o veículo estiver conduzindo passageiros;	III
XXXVI	Não se manter com o decoro, agredindo verbalmente o usuário, o colega de trabalho, o agente fiscal, agente administrativo ou público em geral;	III

XXXVII	Não se manter com o decoro agredindo fisicamente o usuário, o colega de trabalho, o agente fiscal, agente administrativo ou o público em geral;	IV
	Não manter a inviolabilidade do taxímetro;	IV
XXXIX	Deixar de aferir o taxímetro no prazo estabelecido;	IV
XL	Fazer ponto de táxi em local não definido pela Administração Municipal;	IV
XLI	Prestar serviço auxiliar de rádio-comunicação sem autorização da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, durante suspensão temporária da sua operadora ou após revogação de autorização da mesma;	IV
XLII	Cobrar o valor da corrida em desconformidade com o estipulado do taxímetro ou, nos casos específicos, da tabela em vigor, não mantendo troco disponível de passageiros;	IV
XLIII	Efetuar transporte remunerado com veículo não licenciado para esse fim;	IV
XLIV	Realizar percurso prolongado ou desnecessário, sem autorização do passageiro;	IV
XLV	Dirigir o veículo em estado de embriaguez alcoólica, ou sob efeito de substância tóxicas de qualquer natureza, prestando serviços ou na iminência de prestá-los;	IV
XLVI	Transportar passageiros com o taxímetro desligado	IV
XLVII	Não comunicar acidente grave nem submeter o veículo à nova vistoria após acidente, se assim for determinado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças;	IV
XLVIII	Não recolher, nos prazos determinados, quantia devida ao Município de Corupá, no que concerne ao serviço de táxi;	IV
XVIX	Permitir que o condutor com o cartão suspenso ou cassado dirija o veículo;	IV
L	Interromper a viagem contra a vontade do passageiro e exigir pagamento, salvo em caso de vias sem condições de tráfego;	IV
LI	Encobrir o taxímetro, mesmo que parcialmente, quando em serviço;	IV
LII	Descumprir as determinações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Regulamento, do Contrato de Permissão e demais Normas aplicáveis ao serviço;	IV
LIII	Utilizar bandeira 02 em horários não estabelecidos pela Administração Municipal;	IV
LIV	Deixar de portar todos os documentos, pessoais e do veículo, necessários à execução do serviço;	IV
LV	Confiar a direção do veículo a pessoa não autorizadas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças	IV

Art. 28 – A aplicação das penalidades dar-se-á da seguinte forma:

I - Advertência escrita: será aplicada ao permissionário, empresa permissionária ou condutor, na primeira vez que ocorrer uma infração do Grupo I;

II - Multa: será aplicada ao permissionário, empresa permissionária ou condutor, a partir da primeira reincidência de qualquer infração do Grupo I, ou a partir da primeira incidência em qualquer uma das infrações dos grupos II, III e IV;

III - Suspensão temporária do exercício da atividade de condutor de veículo/táxi será aplicada:

a) suspensão de 15 (quinze) dias – na reincidência do descumprimento dos incisos XXI, XXXIV, XXXVI, XLIV, XLVI e LI, do artigo 27 desta Lei;

b) suspensão de 30 (trinta) dias – na reincidência do descumprimento dos incisos XLII e LII do artigo 27 desta Lei;

c) suspensão de 30 (trinta) dias – na primeira incidência do descumprimento dos incisos XXXVII, XLIII e XLV do artigo 27 desta Lei.

IV - Impedimento temporário da circulação de veículo no serviço de táxi:

a) pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias podendo retornar antes do prazo se sanado o problema, quando houver descumprimento dos incisos XXI XXII, XXIII, XXV, XXVI, XXXII, XXXIII, XXXIX, XLI, XLVI e LIV, do artigo 27 desta Lei;

b) pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, quando na primeira incidência do descumprimento dos incisos XXXIII, XVIX e LV do artigo 27 desta Lei;

V - cassação do registro de condutor auxiliar ou empregado pelo prazo de 03 (três) anos:

a) na reincidência do descumprimento dos incisos XXXVII, XLIII e XLV do artigo 27 desta Lei;

b) reiteradamente descumprir as determinações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

c) seja condenado em sentença transitada em julgado, pela prática de crime ou contravenção penal;

d) for flagrado dirigindo táxi, dentro do período de cumprimento da penalidade de suspensão temporária ou impedimento temporário da circulação do veículo no exercício de sua atividade;

e) expor ou usar indevidamente arma de qualquer espécie, quando em serviço;

f) quando o total de pontos acumulados em função das infrações cometidas ultrapassar 60 (sessenta) pontos nos últimos 12 (doze) meses;

g) ultrapassar a média de 50 (cinquenta) pontos nos últimos 36 (trinta e seis) meses;

VI - revogação da permissão:

a) quando o permissionário perder os registros de idoneidade e capacidade financeira, técnica ou administrativa, em se tratando de empresa;

b) tiver decretada a falência ou entrar em processo de dissolução, no caso de empresa;

c) paralisar as atividades por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, salvo em casos autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

d) for condenado, em sentença transitada em julgado, pela prática de crime ou contravenção penal;

e) sublocar a exploração dos serviços;

f) quando o veículo, com impedimento temporário ou condutor/permissionário com suspensão temporária, for flagrado exercendo atividades no serviço de táxi;

g) quando o permissionário deixar de sanar as irregularidades contidas na alínea "a" do inciso IV deste artigo, no prazo estabelecido;

h) quando o permissionário condutor for reincidente no descumprimento dos incisos XXXVII, XXXIII, XLIII, XLV, XVIX e LV do artigo 27 desta Lei;

i) reiteradamente descumprir as determinações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

j) quando o permissionário condutor expuser ou usar indevidamente arma de qualquer espécie, quando em serviço;

k) quando o permissionário condutor ultrapassar a pontuação de 80 (oitenta) pontos nos últimos 12 (doze) meses;

l) quando o permissionário condutor ultrapassar a média de 70 (setenta) pontos nos últimos 36 (trinta e seis) meses;

m) quando o permissionário pessoa jurídica ultrapassar a pontuação de 80 (oitenta) pontos, referentes à permissão e seus condutores, nos últimos 12 (doze) meses;

n) quando o permissionário pessoa jurídica ultrapassar a média de 70 (setenta) pontos, referentes à permissão e seus condutores, nos últimos 36 (trinta e seis) meses;

o) término do prazo contratual;

p) rescisão do Termo;

q) falecimento ou incapacidade permanente do permissionário pessoa física;

Art. 29 – As infrações poderão ser constatadas pela fiscalização em campo ou administrativamente, de acordo com sua natureza ou tipicidade.

Art. 30 – Quando a infração for cometida por condutor auxiliar ou condutor empregado, serão registrados no cadastro deste a infração cometida e o número de pontos correspondentes, e no cadastro do permissionário ou empresa permissionária a que este estiver vinculado será registrado o equivalente a metade dos pontos;

Art. 31 - O total acumulado de pontos em função das infrações cometidas pelo permissionário ou seus condutores, implicará na penalidade de revogação da permissão, quando ultrapassar o limite previsto.

Art. 32 – O total acumulado de pontos em função das infrações cometidas pelo condutor auxiliar implicará na penalidade de cancelamento do registro de condutor, quando ultrapassar o limite previsto.

Art. 33 – A pontuação deverá estar vinculada ao condutor identificado como infrator.

Parágrafo Único: Caso não seja possível fazer esta identificação, os pontos estarão vinculados à permissão.

Art. 34 – O permissionário é responsável pelo pagamento de todas as multas relacionadas à sua permissão.

Art. 35 – As penalidades citadas serão aplicadas cumulativamente e de forma gradativa.

Art. 36 – Cometidas simultaneamente duas ou mais infrações diferentes, serão aplicadas penas correspondentes a cada uma delas.

Art. 37 – A aplicação das penalidades previstas nesta Lei não se confunde com as prescritas em outras legislações, como também não elidem quaisquer responsabilidades de natureza civil ou criminal perante terceiros.

Art. 38 – Para efeito de apuração da reincidência da infração, será considerado o período de 12 (doze) meses, anteriores ao cometimento da mesma.

TÍTULO X

DA DEFESA

Art. 39 – O procedimento para exercício da defesa administrativa e as instâncias de recursos de qualquer penalidade aplicada nos termos desta Lei, serão estabelecidas em regulamentação específica.

TÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40 - O número de veículos de aluguel a taxímetro licenciados no Município de Corupá não poderá exceder ao dimensionamento previsto no quadro abaixo:

DIMENSIONAMENTO DA FROTA EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE HABITANTES

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO (X 1.000 Hab.)	NÚMERO MÁXIMO DE TÁXI
10 a 15	20
15 a 20	25
21 a 25	30
25 a 30	35
30 a 35	40
35 a 40	50

Parágrafo Único - Caberá ao Poder Executivo, baseado em

estudos de demanda, a deliberação sobre o acréscimo do número de permissões no Município, conforme dimensionamento definido no caput deste artigo.

Art. 41 – Os veículos de aluguel a taxímetro poderão circular com publicidade segundo critérios definidos pela legislação Municipal.

Art. 42 – Os atuais permissionários terão até 31 de maio de 2010 para a assinatura do Contrato de Permissão junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e até 31 de dezembro de 2012 para se adaptar a esta Lei.

Parágrafo único. No momento da assinatura do Contrato de Permissão, o permissionário deverá apresentar certidão negativa de tributos municipais, bem como vistoria do veículo, realizado pelo INMETRO.

Art. 43 – O Poder Executivo Municipal terá 90 (noventa) dias para regulamentar a presente Lei e adequar as Normas Disciplinadoras do serviço de táxi.

Art. 44 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 – Fica revogada a Lei nº 450 de 04 de Agosto de 1982, e as disposições em contrário.

Corupá, 15 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos quinze dias do mês de Dezembro de 2009.

Forquilha

Prefeitura Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 43/2009

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 43/2009

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 052/2009

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – RADAR SERVIÇOS LTDA

DO OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação serviços de braços na coleta de lixo no município de Forquilha/SC.

DO PRAZO: O contrato PMF nº 052/2009 terá seu vencimento prorrogado de 31/12/2009 para 31/12/2010 .

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 01/12/2009

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Garopaba

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 149/2009

DECRETO N.º 149, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DURANTE AS FESTAS DE FIM DE ANO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente e,

DECRETA:

Art. 1º. O horário de funcionamento das repartições públicas municipais, durante as festas de fim de ano, obedecerá ao seguinte cronograma:

I – Dia 24 de dezembro de 2009, atendimento ao público das 8:00 às 12:00 horas, e expediente interno das 14:00 às 18:00 horas;

II – Dia 31 de dezembro de 2009, expediente interno das 8:00 às 12:00 horas, e expediente facultativo no período vespertino.

Art. 2º. O atendimento dos serviços públicos essenciais será garantido pelos órgãos da administração municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em ____/____/2009, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária de Administração em Exercício

Edital de lançamento do imposto predial e territorial urbano e taxas relativas ao exercício de 2010

EDITAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Código Tributário Municipal e suas alterações, torna público o lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Lixo, incidentes sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bens imóveis localizados no Município, relativos ao exercício de 2010, conforme listagem dos lançamentos.

1. LANÇAMENTO

1.1. O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto. A notificação de lançamento conterá:

- a) O endereço do imóvel tributado;
- b) O nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;
- c) A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- d) O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
- e) O prazo de recolhimento;
- f) O comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

1.2. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidades ou erro de fato.

2. PAGAMENTO

2.2. Os tributos a que se refere este Edital poderão ser pagos na Rede Bancária;

- a) Integralmente até 30 de Janeiro de 2010, com 25% (vinte e cinco por cento) de desconto;
- b) Integralmente até 27 de Fevereiro de 2010, com 15% (quinze por cento) de desconto;
- c) Ou em 10 (dez) parcelas mensais, sem desconto, vencíveis a

partir do mês de março do ano de 2010, sempre no último dia útil e no mês de dezembro até o dia 21 (vinte e um), com parcela mínima de R\$ 10,00 (dez reais).

3. ATRASO NO PAGAMENTO

3.1. O não pagamento dos tributos nas datas previstas neste Edital sujeita o contribuinte aos seguintes acréscimos:

- a) Multa e juros de mora diários, calculados com base na legislação vigente;
- b) Inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa para cobrança judicial no primeiro dia útil do próximo exercício.

4. DISTRIBUIÇÃO DOS CARNÊS:

4.1. Os carnês de IPTU estarão disponíveis no Setor Tributário da Prefeitura Municipal de 05.01.2010 até 09.01.2010, após esta data serão encaminhados via correio.

5. CARNÊS NÃO RECEBIDOS:

5.1. O contribuinte que não receber o carne do IPTU até o dia 31.01.2009, em seu endereço, poderá procurá-lo no Setor Tributário da Prefeitura Municipal de Garopaba, localizada na Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro, Fone (48) 3254-8100, onde será efetuada a entrega interna ou emissão de 2ª Via, também disponível via Internet, no site www.garopaba.sc.gov.br.

5.2. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através de entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal com aviso de recebimento, considerar-se-á efetivado o lançamento ou suas alterações mediante o presente Edital publicado, conforme disposto no artigo 11 do Decreto Municipal n.º 004, de 02/02/1994, e previsto no artigo 111, do Código Tributário Municipal.

Garopaba, 14 de dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO
Prefeito Municipal em Exercício

Gaspar

Prefeitura Municipal

Errata ao Decreto nº 3.699/09

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto 3.699, de 10 de dezembro de 2009, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 387, de 14 de dezembro de 2009 nos seguintes termos:

Onde se lê:

EXONERA

Leia-se:

EXONERA A PEDIDO

Gaspar - SC, 15 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto nº 3.695/09

DECRETO Nº. 3.695 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009.

CONCEDE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA AO SERVIDOR ANTONIO ZAGUINI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,



Considerando a determinação imposta ao Município de Gaspar pela Decisão nº 1.678/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no sentido de anular o decreto que concedeu aposentadoria ao servidor Antonio Zaguini,

Considerando a determinação contida no Decreto nº 1.895/2007 que resultou no retorno do referido servidor às atividades inerentes ao seu cargo, e tendo em vista que o mesmo completou 70 anos de idade.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria compulsória ao servidor Antonio Zaguini, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição de 18 (dezoito), 8 (oito) meses anos e 14 (quatorze) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto nº 3.697/09

DECRETO Nº. 3.697, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADO DO SINE, A SERVIDORA SAMARA DE CARLI CORRADI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 31 de dezembro de 2009, a servidora SAMARA DE CARLI CORRADI, do cargo em comissão de Encarregado do Sine, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto nº 3.698/09

DECRETO Nº. 3.698, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009.

NOMEIA ANDRÉ LUIS DA CONCEIÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADO DO SINE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 04 de janeiro, o servidor ANDRÉ LUIS DA CONCEIÇÃO, para o cargo em comissão de Encarregado do Sine, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto nº 3.700/09

DECRETO Nº. 3.700 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA COMISSÃO MUNICIPAL DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA ESCOLA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com os princípios constitucionais que regem a administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica excluído, a pedido, o representante da ACIG – Associação Comercial e Industrial de Gaspar, Sr. Jorge Luis de Souza, da Comissão Municipal do Programa Prefeito Amigo da Escola.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando parcialmente o Decreto nº 3.619 de 24 de setembro de 2009.

Gaspar, 14 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto nº 3.701/09

DECRETO Nº 3.701 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

EXONERA A PEDIDO, DO CARGO DE PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, A SERVIDORA MICHELE TELES NIVALDO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 31 de dezembro, a servidora MICHELE TELES NIVALDO, do cargo de Professora da Educação Infantil, nível DOC III-4, lotado com 40 horas semanais, nomeado pelo Decreto nº 3.399 de 23 de março de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto nº 3.702/09

DECRETO Nº. 3.702, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado ao Secretário Municipal de Saúde, FRANCISCO HOSTINS JÚNIOR, inscrito no CPF sob nº 862.765.069-15 e à servidora municipal JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob nº 988.336.779-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde e consultar os extratos bancários do Auto atendimento Setor público BB, da seguinte conta bancária bem como consultar extratos e saldos da mesma:

I - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 6470467;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Errata à Portaria nº 2.002/09

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação da Portaria 2.002, de 03 de Novembro de 2009, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 362, de 09 de novembro de 2009 nos seguintes termos:

Onde se lê:

Nome	Cargo	Carga Horária	Classificação
Ângela de Aguiar Duarte	Técnico de Enfermagem Plantonista	30h	5º

Leia-se:

Nome	Cargo	Carga Horária	Classificação
Ângela de Aguiar Constante	Técnico de Enfermagem Plantonista	30h	5º

Onde se lê:

Nome	Cargo	Carga Horária	Classificação
Magna Lucia de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	30h	2º

Leia-se:

Nome	Cargo	Carga Horária	Classificação
Magna Lucia de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	40h	2º

Onde se lê:

“Contados da publicação”

Leia-se:

“Contados do recebimento da notificação”

Gaspar - SC, 20 de novembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria nº 1.974/09

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação da Portaria 1.974, de 14 de Setembro de 2009, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 331, de 23 de setembro de 2009 nos seguintes termos:

Onde se lê:

“Contados da publicação”

Leia-se:

“Contados do recebimento da notificação”

Gaspar - SC, 20 de novembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria nº 2.007/09

PORTARIA Nº. 2.007 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, após cumpridas as formalidades do Edital de Concurso Público nº 001/2009,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 002/2006, o empregado público aprovado para o Emprego e Carga Horária abaixo especificados:

Nome	Cargo	Carga Horária	Classificação
Carolina de Correa Marques	Psicólogo CRAS/Sentinela	40h	4º

Art. 2º O empregado público nomeado pela presente terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da publicação, bem como sujeitando-se à apresentação de todos os documentos exigidos, tudo de acordo com os termos do item número 2.3 do Edital de Concurso Público nº 002/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria nº 2.017/09

PORTARIA Nº. 2.017 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2009.

COLOCA À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE O SERVIDOR CELIO SCOTTINI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar à disposição da Secretaria Municipal de Saúde o servidor CELIO SCOTTINI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1.732 de 06 de janeiro de 2009.

Gaspar, 04 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria nº 2.023/09

P O R T A R I A Nº. 2.023 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

REVOGA PORTARIA Nº 1.802 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009, QUE CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DO CÔNJUGE, À SERVIDORA MÁRCIA CRISTINA CLOZATO BEZERRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 92, inciso X, do Estatuto dos Servidores,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1.802 de 17 de fevereiro de 2009, que concede Licença para acompanhamento do cônjuge à servidora MÁRCIA CRISTINA CLOZATO BEZERRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora DOC III, lotada na Secretaria de Educação, devendo a mesma retornar às suas atividades a partir de 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria nº 2.024/09

PORTARIA Nº 2.024, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.
CONCEDE A PEDIDO LICENÇA SEM VENCIMENTO, À SERVIDORA GIOVANA SCHITT MAES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a pedido, licença sem vencimento, à servidora GIOVANA SCHITT MAES, ocupante do cargo em provimento efetivo de Psicóloga, lotada com 30 horas semanais na Secretaria de Educação, por um período 02 (dois) anos, a partir de 22 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria nº 2.025/09

PORTARIA Nº. 2.025, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.
COLOCA A DISPOSIÇÃO DO DITRAN, O SERVIDOR EDUARDO GOMES CAPELLO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município e conforme disposto na cláusula 2.1.1 do Convênio celebrado entre o Município e a União, por intermédio do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional da 12ª Região;

RESOLVE

Art. 1º Colocar à disposição, a partir desta data, do DITRAN, o servidor EDUARDO GOMES CAPELLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escrivão, Nível ASE III, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 1.731 de 05 de janeiro de 2009.

Gaspar, 16 de dezembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Convite Nº 168/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
Convite Nº 168/2009

Objeto: construção de muro de arrimo, garagem e pavimentação de pátio da Polícia Militar.

Entrega dos envelopes: contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços, até as 08:45 horas do dia 03/02/2010.

Abertura: Dia 03/02/2010 às 09:00 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital, diariamente no horário de expediente, no Depto. de Compras da Prefeitura Municipal, ou no site www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), em 17/12/2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial nº 166/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
Aviso de Pregão Presencial nº 166/2009

OBJETO: Serviços de telefonia móvel.

ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial até as 08:45 horas do dia 04/01/2010.

ABERTURA: Dia 04/01/2010 às 09:00 horas.

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital diariamente no Depto. de Compras sito a Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435 Centro ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), em 16 de Dezembro de 2009
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito de Gaspar

Aviso de Tomada de Preços nº 035/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR
Aviso de Tomada de Preços nº 035/2009

Objeto: contratação de empresa para os serviços de coleta, transporte, pesagem, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (RSS) gerados pelas Unidades de Saúde do Município de Gaspar. Entrega dos envelopes: contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços até as 08h45min do dia 08/02/2010. Abertura: dia 08/02/2010 às 09h. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital, no horário de expediente, no Depto. de Compras, sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 17 de dezembro de 2009
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Herval D'Oeste

Prefeitura Municipal

Portaria Nº 893/2009

PORTARIA Nº 893/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora CLAUDIA MARIA SCHEREIDER, (Matr. 2872), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível 4/1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido de 15 de dezembro de 2008 a 14 de dezembro de 2009, para serem gozadas a partir de 16 de dezembro de 2009 a 14 de janeiro de 2010, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 894/2009

PORTARIA Nº 894/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora VERÔNICA RIVA, (Matr. 43), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível 1, Referência "N", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido de 07 de julho de 2008 a 06 de julho de 2009, para serem gozadas a partir de 16 de dezembro de 2009 a 14 de janeiro de 2010, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Câmara de Vereadores**Resolução nº CM 029/2009**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE
R E S O L U Ç Ã O Nº CM 029/2009

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES QUE ESPECIFICA"

LUIZ ANTÔNIO FIDELIS, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido férias a funcionário efetivo PAULO FER-RANDIN, CPF 596.469.399-15 no cargo de Assessor Legislativo, no período de 04 (quatro) de janeiro de 2010 a 03 (três) de fevereiro de 2010, referente ao período aquisitivo de 1º (Primeiro) de outubro de 2008 a 30 (Trinta) de setembro de 2009.

Art. 2º - Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 15 de dezembro de 2009.
LUIZ ANTÔNIO FIDELIS
Presidente

Resolução nº CM 030/2009

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE
R E S O L U Ç Ã O Nº CM 030/2009

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES QUE ESPECIFICA"

LUIZ ANTÔNIO FIDELIS, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido férias a funcionária efetiva VERA LÚCIA BRANDALISE MERLINI, CPF 665.253.069-49 no cargo de Servente, no período de 04 (quatro) de janeiro de 2010 a 03 (três) de fevereiro de 2010, referente ao período aquisitivo de 1º (Primeiro) de junho de 2008 a 31 (Trinta e um) de maio de 2009.

Art. 2º - Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 15 de dezembro de 2009.
LUIZ ANTÔNIO FIDELIS
Presidente

Moção de Apoio nº 004/2009

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE - SC

Os Vereadores que esta subscrevem, com fundamento no artigo 169, caput, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja expedido MOÇÃO DE APOIO ao movimento dos escrivães e agentes da Polícia Civil de Santa Catarina para promoção da justiça salarial para a categoria.

MOÇÃO DE APOIO Nº 004/2009

Apresentamos à Mesa Diretora desta Egrégia Casa Legislativa, ouvido o Plenário e dispensadas às demais formalidades regimentais, MOÇÃO DE APOIO, ao Movimento realizado pelos escrivães e agentes da Polícia Civil de Santa Catarina visando promoção da justiça salarial para a categoria.

Tal proposição visa apoiar incondicionalmente as reivindicações apresentadas pela categoria, que são:

- Reposição salarial anual, padronização das escalas de plantão;
- Adicional de 30% para aposentadoria;
- Assegurar a aplicação do art. 27 da Lei 254;
- Pagamento de horas-extras excedentes;
- Pagamento do 13º salário sobre os vencimentos realmente recebidos;
- Percepção de adicional de responsável por setores de DRPs;
- Aumento do número de vagas para os escrivães nas promoções e celeridade nas promoções de outras carreiras;
- Instituição de concurso para cargo de Psicólogo Policial para todo o estado;
- Regulamentação das escalas de sobreaviso dos escrivães e também dos agentes;
- Salário inicial para nível de curso superior de acordo com o que preconiza o Estado; e
- Equiparação do vale alimentação da polícia judiciária para como o vale alimentação dos funcionários do judiciário.

Através desta Moção de Apoio, manifestamos nosso compromisso em apoiar esta valorosa categoria profissional, buscando o Reconhecimento do Valor do Policial, pois todos devem ter conhecimento das reais condições e as dificuldades vivenciadas pelos Policiais Civis do Estado de Santa Catarina.

Herval d'Oeste, em 08 de dezembro de 2009.
ADELAR JOSÉ PROVENCIO
Vereador – PSDB

ARI PARISENTI
Vereador - PMDB

DIRCEU DE LIMA
Vereador – PSB

JONER MIGUELÃO
Vereador - PMDB

JUAREZ ANTONIO DE SOUZA
Vereador - PMDB

JUNIOR ADELAR ARENHART
Vereador – PP

OLACIR CAVALLI
Vereador - PSDB

MAURO SÉRGIO MARTINI
Vereador - PMDB

Moção de Aplauso nº 008/2009

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE - SC

Os Vereadores que esta subscrevem, com fundamento no artigo 169, caput, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja expedido MOÇÃO DE APLAUSO aos pilotos de motociclismo Lucas Arenhart e Willian Bucco, nos seguintes termos: MOÇÃO DE APLAUSO Nº 008/2009

Apresentamos à Mesa Diretora desta Egrégia Casa Legislativa, ouvido o Plenário e dispensadas as demais formalidades regimentais, MOÇÃO DE APLAUSO, dirigida aos pilotos de motociclismo Lucas Arenhart e Willian Bucco pelas conquistas abaixo relacionadas:
Lucas Arenhart:

Em 2007 – Campeão Copa Oeste - Categoria Nacional;

Em 2008 – Campeão do Campeonato Catarinense de Enduro de Regularidade – Categoria Novatos

Campeão do campeonato Sul Brasileiro de Enduro de Regularidade – Categoria Novatos

Campeão Copa Oeste – Categoria Junior

Em 2009 – 2º Lugar na Copa Oeste – Categoria Sênior

3º Lugar no Campeonato Catarinense de Enduro de Regularidade – Categoria Junior.

Willian Bucco:

Em 2008 – 3º Lugar no Campeonato Catarinense de Enduro de regularidade – Categoria Novatos

Em 2009 – 2º Lugar no Campeonato Catarinense de Enduro de Regularidade – Categoria Novatos

2º Lugar na Copa Oeste – Categoria Novatos.

Pelos resultados obtidos por estes dois pilotos nestes últimos anos, merecem assim, nosso destaque e reconhecimento, ao qual estendemos esta Moção de Aplauso a estes vencedores nesta modalidade de esporte. Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2009.

ADELAR JOSÉ PROVENCI
Vereador – PSDB

ARI PARISENTI
Vereador - PMDB

DIRCEU DE LIMA
Vereador – PSB

JONER MIGUELÃO
Vereador - PMDB

JUAREZ ANTONIO DE SOUZA
Vereador - PMDB

JUNIOR ADELAR ARENHART
Vereador – PP

LUIZ ANTONIO FIDELIS
Vereador - PMDB

MAURO SÉRGIO MARTINI
Vereador - PMDB

OLACIR CAVALLI
Vereador - PSDB

Imbituba

Prefeitura Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa 34/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 159/2009

DISPENSA Nº 34/2009

Objeto: Fornecimento de materiais de construção para execução de serviços no Terminal Urbano de Imbituba.

Valor Total: R\$ 6.800,00

Empresa: Aldo de Campos Dinho - ME

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 16 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Câmara de Vereadores

Decreto Legislativo nº 12/2009

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE O JULGAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2007 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica acatado o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina de nº 293/2008 (Processo PCP 08/00138996) que recomenda a aprovação das contas do Prefeito Municipal de Imbituba, relativas ao exercício de 2007.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de Dezembro de 2009.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Irineópolis

Prefeitura Municipal

Extrato Ata Processo Licitatorio Nº 28/2009 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2009
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2009

Presentes à Sessão Pública para julgamento dos envelopes de propostas, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 28/2009, Pregão Presencial nº 16/2009, a Sra. Gilsen Merschner Neppel - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher e Sr. Marcio Rafael Dams - Equipe de Apoio, ; designadas pela Portaria nº 188/2009; Sr. Nildo Brand, representante da empresa Auto Posto Valões Ltda, Gilmar José Candido Buzzi, representante da empresa Anesio Buzzi & Cia Ltda e Ipê Comércio de Combustíveis Ltda, Senhor Jackson Favero Slongo, representante da empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Senhora Vivian de Fátima Dranka Karvat, representante da empresa Amigão Revendedor de Diesel Ltda, Sr. José Noeli Leonardo, representante da empresa Safra Diesel Ltda. Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Procedeu-se a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Presente a sessão o Dr. Fábio Roberto Kampmann, Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal, OAB 13.335/SC. Iniciada a fase de julgamento das propostas, foi procedida a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. A empresa Ipê Comércio de Combustíveis Ltda e a empresa Anesio Buzzi & Cia Ltda, não apresentaram marca do produto ofertado nas propostas e o carimbo está incorreto, a empresa Auto Posto Valões Ltda não apresentou a marca dos produtos ofertados em sua proposta, conforme exigido no item 05, sub item 5.1, alínea "e" do Edital e a empresa Safra Diesel Ltda, apresentou o envelope de proposta de preços aberto, em desconformidade com o item 4, sub item 4.2 do Edital, sendo as mesmas por esta razão consideradas desclassificadas, de acordo com orientação jurídica do Dr. Fábio Roberto Kampmann, Assessor Jurídico do Município, presente a sessão. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas: AMIGAO REVENDEDOR DE DIESEL LTDA; CERES - COMERCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, as quais seguem classificadas para a fase competitiva do julgamento das propostas.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 28/2009, Pregão Presencial nº 16/2009, a Sra. Gilsen Merschner Neppel - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher e Sr. Marcio Rafael Dams - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 188/2009; Sr. Nildo Brand, representante da empresa Auto Posto Valões Ltda, Gilmar José Candido Buzzi, representante das empresas Anesio Buzzi & Cia Ltda e Ipê Comércio de Combustíveis Ltda, Senhor Jackson Favero Slongo, representante da empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Senhora Vivian de Fátima Dranka Karvat, representante da empresa Amigão Revendedor de Diesel Ltda, Sr. José Noeli Leonardo, representante da empresa Safra Diesel Ltda.

Os envelopes de proposta de preços das empresas desclassificadas: Safra Diesel Ltda, Ipê Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Valões Ltda e Anesio Buzzi & Cia Ltda, foram devolvidos aos representantes das mesmas, devidamente lacrados, os quais dão plena ciência de recebimento, assinando a presente ata. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas Empresas classificadas: AMIGAO REVENDEDOR DE DIESEL LTDA; CERES - COMERCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA e constatou que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo as mesmas consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

O representante da empresa Safra Diesel Ltda, Sr. José Noeli Leonardo, apresentou por escrito intenção de recurso, rubricada por todos os presentes.

Os representantes das empresas IPE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, ANÉSIO BUZZI & CIA LTDA e AUTO POSTO VALÕES LTDA não manifestaram a intenção de recorrer quanto à desclassificação das suas respectivas propostas.

Analisando-se as razões de recurso da empresa SAFRA DIESEL Ltda., e seguindo orientação jurídica do Dr. Fábio Roberto Kampmann, Assessor Jurídico do Município - OAB/SC, observa-se que o mesmo não possui motivação suficiente para ser admitido.

No caso, as alegações resumem-se a: " pedido de recurso sobre o envelope aberto estava feixado (sic) mas não colado (sic) porque pode ter aberto no trânsito e não esquecido de colar."

Consoante as razões de recurso, o próprio recorrente admite que não providenciou o fechamento correto do envelope de propostas de preços, o qual não foi devidamente colado.

Analisando-se o envelope em si, também é possível de se observar que do mesmo não consta qualquer sinal de cola ou lacre. Ou seja, a desídia partiu da própria empresa recorrente que não providenciou o correto fechamento do envelope, consoante exige o item 4, subitem 4.2 do Edital.

Diante do exposto, entendo que o recurso não possui motivação suficiente para poder ser admitido, tratando-se de meras alegações destinadas apenas a retardar o bom andamento dos trabalhos, razão pela qual aplico o disposto no inciso XX, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, declarando a decadência do direito de recurso a proponente SAFRA DIESEL LTDA, bem como adjudicando o objeto da licitação ao proponente vencedor, empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda.

A presente Ata de Registro de Preços tem validade para 12 (doze) meses, contados de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, conforme Edital, seguindo abaixo a relação da empresa com os respectivos itens:

CERES COMERCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	150.000 litros	Óleo Diesel Comum	Ipiranga	R\$ 1,745	R\$ 261.750,00

Irineópolis, 08 de dezembro de 2009.

Extrato Homologação Processo Licitatorio Nº 28/2009 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2009
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2009

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa:



CERES COMERCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.

Irineópolis (SC), 08 de dezembro de 2009.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 001/2009 -
Processo Licitatório Nº 28/2009 - PM**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2009 - PM

Promitente Compradora: Prefeitura Municipal de Irineópolis
Promitente Fornecedora: Ceres Comércio e Transporte de derivados de Petróleo Ltda

Objeto: Aquisição de combustível óleo diesel comum (150.000 litros) para máquinas e equipamentos frota municipal, para o exercício de 2010.

Valor Unitário - R\$ 1,745 por litro, valor total R\$ 261.750,00

Vigência - 01/01/2010 a 31/12/2010

Base Legal - Processo Licitatório nº 28/2009, Pregão Presencial nº 16/2009

Irineópolis (SC), 08 de dezembro de 2009.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Contrato Nº 106-2009 - PM

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2009

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, de ora em diante denominado de Contratante e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Praça XV de Novembro, nº 270, Centro, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves, acordam e ajustam firmar o presente contrato pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Das Disposições Gerais

Cláusula Primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIGA, da Lei Municipal nº 1393, de 17/11/2008, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CIGA nº 21/2009.

Cláusula Segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

Do Objeto

Cláusula Terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Irineópolis ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 21/2009.

Do Rateio

Cláusula Quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 250,00.

Clausula Quinta - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Clausula Quarta deste contrato.

Da Rubrica Orçamentária

Cláusula Sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 1.459 de 23/11/2009 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

3.1.71.00.00.00 - Transferência a Consórcios - Pessoal	R\$ 1.710,00
3.3.71.00.00.00 - Transferência a Consórcios - Serviços	R\$ 1.140,00
4.4.71.00.00.00 - Transferência a Consórcios - Equipamentos	R\$ 150,00

Cláusula Sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Da Prestação de Contas

Cláusula Oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Das Penalidades

Cláusula Nona - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula Décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula Décima Primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Da Vigência

Cláusula Décima Segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2010 e vigorará até 31 de dezembro de 2010.

Do Foro

Cláusula Décima Terceira - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

Das Disposições Finais

Cláusula Décima Quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Irineópolis, 17 de dezembro de 2009.

Município de Irineópolis
WANDERLEI LEZAN
Contratante

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)
ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES
Prefeito de Monte Carlo
Presidente do CIGA



Testemunhas:

Nome: Maurício Juraszek
CPF:044.088.849-28

Nome: Rosani Rodrigues da Silva Mischka
CPF: 664.622.159-68

José Boiteux**Prefeitura Municipal****Decreto 148**

DECRETO Nº 148/2009

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR CONTA DOS RECURSOS DO CONVÊNIO 15.526/2009-9 COM A 14ª SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE IBIRAMA.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica do Município de José Boiteux.

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza a abertura de crédito adicional especial por conta dos recursos do convênio 15.526/2009-9 com a 14ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ibirama, na importância de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) para a suplementação do seguinte programa:

Órgão	:12	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	:01	Fundo Municipal de Saúde
Função	:10	Saúde
Programa	:1050	Saúde para Todos
Sub-função	:301	Atenção Básica
Recursos	:1344	Convênio Ministério/ Secretaria de Estado Diversos
Projeto/Atividade	:1.130	Aquisição Veículo PSF
Modalidade Aplicação:		4.4.90.00.00.00.00 (27)
Valor	:R\$	27.000,00

José Boiteux, 16 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Decreto 149

DECRETO Nº 149/2009.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 4.071,33 (quatro mil setenta e um reais e trinta e três centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminado:

Órgão	:07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade	:01	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto/Atividade	:2.051	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação	:	3.3.90.00.00.00 (17)
Recursos	:0080	Recursos Ordinários
Valor	:	4.071,33

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas.

Órgão	:07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade	:01	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto/Atividade	:2.051	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Modalidade de Aplicação	:	3.1.90.00.00.00 (16)
Recursos	:0080	Recursos Ordinários
Valor	:	4.071,33

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 16 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Notificação 003

NOTIFICAÇÃO 003/2009 JOSÉ BOITEUX, 16/12/2009.

Prezado Servidor Gilberto Felipone,

O Município de José Boiteux através do Departamento de Pessoal notifica Vossa Senhoria que sua licença para tratamento de saúde expirou em 30/11/2009, portanto o servidor deverá retornar ao trabalho imediatamente, ou justificar sua ausência sob pena das sanções previstas no artigo 63 do Estatuto dos Servidores.

Art. 63 - "Salvo nos casos previstos neste Estatuto, o servidor que interromper o exercício, por trinta dias consecutivos ou sessenta alternados num período de doze meses, será demitido por abandono de emprego".

Aguardamos Vossa manifestação.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

ILMO. SR. GILBERTO FELIPONE
DD. Servidor Municipal
José Boiteux - SC

Luzerna**Prefeitura Municipal****Decreto 1162**

DECRETO Nº 1162 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2009".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.21, da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,



DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2008, apurado na Fonte 00 - Recursos Ordinários, criando a Fonte de Recursos, Destinação de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2009, atribuído a Atividade:

UNIDADE GESTORA – PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Administração

Atividade - 06.0601.28.845.0000.0014- Contribuição ao PASEP

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte de Recursos - 0.3.00 - Recursos Ordinários.....R\$ 15.500,00

Destinação de Recursos - 000000 - Sem destinação de recursos

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2008.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1163

DECRETO Nº 1163 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 21 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 153,26 (cento e cinquenta e três reais e vinte e seis centavos) em favor do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até 10 de dezembro de 2009, na Fonte 29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída as seguintes classificações orçamentárias:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

Atividade - 12.1201.08.241.0025.2025 - Manutenção do Programa para Idosos
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNA.....R\$ 106,26

Detalhamento da Destinação de Recursos - 000003 - Apoio a Pessoa Idosa API
Atividade - 12.1201.12.365.0028.2027 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNASR\$ 47,00

Detalhamento da Destinação de Recursos - 000004 - Programa de Atenção a Criança

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 153,26

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC) 10 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1164

DECRETO Nº 1164 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 21 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 12.656,30 (doze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos) em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até 14 de dezembro de 2009, na Fonte 15 - Transferências de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, na forma do disposto no inciso II, do art.43 da Lei nº 4.320/64, atribuído as seguintes classificações orçamentárias:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Esportes

Atividade - 08.0801.10.306.0046.2035 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 15 - Transferências de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.....R\$ 9.691,90

Detalhamento dos Recursos - 000051 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2029 - Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 15 - Transferências de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.....R\$ 2.964,40

Detalhamento dos Recursos - 000052 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 12.656,30

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1166

DECRETO Nº 1166 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulada parcialmente, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade - 12.1201.08.244.0025.2024 - Manutenção do Setor de Assistência Social Geral e Contribuições

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00- Recursos Ordinários.....R\$ 3.000,00

Detalhamento da Destinação de Recursos - 000000 - Sem detalhamento

TOTAL ANULADO.....R\$ 3.000,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva atividade abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade - 12.1201.08.244.0025.2024 - Manutenção do Setor de Assistência Social Geral e Contribuições

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 3.000,00

Detalhamento da Destinação de Recursos - 000000 - Sem detalhamento

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 3.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1167

DECRETO Nº 1167 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2009".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.21 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2008, apurado na Fonte 00 - Recursos Ordinários, criando a Fonte de Recursos, Destinação de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2009, atribuído à Atividade:

UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Ensino

Atividade - 08.0801.10.306.0043.2035 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte de Recursos - 0.3.00 - Recursos Ordinários.....R\$ 2.400,00

Destinação de Recursos - 000000 - Sem destinação de recursos

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2008.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Massaranduba

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 1885/2009

DECRETO Nº 1885 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

PONTOS FACULTATIVOS MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições, DECRETA:

Art. 1.º Ficam decretados Pontos Facultativos Municipais, os dias 24 e 31 de Dezembro de 2009, em virtude da comemoração das festividades natalina e de final de ano.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 16 de dezembro de 2009.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Decreto Nº 1886/2009

DECRETO 1886 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1142 de 15 de Dezembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

1000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1001.008.244.8000.2083 – Manutenção da Casa da Juventude

1001 – 31900400 – Contratações por Tempo Determinado

1001 – 10000 – Recursos OrdináriosR\$ 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

1000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1001.008.244.8000.2083 – Manutenção da Casa da Juventude

1001 – 31901100 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil

1001 – 10000 – Recursos OrdináriosR\$ 1.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 16 de Dezembro de 2009

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

MAURÍCIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Decreto N° 1887/2009

DECRETO 1887 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1142 de 15 de Dezembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0901.010.302.1001.2089 – Manutenção do Hospital Municipal
0901 – 31903400 – Outras despesas de pessoal decorr. Contr. terceiros
0901 – 10200 – Receita de Impostos e Transf. Impostos/Saúde.R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0901.010.302.1001.2089 – Manutenção do Hospital Municipal
0901 – 33903000 – Material de Consumo
0901 – 10200 – Receita de Impostos e Transf. Impostos/Saúde.R\$ 5.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 16 de Dezembro de 2009
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto N° 1888/2009

DECRETO Nº. 1888 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009
ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0300 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
0301 – SERVIÇO DE PESSOAL E PATRIMONIO
0301.004.122.4100.2006 – Administração de Recursos Humanos
0301 – 31901300 – Obrigações Patronais
0301 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 38.400,00
0301 – 33903600 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
0301 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 1.600,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no presente exercício.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 16 de dezembro de 2009
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto N° 1889/2009

DECRETO Nº 1889 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.
FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições, DECRETA:

Art. 1.º O valor da Unidade Fiscal, para efeito de cálculo de Tributos Municipais e Preços Públicos, para o exercício de 2010 fica fixado em R\$ 54,00 (cinquenta quatro reais)

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, revogando-se integralmente as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 1884.

Massaranduba, em 17 de dezembro de 2009.
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Meleiro

Prefeitura Municipal

Portaria N° 321/2009

PORTARIA N.º 321/2009
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000, Lei Municipal n.º 1.266/2007, de 12 de dezembro de 2007 e Lei Municipal nº 1316/2008 de 1º de dezembro de 2008 e edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1º A Senhora MARCIA FABER MARTINS PRESA, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais numa vaga transitória, no Centro Municipal Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 028/2009.

Meleiro, 16 de dezembro de 2009.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Portaria N° 322/2009

PORTARIA N.º 322/2009
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000, Lei Municipal



n.º 1.266/2007, de 12 de dezembro de 2007 e Lei Municipal nº 1316/2008 de 1º de dezembro de 2008 e edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1º A Senhora ROSIMERI SCARPARI PRESA RONZANI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais numa vaga transitória no Centro Municipal Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 031/2009.

Meleiro, 16 de dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Portaria Nº 323/2009

PORTARIA N.º 323/2009

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, a servidora ROSINEIA DA SILVA TOMAZI, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 14/12/2009.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Paulo Lopes

Prefeitura Municipal

Lei Nº1366

LEI Nº 1366 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

CRIA CARGOS DE COMISSÃO NA ESTRUTURA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PAULO LOPES E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou o projeto, nos termos do artigo 14, VII da Lei Orgânica do Município, encaminhado pelo Presidente José Antonio Rogério, o projeto de lei, a quem a ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados na Estrutura Administrativa da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes os Cargos de Provimento em Comissão, de livre nomeação e exoneração do Presidente da Câmara de Vereadores, com número de vagas, habilitação necessária para a posse, carga horária e vencimento conforme especificado abaixo:

N. de vagas	Cargo	Habilitação	Carga Horária	Vencimento
01	Assessor Executivo	2º Grau Completo	36	850,00
01	Auxiliar Administrativo	1º Grau Completo	36	600,00

Art. 2º - As atribuições específicas de cada cargo estão descritas no ANEXO I, parte integrante desta Lei, assim como o impacto financeiro descrito no ANEXO II.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 17 de dezembro de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO I

DE ACORDO COM OS DITAMES DO PROJETO DE LEI, QUE CRIA OS CARGOS EM COMISSÃO DE ACESSOR EXECUTIVO E AUXILIAR ADMINISTRATIVO, SÃO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFORME ABAIXO:

Assessor Executivo – Assessorar os Vereadores na formulação de ofícios, encaminhamento de documentos, contatos telefônicos, realizar ainda assessoria de imprensa da câmara, encaminhando notícias e alimentando os meios de informação disponíveis como internet, encaminhando notas para rádios, tvs, e toda mídia, além de realizar todos os atos solicitados pelo Sr. Presidente ou pelos Srs. Vereadores, autorizados pelo primeiro.

02. Auxiliar Administrativo – Prestar assistência ao Assessor Executivo de ordem burocrática, como encaminhamento de documentos, realização de diligências em bancos, Prefeitura, empresas, escolas, bem como preparar e operar a estrutura de som, imagem e tecnologia de mídia e ainda internet, quando disponível, devendo obedecer às ordens diretas do Presidente da Casa e dos Vereadores, autorizados pelo primeiro.

Paulo Lopes, 17 de dezembro de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Objeto: Estudo de Impacto Orçamentário e Financeiro.

Meta: Pagamento de salários e encargos sociais decorrentes do Projeto de Lei que cria cargos de comissão na estrutura da Câmara Municipal de Paulo Lopes e estabelece outras providências.

Objetivo: Alocar recursos para o pagamento de salários e encargos sociais decorrentes do Projeto de Lei que cria cargos de comissão na estrutura da Câmara Municipal de Paulo Lopes e estabelece outras providências.

1 Total da Despesa

Acréscimo Nominal da Reforma Administrativa

= R\$ 1.450,00

Acréscimo Anual da Reforma Administrativa (valor nominal X 13,33) = R\$ 19.328,50

Encargos Sociais (acréscimo anual X 22%)

= R\$ 4.252,27

Total da Despesa Anual

= R\$ 23.580,77



2 Impacto Orçamentário

Itens	2010	2011	2012
Orçamento Anual	R\$ 640.000,00	R\$ 640.000,00	R\$ 640.000,00
Despesa	R\$ 23.580,77	R\$ 23.580,77	R\$ 23.580,77
Percentual de Impacto	3,68%	3,68%	3,68%

3 Impacto Financeiro

Itens	2010	2011	2012
Estimativa anual de transferências a serem recebidas	R\$ 640.000,00	R\$ 640.000,00	R\$ 640.000,00
Despesa	R\$ 23.580,77	R\$ 23.580,77	R\$ 23.580,77
Percentual de Impacto	3,68%	3,68%	3,68%

Paulo Lopes, 17 de dezembro de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

Prefeitura Municipal

Lei Nº 1.400

LEI Nº 1.400, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

INSTITUI PROGRAMA DE FOMENTO À ATIVIDADE PESQUEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I**NORMAS GERAIS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de desenvolvimento da atividade pesqueira, com o objetivo de promover:

I – o desenvolvimento sustentável da pesca como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;

II – o fomento da atividade pesqueira;

III – a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros;

IV – o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos agricultores que exercem a atividade pesqueira.

CAPÍTULO II**DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – recursos pesqueiros: os animais passíveis de exploração pela pesca amadora, de subsistência ou comercial;

II – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros.

CAPÍTULO III**DA SUSTENTABILIDADE DO USO DOS RECURSOS PESQUEIROS E DA ATIVIDADE DE PESCA**

Art. 3º A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte e comercialização.

Art. 4º O exercício da atividade pesqueira somente poderá ser realizado na forma prevista em lei, especialmente a Lei Federal nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

Art. 5º O desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira dar-se-á mediante:

I – a capacitação dos produtores, em parceria com os órgãos de extensão rural;

II – a educação ambiental;

III – incentivos fiscais e econômicos, através da construção de açudes e viveiros com máquinas e equipamentos do Município.

CAPÍTULO IV**DO ACESSO AOS RECURSOS PESQUEIROS**

Art. 6º Toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, bem como no Cadastro Técnico Federal - CTF na forma da legislação específica.

Art. 7º O Município, através de seus Órgãos, orientarão as pessoas na forma de que trata o art. 6º desta lei.

CAPÍTULO V**DO ESTÍMULO À ATIVIDADE PESQUEIRA E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 8º São considerados produtores rurais e beneficiários da política agrícola de que trata o art. 187 da Constituição Federal as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividade pesqueira de captura e criação de pescado nos termos desta Lei e da Lei Federal nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

Art. 9º O Município prestará e priorizará, na forma prevista em lei, os seguintes incentivos econômicos e técnicos:

I - serviços de terraplenagem e escavação para construção de açudes e viveiros nas propriedades rurais, para fins de desenvolvimento da atividade pesqueira;

II – pagamento de horas-máquina para a finalidade de que trata o inciso I deste artigo, na forma prevista em regulamento próprio;

III - programas de treinamentos e capacitação técnica dos agricultores;

IV – palestras técnicas sobre a importância do consumo de peixe na alimentação, bem como no incremento da atividade econômica.

Art. 10. A capacitação da mão de obra será orientada para o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira em parceria com os órgãos públicos de extensão rural.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Complementar Lei Nº 158

LEI COMPLEMENTAR LEI Nº 158, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009. REGULAMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS

MICROEMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei regula o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao microempreendedor individual (MEI), às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), doravante simplesmente denominadas MEI, ME e EPP, em conformidade com o que dispõe os arts. 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal nº 123/06, criando a Lei Geral Municipal da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte de Pinheiro Preto – SC.

Parágrafo único. Aplicam-se ao MEI todos os benefícios e todas as prerrogativas previstas nesta Lei para as ME e EPP.

Art. 2º O tratamento diferenciado, simplificado, favorecido e de incentivo às microempresas, às empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual incluirá, entre outras ações dos órgãos e entes da administração municipal:

- I – os incentivos fiscais;
- II – o incentivo à formalização de empreendimentos;
- III – a unicidade e a simplificação do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas;
- IV – a simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro, legalização e funcionamento de empresários e pessoas jurídicas, inclusive com a definição das atividades consideradas de alto risco;
- V – a preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA

Seção I Das Diretrizes

Art. 3º Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art. 4º Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

Art. 5º Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado – REGIN.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.

Art. 6º O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Seção II Da Consulta de Viabilidade e da Inscrição

Art. 7º É obrigatória a realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempresário individual, a qual será efetivada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado – REGIN, disponível no sítio oficial do Município, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º Os órgãos competentes disporão do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da realização da consulta no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I - Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente;

II - Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária, meio ambiente, localização e funcionamento, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual.

§ 4º O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do artigo 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º Ao microempreendedor individual será facultada a realização de consulta de viabilidade tão-somente para o exercício de atividades econômicas constantes na regulamentação específica aprovada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

§ 6º A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 8º O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º A inscrição do microempreendedor individual deverá ser

realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, após a realização e deferimento da consulta de viabilidade previsto no artigo 6º desta lei.

§ 2º A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade resultará no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.

§ 3º O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à primeira inscrição.

§ 4º A partir do segundo ano da inscrição municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas à taxas aplicáveis às demais empresas.

Art. 9º A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte deverá ser realizada no sítio oficial do Município, após o deferimento da consulta de viabilidade.

CAPÍTULO II DO REGIME TRIBUTÁRIO

Seção I

Das alíquotas e do recolhimento

Art. 10. As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Parágrafo único. A MEI poderá optar pelo recolhimento do ISS em valor fixo mensal, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, conforme previsto no art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Art. 11. A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123/2006;

III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISS prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art. 12. Os escritórios de contabilidade e demais profissionais de profissões regulamentadas, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISS de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 108, de 23 de dezembro de 2003, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

Art. 13. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a:

I – emitir documento fiscais previstos em lei, e de acordo com instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

II – manter em boa ordem e guarda os documentos que fundamentaram a apuração dos impostos e contribuições devidos e o cumprimento das obrigações acessórias a que se refere esta Lei Complementar enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes.

§ 1º Os empreendedores individuais com receita bruta acumulada no ano-calendário de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), na forma estabelecida em ato do Comitê Gestor, farão a comprovação da receita bruta, mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços, ficando dispensados da emissão do documento fiscal previsto no inciso I do caput deste artigo, ressalvadas as hipóteses de emissão obrigatória previstas pelo referido Comitê.

§ 2º As demais microempresas e as empresas de pequeno porte, além do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão, ainda, manter o livro-caixa em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária.

§ 3º As microempresas e empresas de pequeno porte ficam sujeitas à entrega de declaração eletrônica que deva conter os dados referentes aos serviços prestados ou tomados de terceiros, na conformidade do que dispuser o Comitê Gestor.

§ 4º Na hipótese do § 1º deste artigo:

I – deverão ser anexados ao registro de vendas ou de prestação de serviços, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, os documentos fiscais comprobatórios das entradas de mercadorias e serviços tomados referentes ao período, bem como os documentos fiscais relativos às operações ou prestações realizadas eventualmente emitidos;

II – será obrigatória a emissão de documento fiscal nas vendas e nas prestações de serviços realizadas pelo empreendedor individual para destinatário cadastrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ficando dispensado desta emissão para o consumidor final.

Art. 14. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.

Seção II

Dos benefícios Fiscais

Art. 15. Os MEIs, MEs e EPPs terão os seguintes benefícios fiscais:

I - redução, nos primeiros dois anos de atividade, de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da taxa de licença e fiscalização para localização, instalação e funcionamento de microempresas e empresas de pequeno porte;

II – redução, nos primeiros dois anos de atividade, de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da taxa do Alvará Sanitário;

Parágrafo único. Ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura e ao cadastro do microempreendedor individual;

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO

Art. 16. Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte;

Parágrafo único. Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade.

Art. 17. Fica autorizado o Município de Pinheiro Preto a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar esta lei no prazo de 120 dias e promover ampla divulgação do tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta lei.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 159

LEI COMPLEMENTAR Nº 159, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.
FIXA NOVOS LIMITES DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º O perímetro urbano do Município de Pinheiro Preto passa a ter os seguintes pontos com os respectivos ângulos, azimutes e coordenadas:

O perímetro urbano de Pinheiro Preto têm início no ponto PU-00, com coordenadas UTM e 471920.00, e 7012889,39 no bordo da rodovia Pinheiro Preto – Iomerê, seguindo até encontrar o ponto PU-00A por uma distância de 599,38m. Do Ponto PU-00A segue até o Ponto PU-00B por uma distância de 117,61m com AZ=75° 36'49". Do ponto PU-00B segue até o ponto PU-00C por uma distância de 157,36m com AZ=96°52'35". Do ponto PU-00C segue até o ponto PU-00D com distância de 163,30m com AZ= 19°03'30". Do ponto PU-00D segue até o ponto PU-00E com distância de 210,86m com AZ= 81°21'21". Do ponto PU-00E segue pelo bordo do Rio do Peixe até o ponto PU-00F com distância de 176,74m. Do Ponto PU-00F segue até encontrar o ponto PU-00G com distância de 103,74 com AZ=268°22'21". Do ponto PU-00G segue até encontrar o ponto PU-00H com distância de 194,89m. Do ponto PU-00H segue até encontrar o ponto PU-00i com distância de 73,21m com AZ=346°39'09". Do ponto PU-00i segue por uma estrada de acesso até encontrar o ponto PU-01 com distancia de 508,65m

.Do ponto PU-01 segue até o ponto PU-02 por uma distância de 40,42m com AZ=131° 30'53". Do ponto PU-02 segue até o PU-03 por uma distância de 680,54m com AZ=142° 03'41". Do ponto PU-03 segue até o PU-04 por uma distância de 30 m com AZ=14° 18'56". Do ponto PU-04 segue até o PU-05 por uma distância de 30,52 m com AZ= 110° 30'09". Do ponto PU-05 segue até o PU-06 por uma distância de 34,02 m com AZ=12° 39'35". Do ponto PU-06 segue até o PU-07 por uma distância de 16,85 m com AZ=114° 28'39". Do ponto PU-07 segue até o PU-08 por uma distância de 40,20 m com AZ=102° 13'47". Do ponto PU-08 segue até o PU-09 por uma distância de 16,21 m com AZ=124° 08'35". Do ponto PU-09 segue até o PU-10 por uma distância de 15,15 m com AZ=111° 08'21". Do ponto PU-10 segue até o PU-11 por uma distância de 26,60 m com AZ=97° 13'26". Do ponto PU-11 segue até o PU-12 por uma distância de 10,24 m com AZ=95° 48'35". Do ponto PU-12 segue até o PU-13 por uma distância de 12,39 m com AZ=119° 10'49". Do ponto PU-13 segue até o PU-14 por uma distância de 53,16 m com AZ=11° 28'42". Do ponto PU-14 segue até o PU-15 por uma distância de 6,52 m com AZ=99° 39'21". Do ponto PU-15 segue até o PU-16 por uma distância de 62,67 m com AZ=11° 28'42". Do ponto PU-16 segue até o PU-17 por uma distância de 27,46 m com AZ=105° 56'51". Do ponto PU-17 segue até o PU-18 por uma distância de 40,75 m com AZ=92° 00'09". Do ponto PU-18 segue até o PU-19 por uma distância de 43,99 m com AZ=171° 58'13". Do ponto PU-19 segue até o PU-20 por uma distância de 36 m com AZ=93° 12'31". Do ponto PU-20 segue até o PU-21 por uma distância de 33,05 m com AZ=176° 25'47". Do ponto PU-21 segue até o PU-22 por uma distância de 36 m com AZ=286° 32'35". Do ponto PU-22 segue até o PU-23 por uma distância de 14,10 m com AZ=280° 18'05". Do ponto PU-23 segue até o PU-24 por uma distância de 11,76 m com AZ=274° 33'44". Do ponto PU-24 segue até o PU-25 por uma distância de 26,66 m com AZ=270° 07'02". Do ponto PU-25 segue até o PU-26 por uma distância de 17,84 m com AZ=246° 16'40". Do ponto PU-26 segue até o PU-27 por uma distância de 194,68 m com AZ=179° 26'32". Do ponto PU-27 segue por uma paralela da rodovia SC303 por uma distância de 214,70 m com AZ= 277°02'43" até encontrar o ponto PU-28. Do ponto PU-28 segue por uma paralela da rodovia SC303 por uma distância de 277,31 m até encontrar o ponto PU-29. Do ponto PU-29 segue por uma distância de 112,26 m com AZ=179°47'41" até encontrar o ponto PU-30. Do ponto PU-30 segue até o PU-31 por uma distância de 95,19 m com AZ=298° 12'51". Do ponto PU-31 segue até o PU-32 por uma distância de 101,44 m com AZ=272° 06'30". Do ponto PU-32 segue até o PU-33 por uma distância de 260,32 m com AZ=266° 38'57". Do ponto PU-33 segue até o PU-34 por uma distância de 220,02 m com AZ=147° 33'19". Do ponto PU-34 segue até o PU-35 por uma distância de 281,36 m com AZ=247° 38'13". Do ponto PU-35 segue até o PU-36 por uma distância de 274 m com AZ=184° 18'00". Do ponto PU-36 segue até o PU-37 por uma distância de 225,47 m com AZ=138° 05'49". Do ponto PU-37 segue até o PU-38 por uma distância de 205,68 m com AZ=266° 16'23". Do ponto PU-38 segue até o ponto PU-39 por uma distância de 127,92m com AZ=173°39'55". Do Ponto PU-39 segue pelo rio Pinheiro Preto por uma distância de 113,64 m até encontrar o PU-40. Do ponto PU-40 segue até o PU-41 por uma distância de 108,11 m com AZ=176° 37'00". Do ponto PU-41 segue até o PU-42 por uma distância de 39,48 m com AZ=128° 12'55". Do ponto PU-42 segue até o PU-43 por uma distância de 178,24 m com AZ=241° 15'16". Do ponto PU-43 segue por uma linha paralela à Rodovia SC303 por uma distância de 886,47 m até encontrar o ponto PU-44. Do ponto PU-44 segue até o PU-45 por uma distância de 178,24 m com AZ=344° 40'33". Do ponto PU-45 segue pelo Rio do Peixe por uma distância 1842,14 m até encontrar o ponto PU-46. Do ponto PU-46 segue até o PU-47 por uma distância de 281,86 m com AZ=285° 55'30". Do ponto PU-47 segue até o PU-48 por uma distância de 272,91 m com AZvariável=189° 42'18". Do ponto PU-48 segue até o PU-48A por uma distância de 197,68m com AZ=281° 36'33". Do PU-48A segue até o PU-49 por uma distância

de 208,30 m com AZ=354° 28'43". Do ponto PU-49 segue até o PU-50 por uma distância de 225,05 m com AZ=295° 31'20". Do ponto PU-50 segue até o PU-51 por uma distância de 257,85 m com AZ=359° 48'04". Do ponto PU-51 segue até o PU-52 por uma distância de 61,60 m com AZ=270° 21'12". Do ponto PU-52 segue até o PU-53 por uma distância de 151,20 m com AZ=286° 23'57". Do ponto PU-53 segue até o PU-54 por uma distância de 48,49 m com AZ=354° 32'59". Do ponto PU-54 segue até o PU-55 por uma distância de 249,47 m com AZ=89° 59'21". Do ponto PU-55 segue até o PU-56 por uma distância de 95,98 m com AZ=138° 15'42". Do ponto PU-56 segue até o PU-57 por uma distância de 376,70 m com AZ=96° 36'15". Do ponto PU-57 segue até o PU-58 por uma distância de 88,07 m com AZ=218° 17'03". Do ponto PU-58 segue até o PU-59 por uma distância de 138,71 m com AZ=243° 03'10". Do ponto PU-59 segue até o PU-60 por uma distância de 34,74 m com AZ=150° 32'12". Do ponto PU-60 segue até o PU-61 por uma distância de 333,38 m com AZ=59° 37'09". Do ponto PU-61 segue até o PU-62 por uma distância de 60 m com AZ=332° 09'10". Do ponto PU-62 segue até o PU-63 por uma distância de 238,74 m com AZ=66° 46'39". Do ponto PU-63 segue até o PU-64 por uma distância de 30,21 m com AZ=165° 36'57". Do ponto PU-64 segue até o PU-65 por uma distância de 129,05 m com AZ=90° 28'59". Do ponto PU-65 segue até o PU-66 por uma distância de 133,69 m com AZ=102° 18'13". Do ponto PU-66 segue até o PU-67 por uma distância de 86,45 m com AZ=43° 26'32". Do ponto PU-67 segue até o PU-68 por uma distância de 115,50 m com AZ=21° 51'29". Do ponto PU-68 segue por uma paralela da Rodovia Estadual Pinheiro Preto-Iomerê por uma distância de 624,31 m até encontrar o ponto PU-69. Do ponto PU-69 segue até o PU-70 por uma distância de 128,50 m com AZ=285° 43'09". Do ponto PU-70 segue até o PU-71 por uma distância de 82,77 m com AZ=285° 43'09". Do ponto PU-71 segue por uma distância de 64,37 m com AZ=10°35'06" até o ponto PU-00 ou PU-72 onde dar-se por concluído o perímetro urbano de Pinheiro Preto. O perímetro urbano tem uma extensão de 14.135,95m e a área total de 1.885.756,34m².

Art. 2º Fazem parte integrante da presente lei, os seguintes anexos:

I - Anexo I: memorial descritivo do perímetro urbano;

II - Anexo II: levantamento planimétrico de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Aviso de alteração de edital de licitação nº 051/2009
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 051/2009

O Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, torna público que foi prorrogado para o dia 21/12/2009, a licitação nº 051/2009, modalidade Pregão Presencial, cujo objeto visa "a aquisição de um veículo novo destinado a secretaria municipal da saúde", mantendo-se o credenciamento até às 10:15 hs, bem como a abertura da sessão às 10:30 hs do mesmo dia.

As demais cláusulas de referido edital permanecem inalteradas.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 14 de dezembro de 2009
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

Prefeitura Municipal

Lei nº 1.777/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.777/2009

"ESTABELECE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica estabelecida a concessão aos funcionários do Poder Legislativo de Porto Belo, integrante do Anexo I-A e Anexo I-B da Resolução de 007/04, reposição salarial com base na variação do IPCA (IBGE), compreendido no período de novembro de 2008 a outubro de 2009, estabelecido no percentual de 5,21% a ser aplicado sobre seus respectivos vencimentos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2010, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo – SC, aos 3 dias do mês de dezembro de 2009.
ALBERT STADLER
Prefeito

Lei nº 1.778/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.778/2009

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INDENIZAR ÁREA DE TERRA DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL"

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a indenizar área de terra com 300,00m², localizada na Rua Félix Walendowski, bairro Perequê, representada pelo lote nº. 12, da Quadra "B" do Loteamento Jardim Tatiana, nesta cidade, transcrita junto ao Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº. 05634, Livro nº. 2, fls. 01, de propriedade da empresa TERRAPLENAGEM E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS ÚNICA LTDA, inscrito no CNPJ sob nº. 75.349.480/0001-08, com sede na cidade de Brusque.

Art. 2º A área, ora indenizada, foi desapropriada através do Decreto Municipal nº. 715, de 24 de setembro de 2009 e tem por finalidade a implantação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Porto Belo.

Art. 3º A área descrita no artigo 1º desta Lei foi avaliada pela Comissão Municipal de Avaliação em R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), conforme laudo que segue em anexo, que faz parte integrante da presente lei.

Art. 4º No ato do pagamento da indenização referida no art. 3º da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal obrigado a exigir a escritura definitiva do imóvel.

Parágrafo Único. O representante legal da empresa beneficiária da indenização deverá apresentar documentos que comprovem a sua legitimidade de representação e para recebimento dos valores indenizatórios.

Art. 5º O beneficiário cujo imóvel enquadrar-se no 'caput' deste artigo, deverá apresentar as certidões negativas para a escrituração do imóvel.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial na importância de até R\$ 595.700,00 (Quinhentos e noventa e cinco mil e setecentos reais), que será concedido conforme a seguinte classificação orçamentária ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental – FUNSAN
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental – FUNSAN
Função: 17 – Saneamento
Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano
Programa: 0098 – Saneamento Ambiental
Projeto: 1.035 – Implantação da 1ª Etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário
Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 0.2.0378 - Convênio MTUR/PMPB/CASAN N.º 579/2007
Valor: R\$ 577.829,00
Fonte de Recursos: 0.1.0300 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 17.871,00

Art. 7º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental - FUNSAN
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental - FUNSAN
Função: 17 - Saneamento
Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano
Programa: 0098 – Saneamento Ambiental
Projeto: 1.035 – Implantação da 1ª Etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 0.2.0378 - Convênio MTUR/PMPB/CASAN N.º 579/2007
Valor: R\$ 577.829,00
Fonte de Recursos: 0.1.0300 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 17.871,00

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a tomar todas as providências legais e necessárias ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 9º As despesas decorrentes com a indenização correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

17.512.0098.1.035-4.5.90.00.00.00.00.00-0.2.0378 e
17.512.0098.1.035-4.5.90.00.00.00.00.00-0.1.0300.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo – SC, aos 4 dias do mês de dezembro de 2009.
ALBERT STADLER
Prefeito

Lei nº 1.779/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.779/2009

"DÁ DENOMINAÇÃO À RUA". AUTOR: VEREADOR ALTINO TORQUATO DOS SANTOS JÚNIOR.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "Nilvio Lino da Silva", a Rua "C" do Loteamento Jarim Tatiane, a qual tem seu início na Rua "A" e término no mesmo loteamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo – SC, aos 7 dias do mês de dezembro de 2009.
ALBERT STADLER
Prefeito

Lei nº 1.780/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.780/2009

"INSERE PARÁGRAFO NO ART. 22 DA LEI MUNICIPAL Nº 1554, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2007".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O artigo 22, da Lei Municipal nº 1554, de 30 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art. 22.

.....

§3º O professor que tenha adquirido efetividade em concursos distintos terá direito a aposentar-se integralmente desde que, preencha os requisitos do § 1º em um dos concursos e com tempo mínimo de contribuição de 10 (dez) anos exclusivamente de efetivo exercício nas funções de magistério, nos termos do art. 56, na educação infantil e no ensino fundamental e médio, nos segundo concurso."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo – SC, aos 8 dias do mês de dezembro de 2009.
ALBERT STADLER
Prefeito

Lei nº 1.781/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.781/2009

"ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 975, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O artigo 3º da Lei Municipal nº 975, de 10 de setembro de 1997, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 3º O COMAE – Conselho Municipal de Alimentação Escolar, será composto por 14 (quatorze) membros, sendo 07 (sete) titulares e 07 (sete) suplentes, assim constituídos:

I – Um Representante titular e um representante Suplente do Poder Executivo, com respectivo suplente;

II – Dois Representantes titulares e dois representantes Suplentes dos Professores;

III - Dois Representantes titulares e dois representantes Suplentes dos Pais de Alunos;

IV - Dois Representantes titulares e dois representantes Suplentes da Sociedade Civil”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo “Prefeito Antônio Stadler Filho”,
em Porto Belo – SC, aos 8 dias do mês de dezembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito

Lei nº 1.782/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.782/2009

“DISPÕE SOBRE OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE COLOCAM A DISPOSIÇÃO, MEDIANTE LOCAÇÃO, COMPUTADORES E MÁQUINAS PARA ACESSO À INTERNET E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. AUTORES: VEREADOR ELIAS CABRAL E VEREADOR ALTINO TORQUATO DOS SANTOS JÚNIOR.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º São regidos por esta lei os estabelecimentos comerciais instalados no Município de Porto Belo que ofertam a locação de computadores e máquinas para acesso à internet, utilização de programas e de jogos eletrônicos, abrangendo os designados como “lan houses”, cibercafés e “cyber offices”, entre outros.

Art. 2º Os estabelecimentos de que trata esta lei deverão manter, pelo prazo de dois anos, cadastro de todos os usuários, contendo os seguintes dados:

I - O tipo e o número do documento de identidade apresentado;

II - O endereço e o telefone;

III - O equipamento usado, bem como os horários do início e do término de sua utilização; e

IV - O Protocolo Internet - IP - do equipamento usado.

§ 1º O responsável pelo estabelecimento deverá exigir dos interessados a exibição de documento de identidade no ato de seu cadastramento.

§ 2º Os dados que trata o caput deste artigo serão armazenados por meio eletrônico, ficando proibida sua divulgação, exceto mediante expressa autorização do cliente, pedido formal de seu representante legal ou ordem judicial.

§ 3º Todos os estabelecimentos voltados à comercialização do acesso à internet deverão adotar sistema de monitoramento por câmeras de vigilância, em especial nos acessos aos computadores.

Art. 3º É vedado aos estabelecimentos de que trata esta lei:

I - Permitir o ingresso de pessoas menores de 12 (doze) anos sem o acompanhamento de, pelo menos, um de seus pais ou de responsável legal devidamente identificado;

II - Permitir a permanência de menores de 18 (dezoito) anos após às 22:00 horas, salvo se com autorização por escrito de, pelo menos, um de seus pais ou de responsável legal.

Art. 4º Os estabelecimentos de que trata esta lei deverão:

I - Expor em local visível lista de todos os serviços e jogos disponíveis, e a respectiva classificação etária, observada a disciplina do Ministério da Justiça sobre a matéria;

II - Ter ambiente saudável e iluminação adequada;

III - Ser dotados de móveis e equipamentos ergonômicos e adaptáveis a todos os tipos físicos;

IV - Ser adaptados para possibilitar acesso à portadores de deficiência física;

V - Tomar as medidas necessárias a fim de impedir que menores de idade utilizem contínua e ininterruptamente os equipamentos por período superior a 3 (três) horas, devendo haver um intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre os períodos de uso;

VI - Possuir equipamentos com regulagem de volume de forma a se adequar às características peculiares do desenvolvimento de crianças e adolescente.

Art. 5º São proibidos no ambiente de que trata esta lei:

I - A venda e o consumo de bebidas alcoólicas a menores;

II - A venda e o consumo de cigarros e congêneres;

III - A utilização de jogos ou a promoção de campeonatos que envolvam prêmios em dinheiro.

Parágrafo Único. Nos casos dos incisos I e II estabelecimento deverá afixar cartazes e/ou veicular informações sobre as proibições obedecendo os ditames da legislação em vigor.

Art. 6º A inobservância do disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - Advertência por escrito, relatando todo o fato ocorrido, com encaminhamento de cópia ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;

II - Multa, no valor de um a cinco salários mínimos, de acordo com a gravidade da infração, conforme critérios a serem definidos em regulamento;

III - Em caso de reincidência, cumulativamente com a multa, suspensão das atividades pelo prazo de 30 (trinta) dias;

IV - Em caso de nova reincidência cumulativamente com a multa haverá o cancelamento do alvará de funcionamento do estabelecimento para o exercício.

Parágrafo Único. Nas reincidências, a multa será aplicada em dobro.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei, especialmente quanto à atribuição para fiscalizar seu cumprimento e impor as penalidades a que se refere o artigo 6º.

Parágrafo Único. O prazo para adequação da presente lei será de 90 (noventa) dias a partir da vigência.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo “Prefeito Antônio Stadler Filho”,
em Porto Belo – SC, aos 14 dias do mês de dezembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito

Decreto nº 754/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 754/2009

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI, integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo – SC, aos 7 dias do mês de dezembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito

Decreto nº 755/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 755/2009

"REAJUSTA A PLANTA DE VALORES E FIXA CALENDÁRIO DE VENCIMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2010".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e pela Lei Municipal nº 1.071, de 30 de dezembro de 1998 – Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustada em 4,18% (seis vírgula vinte e três por cento), a planta de valores de que trata o artigo 236 e o anexo I, da Lei Municipal 1071/98 (Código Tributário Municipal), considerando o INPC dos últimos 12 (doze) meses, que servirá de base para o cálculo do valor venal dos imóveis no Município de Porto Belo.

Art. 2º. O calendário de vencimentos dos tributos municipais para o ano de 2010 nos termos do artigo 243 e parágrafos da lei 1071/98, será o que segue:

a.-Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU

1ª parcela única – 31 de janeiro, com o desconto de 10%;

2ª parcela única – 28 de fevereiro, com desconto de 5%.

Pagamento parcelado – em até 10 parcelas, com vencimento da primeira parcela em 31 de janeiro de 2008, e as demais no último dia útil de cada mês subsequente.

Desconto adicional – Ao contribuinte que no ano de 2008, efetuou o pagamento com desconto, na 1ª ou na 2ª cota única, até o vencimento, será concedido o desconto adicional de 5%, desde que o imposto seja pago, novamente, em cota única, até os vencimentos previstos acima.

b.-Impostos sobre Serviços de qualquer natureza – ISS

Vencimento dia 10 de cada mês.

c.-Taxa de licença de localização – até 28 de fevereiro.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2010,

revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo – SC, aos 7 dias do mês de dezembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito

Decreto nº 756/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 756/2009

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.634, DE 09/12/2008 – LOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 17.333,33 (Dezessete mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 16 – Fundo Municipal de Turismo

Unidade orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Turismo

Funcional-Programática: 23.695.0027

Atividade: 2.033 – Manutenção e Coordenação do Fundo do Turismo

Código Reduzido: 9

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.0300 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 4.333,33

Código Reduzido: 24

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.2.0430.67 - Convênio PTEC n. 003868/095 – Natal 2009

Valor: R\$ 13.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2009 por conta dos Recursos Ordinários, na importância de R\$ 4.333,00 (Quatro mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) e dos Recursos do Convênio PTEC n.º 003868/095 – Natal 2009, na importância de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo – SC, aos 16 dias do mês de dezembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito

Porto União**Prefeitura Municipal****Decreto nº 243/09**

DECRETO Nº 243, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas



Leis Municipais nºs 3.496 – LDO, de 04 de julho de 2008, e 3.532 – LOA, de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Geral do Município, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), autorizado pela Lei Municipal nºs 3.496 – LDO, de 04 de julho de 2008, e 3.532 – LOA, de 27 de novembro de 2008:

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0206 – MANUTENÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2.010 – MANUTENÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
ELEMENTO	339031-104 – Premiações Culturais, Artist., Cientif., Despor. e Outros	67	4.000,00
UNIDADE	0208 – SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
ATIVIDADE	2.010 – MANUT. SEC. DE AGRICULT. E MEIO AMBIENTE		
ELEMENTO	449052-100 – Equipamentos e Material Permanente	181	6.400,00
UNIDADE	0206 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
ATIVIDADE	2.010 – ENCARGOS GERAIS DA ADMINIS-TRAÇÃO		
ELEMENTO	339039-100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	212	5.900,00
ELEMENTO	339093-100 – Indenizações e Restituições	214	12.500,00
UNIDADE	0202 – GABINETE DO PREFEITO		
ATIVIDADE	2.002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		
ELEMENTO	339039-100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5	2.200,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		31.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0206 – MANUTENÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2.010 – MANUTENÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
ELEMENTO	339039-104 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	69	4.000,00
UNIDADE	0208 – SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
ATIVIDADE	2.010 – MANUT. SEC. DE AGRICULT. E MEIO AMB.		
ELEMENTO	339030-100 – Material de Consumo	178	6.400,00
UNIDADE	0206 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2.010 – ENCARGOS GERAIS DA ADMINIS-TRAÇÃO		
ELEMENTO	339030-100 – Material de Consumo	210	5.400,00

ELEMENTO	319013-100 – Obrigações Patronais	206	500,00
ELEMENTO	339039-100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	212	12.500,00
UNIDADE	0202 – GABINETE DO PREFEITO		
ATIVIDADE	2.002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		
ELEMENTO	339030-100 – Material de Consumo	4	2.200,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		31.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de novembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 267/09

DECRETO Nº 267, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o exercício financeiro de 2010, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-á pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2010, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade



Decreto nº 268/09

DECRETO Nº 268, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, para o exercício financeiro de 2010, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-á pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2010, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 269/09

DECRETO Nº 269, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o exercício financeiro de 2010, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-á pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2010, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 270/09

DECRETO Nº 270, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para o exercício financeiro de 2010, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-á pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2010, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 271/09

DECRETO Nº 271, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – IMPRESS, para o exercício financeiro de 2010, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais).



Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-á pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2010, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 272/09

DECRETO Nº 272, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES – AMASPU, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio da Autarquia Municipal de Assistência Social dos Servidores – AMASPU, para o exercício financeiro de 2010, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 970.000,00 (novecentos e setenta mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-á pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2010, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 273/09

DECRETO Nº 273, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM, para o exercício financeiro de 2010, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-á pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2010, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 274/09

DECRETO Nº 274, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para o exercício financeiro de 2010, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 8.111.250,00 (oito milhões, cento e onze mil e duzentos e cinquenta reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-á pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2010, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 275/09

DECRETO Nº 275, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.670, de 06 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o Orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde do presente exercício no valor de R\$ 291.000,00 (duzentos e noventa e um mil reais), autorizado pela Lei nº 3.670, de 06 de novembro de 2009, nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2025 – Manut. da Saúde - Assist. Hosp. e Ambulatorial		
ELEMENTO	319011-454 – Venc. e vantagens fixas – Pessoal Civil	1	9.000,00
ELEMENTO	339013-454 – Obrigações Patronais	2	5.000,00
ELEMENTO	335041-454 – Contribuições	3	20.000,00
ELEMENTO	339039-454 – Outros Serv. Terc. – Pessoa Jurídica	8	30.000,00
ATIVIDADE	2048 – Manut. Da Saúde – Atenção Básica		
ELEMENTO	319011-103 – Venc. e vantagens fixas – Pessoal civil	10	142.000,00
ELEMENTO	319113-103 – Plano Seguridade Soc. do Serv. ativo	14	10.000,00
ELEMENTO	319013-453 – Obrigações Patronais	13	20.000,00
ELEMENTO	339030-103 – Material de Consumo	20	8.000,00
ELEMENTO	339039-103 – Outros Serv. Terc. – Pessoa Jurídica	29	39.000,00
ELEMENTO	339039-450 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica	30	8.000,00
	TOTAL		291.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação ocorrido no exercício nas fontes 155, 453, 455, 462.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 280/09

DECRETO Nº 280, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.496 – LDO, de 04 de julho de 2008, e 3.532 – LOA, de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Geral do Município, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), autorizado pela Lei Municipal nºs 3.496 – LDO, de 04 de julho de 2008, 3.532 – LOA, de 27 de novembro de 2008:

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0206 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2.014 – Manutenção Ensino Fundamental		
ELEMENTO	339039-113 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	94	10.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0206 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2.014 – Manutenção Ensino Fundamental		
ELEMENTO	339030-113 – Material de Consumo	90	7.000,00
ELEMENTO	339036-113 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	92	3.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		10.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 281/09

DECRETO Nº 281, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.496 – LDO, de 04 de julho de 2008, e 3.532 – LOA, de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Próprio da Fundação Municipal de Cultura, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), autorizado pela Lei Municipal nºs 3.496 – LDO, de 04 de julho de 2008, 3.532 – LOA, de 27 de novembro de 2008:



ORGÃO	1400 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		
UNIDADE	1401 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		
ATIVIDADE	2.054 – Manutenção das Atividades Culturais		
ELEMENTO	339039-100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4	14.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		14.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO	1400 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		
UNIDADE	1401 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		
ATIVIDADE	2.054 – Manutenção das Atividades Culturais		
ELEMENTO	339030-100 – Material de Consumo	2	5.000,00
ELEMENTO	339039-100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	3	9.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		14.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 282/09

DECRETO Nº 282, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.670, de 06 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o Orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde do presente exercício no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), autorizado pela Lei nº 3.670, de 06 de novembro de 2009, nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2025 – Manut. da Saúde – Assist. hosp. e ambulatorial		
ELEMENTO	339030-454 – Material de Consumo	5	10.000,00
ATIVIDADE	2048 – Manut. da Saúde – Atenção Básica		
ELEMENTO	319011-453 – Venc. e vantagens fixas – Pessoal civil	11	10.000,00
ATIVIDADE	2059 – Manutenção SAMU		
ELEMENTO	319011-462 – Venc. e vantagens fixas – Pessoal civil	37	14.000,00
	TOTAL		34.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação ocorrido no exercício na fonte 167.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Processo Licitatório 021/2009 FAS Justificativa de Dispensa de Licitação 003/2009 FAS

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatório 021/2009 FAS
Dispensa de Licitação n.º 003/2009 FAS

Caracterização da Situação: o Município, através da Secretaria Municipal de Ação Social necessita local um imóvel para instalar a Associação dos Agentes Recicladores de Porto União, como parte de incentivo para o programa geração de renda de reciclagem solidária.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a locação de imóvel urbano, com área de 600,00 m2 situada na Avenida João Pessoa, neste município, inscrito sob a matrícula 1537 do Registro de imóveis da Comarca de Porto União SC, anexo ao presente processo licitatório.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel acima descrito, de propriedade do Senhor Lauro Fernandes Luiz Junior em razão as sua localização condicionar a escolha, bem como em razão de este estar dentro do preço praticado no mercado.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 1.000,00 (hum mil reais) mensais

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Unidade: 01.15 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade: 2.049 - Manutenção FMAS

Elemento : 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Física

Cid 02

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 27 de novembro de 2009.

DEIVIDSON LUIZ OKOPNIK
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 078/2009

Processo Licitatório 143/2009 Homologação

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO 143/2009

PREGÃO PRESENCIAL 056/2009

Homologa-se o aludido processo licitatório e adjudica-se a empresa Educar Moveis Ltda.

Porto União SC, 15 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal



Extrato de Contrato 260/2009 Quinto Termo Aditivo ao Contrato 243/2009

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO 260/2009

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 243/2007

Partes: Município de Porto União e Betha Sistemas Ltda

Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato para mais 12 (doze) meses a partir de 05 de dezembro de 2009

Clausula Segunda: o aludido contrato superior passa a ser de R\$ 6.326,69 (seis mil, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos) mensais a partir de 05 de dezembro de 2009

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 10 dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

BETHA SISTEMAS LTDA

Contratada

Extrato de Contrato 261/2009 1º Termo Aditivo ao contrato 206/2008

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 261/2009

Primeiro Termo aditivo ao contrato 206/2008

Partes: Município de Porto União e Logos Assessoria e Projetos Ltda

Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato até 31 de março de 2010

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 10 dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Logos Acessória e Projetos Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 261/2009 2º Termo Aditivo ao contrato 206/2008

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 261/2009

Segundo Termo aditivo ao contrato 206/2008

Partes: Município de Porto União e Logos Assessoria e Projetos Ltda

Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato até 31 de março de 2010

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 10 dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Logos Acessória e Projetos Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 267/2009 Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 237/2009

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 267/2009

Primeiro Termo aditivo ao contrato 237/2009

Partes: Município de Porto União e Ade Comercio d e Frutas e Verduras Ltda

Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato até 31 de março de 2010

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 15 dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Ade Comercio de Frutas e Verduras Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 259/2009 Primeiro Termo aditivo ao contrato 252/2009

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 259/2009

Primeiro Termo aditivo ao contrato 252/2009

Partes: Município de Porto União e AG Comercial Informática Ltda

Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato para 12 (doze) meses

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 01 dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

AG Comercial Informatica Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 263/2009 Primeiro Termo aditivo ao contrato 098/2009

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 263/2009

Primeiro Termo aditivo ao contrato 098/2009

Partes: Município de Porto União e C.A Senkiv Eventos Ltda ME

Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato até 31 de março de 2010

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 10 dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

C.A. Senkiv Eventos Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 264/2009 Primeiro Termo aditivo ao contrato 099/2009

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 264/2009

Primeiro Termo aditivo ao contrato 099/2009

Partes: Município de Porto União e C.A Senkiv Eventos Ltda ME

Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato até 31 de março de 2010

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 10 dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

C.A. Senkiv Eventos Ltda

Contratada



Extrato de Contrato 265/2009 Primeiro Termo aditivo ao contrato 241/2009

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 265/2009
Primeiro Termo aditivo ao contrato 241/2009
Partes: Município de Porto União e mercado Kosera Ltda
Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato até 31 de março de 2010
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 15 dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 266/2009 Primeiro Termo aditivo ao contrato 240/2009

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 266/2009
Primeiro Termo aditivo ao contrato 240/2009
Partes: Município de Porto União e Comercial Kalop Ltda
Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato até 31 de março de 2010
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 15 dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Comercial Kalop Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 268/2009 Primeiro Termo aditivo ao contrato 238/2009

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 268/2009
Primeiro Termo aditivo ao contrato 238/2009
Partes: Município de Porto União e Comercio de Produtos Alimentícios Colorado Ltda
Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato até 31 de março de 2010
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 15 dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Com de Prod. Alimentícios Colorado Ltda
Contratada

Processo Licitatório 019/2009 FAS Extrato de Contrato 044/2009 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 044/2009 FAS
Partes: Município de Porto União e Jackiw & Jackiw Ltda
Objeto: aquisição produtos para o Projeto Crer no Ser – FAS
Valor total : R\$ 2.981,71 (dois mil novecentos e oitenta e um reais e setenta centavos)
Base legal: Pregão presencial 005/2009 e lei 10.520/02

Vigência: 31 dezembro de 2009.

Porto União SC, 14 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Jackiw & Jackiw Ltda
Contratada

Processo Licitatório 019/2009 FAS Extrato de Contrato 045/2009 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 045/2009 FAS
Partes: Município de Porto União e Radaelli Haiduk & Cia Ltda
Objeto: aquisição produtos para o Projeto Crer no Ser – FAS
Valor total : R\$ 3.893,35 (três mil, oitocentos e noventa e três reais e trinta centavos)
Base legal: Pregão presencial 005/2009 e lei 10.520/02
Vigência: 31 dezembro de 2009.

Porto União SC, 14 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Radaelli Haiduk & Cia Ltda
Contratada

Processo Licitatório 019/2009 FAS Extrato de Contrato 046/2009 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 046/2009 FAS
Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda
Objeto: aquisição produtos para o Projeto Crer no Ser – FAS
Valor total : R\$ 3.739,40 (três mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta centavos)
Base legal: Pregão presencial 005/2009 e lei 10.520/02
Vigência: 31 dezembro de 2009.

Porto União SC, 14 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda
Contratada

Processo Licitatório 020/2009 FAS Extrato de Contrato 041/2009 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 041/2009 FAS
Partes: Município de Porto União e Jackiw & Jackiw Ltda
Objeto: aquisição produtos para o Programa de Apoio a Criança FAS
Valor total : R\$ 1.656,00 (hum mil, seiscentos e cinquenta e seis reais)
Base legal: Pregão presencial 006/2009 e lei 10.520/02
Vigência: 31 dezembro de 2009.

Porto União SC, 10 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda
Contratada

Processo Licitatório 143/2009 Extrato de Contrato 270/2009

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 270/2009

Partes: Educar Moveis Ltda e Prefeitura Municipal de Porto União

Objeto: fornecimento de mobiliários para Ensino Fundamental

Valor total: R\$ 32.300,00 (trinta e dois mil e trezentos reais)

Vigência:31 de dezembro de 2009 ou a retirada do quantitativo licitado

Base legal lei 10.520/02

Porto União SC, 15 dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Educar Moveis Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 269/2009 1º Termo Aditivo ao contrato 242/2009

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 269/2009

Primeiro Termo aditivo ao contrato 242/2009

Partes: Município de Porto União e Radaelli Haiduk & Cia Ltda

Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato até 31 de março de 2010

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 15 dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Radaelli Haiduk & Cia Ltda Ltda

Contratada

Rio do Sul**Prefeitura Municipal****Decreto nº 1014/09**

DECRETO Nº 1014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2009-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 518/2009, o resultado do Pregão Presencial Nº 063 de 22/10/2009, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante CENTRO CLINICO EUGENIO BACHLE LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Vlrn

ANEXO AO DECRETO Nº 1014/2009

Pregão Presencial nº 063 de 22/10/2009-FMS

Objeto da Licitação: Chamamento público para credenciamento de Unidades Prestadoras de Serviço de Assistência a Saúde, na área ambulatorial, para o conjunto de procedimentos de Terapias do Aparelho Geniturinário, para atender necessidade dos pacientes do SUS atendidos pela Sec. de Saúde.

Preço: por item

Participantes:CENTRO CLINICO EUGENIO BACHLE LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor o licitante CENTRO CLINICO EUGENIO BACHLE LTDA

Decreto nº 1015/09

DECRETO Nº 1015, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.799 de 02.12.2008

DECRETA:

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos do Município de Rio do Sul:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	Fundação Municipal de Desportos		
2.301	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	5.800,00
	TOTAL	R\$	5.800,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos do Município de Rio do Sul:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	Fundação Municipal de Desportos		
2.301	Programa de Eventos Esportivos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	R\$	1.500,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	4.300,00
	TOTAL	R\$	5.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação



Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
03 de dezembro de 2009
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto nº 1016/09

DECRETO Nº 1016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009.
" NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR ÁREA DE TERRA."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são garantidas pelo inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados os Senhores: Eugênio Vicenzi, Eduardo Aragão Silva, Sérgio Vasselai e Jailson Roberto de Oliveira, para em comissão procederem a avaliação da seguinte área de terra:

- uma área de terra com 50,80m², localizada na Av. Gov. Ivo Silveira, bairro Canta Galo, neste município, matriculada junto ao Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca sob nº 32106, pertencente a Araceli de Souza e Outros, com as seguintes confrontações: frente em 10,16m com a Av. Gov. Ivo Silveira; fundos em 10,16m com a área remanescente; lado direito em 5,00m com a área remanescente e lado esquerdo em 5,00m com terras de Cláudio Luiz Finardi.

Art. 2º – A área descrita no art. 1º deste decreto destina-se a regularização de área destinada a estacionamento.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão a conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
07 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Vlrm

Decreto nº 1017/09

DECRETO Nº 1017, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009
"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 009/2009-FMAS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulado o processo licitatório representado pela Carta Convite nº 009/2009 de 03.11.2009 do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá em razão de que a única empresa participante estar inabilitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
07 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social
Vlrm

Decreto nº 1018/09

DECRETO Nº 1018, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009.
" NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR ÁREA DE TERRA."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são garantidas pelo inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados os Senhores: Eugênio Vicenzi, Eduardo Aragão Silva, Sérgio Vasselai e Jailson Roberto de Oliveira, para em comissão procederem a avaliação da seguinte área de terra:

- uma área de terra com 1.310,35m², localizada no Beco Waldemar Bernardi bairro Bela Aliança, neste município, matriculada junto ao Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca sob nº 38970, pertencente a Sra. Waltrudes Bernardi, com as seguintes confrontações: frente em 8,00m com o Beco Waldemar Bernardi; fundos em 8,00m com terras de Waltrudes Bernardi; lado direito em 112,98m com terras de Waltrudes Bernardi e lado esquerdo em cinco linhas retas e quebradas, sendo a primeira em 70,00m, segunda com 51,40m ambas com terras de Waltrudes Bernardi; a terceira em 8,06m com terras de Ernani Bieging; a quarta em 50,19m e a quinta em 35,00m ambas com terras de Waltrudes Bernardi.

Art. 2º – A área descrita no art. 1º deste decreto destina-se ao prolongamento do Beco Waldemar Bernardi.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão a conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
07 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Vlrm

Decreto nº 1019/09

DECRETO Nº 1019, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2009-REGISTRO DE PREÇO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 518/2009, o resultado do Pregão Presencial Nº 109 de 24/11/2009, Registro de Preço, cujo resumo

está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante POSTO CENTRO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

09 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1019/2009

Pregão Presencial nº 109 de 24/11/2009-Registro de Preço

Objeto da Licitação: Aquisição de 60.000 litros de gasolina comum para equipamentos e viaturas da frota municipal.

Preço: por item

Participantes: POSTO CENTRO LTDA, POSTO R4 LTDA, POSTO VERDE LTDA

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor o licitante POSTO CENTRO LTDA.

Decreto nº 1020/09

DECRETO Nº 1019, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2009-REGISTRO DE PREÇO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 518/2009, o resultado do Pregão Presencial Nº 109 de 24/11/2009, Registro de Preço, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante POSTO CENTRO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

09 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1019/2009

Pregão Presencial nº 109 de 24/11/2009-Registro de Preço

Objeto da Licitação: Aquisição de 60.000 litros de gasolina comum para equipamentos e viaturas da frota municipal.

Preço: por item

Participantes: POSTO CENTRO LTDA, POSTO R4 LTDA, POSTO VERDE LTDA

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor o licitante POSTO CENTRO LTDA.

Decreto nº 1021/09

DECRETO Nº 1019, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2009-REGISTRO DE PREÇO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 518/2009, o resultado do Pregão Presencial Nº 109 de 24/11/2009, Registro de Preço, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante POSTO CENTRO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

09 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1019/2009

Pregão Presencial nº 109 de 24/11/2009-Registro de Preço

Objeto da Licitação: Aquisição de 60.000 litros de gasolina comum para equipamentos e viaturas da frota municipal.

Preço: por item

Participantes: POSTO CENTRO LTDA, POSTO R4 LTDA, POSTO VERDE LTDA

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor o licitante POSTO CENTRO LTDA.

Decreto nº 1022/09

DECRETO Nº 1022, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.799 de 02.12.2008

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação proveniente de transferências financeiras recebidas pela Fundação Municipal de Desportos, a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	Fundação Municipal de Desportos		
2.301	Manutenção da Fundação Municipal de Desportos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
	TOTAL	R\$	15.000,00



Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

10 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1023/09

DECRETO Nº 1023, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2009-REGISTRO DE PREÇO-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 518/2009, o resultado do Pregão Presencial Nº 066 de 27/11/2009-Registro de Preço do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA..

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

11 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1023/2009

Pregão Presencial nº 066 de 27/11/2009-FMS

Objeto da Licitação: Registro de Preço para aquisição de 300 cestas básicas para atender necessidade dos bolsistas do Programa Emergencial de Auxílio ao Desemprego-PEAD que atuam na Sec. de Saúde.

Preço: por item

Participantes: SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor o licitante SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA.

Decreto nº 1024/09

DECRETO Nº 1024, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 3.778/2002, alterada pelas Leis 4.356/2006 e 4.526/2007,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, os seguintes membros, devidamente indicados por suas entidades:

MEMBROS :

I – Representantes indicados pela Administração Municipal, ligado ao órgão que trata das políticas e ações voltadas ao atendimento e assistência social:

- WALDETE ROCHA - Titular

- VALSI PIAZERA - Suplente

II – Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:

- IVANIA TRAVAGLIA - Titular

- RÔMULO AUGUSTO BORGES – Suplente

III- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- JANARA APARECIDA MAFRA- Titular

- INOLÉSIA LINDACIR LUNELLI VICENTIN - Suplente

IV – Representantes de entidades não governamentais:

- Representantes do Hospital Regional:

- BEATRIZ SARDÁ RECH - Titular

- JOSIANE KOTH - Suplente

V – Representantes da Fundação Municipal de Desportos:

- JANIR SCOTTINI - Titular

- MARIA APARECIDA DOS ANJOS PANDINI - Suplente

- Representantes do Hospital Samária:

- TRAUDI SCHAFFER SANTANA - Titular

- EDINÉIA K. SCHMIDT – Suplente

- Representantes do Asilo São Vicente de Paulo:

- NEIDE MARIA DE SOUZA ARECO - Titular

- LOURDES CLAUDINO - Suplente

- Representantes dos Grupos de Terceira Idade:

- NILTON PERFOL - Titular

- GENÉSIO FERRARI - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

11 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

vlrm

Portaria Nº 1061/RH

PORTARIA Nº 1061/RH, 15 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 21, da Lei Complementar Nº 099, de 24/04/2003 e, parecer exarado pela Junta Médica Oficial (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Readaptação no período de 10/12/2009 a 11/12/2011, concedida através da Portaria Nº 302/RH de 15/03/2006, ao servidor municipal JOÃO MARIA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, nível 10, faixa 11.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração

15 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Tas

Portaria N° 1060/RH

PORTARIA N° 1060/RH, 15 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 21, da Lei Complementar N° 099, de 24/04/2003 e, parecer exarado pela Junta Médica Oficial (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Readaptação no período de 29/10/2009 a 30/10/2011, concedida através da Portaria N° 1468/RH de 29/10/2008, ao servidor municipal CLAUDIO SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, nível 10, faixa 12.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
15 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 1059/RH

PORTARIA N° 1059/RH, 15 DE DEZEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Junta Médica Oficial (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 01/12/2009 até a emissão de ato aposentatório, concedida através da Portaria N° 0832/RH de 09/09/2009, a servidora municipal LOURDES DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 12.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
15 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 1058/RH

PORTARIA N° 1058/RH, 15 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Junta Médica Oficial (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 14/11/2009 até a emissão de ato aposentatório, concedida através da Portaria N° 0629/RH de

01/07/2009, ao servidor municipal SOLON SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Radiologista/Odontológico, nível 70, faixa 71

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
15 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 1057/RH

PORTARIA N° 1057/RH, 15 DE DEZEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica e Junta Médica Oficial (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 28/11/2009 a 12/03/2010, concedida através da Portaria N° 0961/RH de 13/11/2009, a servidora municipal IOLANDA WEISS WARMLING, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível III, classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
15 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 1056/RH

PORTARIA N° 1056/RH, 15 DE DEZEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 13/12/2009 a 10/02/2010, concedida através da Portaria N° 0956/RH de 13/11/2009, ao servidor municipal JONAS PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Calceiteiro, nível 20, faixa 23.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
15 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 1055/RH

PORTARIA N° 1055/RH, 15 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 10/12/2009 a 07/02/2010, concedida através da Portaria N° 0935/RH de 04/11/2009, a servidora municipal IVANILDE MARIA VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 12.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
15 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 1054/RH

PORTARIA N° 1054/RH, 15 DE DEZEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 11/12/2009 a 08/02/2010, concedida através da Portaria N° 0923/RH de 19/10/2009, a servidora municipal ELOIR TEREZINHA DOS SANTOS SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 12, do quadro de servidores da Fundação Cultural.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
15 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

FABIO JOCELI CARARA
Superintendente da FCRS
Tas

Portaria N° 1053/RH

PORTARIA N° 1053/RH, 10 DE DEZEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela

Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 04/12/2009 a 10/12/2009, concedida através da Portaria N° 1042/RH de 03/12/2009 a servidora municipal TATIANI PIAI ANGELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível III, classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
10 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 1050/RH

PORTARIA N° 1050/RH, 03 DE DEZEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 17/11/2009 a 06/12/2009, a servidora municipal DANIELA REUTER KOPP, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 41.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
03 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 1046/RH

PORTARIA N° 1046/RH, 03 DE DEZEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 22/11/2009 a 20/02/2010, concedida através da Portaria N° 0909/RH de 08/10/2009 a servidora municipal RAINILDES GALS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 11.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
03 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 1042/RH

PORTARIA N° 1042/RH, 03 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 30/11/2009 a 03/12/2009, concedida através da Portaria N° 0952/RH de 13/11/2009 a servidora municipal TATIANI PIAI ANGELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível III, classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
03 de Dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N.º 1041/RH.

PORTARIA N.º 1041/RH, 03 de dezembro de 2009.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 115, da Lei Complementar nº 099/2003, conceder prorrogação por 60 (sessenta) dias, a partir de 03/12/2009, para a conclusão do Inquérito Administrativo nº 017/2009, instaurada através da Portaria nº 0889/RH de 05/10/2009, em atendimento ao Ofício nº 011/I.A./nº017/2009, em virtude da Comissão estar aguardando a defesa escrita do indiciado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretario Municipal

03 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Salto Veloso**Prefeitura Municipal****I Alteração de edital pregão presencial nº. 0008/2009**

I Alteração de edital pregão presencial registro de preço nº. 0008/2009-Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC

I ALTERAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 0008/2009-FMS

PROCESSO Nº. 0055/2009-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados ALTERAÇÃO de Data referente ao objeto do Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 0008/2009-

FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Médico Hospitalar para abastecimento da farmácia da secretaria municipal de saúde de Salto Veloso/SC, ao longo de 12 (doze) meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 22 de dezembro de 2009

b) Local: Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC.

Setor de Licitações, localizado Sede da Prefeitura Municipal, sito à travessa das flores, 058 Centro, Salto Veloso/SC

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08:00h.

d) Abertura do processo: às 08h30min.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 22 de dezembro de 2009 às 08h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente na recepção desta Prefeitura.

Os demais itens ficarão inalterados.

Salto Veloso, 11 de Novembro de 2009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste**Prefeitura Municipal****Decreto N° 3.983**

DECRETO Nº 3.983, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECAÇÃO, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no art. 9º da Lei Municipal nº 1.778, de 19/12/2008, alterada pela Lei Municipal nº 1.788, de 20/03/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - excesso de arrecadação, criando a modalidade abaixo descrita, e adicionando-se o valor de R\$ 399.075,88 (trezentos e noventa e nove mil, setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), nas modalidades de aplicação abaixo descritas:

07.01.12.361.4506.2.011.3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 138 – Man. da Educação Básica

I – Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Funcional Programática: 07.01.12.361.4506.2.011

Acrescentar: Modalidade de aplicação:		
3.1.90.00.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 - 138	R\$	21.000,00
Acrescentar: Modalidade de aplicação:		
4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 - 130	R\$	275.620,00



II – Órgão: 08 – SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 Unidade: 01 – SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 Funcional Programática: 08.01.08.244.4514.2.037

Acrescentar: Modalidade de aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 - 06	R\$	43.000,00
---	-----	-----------

III – Órgão: 09 – SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
 Unidade: 01 – SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
 Funcional Programática: 09.01.15.451.4516.1.041

Acrescentar: Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.2.0206 - 85	R\$	58.615,88
---	-----	-----------

IV – Órgão: 12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Funcional Programática: 12.01.08.244.4512.2.043

Acrescentar: Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 - 34	R\$	840,00
---	-----	--------

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do produto do excesso ou provável excesso de arrecadação, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64 e Leis Municipais nº 1.778/2008, de 19/12/2008, alterada pela Lei Municipal nº 1.788, de 20/03/2009.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2009.
 TOMÉ FRANCISCO ETGES
 Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.984

DECRETO Nº 3.984, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.833, de 22/10/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso III,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar anulação de dotação, remanejando-se o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais):

Órgão: 09 – SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
Unidade: 01 – SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
Funcional Programática: 09.01.15.451.4516.1.041		
Acrescentar: Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.1.000 - 08	R\$	5.000,00
Subtrair: Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.000 - 07	R\$	5.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2009.
 TOMÉ FRANCISCO ETGES
 Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.985

DECRETO Nº 3.985, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.
 Abre Crédito Adicional Suplementar – Excesso de Arrecadação, no

Orçamento programa de 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no art. 9º da Lei Municipal nº 1.778, de 19/12/2008, alterada pela Lei Municipal nº 1.788, de 20/03/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar – excesso de arrecadação, adicionando-se o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), nas modalidades de aplicação abaixo descritas:

I - Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Funcional Programática: 07.01.12.361.4506.2.011

Acrescentar: Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0022 - 72	R\$	3.000,00
---	-----	----------

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do produto do excesso ou provável excesso de arrecadação, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64 e Leis Municipais nº 1.778/2008, de 19/12/2008, alterada pela Lei Municipal nº 1.788, de 20/03/2009:

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2009.
 TOMÉ FRANCISCO ETGES
 Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.986

DECRETO Nº 3.986, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.
 DETERMINA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO NOS DIAS 23, 24, 30 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º Fica determinado Ponto Facultativo em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, nos dias 23, 24, 30 e 31 de dezembro do corrente ano.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput deste artigo, o Serviço Público Municipal de Saúde 24 horas e o Conselho Tutelar, considerados essenciais para a comunidade, que funcionarão em regime de Plantões nestes dias.

Art. 2º Fica determinado Expediente Interno em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, nos dias 28 e 29 de dezembro do corrente ano, em período integral.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput deste artigo, o Serviço Público Municipal de Saúde 24 horas e o Conselho Tutelar, que funcionarão em regime normal.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de dezembro de 2009.
 TOMÉ FRANCISCO ETGES
 Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.987

DECRETO Nº 3.987, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.
 ALTERA O DECRETO Nº 3.978, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PRO-

CESSO SELETIVO Nº 002/2009, PARA ADMISSÃO DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, com base nos Incisos VII e XXXVI do Art. 55, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a interposição de recurso ao resultado do Processo Seletivo nº 002/2009;

DECRETA:

Art. 1º O Anexo Único do Decreto nº 3.978, de 14 de Dezembro de 2009, que "dispõe sobre a homologação do resultado do Processo Seletivo nº 002/2009, para admissão de professores em caráter temporário e excepcional, da Rede Municipal de Ensino para o ano de 2010", passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2009

HABILITADOS			
EDUCAÇÃO INFANTIL			
CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	151	SINARA MÔNICA CANEVER SONTA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
2º	62	NEUZA APARECIDA DOS SANTOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
3º	72	ELIANE APARECIDA BRAZZO SZCZEPKOWSKI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
4º	112	MARLETE KOSMANN BENINCÁ	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
5º	84	FERNANDA ALBIERO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
6º	171	ZULMA MARIA DOS SANTOS DAL BOSCO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
7º	38	INÊS FONTANA ROVARIS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
8º	57	IRACY TEREZINHA CELLA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
9º	14	NILSA MARTIGNAGO KOLLING	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
10º	25	ROSANA COSTA FAITÃO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
11º	150	IZOLETE MOLON RIBEIRO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
12º	141	IVANIR PAULINA TREMEA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
13º	69	JOVANI APARECIDA ROVARIS RIGON	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
14º	36	NOEMI WOLOSZYN CHAVES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
15º	67	ROSI CHRISTINI CABERLON FURLAN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
16º	83	ANDREIA MARIA SPRICIGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
17º	88	ANGELA MARIA LIVI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
18º	9	ISAURA SIVIERO DIESEL	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
19º	49	SOLANGE DAL BELLO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO

20º	50	TEREZINHA PILETTI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
21º	82	IVANIRIA SARTORI BAESSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
22º	18	REJANE BRAZZO SANTIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
23º	61	NEUZA VALMOR MACHADO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
24º	4	GICELI BASTEZINI WEIRICH	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
25º	21	ILVA ANÁLIA CONSOLI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
26º	176	ROSANA BITTENCOURT	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
27º	167	TATIANE PAULA KLEIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
28º	77	MICHELLE VALDUGA AVER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
29º	85	HELENA CARMELITA NARESSI MARCON	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
30º	6	CLAUDETE TERESINHA ALBAN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
31º	153	JOSIANE PAULA SEABRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
32º	143	ADRIANA GURTAT VASSOLER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
33º	95	AIDE PANDINI BATZNER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
34º	22	GISELE BARBOZA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
35º	20	SILVANE MOTTER BORTOLUZ	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
36º	139	JOCE MARE TEZZA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
37º	51	IVONE GORETTI BONFIM DA LUZ	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
38º	3	ERITA INÊS BECK	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
39º	43	CRESTINA BOLZAN LORENZI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
40º	42	JANETE MATTOS BAUER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
41º	34	SALETE KOSMANN DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
42º	19	GENECI LOURDES DE ASSIS NIZER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
43º	30	EDRIANE SANDRA BRAZZO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
44º	120	MARIZETE APARECIDA RICARDI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
45º	80	IVONE BEATRIZ MULHMANN REDIVO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
46º	81	JULIANE CASAGRANDE	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
47º	96	IVETE PERES MARTINELLO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
48º	89	CACIANA CANEVER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
49º	29	KERLY CRISTINA CATANI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
50º	78	FERNANDA REGINA CASAGRANDE	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL

51º	45	ROZILEI APARECIDA TRENTOTARSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
52º	126	ELISANGELA RAIMUNDO DOS SANTOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
53º	118	TANIA MARA WAGNER MURARO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
54º	53	PATRICIA ERBES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
55º	179	MARCIA DE ABREU CAMARGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
56º	26	PAULA CRISTINA PIETA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
57º	155	ELEIDA DOS SANTOS MILAN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
58º	142	CLAUDETE TRENTOTARSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
59º	90	DIANA BENINCÁ JAGUSEWSKI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
60º	40	ELIZANDRA BITTENCOURT	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
61º	140	CARICIA ROVARIS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
62º	56	ANDRÉIA LIMA DOS SANTOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
63º	164	SONIA MARA CASAROTTO WINTER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
64º	161	FERNANDA PERUZZO FRIGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL

NÃO HABILITADOS

EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
65º	152	IVONE CHRIST	8º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
66º	147	JANIA RAMOS	8º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
67º	13	KELIN KATIA KOLLING	7º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
68º	115	LISÂNGELA VARELA MASCARELLO	7º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
69º	28	MARI TANIA DE MARCHI	7º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
70º	68	ALINI CRISTINA CADORIM	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
71º	75	MARIOZETE DE OLIVEIRA SMANIOTTO	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
72º	58	LUCIANE DETONI	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
73º	24	LEOMAR TEREZINHA DE OLIVEIRA SILVA	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
74º	138	DENISE TARSO	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
75º	7	MARIA INÊS ROVARIS	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
76º	148	ELIANE LUCI DA CRUZ	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
77º	41	FRANCIELI GONÇALVES DO NASCIMENTO	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
78º	169	LAYS MAYARA MILAN	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL

79º	73	MARIZA HELENA RAMBO PANDINI	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
80º	34	MAIRA INÊS GARBIN DE OLIVEIRA	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
81º	23	GUERTA SALETE BECK LONGO	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
82º	127	ANNY LAIS BORTOLUZZI	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
83º	122	EVA MARIA VILBRANTZ CUNICO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS / PÓS-GRADUAÇÃO
84º	76	GELCI CREMONINI DE LIMA	PEDAGOGIA ED. INFANTIL / PÓS-GRADUAÇÃO
85º	178	ODIMARCIA DA SILVA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS / PÓS-GRADUAÇÃO
86º	114	CRISTIANE APARECIDA CEN-TENARO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS / PÓS-GRADUAÇÃO
87º	31	PATRÍCIA TEIXEIRA SULDO-WSKI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS / PÓS-GRADUAÇÃO
88º	116	THEREZINHA MUNARO CEN-TENARO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
89º	125	JAQUILINE DE MELO	5º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
90º	170	CAMILA CASAGRANDE	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
91º	163	MARA REGINA BORGES GHIZZI	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
92º	145	CAROLINE DE ANDRADE MACHADO	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
93º	92	MARIA APARECIDA PINHEIRO BORGES	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
94º	74	LUANA MURARO	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
95º	137	SILÉZIA MARIA GIORDANI BORGES	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
96º	64	MARTA SURDI DE LIMA	3º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
97º	136	MARILEI CRISTIANE DOS SANTOS BOARETTO	3º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
98º	46	GRAZIELE SILVEIRA	3º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
99º	134	CLARI BETTIATO	MAGISTÉRIO DE ED. INFANTIL E SÉRIES INICIAIS
100º	32	IVANETE STRAPPAZZON	MAGISTÉRIO DE ED. INFANTIL E SÉRIES INICIAIS

HABILITADOS

SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	65	MARIA ODETE GURTAT	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
2º	70	MARLENE TEREZINHA CURIOLETTI MATIAS	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
3º	151	SINARA MÔNICA CANEVER SONTA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
4º	62	NEUZA APARECIDA DOS SANTOS	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
5º	72	ELIANE APARECIDA BRAZZO SZCZEPKOVSKI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
6º	112	MARLETE KOSMANN BENINCÁ	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO



7º	84	FERNANDA ALBIERO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
8º	171	ZULMA MARIA DOS SANTOS DAL BOSCO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
9º	122	EVA MARIA VILBRANTZ CUNICO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
10º	38	INÊS FONTANA ROVARIS	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
11º	14	NILSA MARTIGNAGO KOLLING	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
12º	86	CARMEN GALIAZZI SCREMIM	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
13º	25	ROSANA COSTA FAITÃO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
14º	16	SONIA TEREZINHA COSTA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
15º	150	IZOLETE MOLON RIBEIRO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
16º	129	EVELIZE DE CEZARO VALENTINI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
17º	141	IVANIR PAULINA TREMEA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
18º	69	JOVANI APARECIDA ROVARIS RIGON	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
19º	36	NOEMI WOLOSZYN CHAVES	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
20º	59	LIGIA APARECIDA DE CARVALHO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
21º	67	ROSI CHRISTINI CABERLON FURLAN	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
22º	88	ANGELA MARIA LIVI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
23º	12	ADRIANA MARIA AVILA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
24º	76	GELCI CREMONINI DE LIMA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
25º	9	ISAURA SIVIERO DIESEL	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
26º	49	SOLANGE DAL BELLO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
27º	91	LEONICE BAMBERG SUTILLI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
28º	50	TEREZINHA PILETTI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
29º	93	ARLETE TONIAL	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
30º	165	JOSIANE SETTE	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
31º	82	IVANIRIA SARTORI BAESSO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
32º	18	REJANE BRAZZO SANTIN	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
33º	61	NEUZA VALMOR MACHADO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
34º	178	ODIMARCIA DA SILVA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
35º	21	ILVA ANÁLIA CONSOLI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
36º	63	LUCIANE APARECIDA BOLZAN	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
37º	85	HELENA CARMELITA NARESSI MARCON	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO

38º	114	CRISTIANE APARECIDA CENTENARO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
39º	153	JOSIANE PAULA SEABRA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
40º	130	GENILDE LUCIA MACULAN	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
41º	66	GISLAINE ALVES BORGES CORREA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
42º	22	GISELE BARBOZA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
43º	20	SILVANE MOTTER BORTOLUZ	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
44º	159	UIARA GEOVANA THIBES ZENI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
45º	139	JOCE MARE TEZZA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
46º	51	IVONE GORETTI BONFIM DA LUZ	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
47º	3	ERITA INÊS BECK	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
48º	31	PATRÍCIA TEIXEIRA SULDOWSKI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
49º	162	NEIVA APARECIDA FOGASSA DOS SANTOS	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
50º	144	MARINES BOZIN	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
51º	43	CRESTINA BOLZAN LORENZI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
52º	42	JANETE MATTOS BAUER	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
53º	34	SALETE KOSMANN DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
54º	19	GENECI LOURDES DE ASSIS NIZER	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
55º	30	EDRIANE SANDRA BRAZZO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
56º	120	MARIZETE APARECIDA RICARDI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
57º	80	IVONE BEATRIZ MULHMANN REDIVO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
58º	81	JULIANE CASAGRANDE	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
59º	146	DOMINGA FACHIN DA SILVA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
60º	89	CACIANA CANEVER	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
61º	29	KERLY CRISTINA CATANI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
62º	78	FERNANDA REGINA CASAGRANDE	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
63º	45	ROZILEI APARECIDA TRENTOTARSO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
64º	126	ELISANGELA RAIMUNDO DOS SANTOS	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
65º	118	TANIA MARA WAGNER MURARO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
66º	116	THEREZINHA MUNARO CENTENARO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
67º	53	PATRICIA ERBES	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
68º	179	MARCIA DE ABREU CAMARGO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS

69º	26	PAULA CRISTINA PIETA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
70º	155	ELEIDA DOS SANTOS MILAN	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
71º	142	CLAUDETE TRENTA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
72º	90	DIANA BENINCÁ JAGUSEWSKI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
73º	40	ELIZANDRA BITTENCOURT	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
74º	140	CARICIA ROVARIS	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
75º	56	ANDRÉIA LIMA DOS SANTOS	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
76º	164	SONIA MARA CASAROTTO WINTER	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
77º	110	MARCIA DE FATIMA PORSCH	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS

NÃO HABILITADOS

SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
78º	152	IVONE CHRIST	8º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
79º	147	JANIA RAMOS	8º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
80º	13	KELIN KATIA KOLLING	7º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
81º	115	LISÂNGELA VARELA MASCA-RELLO	7º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
82º	28	MARI TANIA DE MARCHI	7º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
83º	68	ALINI CRISTINA CADORIM	6º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
84º	75	MARIOZETE DE OLIVEIRA SMANIOTTO	6º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
85º	58	LUCIANE DETONI	6º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
86º	24	LEOMAR TEREZINHA DE OLIVEIRA SILVA	6º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
87º	138	DENISE TARSO	6º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
88º	7	MARIA INÊS ROVARIS	6º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
89º	148	ELIANE LUCI DA CRUZ	6º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
90º	41	FRANCIELI GONÇALVES DO NASCIMENTO	6º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
91º	169	LAYS MAYARA MILAN	6º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
92º	73	MARIZA HELENA RAMBO PANDINI	6º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
93º	34	MAIRA INÊS GARBIN DE OLIVEIRA	6º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
94º	23	GUERTA SALETE BECK LONGO	6º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
95º	127	ANNY LAIS BORTOLUZZI	6º PERÍODO PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
96º	83	ANDREIA MARIA SPRICIGO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO

97º	4	GICELI BASTEZINI WEIRICH	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
98º	176	ROSANA BITTENCOURT	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
99º	77	MICHELLE VALDUGA AVER	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
100º	95	AIDE PANDINI BATZNER	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
101º	125	JAQUILINE DE MELO	5º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
102º	170	CAMILA CASAGRANDE	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
103º	163	MARA REGINA BORGES GHIZZI	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
104º	145	CAROLINE DE ANDRADE MACHADO	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
105º	92	MARIA APARECIDA PINHEIRO BORGES	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
106º	74	LUANA MURARO	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
107º	137	SILÉZIA MARIA GIORDANI BORGES	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
108º	136	MARILEI C. DOS SANTOS BOARETTO	3º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
109º	46	GRAZIELE SILVEIRA	3º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
110º	134	CLARI BETTIATO	MAGISTÉRIO DE ED. INFANTIL E SÉRIES INICIAIS
111º	32	IVANETE STRAPPAZZON	MAGISTÉRIO DE ED. INFANTIL E SÉRIES INICIAIS

SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	172	ROSI MARI BRANDALIZE DE MIRANDA	LETRAS - PORT.-INGLÊS / PÓS-GRADUAÇÃO
2º	109	MARLICE VILLANI PERAZZOLI	LÍNGUA PORT./LITERATURA / PÓS-GRADUAÇÃO
3º	124	SANDRA MARIN	LETRAS PORTUGUÊS / PÓS GRADUAÇÃO
4º	35	DANIELA APARECIDA RAFA-LOSKI SCHMITT	LETRAS PORT. INGLÊS / PÓS-GRADUAÇÃO
5º	180	SÔNIA PIRES SEITHER	LETRAS - PORTUGUÊS-ESPANHOL
6º	100	VALERIA BISON MORESCO	LETRAS - PORTUGUÊS-ESPANHOL
7º	174	STÉLIA LUCIANE SOROKA	CURSANDO 7º PERÍODO LETRAS-PORTUGUÊS
8º	39	DAYANNE VILLANI DO NASCIMENTO	3º PERÍODO LETRAS-PORTUGUÊS
9º	10	RAQUEL ZUCHI MELLO	CURSANDO 3º PERÍODO LETRAS - PORT.INGLÊS

MATEMÁTICA

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	104	CELSE BAESSO	LICEN. PLEN. CIÊNC.HAB. MAT. /PÓS-GRADUAÇÃO



2º	149	ADRIANA SAUGO TREVELIN	LICEN. MATEMÁTICA / PÓS-GRADUAÇÃO
3º	98	DANIANA DE COSTA	LICEN. MATEMÁTICA / PÓS-GRADUAÇÃO
4º	108	MARCIA COAN JANCESKI	LICEN. PLENA FÍSICA / PÓS-GRADUAÇÃO
5º	133	CAROLINE DALL'AGNOL	CURSANDO 8º PERÍODO MATEMÁTICA
6º	15	KEROLYN MENEGUETTI	CURSANDO 7º PERÍODO MATEMÁTICA
7º	71	FRANCIELI SANTIN	LICEN. QUÍMICA / PÓS CIÊNCIAS AMBIENTAIS

HISTÓRIA			
CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	102	ANA CÉLIA PELISSARO	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
2º	97	SHEILA PEREIRA DUARTE	HISTÓRIA/ PÓS-GRADUAÇÃO
3º	135	SILVANA VIEDA HERMES	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
4º	103	FRANCIELI CUNICO	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
5º	128	ANA RODRIGUES	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
6º	168	IRACY CARLETTI	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
7º	173	SIDIMAR GARGHETTI	HISTÓRIA
8º	37	MARIANE SAVI	CURSANDO 8º PERÍODO HISTÓRIA
9º	174	STÉLIA LUCIANE SOROKA	CURSANDO 6º PERÍODO HISTÓRIA
10º	106	SANDRA FÁTIMA GARDA FURLAN	CURSANDO 4º PERÍODO HISTÓRIA
11º	123	IZORLEI NORDIO	CURSANDO 4º PERÍODO HISTÓRIA
12º	182	SILVIA REGINA SAUGO SO-MARIVA	CURSANDO 4º PERÍODO HISTÓRIA
13º	101	ARI ALBERTO FRANÇOZI JUNIOR	GEOG. / PÓS /CURSANDO 3º PERÍODO HISTÓRIA
14º	105	MARIA GORETTI COSTA DA CRUZ SCHNEIDER	CURSANDO 3º PERÍODO HISTÓRIA
15º	94	LORIANE BELLEBONI	GEOGRAFIA / PÓS GRADUAÇÃO
16º	60	MARIO LUIZ BALENA	GEOGRAFIA / PÓS GRADUAÇÃO
17º	54	JAQUELINE MASSOLA	GEOGRAFIA / PÓS GRADUAÇÃO
18º	55	DALIANE MENIN	GEOGRAFIA

GEOGRAFIA			
CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	94	LORIANE BELLEBONI	GEOGRAFIA / PÓS GRADUAÇÃO
2º	60	MARIO LUIZ BALENA	GEOGRAFIA / PÓS GRADUAÇÃO
3º	54	JAQUELINE MASSOLA	GEOGRAFIA / PÓS GRADUAÇÃO
4º	55	DALIANE MENIN	GEOGRAFIA

5º	101	ARI ALBERTO FRANÇOZI JUNIOR	BACHAREL GEOGRAFIA / PÓS-GRADUAÇÃO
6º	102	ANA CÉLIA PELISSARO	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
7º	97	SHEILA PEREIRA DUARTE	HISTÓRIA/ PÓS-GRADUAÇÃO
8º	135	SILVANA VIEDA HERMES	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
9º	103	FRANCIELI CUNICO	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
10º	168	IRACY CARLETTI	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
11º	37	MARIANE SAVI	CURSANDO 8º PERÍODO HISTÓRIA
12º	106	SANDRA FÁTIMA GARDA FURLAN	CURSANDO 4º PERÍODO HISTÓRIA

CIÊNCIAS			
CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	131	FRANCIELI CRISTINA DA CROCE DA SILVA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS / PÓS- GRADUAÇÃO
2º	107	SANDRA APARECIDA WAGNER PALUDO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS / PÓS- GRADUAÇÃO
3º	181	ELISIANI DA SILVA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS / PÓS- GRADUAÇÃO
4º	104	CELSO BAESSO	LICEN. PLEN. CIÊN. HAB. MAT. /PÓS MATEMÁTICA
5º	71	FRANCIELI SANTIN	LICEN. QUÍMICA /PÓS CIÊNCIAS AMBIENTAIS

HORTICULTURA			
CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	131	FRANCIELI CRISTINA DA CROCE DA SILVA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS / PÓS-GRADUAÇÃO

INFORMÁTICA			
CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	48	ADRIANA BETT TEREINTO GRANZOTTO	BACHAREL SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
2º	47	CARLA RODRIGUES DE ANDRADE	CURSANDO 8º P. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
3º	111	DIEGO ROMANINI	CURSANDO 4º P. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
4º	113	ARTUR FELIPE DE MARCHI	CURSANDO 4º P. ANÁLISE SIST. INFORMAÇÃO
5º	166	EVELYN CRISTINA BROCARDO	CONCLUÍDO 2º P. CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO

ARTES			
CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	52	ELIDIANE MOSCHEN VANIN	LICENCIATURA EM ARTES - PÓS-GRADUAÇÃO
2º	160	ANA PAULA DABOIT	LICENCIATURA EM ARTES - PÓS-GRADUAÇÃO
3º	87	MAILA SUZANE GALEAZZI	CURSANDO 8º PERÍODO ARTES



ARTESANATO

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	160	ANA PAULA DABOIT	LICENCIATURA EM ARTES - PÓS-GRADUAÇÃO

INGLÊS

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	175	ADRIANE VANIN DE ALMEIDA	LETRAS PORT. INGLÊS / PÓS-GRADUAÇÃO
2º	172	ROSI MARI BRANDALIZE DE MIRANDA	LETRAS PORT. INGLÊS / PÓS-GRADUAÇÃO
3º	157	CLARETE TEREZINHA BERNARDI	LETRAS PORT. INGLÊS / PÓS-GRADUAÇÃO
4º	35	DANIELA APARECIDA RAFA-LOSKI SCHMITT	LETRAS PORT. INGLÊS / PÓS-GRADUAÇÃO
5º	10	RAQUEL ZUCHI MELLO	CURSANDO 3º P. LETRAS - PORT.-INGLÊS
6º	11	MANOELA CRISTINA GALEAZZI	FISK
7º	158	RONALDO ROLDÃO	FISK
8º	177	KELIS REGINA GARBIN DE CONTO	FISK
9º	98	DANIANA DE COSTA	FISK

EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	2	IEDA MARIA PUERARI	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
2º	27	MARCOS ROBERTO VIEIRA	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
3º	79	LIDIMARA CUNICO	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
4º	8	MICHELI POZZAN	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
5º	1	DANIELA TEIXEIRA	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
6º	156	LEONARDO DA SILVA COIMBRA	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
7º	117	MARCIO POSSAMAI DELLA	EDUCAÇÃO FÍSICA
8º	17	MICHELLE BITTENCOURT	EDUCAÇÃO FÍSICA
9º	44	VALDIRENE NUNES	EDUCAÇÃO FÍSICA
10º	132	JÉSSICA RIZZI	EDUCAÇÃO FÍSICA
11º	119	MARIANA GOMES	CURSANDO 8º PERÍODO ED. FÍSICA
12º	5	VIVIANI BASTEZINI	CURSANDO 6º PERÍODO ED. FÍSICA
13º	154	PATRICIA MARTINELO	CURSANDO 4º PERÍODO ED. FÍSICA

RELIGIÃO

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	99	ROSINEI PEDROTTI FERRARI	CURSANDO 3º PERÍODO CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

2º	173	SIDIMAR GARGHETTI	CURSANDO 3º PERÍODO CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
----	-----	-------------------	--

REFORÇO ESCOLAR

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	57	IRACY TEREZINHA CELLA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
2º	70	MARLENE TEREZINHA CURIO-LETTI MATIAS	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
3º	16	SONIA TEREZINHA COSTA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
4º	129	EVELIZE DE CEZARO VALENTINI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
5º	59	LIGIA APARECIDA DE CARVALHO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
6º	12	ADRIANA MARIA AVILA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
7º	91	LEONICE BAMBERG SUTILLI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
8º	93	ARLETE TONIAL	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
9º	63	LUCIANE APARECIDA BOLZAN	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
10º	96	IVETE PERES MARTINELLO	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS
11º	130	GENILDE LUCIA MACULAN	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
12º	66	GISLAINE ALVES BORGES CORREA	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
13º	159	UIARA GEOVANA THIBES ZENI	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
14º	110	MARCIA DE FATIMA PORSCHE	PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

CIÊNCIAS		
Nº		
INSC	PROFESSOR (A)	MOTIVO
108	MARCIA COAN JANCESKI	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA
149	ADRIANA SAUGO TREVELIN	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA
121	MICHELE PONZONI	NÃO CONCLUIU 2º PERÍODO

ARTES

Nº		
INSC	PROFESSOR (A)	MOTIVO
100	VALERIA BISON MORESCO	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA

RELIGIÃO

Nº		
INSC	PROFESSOR (A)	MOTIVO
124	SANDRA MARIN	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA

MATEMÁTICA

Nº		
INSC	PROFESSOR (A)	MOTIVO
121	MICHELE PONZONI	NÃO CONCLUIU 2º PERÍODO



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de dezembro de 2009.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 120/2009

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DA PORTARIA 680/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 13/01/2010, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 120/2009 MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PREÇOS Nº17/2009 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, NAS RUAS PEDRO ALVARES CABRAL, JOÃO FRANCISCO CAMELLO, FREI BARNABÉ, JOÃO ARNOLDO E JOSÉ PANDINI, NO BAIRRO CRUZEIRO COM ÁREA DE 5.063,99M², RELATIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 256252-57/2008., CONFORME DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA EM ANEXO. www.saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 121/2009

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DA PORTARIA 680/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 13/01/2010, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 121/2009 MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PREÇOS Nº18/2009 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO DAS RUAS ABEL ROTA (2.951,41M) PEDRO SPRICIGO (705,37M), JOSÉ PANDINI (320,45M), E BASTIÃO MURARO (946,04M), LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, BAIRRO CRUZEIRO NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, COM ÁREA TOTAL DE PAVIMENTAÇÃO 4.923,27M, CONFORME PROJETOS E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. CONFORME DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA EM ANEXO. www.saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de Concurso Público N° 001.3/2009

ERRATA AO EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001.3/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES, Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município de São Lourenço do Oeste, Lei Complementar n.º 056 de 14 de outubro de 2005 com respectivas atualizações e demais Legislação pertinente a espécie, TORNA PÚBLICA a retificação ao Extrato do Edital de Concurso Público nº 001.3/2009, nos seguintes termos:

Fica RETIFICADO O ANO informado no item II, subitem 5.1.1, e item III, subitem "11 - CRONOGRAMA" campos "Prova Escrita Objetiva" e "Divulgação do Gabarito Oficial Prova Escrita/Objetiva", DE 2009 para 2010, junto ao Extrato do Edital de Concurso Público nº 001.3/2009, publicado no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de dezembro de 2009. Maiores informações poderão ser obtidas no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2009.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio N° 068

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 068, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009. Origem: artigo 55, inciso XXIX, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal nº 1.843, de 04 de dezembro de 2009.

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste.

Conveniada: CTG Amizade Sem Fronteiras.

Objeto: Repasse financeiro do Conveniente ao Conveniado, constituindo auxílio destinado a reformas na rede elétrica da sede do Conveniado.

Valor: R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), a ser pago no dia 17 de dezembro do corrente ano.

Dotação Orçamentária:

08.01.08.244.4514.2.037.3.3.50.00.00.00.00.00.

Projeto Atividade:

Projeto Atividade: 2.037 – Assistência Comunitária.

Data da assinatura: 17 de dezembro de 2009.

Vigência: A vigência do presente convênio será da data de assinatura a 30 de março de 2009.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste – pelo Conveniente e José Garcias de Vargas - pelo Conveniado.

Schroeder

Prefeitura Municipal

Cancelamento da Licitação Carta Convite N°. 23/2009-PMS

CANCELAMENTO DA LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº. 23/2009-PMS

PROCESSO Nº. 150/2009-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados CANCELAMENTO da Licitação Carta Convite nº. 23/2009-PMS, Processo nº. 150/2009-PMS, para a contratação de empresa especializada para elaboração de Áudio Visual em virtude da comemoração dos 45 anos de emancipação do Município de Schroeder/SC, observando-se os Princípios do Interesse Público e da Legalidade, insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal brasileira e artigo 3º da lei federal nº. 8.666/93, uma vez que inexistiu possibilidade temporal do término no prazo determinado, pois, respeitando-se as datas recursais acima dispostas, ultrapassara a data para execução dos serviços o que impedirá a conclusão desta licitação.

Schroeder, 16 de Dezembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Declaração de Dispensa de Licitação N°. 56/2009

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC, torna público aos interessados que o Exmo. Senhor Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, II, da Lei nº. 8.666/93, conforme consta no processo de Dispensa de Licitação nº. 56/2009-PMS, declarou a Dispensa de licitação, para a contratação da empresa MARCIA M. DA SILVA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 86.731.494/0001-08, com endereço à Rua Ernesto Prada, nº. 280, Bairro Vila Nova, na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.176-200, com o valor mensal de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), sendo o valor total de R\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e



vinde reais), conforme pedido constante no processo, proveniente da dotação orçamentária 30 do ano de 2010, cujo objeto é o seguinte: contratação de empresa especializada na locação de Sistema de informática GEDOC, destinado ao gerenciamento eletrônico de documentos administrativos (Leis Municipais, Decretos, Portarias, Correspondências, Contratos, Requerimentos, Pareceres Jurídicos, Editais, Medidas Provisórias, Lei Orgânica e outros) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital, na prestação de serviços técnicos especializados de implantação (instalação, adequação e treinamento) alteração e suporte operacional do sistema locado e hospedagem da base de Dados das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares) e Decretos no Servidor Web, possibilitando a pesquisa da referida legislação nos domínios da Info Digitalle permitindo links para a página de internet, no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

A presente declaração encontra-se plenamente justificada conforme parecer da Assessoria Jurídica e os valores se apresentam compatíveis com o mercado, conforme anexo ao processo.

Schroeder/SC, 17 de dezembro de 2009.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo N° A53/2009 - PMS

TERMO ADITIVO N°. A53/2009 - PMS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 203/2009 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt;

CONTRATADA: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.103.065/0001-01, estabelecida na Rua João Maluta Junior, nº 1455, Centro, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ademir Augusto Noernberg, inscrito no CPF sob o nº. 093.085.809-30 e Carteira de Identidade nº. 374.825-1-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 203/2009 - PMS, celebrado em 21 de Setembro de 2009, proveniente do Processo Licitatório nº. 108/2009-PMS, modalidade Tomada de Preço nº. 09/2009 - PMS, em que consta como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) da Reforma e Ampliação da Creche Girassol, localizada na Rua Guilherme Zastrow, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC, conforme memorial descrito e demais anexos que fazem parte integrante do processo.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, frente a prorrogação do prazo de 30 dias para execução final da obra e aditamento de valor. Justificando devido a intempéries ocorridas dentro do período de execução e serviços adicionais a serem executados.

Considerando a que passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Marcelo da Silva da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo a este processo.

Considerando o disposto no Artigo 57, §1º, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, e aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula 1ª – O Contrato Administrativo n.º 203/2009-PMS passa a vigor até a data de 30 de janeiro de 2010.

Cláusula 2ª - Fica aditivado o valor de R\$ 9.918,77 (nove mil novecentos e dezoito reais e setenta e sete centavos), conforme planilha anexa ao processo

Cláusula 3ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de dezembro de 2009.
CONTRATADA:
ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA - ME
Ademir Augusto Noernberg
CPF no 093.085.809-30

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Felipe Voigt
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____
Nome: Orlando Tecilla Nome: Everton Francisco Cesconetto
CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 038.873.459-08

Extrato do Contrato N°. 276/2009-PMS

EXTRATO DO CONTRATO N°. 276/2009-PMS
Dispensa de Licitação nº. 56/2009-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratado: MARCIA M. DA SILVA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 86.731.494/0001-08, com endereço à Rua Ernesto Prada, nº. 280, Bairro Vila Nova, na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.176-200.

Objeto: Contratação de empresa especializada na locação de Sistema de informática GEDOC, destinado ao gerenciamento eletrônico de documentos administrativos (Leis Municipais, Decretos, Portarias, Correspondências, Contratos, Requerimentos, Pareceres Jurídicos, Editais, Medidas Provisórias, Lei Orgânica e outros) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital, na prestação de serviços técnicos especializados de implantação (instalação, adequação e treinamento) alteração e suporte operacional do sistema locado e hospedagem da base de Dados das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares) e Decretos no Servidor Web, possibilitando a pesquisa da referida legislação nos domínios da Info Digitalle permitindo links para a página de internet, no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), sendo o valor total de R\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais).

Data da Assinatura: 18/12/2009

Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Classificação Final do Processo Seletivo 003/2009

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 003/2009

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo n. 003/2009/SECEL/PMS, no uso de suas atribuições, e conforme o Edital do Processo Seletivo n. 003/2009/SECEL/PMS, torna público o resultado final da classificação dos candidatos classificados após período de recurso, nas categorias funcionais abaixo descritas, por ordem de classificação, cuja vaga será preenchida de acordo com a necessidade da administração municipal.

CLASSIFICAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1	Marilene Kátia Mielke
2	Deise Mara Klitzke
3	Sirlene Ferreira de Jesus
4	Eliane Mara Kicheleski Klodzinski
5	Gisele Cristina de Souza Alves
6	Anair Fochezatto de Souza
7	Alexsandra Isabel Menel Krueger
8	Karolina Harth Silveira
9	Edna Maria da Rocha
10	Marleni Lindner
11	Jéssika da Silva
12	Nathaly Franciele Brum Alfaro
13	Jessica Jacobi

CLASSIFICAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL- 1º AO 5º ANO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1	Solange Silveira de Oliveira
2	Odette Jaqueline Sadzinski
3	Geziane Machado
4	Lourdes Zelfeld Zoz
5	Vanderleia Schuller

Videira

Prefeitura Municipal

Lei nº 2.255/09

LEI N.º 2.255/09, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social e a Secretaria de Educação, a celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Nacional do Seguro Social, com interveniência da Gerência Executiva de Chapecó/SC, com a BRF – Brasil Foods S/A Unidade de Videira/SC, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Indústrias da Alimentação e afins de Videira/SC, e a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, objetivando a implementação do Programa de Reinserção e Reabilitação Profissional, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar, através da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social e a Secretaria de Educação, Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Nacional do Seguro Social, com interveniência da Gerência Executiva de Chapecó/SC, com a BRF - Brasil Foods S/A Unidade de Videira/SC, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Indústrias da Alimentação e afins de Videira/SC, e a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, objetivando a implementação do Programa de Reinserção e Reabilitação Profissional, nos termos da minuta anexa, parte integrante da presente Lei.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 16 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Lei Complementar nº 087/09

LEI COMPLEMENTAR Nº 087/09, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

Altera disposições contidas na Lei Complementar nº 69/85, estabelece tratamento jurídico diferenciado e simplificado ao microempreendedor individual, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC

Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 26 da Lei nº 69, de 05/12/1985, passa a vigorar com a inclusão do inciso VI:

“VI. microempreendedor individual aquele definido na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações.”(NR)

Art. 2º O artigo 27 da Lei nº 69, de 05/12/1985, passa a vigorar com a inclusão do parágrafo 9º:

“§ 9º - O microempreendedor individual poderá efetuar o pagamento do ISS (Imposto Sobre Serviços) em valores fixos mensais, na forma prevista na Lei Complementar Federal nº

123/2006 e suas alterações.”(NR)

Art. 3º O artigo 67 da Lei nº 69, de 05/12/1985, passa a vigorar com a inclusão do inciso XI:

“Art. 67 São isentos de pagamento da Taxa de licença:

(...)

XI. os microempreendedores individuais, no primeiro ato de inscrição e início de funcionamento, ficam isentos das taxas junto ao Município.”(NR)

Art. 4º O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Art. 5º É obrigatória a realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição do microempreendedor individual, a qual será efetivada por meio de apresentação de requerimento junto ao Município.

Art. 6º Fica revogado o parágrafo 1º, do artigo 31, da Lei nº 69, de 05/12/1985.

Art. 7º Fica revogado o item 01, da Tabela B, do Anexo I, da Lei nº 69, de 05/12/1985.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Lei Complementar nº 088/09

LEI COMPLEMENTAR Nº 088/09, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

Altera disposições contidas na Lei Complementar nº 064/08, que Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, Cria o Conselho Municipal de Saneamento e o Fundo Municipal de Saneamento Básico, e dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito do Município de Videira/SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 21 da Lei Complementar nº 064/08 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21 O Plano Municipal de Saneamento Básico será elaborado pelo Poder Executivo, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/07 e remetido à Câmara Municipal, até o mês de dezembro do ano de 2010.” (NR)

Art. 2º Em decorrência da alteração introduzida pelo art. 1º desta Lei Complementar, o §2º da Cláusula Terceira do Convênio nº 020/2008, autorizado pela Lei Complementar nº 064/2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º Até completa adaptação à Lei Federal nº 11.445/07, tendo como prazo máximo o mês de dezembro do ano de 2010, permanece em uso o Regulamento dos Serviços de Água e Esgotos Sanitários, atualmente utilizados pela CASAN no Município.” (NR)

Art. 3º Em virtude da alteração prevista no artigo 2º desta Lei, o



Convênio supracitado passa a vigorar com a redação da minuta anexa e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Decreto nº 9.337/09

DECRETO Nº 9.337/09, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.082/08, de 10 de dezembro de 2008,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 39.400,00 (Trinta e nove mil e quatrocentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria de Administração	
04 – Departamento Administrativo	
2.010 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	15.000,00
03 – Secretaria de Administração	
05 – Encargos Especiais	
2.014 – Contribuição aos Pasep	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	24.400,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	39.400,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Decreto nº 9.338/09

DECRETO Nº 9.338/09, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.082/08, de 10 de dezembro de 2008,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 63.950,00 (sessenta e três mil, novecentos e cinquenta reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.089– Manutenção da Saúde no Município	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	17.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 – Aplicações Diretas	46.450,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	63.950,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2008 e excesso de arrecadação de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Decreto nº 9.339/09

DECRETO Nº 9.339/09, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 5.318/2009, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Pedro e Maria Rodrigues das Chagas;

Considerando que o pedido dos requerentes, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento da área de 443,61 m² (quatrocentos e quarenta e três metros e sessenta e um décimos quadrados) e da área de 952,44 m² (novecentos e cinquenta e dois metros e quarenta e quatro décimos quadrados), integrantes de uma área total com 3.024,45 m² (três mil, vinte e quatro metros e quarenta e cinco décimos quadrados), de propriedade de PEDRO E MARIA RODRIGUES DAS CHAGAS, constante da matrícula nº 25.077 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, conforme mapa e memorial descritivo constantes do Processo Administrativo nº 5.318/09.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 16 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Decreto nº 9.340/09

DECRETO Nº 9.340/09, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.082/08, de 10 de dezembro de 2008,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

12 – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.111 – Manutenção do Fundo de Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 – Aplicações Diretas	5.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	15.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de dezembro de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Dispensa 37/2009 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/09-FMS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/09-FMS
HOMOLOGAÇÃO: 16/12/2009

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE PACIENTES, OS QUAIS REALIZAM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO.

CONTRATADO: COMÉRCIO E SERVIÇOS GHELLER LTDA - ME.

Valor: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira-SC, 16 de Dezembro de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Anulação Pregão Presencial Nº 85/2009-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2009-FMS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade Pregão Presencial nº 85/2009-FMS, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NO PAME 24 HORAS, PAM, CAPS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PSFs E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, FOI ANULADA. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 16 de dezembro de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato Aditivo 0213/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0213/2009
Contrato Superior nº: ATA 78/2009
Licitação: Pregão Presencial nº 62/2009 - PMV
Contratada: CONCRETOS CRUZEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, a partir de 01/01/2010 a 15/07/2010, conforme solicitação da Secretaria de Infraestrutura.
Valor: _____
Data: 02/12/2009

Extrato Aditivo 0214/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0214/2009
Contrato Superior nº: ATA 79/2009
Licitação: Pregão Presencial nº 62/2009 - PMV
Contratada: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, a partir de 01/01/2010 a 15/07/2010, conforme solicitação da Secretaria de Infraestrutura.
Valor: _____
Data: 02/12/2009

Extrato Aditivo 0215/2009 - FMAS

Contrato/Aditivo nº: 0215/2009
Contrato Superior nº: ATA 02/2009
Licitação: Pregão Presencial nº 01/2009 – FMAS
Contratada: AUTO POSTO RIO DAS PEDRAS LTDA - FILIAL
Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do litro da gasolina comum em R\$ 0,08, repassado ao consumidor e definido pelo Governo Federal, com efeitos retroativos a 01/11/2009 (em virtude do reajuste nos preços do álcool anidro, com reflexos na gasolina).
Valor: R\$ 2,42 (por litro)
Data: 03/12/2009

Extrato Aditivo 0216/2009 - FMS

Contrato/Aditivo nº: 0216/2009
Contrato Superior nº: ATA 01/2009
Licitação: Pregão Presencial nº 01/2009 – FMS
Contratada: AUTO POSTO RIO DAS PEDRAS LTDA - FILIAL
Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do litro da gasolina comum em R\$ 0,08, repassado ao consumidor e definido pelo Governo Federal, com efeitos retroativos a 01/11/2009 (em virtude do reajuste nos preços do álcool anidro, com reflexos na gasolina).
Valor: R\$ 2,42 (por litro)
Data: 03/12/2009



Extrato Aditivo 0217/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0217/2009

Contrato Superior nº: ATA 05/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 01/2009 – PMV

Contratada: AUTO POSTO RIO DAS PEDRAS LTDA - FILIAL

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do litro da gasolina comum em R\$ 0,08, repassado ao consumidor e definido pelo Governo Federal, com efeitos retroativos a 01/11/2009 (em virtude do reajuste nos preços do álcool anidro, com reflexos na gasolina).

Valor: R\$ 2,42 (por litro)

Data: 03/12/2009

Extrato Aditivo 0218/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0218/2009

Contrato Superior nº: CT 410/2009

Licitação: Convite nº 18/2009 – PMV

Contratada: NIMEK ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA

Objeto: Correção do prazo de vigência do contrato, alterando para 10 de novembro de 2010.

Valor: _____

Data: 10/12/2009

Extrato Aditivo 0219/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0219/2009

Contrato Superior nº: CT 519/2007

Licitação: Concorrência nº 04/2007 – PMV

Contratada: REUNIDAS S/A TRANSPORTES COLETIVOS

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso das salas comerciais nºs 05 e 06 no Terminal Rodoviário Waldemar Kleinübing, com efeitos retroativos a partir de 01/01/2009 a 31/12/2009.

Valor: R\$ 200,00 (por mês – cada sala)

Data: 03/12/2009

Extrato Aditivo 0220/2009 - FMS

Contrato/Aditivo nº: 0220/2009

Contrato Superior nº: CT 162/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 25/2009 – FMS

Contratada: MERCADO RZ LTDA ME

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 162/2009 até 31/12/2009, conforme solicitação e justificativas da Secretaria de Saúde, com efeitos retroativos a partir de 30/11/2009.

Valor: _____

Data: 04/12/2009

Extrato Aditivo 0221/2009 - FMS

Contrato/Aditivo nº: 0221/2009

Contrato Superior nº: CT 163/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 25/2009 – FMS

Contratada: COMERCIAL DE ALIMENTOS MIOZZO LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 163/2009 até 31/12/2009, conforme solicitação e justificativas da Secretaria de Saúde, com efeitos retroativos a partir de 30/11/2009.

Valor: _____

Data: 04/12/2009

Extrato Aditivo 0222/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0222/2009

Contrato Superior nº: CT 177/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 46/2009 – PMV

Contratada: RESTAURANTE E LAVAÇÃO MUGNOL LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 06

meses, conforme solicitação da Secretaria de Infraestrutura, com efeitos a partir de 01/01/2010

Valor: _____

Data: 04/12/2009

extrato_ad0222_09__pmv.doc

Extrato Aditivo 0223/2009 - FMAS

Contrato/Aditivo nº: 0223/2009

Contrato Superior nº: CT 223/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 15/2009 – FMAS

Contratada: COMERCIAL DE ALIMENTOS MIOZZO LTDA

Objeto: Aumento nos quantitativos dos itens das cláusulas 1ª e 2ª do contrato, conforme solicitação do Departamento de Ação Social.

Valor: R\$ 2.903,14

Data: 07/12/2009

Extrato Aditivo 0224/2009 - FMAS

Contrato/Aditivo nº: 0224/2009

Contrato Superior nº: CT 222/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 15/2009 – FMAS

Contratada: MERCADO RZ LTDA ME

Objeto: Aumento nos quantitativos dos itens das cláusulas 1ª e 2ª do contrato, conforme solicitação do Departamento de Ação Social.

Valor: _____

Data: 07/12/2009

Extrato Aditivo 0225/2009 - FMAS

Contrato/Aditivo nº: 0225/2009

Contrato Superior nº: CT 302/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 24/2009 – FMAS

Contratada: COMERCIAL DE ALIMENTOS MIOZZO LTDA

Objeto: Aumento nos quantitativos dos itens das cláusulas 1ª e 2ª do contrato, conforme solicitação do Departamento de Ação Social.

Valor: R\$ 3.045,68

Data: 07/12/2009

Extrato Aditivo 0226/2009 - FMAS

Contrato/Aditivo nº: 0226/2009

Contrato Superior nº: CT 300/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 24/2009 – FMAS

Contratada: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA

Objeto: Aumento nos quantitativos dos itens 4, 26, 32, 33, 36, 45, 65, 66, 73, 83, 84, 85, 87 e 90, das cláusulas 1ª e 2ª do contrato, conforme solicitação do Departamento de Ação Social.

Valor: R\$ 2.904,36

Data: 07/12/2009

Extrato Aditivo 0227/2009 - FMAS

Contrato/Aditivo nº: 0227/2009

Contrato Superior nº: CT 299/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 24/2009 – FMAS

Contratada: COMÉRCIO DE CARNES E PEIXES SPOLTI LTDA

Objeto: Aumento nos quantitativos dos itens 1, 2, 23 e 104, das cláusulas 1ª e 2ª do contrato, conforme solicitação do Departamento de Ação Social.

Valor: R\$ 675,60

Data: 07/12/2009

Extrato Aditivo 0228/2009 - FMAS

Contrato/Aditivo nº: 0228/2009

Contrato Superior nº: CT 298/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 24/2009 – FMAS

Contratada: MERCADO RZ LTDA

Objeto: Aumento nos quantitativos dos itens 17, 24, 35, 37, 41, 44, 61, 69, 70, 86, 89, 101, 102, 106 e 107, das cláusulas 1ª e 2ª do contrato, conforme solicitação do Departamento de Ação Social.

Valor: R\$ 4.542,22

Data: 09/12/2009

Extrato Aditivo 0229/2009 - FIA

Contrato/Aditivo nº: 0229/2009

Contrato Superior nº: CT 321/2009

Licitação: Convite nº 01/2009 – FIA

Contratada: ADEMIR LUIZ BOGONI FI

Objeto: Inclusão de serviços e quantitativos de material e mão-de-obra, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Planejamento.

Valor: R\$ 2.309,70

Data: 09/12/2009

Extrato Aditivo 0230/2009 - FMAS

Contrato/Aditivo nº: 0230/2009

Contrato Superior nº: CT 401/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 34/2009 – FMAS

Contratada: DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Aumento nos quantitativos dos itens 01 e 02 das cláusulas 1ª e 2ª do contrato original, conforme solicitação do Departamento de Ação Social.

Valor: R\$ 380,00

Data: 09/12/2009

Extrato Aditivo 0231/2009 - FMAS

Contrato/Aditivo nº: 0231/2009

Contrato Superior nº: CT 369/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 31/2009 – FMAS

Contratada: LINK TELE INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Aumento nos quantitativos dos itens 10 e 11, das cláusulas 1ª e 2ª do contrato original, conforme solicitação do Departamento de Ação Social.

Valor: R\$ 3.468,00

Data: 09/12/2009

Extrato Aditivo 0232/2009 - FMAS

Contrato/Aditivo nº: 0232/2009

Contrato Superior nº: CT 422/2009

Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº 06/2009 – FMAS

Contratada: SANTA TEREZINHA TRANSPORTE E TURISMO LTDA - VIDEIRA

Objeto: Aumento nos quantitativos dos vales transporte e passes do contrato original, conforme solicitação do Departamento de Ação Social.

Valor: R\$ 1.443,75

Data: 09/12/2009

Ato atualizado: 16/12/2009 - 18:34:59

Extrato Aditivo 0233/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0233/2009

Contrato Superior nº: CT 305/2009

Licitação: Tomada de Preços nº 07/2009 – PMV

Contratada: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA

Objeto: Modificação da cláusula 5ª do contrato original, alterando o prazo para entrega da obra em 45 dias consecutivos a partir de 10/12/2009, conforme solicitação da Secretaria de Planejamento.

Valor: _____

Data: 09/12/2009

Extrato Aditivo 0234/2009 - FMS

Contrato/Aditivo nº: 0234/2009

Contrato Superior nº: CT 149/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 59/2009 – FMS

Contratada: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: Aditamento de 25% sobre o item 6 do contrato original, conforme solicitação da Secretaria de Saúde.

Valor: R\$ 42,00

Data: 09/12/2009

Extrato Aditivo 0237/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0237/2009

Contrato Superior nº: CT 364/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 121/2009 – PMV

Contratada: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 01/01/2010 até 02/03/2010, conforme solicitação do Departamento de Compras.

Valor: _____

Data: 10/12/2009

Extrato Aditivo 0238/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0238/2009

Contrato Superior nº: CT 365/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 121/2009 – PMV

Contratada: VIDEQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 01/01/2010 a 02/03/2010, conforme solicitação do Departamento de Compras.

Valor: _____

Data: 10/12/2009

Extrato Aditivo 0239/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0239/2009

Contrato Superior nº: CT 185/2006

Licitação: Dispensa de Licitação nº 06/2006 – PMV

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 meses, em conformidade com a cláusula 6ª do contrato original, com efeitos a partir de 01/01/2010 a 31/12/2010.

Valor: R\$ 97.820,33

Data: 10/12/2009

Extrato Aditivo 0240/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0240/2009

Contrato Superior nº: ATA 90/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 71/2009 – PMV

Contratada: VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por mais 06 meses, com efeitos a partir do 01/01/2010 até 29/07/2010, conforme solicitação da Secretaria de Infraestrutura.

Valor: _____

Data: 10/12/2009

Extrato Aditivo 0242/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0242/2009

Contrato Superior nº: ATA 88/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 70/2009 – PMV

Contratada: ACQUAFORT COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por mais 06 meses, com efeitos a partir do 01/01/2010 até 29/07/2010, conforme solicitação da Secretaria de Infraestrutura.

Valor: _____

Data: 10/12/2009

Extrato Aditivo 0243/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0243/2009

Contrato Superior nº: ATA 60/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 44/2009 – PMV

Contratada: CBB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por mais 06 meses, com efeitos a partir do 01/01/2010 até 14/06/2010, conforme solicitação da Secretaria de Infraestrutura.

Valor: _____

Data: 10/12/2009

Extrato Aditivo 0244/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0244/2009

Contrato Superior nº: CT 520/2007

Licitação: Concorrência nº 04/2007 – PMV

Contratada: REUNIDAS TRANSPORTADORA RODOVIÁRIA DE CARGAS S/A

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso da sala comercial nº 08 no Terminal Rodoviário Walde-mar Kleinübing, com efeitos retroativos a partir de 01/01/2009 a 31/12/2009.

Valor: R\$ 400,00 (por mês)

Data: 11/12/2009

Extrato Aditivo 0245/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0245/2009

Contrato Superior nº: CT 14/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 03/2009 – PMV

Contratada: COMPANHIA ULTRAGAZ S/A

Objeto: Aumento no quantitativo do item 1 das cláusulas 1ª e 2ª do contrato original, conforme solicitação da Secretaria de Administração.

Valor: R\$ 103,60

Data: 11/12/2009

Extrato Aditivo 0246/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0246/2009

Contrato Superior nº: CT 14/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 03/2009 – PMV

Contratada: COMPANHIA ULTRAGAZ S/A

Objeto: Aumento no quantitativo do item 1 das cláusulas 1ª e 2ª do contrato original, conforme solicitação da Secretaria de Educação.

Valor: R\$ 2.331,00

Data: 11/12/2009

Extrato Aditivo 0247/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0247/2009

Contrato Superior nº: ATA 99/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 76/2009 – PMV

Contratada: LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por mais 06 meses, com efeitos a partir do 01/01/2010 a 06/08/2010, conforme solicitação da Secretaria de Infraestrutura.

Valor: _____

Data: 11/12/2009

Extrato Aditivo 0248/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0248/2009

Contrato Superior nº: CT 440/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 79/2009 – FMS

Contratada: PZ BUSINESS LTDA

Objeto: Supressão no quantitativo dos itens do contrato por acordo entre as partes totalizando diminuição no valor de R\$ 21.198,50, do contrato original passando de R\$ 42.205,00 para R\$ 21.006,50.

Valor: R\$ - 21.198,50

Data: 14/12/2009

Extrato Aditivo 0249/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0249/2009

Contrato Superior nº: ATA 61/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 44/2009 – PMV

Contratada: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, por mais 06 meses, com efeitos a partir de 01/01/2010 a 14/06/2010, conforme solicitação da Secretaria de Infraestrutura.

Valor: _____

Data: 14/12/2009

Extrato Aditivo 0250/2009 - PMV

Contrato/Aditivo nº: 0250/2009

Contrato Superior nº: CT 131/2008

Licitação: Pregão Presencial nº 28/2008 – PMV

Contratada: AUTO POSTO RIO DAS PEDRAS LTDA - FILIAL

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do litro da gasolina comum em R\$ 0,08, repassado ao consumidor e definido pelo Governo Federal, com efeitos retroativos a 01/11/2009 (em virtude do reajuste nos preços do álcool anidro, com reflexos na gasolina).

Valor: R\$ 214,80

Data: 15/12/2009

Extrato Aditivo 0251/2009 - FME

Contrato/Aditivo nº: 0251/2009

Contrato Superior nº: CT 13/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 01/2009 – FME

Contratada: AUTO POSTO RIO DAS PEDRAS LTDA - FILIAL

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do litro da gasolina comum em R\$ 0,08, repassado ao consumidor e definido pelo Governo Federal, com efeitos retroativos a 01/11/2009 (em virtude do reajuste nos preços do álcool anidro, com reflexos na gasolina).

Valor: R\$ 208,46

Data: 15/12/2009

Anexo Educação

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS NOVEMBRO/2009

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	2.637.839,80
1.2 - ITBI	971.958,48
1.3 - ISS	3.990.637,54
1.5 - IRRF	704.394,75
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	369.743,40
1.7 - Multas e Juros de Impostos	347.877,51
1.8 SOMA	9.022.451,48
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	
	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	10.956.999,33
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	170.486,40
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	23.341.195,02
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	500.624,63
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	13.086,53
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	3.785.001,77
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	38.767.393,68
1.18 TOTAL	47.789.845,16

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	11.947.461,29
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	9.079.166,18
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	116.825,43
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	-4.009,99
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	835.774,72
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	62.910,38
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	584.496,62
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	496.168,82
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	14.927,02

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	11.947.461,29	13.275.768,71	1.328.307,42
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		6.234.310,16	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		7.041.458,55	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	9.079.166,18	8.006.736,57	-1.072.429,61
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	5.515.188,97	7.355.660,28	1.840.471,31
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	3.676.792,65	651.076,29	-3.025.716,36
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	1.483.181,72	249.377,99	-1.233.803,73
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	511.095,84	328.771,50	-182.324,34

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	24,75%	-0,25%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1)	60,00%	81,02%	21,02%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	7,17%	-33,23%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	9.079.166,18	7.747.625,40	1.331.540,78

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 16 de dezembro de 2009.

Maria Angélica Vanz Balestieri
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberto Maraschin Primo
Secretário Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Associações de Municípios

EGEM

Edital N° 019/2009

EDITAL N° 019/2009

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO DE CASES DE SUCESSO PARA APRESENTAÇÃO NO 6º CONGRESSO CATARINENSE DE SECRETÁRIOS DE FINANÇAS, CONTADORES E CONTROLADORES INTERMUNICIPAIS

Nos dias 15 e 16 de abril de 2010, acontecerá em Piratuba/SC, o 6º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores e Controladores Internos Municipais, realizado pela FECAM com o apoio das Associações de Municípios.

Nele serão apresentados Relatos de Cases Municipais de Sucesso.

1. OBJETIVO

Promover a socialização de experiências que trouxeram resultados positivos aos municípios, promovendo a integração entre os secretários de Finanças, contadores públicos e controladores internos municipais.

2. NORMAS PARA INSCRIÇÕES DOS CASES:

2.1) Os relatos de cases de sucesso poderão enquadrar-se em uma das três áreas pertinentes às atividades dos secretários de Finanças, contadores públicos e controladores internos municipais.

- a) Tributação e Arrecadação Municipal;
- b) Sistema de Controle Interno Municipal;
- c) Práticas de Contabilidade Pública.

2.2) Serão considerados projetos, programas ou ações que atendam os objetivos acima;

2.3) O texto deverá atender à seguinte formatação:

a) Texto escrito: mínimo 01 (uma) página, máximo 07 (sete) páginas, tamanho de letra 12, fonte verdana, contendo obrigatoriamente os seguintes elementos:

- Município
- Título do case de sucesso
- Pessoa para contato (Telefone e e-mail)
- Relato da experiência
- Resultados obtidos
- Fotos (no máximo 04 fotos por experiência)

3. CALENDÁRIO

Período das inscrições dos cases	De 21/12/2009 até 22/02/2010
Data da comunicação dos cases selecionados	15/03/2010
Apresentação dos cases selecionados	15 e 16/04/2010

4. SELEÇÃO

4.1) A seleção será realizada pelos representantes dos colegiados de contadores, controladores internos municipais e CONFAZ- M/SC, com base em critérios de relevância para os municípios, previamente definidos;

4.2) Serão selecionados 3 (três) cases por área pertinente, que terão apresentação oral de no máximo 15 minutos nos dias do evento;

4.3) Os municípios selecionados para apresentarem as suas experiências serão comunicados até o dia 15 de março de 2010;

5. ENCAMINHAMENTO

As experiências deverão ser encaminhadas para o e-mail: adm@egem.org.br.

PROMOÇÃO

Federação Catarinense de Municípios – FECAM
Associações de Municípios de Santa Catarina

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Consórcios Públicos

CIMVI

Contrato n° 012/2009 - Serviços de divulgação do cicloturismo

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 012/2009

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Associação Vale das Águas

OBJETO: Divulgação do Cicloturismo

VALOR: R\$5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)

PRAZO: 30 dias.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos

Timbó, 17 de novembro de 2009.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato n° 013/2009 - Manutenção das Finalidades Exercício 2010 - Rateio

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO N° 013/2009

PARTES: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI e os Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

OBJETO: Rateio de recursos para manutenção de finalidades

VALOR: R\$227.760,00 (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e sessenta reais)

PRAZO: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

Timbó, 15 de dezembro de 2009.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato n° 014/2009 - Gestão do Turismo Exercício 2010 - Rateio

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO N° 014/2009

PARTES: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI e os Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

OBJETO: Rateio de recursos para gestão da área de turismo

VALOR: R\$277.200,00 (duzentos e setenta e sete mil e duzentos reais)



PRAZO: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

Timbó, 15 de dezembro de 2009.
CARLOS ALBERTO PEGORETTI
Presidente

Contrato nº 015/2009 - Gestão do Saneamento Exercício 2010 - Rateio

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO Nº 015/2009

PARTES: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI e os Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

OBJETO: Rateio de recursos para gestão da área de saneamento
VALOR: R\$294.000,00 (duzentos e noventa e quatro mil reais)

PRAZO: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

Timbó, 15 de dezembro de 2009.
CARLOS ALBERTO PEGORETTI
Presidente

Contrato nº 016/2009 - Gestão de Recursos Naturais Exercício 2010 - Rateio

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO Nº 016/2009

PARTES: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI e os Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

OBJETO: Rateio de recursos para gestão da área de recursos naturais

VALOR: R\$107.640,00 (cento e sete mil, seiscentos e quarenta reais)

PRAZO: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

Timbó, 15 de dezembro de 2009.
CARLOS ALBERTO PEGORETTI
Presidente

CITMAR

Decreto Nº 01

DECRETO Nº. 01 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE & MAR – CITMAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio, no uso de suas atribuições legais, com base no Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, na Lei Federal nº. 11.107/2005 e no Decreto Federal nº. 6.017/2007,

CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR promoveu concurso público destinado ao provimento na modalidade de empregos públicos, para Assistente Administrativo;

CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR teve por basilar os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, esculpidos no art. 37, dentre outros trazidos pela da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR aplicou as provas do concurso devidamente conforme estabelece o Edital, além dos dispositivos

legais pertinentes a matéria;

CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR homologou o Resultado Final do Concurso Público, através do Edital nº. 004/2009, devidamente publicado na Imprensa Oficial do Consórcio.

CONSIDERANDO a viabilidade jurídica da revogação de atos públicos por interesse público originados de fatos supervenientes;

CONSIDERANDO que a revogação é ato discricionário, já que assentada em motivos de conveniência e oportunidade;

CONSIDERANDO a possibilidade da Administração Pública anular seus próprios atos, consoante orientação da Súmula 473, do Supremo Tribunal de Justiça;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado integralmente o CONCURSO PÚBLICO integrado pelos editais de nº. 01, 02, 03 e 04 de 2009 e expedientes deles decorrentes, por motivos, inquestionáveis de interesse público, conveniência e oportunidade.

Art. 2º - O ressarcimento dos valores pagos pelos candidatos inscritos no Certame Público, deverão ocorrer mediante solicitação do reembolso da taxa de inscrição diretamente no Departamento de Contabilidade do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, devendo os interessados estarem munidos de documentos pessoais e do comprovante de inscrição.

Parágrafo Único – O ressarcimento poderá ser requerido a partir do dia 18 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Dê-se AMPLA E IRRESTRITA publicidade do presente ato visando evitar qualquer dano.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itajaí/SC, 17 de Dezembro de 2009.

ADEMAR FELISKY

Prefeito Municipal de Ilhota

Presidente do CITMAR

CIS - AMARP

Edital de Chamada Pública Nº 01/2009

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2009- PARA CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS (EXAMES DIAGNÓSTICOS E CONSULTAS ESPECIALIZADAS)

Levamos ao conhecimento dos interessados, que o Consórcio Intermunicipal de Saúde/CIS-AMARP, PRORROGOU até a data de 18 de janeiro de 2010 o prazo de inscrição da Chamada Pública Nº 01/2009- para Credenciamento de Serviços Médicos (Exames Diagnósticos e Consultas Especializadas).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

CLÁUDIO SPRICIGO

Presidente CIS-AMARP